



FLORIANÓPOLIS — SANTA CATARINA

ANO III

Setembro e Dezembro de 1951

N. 9 e 10 C

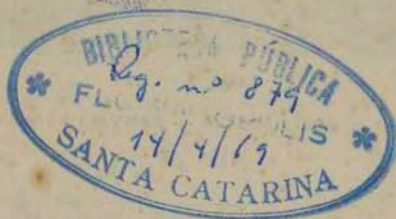
Cl.: —

Rev.: 073

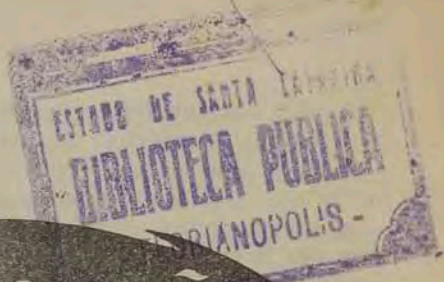
Data: 12.06.96

NESTE NÚMERO:

	Pág.
COLABORAÇÃO ESPECIAL	
O Plano Nacional de Pesquisas Folclóricas	Renato Almeida 3
Folclore e Sociologia	João dos Santos Areão 7
Velórios	Walter Spalding 10
CORRESPONDÊNCIA	13
NOTICIÁRIO	17
O QUE DIZEM DE NÓS	22
O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE	25
RECEBEMOS E AGRADECEMOS	66
NOSSO FOLCLORE	
Fiação doméstica	Acílio A. Pereira Pires 71
A presença do palmito na sociedade teuto-brasileira	Teobaldo C. Jamundá 74
A necessidade do aparelhamento das Comissões Estaduais	Oswaldo R. Cabral 83
A Folia do Divino — Coletando óbulos	Bento Aguedo Vieira 92
Pescadores de Nossa Terra	Urbano V. Gama Salles 101
Coleta Folclórica e Método Estatístico	Oswaldo Mello Filho 109
Geografia e Folclore	Victor A. Peluso Júnior 115
Fandangos e Ratoeiras	Walter F. Piazza 165
PARECERES	
Ao trabalho de Florival Seraine	Henrique da Silva Fontes 174
Ao trabalho de Gustavo Barroso	Lucas A. Boiteux 178
Ao trabalho de Veríssimo de Melo	Custódio F. de Campos 180
FOLCLORE NACIONAL	
São Benedito na crença popular de Angra dos Reis	José Jorge 182
Linguagem e bom humor do povo	Adão Carrazoni 185
Adivinhas populares	Domingos Vieira Filho 187
FOLCLORE DE OUTRAS TERRAS	
Ensalmos Portugueses	Fernando de Castro Pires Lima 199
ÍNDICE GERAL DOS AUTORES E TRABALHOS PUBLICADOS PELO "BOLETIM"	204
FÓRA DO TEXTO — Os Artistas Catarinenses e o Folclore	
O Chimarrão — Quadro de Martinho de Haro	
As Rendeiras — Quadro de Willy Zumblick	



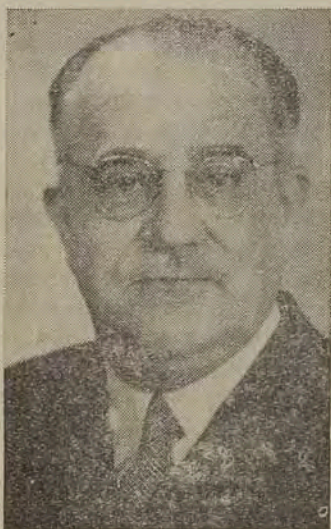
É permitida a transcrição de qualquer dos trabalhos contidos neste BOLETIM, desde que citados o Autor e a fonte.



Colaboração Especial.

O PLANO NACIONAL DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS

Renato Almeida



Uma das mais importantes Recomendações do Congresso de Folclore foi a atinente à elaboração de um Plano Nacional de Pesquisas Folclóricas, que vise ao levantamento, dentro de bases e princípios científicos, dos motivos folclóricos existentes em tôdas as regiões do país.

Precisamos terminar com o folclore de artigos de informações a esmo, tiradas de livros regionais e de conversas ou observações apresadas, para um período de trabalho científico, com elementos técnicos indispensáveis e segura orientação metodológica. Se não entrarmos

neste caminho, todo o esforço malogrará e o folclore não chega-

rá entre nós à dignidade de ciência cultural. Não bastam eruditos, pois o trabalho de gabinete terá de ser alimentado com os resultados da pesquisa, para não se perder em filigranas de comentários sobre tendências a escolas ou bisantinismos bibliográficos. Não estou — e isso fique bem claro — desmerecendo o labor dos teóricos, mas a doutrina não deve ser, em ciência de verificação, um debate estéril, mas uma norma de aplicação para o conhecimento dos fatos. No Congresso fizemos uma conceituação de folclore e indicamos uma metodologia, não para provocar discussões — e essas podem ser intermináveis — mas para nortear o levantamento, a análise e a comparação dos fenômenos folclóricos que temos de fixar.

Para a elaboração desse Plano de Pesquisas, é preciso, antes de mais nada, que a Comissão Nacional de Folclore possa saber os elementos materiais com que conta. Porque a pesquisa folclórica não pode ser gratuita, essa pesquisa de fim de semana, avenas com boa vontade e boa disposição, mas sem aparelhagem devida e, portanto, com colheita deficiente. Representa um trabalho enorme de dedicação e não raro de sacrifício, mas com um rendimento precário, além de não oferecer dados necessários para verificações ulteriores. O plano tem de ser levantado primeiro, para serem estudados depois os meios com que o cumpriremos.

Nem toda pesquisa pode ser feita de modo perfeito, tecnicamente falando, nem vamos desprezar os trabalhos individuais ou coletivos, as investigações efetuadas sem o necessário aparelhamento, embora se lhe devam descontar as inexatidões decorrentes dos processos não mecânicos. Mas, para esse próprio trabalho ter acrescido o seu valor, é preciso começar por fazer algumas pesquisas-pilotos, para empregar o jargão da UNESCO, ou sejam pesquisas que sirvam de padrão, com todos os elementos técnicos para a verificação científica, as quais permitirão um cotejo com as observações que tiverem sido feitas sem essas exigências.

Suponhamos a pesquisa de um folguedo. A missão folclórica deverá contar com a seguinte aparelhagem: máquinas de fotografia, de cinema colorido e de gravação de som. A sua constituição obedecerá ao seguinte critério: um Chefe, especialista na matéria, que orientará os trabalhos, e folcloristas especializados na parte literária, musical, artística (indumentária e pertences) e coreográfica, além dos técnicos para a registo mecânico e de um desenhista. Prevê a Resolução do Congresso, que integrem as missões sociólogos, historiadores, geógrafos-cartógrafos, etnólogos e linguistas, naturalmente de acordo com a natureza e o plano da pesquisa.

O trabalho, consoante a orientação fixada e supervisionado pelo Chefe da equipe, terá não apenas de fixar o folguedo, na sua realização, mas em cada pormenor, o que se obterá, depois da observação geral da festa, de sorte que, além do conjunto, se possam colher ele-

mentos em separado, para análise e controle. O texto cantado convém registrá-lo depois falado, para observação da linguagem popular, em particular da prosódia, bem assim das modificações que o canto determina na letra. A música será repetida, em conjunto ou individualmente, com ou sem acompanhamento e se pormenorizará também a parte instrumental, tudo dentro do critério do folcusicista que estiver a pesquisar. Este deverá tomar, *in loco*, a despeito da gravação mecânica, a solfa sobre a pauta. Os objetos e pertences, além de filmados e fotografados, serão desenhados e anotados descritivamente, com indicações precisas do material empregado e dos processos de fabricação utilizados.

Ao Chefe da equipe cabe orientar os inquiridos, em que os aspectos sociais e econômicos do meio não devem ser esquecidos, mas observados tanto possível na própria história do grupo, seus meios de viver, seus elementos de subsistência e sobrevivência, verificadas por igual as condições para proteção econômica da arte popular na região.

De regresso do campo, cabe a equipe organizar o trabalho de conjunto. Numa pesquisa-piloto, cada setor deve ter mais de um especialista, de sorte a permitir um controle mútuo e uma complementação de observações. Para a documentação, far-se-á um texto completo, que, no caso de um folguedo, será um filme sonoro. Serão fichados e arquivados à parte elementos supletivos: variantes musicais, fotos, desenhos, solfas, etc. De todo o trabalho se fará um relatório, com uma parte geral, seguindo a orientação determinada, e partes especializadas de cada setor investigado. A obtenção, para museu, de objetos e implementos, sempre que não represente desfalque para o grupo, é muito recomendável.

Essa simples descrição sumária mostra o dispêndio de uma tal pesquisa, não só pelo aparelhamento registador, como pelo material consumido, além dos gastos gerais de transporte, sendo que é preciso, dadas as diferenças de corrente elétrica, levar sempre um transformador. E a crescer a despesa, há que considerar a locomoção e hospedagem de pessoal e o pagamento *pro-labore*. Isso, no tocante à pesquisa, sem contar a despesa com o preparo e organização do material de documentação.

Estou fixando aqui as linhas de uma pesquisa-piloto, mas muitas outras não poderão seguir esse rigorismo. Terão de ser feitas na base do inquerito, da observação participante, da coleta individual e coletiva, com o auxílio de instituições, como o IBGE, ou do professorado. Para isso, o Congresso fez numerosas recomendações, desde a inclusão da cadeira de folclore nos currículos universitários e normal até a organização de um Manual prático de pesquisa, contendo a orientação que os pesquisadores devem seguir em suas regiões, sendo complementares ainda as decisões referentes ao Folclore e

Educação, em tudo quanto possa ser aproveitado para a pesquisa e a formação de pesquisadores.

Não se pode realizar nada disso pela iniciativa particular, a não ser que um mecenas aparecesse e organizasse uma fundação com fundos necessários. É, pois, para o Governo que temos de apelar e, nesse sentido, recebemos a promessa do Presidente Getúlio Vargas, de criar um organismo especial, que o Congresso recomendou seja autárquico, realizar tal tarefa, contando ainda com a ajuda dos governos estaduais, através dos convênios recomendados pelo Congresso e que começam a ser assinados.

Chegamos ao momento de iniciar este esforço e, se não nos forem dados meios para realizá-lo, meios que, como disse o Presidente da República, não arruinarão o Brasil, não conseguiremos jamais o levantamento sério de nossa cultura popular, a fim de estudar convenientemente a alma do povo brasileiro e amparar e proteger as manifestações de seu gênio coletivo.

Todos os artigos publicados neste número são originais e foram escritos para este Boletim.

Não fazemos, daqui para diante transcrições a não ser na parte destinada ao Folclore de Outras Terras e, excepcionalmente, ao Folclore Nacional.

FOLCLORE E SOCIOLOGIA

João dos Santos Areão

Um dos fatores que contribuem para a elevação cultural de um povo é a hereditariedade. Por esse princípio sabemos que cada geração transfere aos seus descendentes todas as suas conquistas no mundo dos conhecimentos. Como método de pesquisa vamos focalizar o histórico e o comparativo que, em última análise, passam de método indutivo. No seu primeiro passo, para podermos atingir ao máximo, isto é, a sociedade humana, temos que partir da observação. Em torno de nós está o campo de ação, porta de entrada para a formação de hipótese, da experiência, da comparação e da generalização. Ao estudioso, apenas a observação não pode satisfazer de vez que os fatos a vista do observador têm suas raízes presas a um passado que poderá ser recente, mas na sua generalidade, remoto. Daí a sua penetração na parte histórica, quando de degrau em degrau procura penetrar nos mistérios do seu arcabouço até atingir o âmago de seu trabalho. Com tal cabedal de conhecimentos o observador pode, sem receio, recompor o fato, dentro da análise aconselhada pela ciência sociológica. É dentro desse complexo de recuos e avanços que iremos desmembrando o pensamento para tirar da raiz mestra novas conquistas como se fossem novas plantas com outros aspectos. Objetivando a

tese que estamos tentando defender, vamos tentar reviver um desses fatos comuns, em nossa vida e que poderá servir para melhor se compreender os conceitos expostos.

Observando hoje a construção de nossas casas, podemos descer aos tempos primitivos quando, ao invés de paredes finas e reforçadas com tijolos e cimento, tínhamos a taipa. Precisamos, então saber como eram construídas essas taipas; qual o tempo empregado nesse trabalho; qual o material empregado; qual a sua durabilidade, qual o seu valor estético, etc. Vamos dizer que tal pensamento surgiu em virtude de assistirmos a destruição de um velho prédio para se edificar um outro com características que melhor atendam ao progresso da arquitetura. Perscrutando o seu passado penetramos no folclore, pois em épocas não remotas as paredes das casas eram construídas com o auxílio de uma grande armação em forma de caixa onde se colocava o barro que era pilado por meio de grossa mão-de-pilão terminada por uma aresta saliente. O barro constantemente umedecido, permitia uma liga bastante sólida. Os homens que se dedicavam a esses mestres eram chamados "taipeiros". De sua habilidade é que dependia a consistência da obra. Para a segurança da armação eram colocadas traves resistentes e que deixavam buracos nas paredes, afim de se elevar a parede até o ponto necessário. As portas e janelas tinham os seus claros perfeitamente observados. Muitas casas ainda hoje existentes, mormente no interior de São Paulo, foram assim construídas e estão a desafiar a ação do tempo. Não só as casas, mas as igrejas e os cercos dos terrenos obedeceram a esse processo de construção, mormente entre as camadas mais pobres.

Em nosso Estado, conforme pude observar em 1918, quando se demolia uma casa na rua principal da cidade de Lajes que, segundo era corrente remontava ao tempo de Corrêa Pinto, notei quanto de esforço era despendido por parte dos operários porque as paredes eram de taipas umedecidas com azeite de peixe (1). Estudando hoje o emprêgo do concreto não poderíamos concluir que o seu fundamento está no preparo da taipa? Não seria, por ventura, a taipa o precursor desse colosso que hoje assoberba o mundo produzindo verdadeiros mistérios que estarrecem o ser humano?

A civilização atual vive em muitos dos seus aspectos dessa evolução que os hábitos e costumes de outrora, se não souberam ou puderam gravar as suas formas, foram transmitidas por hereditariedade a outras gerações e que, depois de lapidados, puderam transmitir o brilho que escondiam. Com tais conceitos podemos dizer que os estudos folclóricos como a flôr silvestre que brota em verdadeiras charnecas, possui o seu colorido especial e o seu perfume caracterís-

(1) Na zona serrana a taipa, é um amontado de pedras que serve para vedar a passagem do gado delimitando as propriedades. As taipas dessa região são antigas.

tico. Não podemos e não devemos despresá-la, dentro em pouco ela poderá fazer parte do nosso jardim, enebriando aos que têm gosto com o seu matiz e a sua forma.

As conquistas sociológicas estão presas a um passado de onde vamos buscar verdadeiras joias enterradas nos escombros do esquecimento ou da ignorância. Ao passado, chamamos, ciência do povo, ou folclore; ao presente, ciência da evolução humana, ou sociologia.

Não podemos falar em cultura integral sem que, primeiramente, revolvamos o passado da nossa formação, afim de que nas bateias de nossas conquistas separemos as riquezas que ali se encontram.

AVISO IMPORTANTE

São constantes os pedidos que recebemos de coleções do nosso Boletim.

Avisamos aos interessados que, conquanto nos fôsse bastante agradável atendê-los, não nos é possível fazê-lo.

Acham-se totalmente exgotados os n.ºs. 1, 2, 3, 4 e 5 do Boletim.

VELÓRIOS

Walter Spalding

O excelente e modelar BOLETIM DA COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE, publicou, em seu número 7, um artiguete nosso subordinado ao título acima. Longe estávamos nós de pensar que aquela insignificância fosse receber os comentários que o honraram e, menos ainda, de que com ele fosse ocupar-se o sr. Prof. Dr. Thales de Azevedo, sociólogo e catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia.

Foi, por isso, com agradabilíssima surpresa, que recebemos da-quele ilustre e prezado amigo a seguinte carta para a qual chamamos a atenção dos leitores interessados nessas nemigalhas folclóricas.

Eis a carta do sr. Prof. Dr. Thales de Azevedo:

"Distinto amigo Spalding. — Acabo de ler no esplêndido, e digno de imitação, "Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore", que me é regularmente remetido certamente por atenciosa iniciativa do dr. Oswaldo Cabral, o seu artigo sobre **velórios**.

O assunto é interessantíssimo. Aqui no interior da Bahia existem localidades em que as padarias fabricam um tipo de biscoitos chamado de "bolacha de velório", que se come

naquelas ocasiões (é uma bolachinha redonda, papuda como aqui dizemos, isto é, cuja massa se abre em grandes bolhas ao ser assada; de massa "azedá", isto é, não adocicada, com um diâmetro aproximado duns 5 cms.).

Quanto ao episódio de Inês de Castro e do governador referido por Luccock, encontrei há dias em um número da revista norte-americana **Time** uma fotografia do enterro de um bispo grego ortodoxo em Salônica. O cadáver, em vestes episcopais, é entronizado sobre uma carreta militar e assim conduzido pelas ruas da cidade até o cemitério, onde lhe retiram essas vestes (!) e o sepultam na postura de autoridade — num trono. É a informação da revista. Remeto-lhe a fotografia para seu conhecimento.

Aqui sempre ao seu dispor,

(Ass.) **Thales de Azevedo**".



Duas preciosas informações nos oferece, nesta carta, o ilustre missivista: a 1ª, referente ao costume dos velórios bahianos, mais aperfeiçoados, pois que até bolachas para tais atos fúnebres são especialmente fabricadas em certas padarias. Bem merece tal costume estudo especial que o próprio dr. Thales de Azevedo, como sociólogo que é, poderia fazer, contribuindo, dessarte para o estudo dessas cerimônias post-mortem entre nós.

A 2ª é a que diz respeito à cerimônia de sepultamento do bispo ortodoxo de Salônica, que viu descrita, com ilustração (que aqui reproduzimos), em o nº. de 9 de abril de 1951, da revista norte-americana **Time**.

Existem ortodoxos de vários ritos e a revista não nos informa a que rito pertencia o bispo falecido. Pelas cerimônias, parece-nos que o tal bispo de Salônica devia ter pertencido aos ortodoxos gregos puros, cujos ritos são extremamente minuciosos, a tal ponto de ser possível compreender qualquer celebração pelos simples gestos do ritual.

Resta, agora, saber se o tal ritual de sepultamento é moderno ou se vem sendo praticado desde o início do cisma depois de terem sido sancionados os respectivos rituais de culto e celebrações outras de caráter religioso.

Com os nossos agradecimentos ao prezado amigo Prof. Dr. Thales de Azevedo, aqui deixamos o nosso apêlo para que estude os velórios bahianos, dando-nos, assim, mais uma de suas belas e notáveis lições de sociologia brasileira.

Também o ilustre acadêmico Dr. Cláudio de Souza no seu **Teatro Ligeiro**, refere-se aos velórios na cena O NECRÓFILO, o que nos vem provar de que, no Brasil, o costume dos velórios é realmente popular.

Mas o curioso nesse trabalho do dr. Cláudio de Souza é tratar-se de velório em outro país, pois que a principal personagem viera do exílio onde se passara a cena do velório. Verdade é que não se declara em que país estrangeiro se exilara o sr. Porto.

Eis a cena descrita pelo dr. Cláudio de Souza em sua referida peça teatral:

"Porto — ... Ficava contritamente junto ao cadáver até que alguém da família me viesse chamar para tomar um cafésinho ou p'ra comer alguma coisa. E assim, visitando os mortos das famílias ricas, sustentei-me durante os meses de exílio, e verifiquei que os mortos são mais generosos do que os vivos".

O exilado Porto, do Dr. Cláudio de Souza, fazia como faziam, no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre, os estudantes: fazejavam velórios para comerem e beberem.

Nada há, pois, de novo em tudo isso. Usos e costumes de tempos imemoriais que se vão repetindo aqui, ali, acolá.

Influências. Reminiscências. O folclore é, realmente, o traço de união entre todos os povos desde os mais remotos tempos.



DA COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1951.

Meu caro colega,

A amplitude que foram ganhando os trabalhos da Comissão Nacional de Folclore e das suas entidades estaduais, mostrou a necessidade de ser feita uma reorganização geral da mesma, depois de três anos e meio de experiências, no sentido de lhe dar uma estrutura nacional, aglutinando-as às comissões estaduais num só todo e sem tirar a estas a sua autonomia administrativa e técnica.

Nesse sentido, depois de ouvir os colegas presentes à sessão de 6 do corrente, aos quais expus as linhas gerais dessa reestruturação, apresentei à Diretoria do IBECC, na sua reunião de 11, uma proposta, que foi aprovada, determinando a nova organização de nossa Comissão, que adquire agora um caráter nitidamente nacional, como órgão técnico para pesquisas e estudos do folclore brasileiro e para a defesa do patrimônio das nossas artes populares. Junto a Resolução aprovada. A nova organização entrará em vigor, quando se instalar o Conselho Deliberativo da Comissão e seu órgão supremo, durante o próximo Congresso.

Apraz-me comunicar-lhe igualmente que a Diretoria do IBECC constituiu a Comissão Diretora com os seguintes companheiros: Cecília Meirelles, Edison Carneiro, Gustavo Barroso, Henriqueta Rosa Fernandes Braga, Joaquim Ribeiro, Manuel Diégues Júnior e Nóbrega da Cunha.

Espero continuar a ter a sua valiosa colaboração em favor do desenvolvimento de nossas atividades, que contamos sejam programadas devidamente pelo I Congresso Brasileiro de Folclore, em prol da cultura popular brasileira.

Cordialmente,

Renato Almeida
Secretário-Geral

Córdoba, 25 de junho de 1951.

Senor Oswaldo R. Cabral. — Santa Catarina, Florianópolis.

De mi mayor consideración:

Por la noticia bibliográfica de una Publicación del Centro de Estudios Antropológicos del Paraguay, me he enterado de la publicación del Cuarto Número del Boletín Trimestral, que Ud. dirige, y en el que se inserta un estudio, de gran

interés para mi, de Walter Spalding sobre "Sociología del Folklore".

Deseo pedirle a U. el envío de ese número, si fuera posible acceder a mi pedido. En retribución, le remito mi estudio vinculado al asunto, titulado justamente "Sociología del folklore".

A la espera de sus noticias, y muy agradecido por la atención que pueda prestar a mi pedido, le saluda con toda estimación.

S. S. S.
Alfredo Poviña

Prezado colega de Imprensa:

Por intermédio do meu colega Dr. Carreiro da Costa recebi com muito agrado o Boletim da C. Catar. de Folklore. Incluo este trabalho inédito, coordenado com elementos que colhi, — e que conservava ha muito tempo, — durante o meu contacto de jornalista com diversas camadas sociais — gente de prisão, hospital, quartel; e ainda na vida estudantil das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Teria prazer em que fôsse publicado no seu Boletim. Um favor, todavia, lhe solicito: o de agendar meu nome e endereço para que eu não deixe de receber o Boletim. Espero fazer-lhe na Imprensa de Lisboa devidas referências. E' provavel que meu nome não lhe seja desconhecido pois tenho colaborado em numerosas revistas de cultura brasileiras. Espero que não se esqueça do JORGE RAMOS.

Exmo. Senhor

Doutor Oswaldo R. Cabral

Meu Ilustrissimo Amigo:

Tenho diante de mim a amável misiva que V. Exa. se dignou enviar-me, por honrosa indicação do Venerando Desembargador Doutor Henrique Fontes.

Sinceramente reconhecido pelo seu conteúdo e pela valiosa oferta que a acompanhou, é com o maior prazer que me cumpre enaltecer o notável esforço que V. Exa. vem desenvolvendo no campo cultural para uma projecção de bens espirituais, nomeadamente os de Santa Catarina.

E-me sumamente grata a expectativa de colaborar no Boletim da Sub-Comis-

são Catarinense de Folklore. Porém, tratando-se de uma revista com características muito especiais, terei necessariamente de revêr as fontes de que me servi para traçar apontamentos dos quais espero tirar matéria destinada aos trabalhos que oportunamente enviarei a V. Exa.

Em Portugal, quer metropolitano, quer colonial, não conheço publicações com o carater do vosso Boletim. Por isso, os trabalhos publicados em Angola sobre folklore, são, na maioria dos casos, gerados apenas pela curiosidade de uns tantos, que desse modo encontram meio para vencer seus ócios, faltando-lhes, em regra, estímulo para tentarem perfeição nos métodos de pesquisar e expor.

Estou facultando a leitura do Boletim a alguns desses elementos, na certeza de que daí obteremos todos o incentivo bastante para com a segurança conveniente olharmos os assuntos do folklore local, visto estar-nos aberta a possibilidade de caminharmos na senda por vós traçada neste ramo das ciencias sociais.

Alguns dos assuntos focados no vosso Boletim apresentam semelhança com usos e costumes nossos, despertando-me interesse para a fectura de um estudo comparativo. Isto, além do mais, revela bem a universidade da vossa obra, tornando-a ainda mais merecedora de todos os elogios.

Com cordiais saudações me subscrevo
Atenciosamente,

(a) Domingos Van Dunem

Buenos Aires, 2 de agosto de 1951.

Señor Director del "Boletim Trimestral de la Subcomisión Catarinense de Folklore",

Don Oswaldo R. Cabral.

Florianópolis. Santa Catarina.

Estimado señor Director y colega:

Acabo de recibir los N^{os} 6, 7 y 8 (ano II) del precioso Boletim Trimestral que ha tenido a bien hacerme enviar. Le quedo sumamente agradecido. Es realmente una publicación valiosísima y simpática en sumo grado.

Le rogaría, sin embargo, que no me deje con la colección incompleta y me mande todos los números anteriores. Por mi parte, me complacerá hacerle re-

mitir las publicaciones de este Instituto: Revista, Nos. 1 y 2, las que saldrán probablemente por este mismo correo.

En espera de sus gratas noticias, me ofrezco de Vd. cordialmente amigo y S. S.

Juan Alfonso Carrizo

S. Luis, em 7-8-1951

Dr. Oswaldo Cabral

Rua Esteves Júnior, 138

Florianópolis — Sta. Catarina

Prezado Senhor,

Em meu poder sua estimada carta de 24 de junho p. passado. Muito grato pelo envio das publicações do Dep. de Estatística e do Bol. Folclórico. Pelo registrado nº 103.118, de 26 de julho último, enviei a essa Comissão de Folklore um trabalho sobre "Advinhas", para ser publicação aí, no Bol. Trimestral.

Apreiei bastante o trabalho sobre o "Boi Mamão", tendo ensejo de confrontar essa brincadeira com umas notas minhas acerca do bumba-boi local. Diferenças apreciáveis em tudo: no enredo, persone dramatis, música, instrumentos musicais, toadas, etc.

Indique-me algum trabalho decisivo publicado aí sobre renda de almofada. Trabalho atualmente num livro que focalizará a atividade das rendeiras no meu Estado. A pesquisa é árdua, difícil, exige tempo e dinheiro. Mas estou enfeitado pelo assunto e vou até o fim. Junto encontrará um recorte de revista com um trabalho meu a respeito de rendas.

Bem, o tempo corre e há um mundo de coisas a fazer.

Saudações cordiais

Domingos Vieira Filho

Sec. Geral.

Sucre, 31 de agosto de 1951

Señor doctor don

Oswaldo R. Cabral,

Director del "Boletín Trimestral" de IBECC de la COMISION CATARINENSE DE FOLKLORE

Florianópolis S. C.

Ilustre colega y director:

En vez pasada me limité al acuse de recibo de su magnífico "Boletín Trimestral", mas ahora, concluida la lectura

de los ejemplares del mismo, que su generosidade me hizo llegar, me es muy grato referirme a su contenido.

La publicación que Ud. tan gallardamente dirige, significa una relevante contribución a las investigaciones de Folklore en nuestra América Morena. Todo es grano robusto y limpio en su troje, significación de ardua cosecha y logro de un hacer claramente científico. Desde la presentación encanta y seduce. Las contribuciones de los diversos folklorólogos que salen en el "Boletín" ilustran y abundan serios y fascinantes problemas de la especialidad; esclarecen el saber popular, tradicional, regional y anónimo de una rica zona del Brasil y remarcan la difusión de los temas específicos; finalmente, es de señalar, que labores tan inteligentemente logradas, como la de Ud. y sus compañeros de labores, facilitan las investigaciones comparativas, que en última instancia, en competencia definitiva, deberán sorprender la raíz que nos hermana a los pueblos de América y el Mundo en un signo de comunidad universal.

Al felicitar a Ud., y por su intermedio a los demólogos que comparten sus responsabilidades, le ruego contar con mi rendida admiración, y, tenerme siempre en cuenta para los envíos de su ponderada publicación.

José Felipe Costa Arguedas

Presidente da Sociedade Folclórica de Bolivia

Hamburgo, 27 de setembro de 1951.

Ex.mo Sr. Dr. Oswaldo R. Cabral. — Florianópolis.

Ex.mo Senhor,

Recebi os números 5 — 8 do "Boletim Trimestral" da Comissão Catarinense de Folklore agradecendo-lhe cordialmente o amável envio. O labor que verificam em Santa Catarina é digno de todos os elogios. O valor das contribuições publicadas no "Boletim Trimestral" está especialmente no fato de que oferecem um material extraordinariamente rico em colheitas de primeira mão. Deste modo recebemos materiais seguros para as comparações com o folclore de outras regiões brasileiras e de outros países e para investigações futuras de conjunto. Alegro-

me que não olvidem a importância que tem o estudo do vocabulário regional. O folclore do Brasil é tão rico como variado — folclore do sul, folclore baiano, folclore do norte para só mencionar as regiões mais características — que este país necessita várias centros para adiantar e fomentar os estudos folclóricos que nos últimos tempos já tomaram uma evolução extraordinária. Espero que Florianópolis resultará um centro importante para o estudo do folclore do sul.

Pelo correio ordinário mando-lhe um artigo que interessará: "Sobre as capas de mulheres nos Açores" e uma resenha de obras de Luís da Câmara Cascudo que publiquei nos "Anales del Instituto de Lingüística" de Mendoza, Argentina.

Como não conheço Florianópolis, muito lhe agradecerá a fineza de me enviar algumas vistas da cidade.

Ainda outro assunto. Posso oferecer para o "Boletim trimestral" um artigo meu de 10 páginas (escritas a máquina) com o título de "Regionalismo e tradição psicológica na música moderna da França". Diga-me se pode publicar no número 11 ou 12 do Boletim. É um artigo de interesse folclórico e demais de interesse geral.

Receberei sempre com sumo prazer o Boletim.

Com saudações cordiais sou de V. Exa.
mto. obrgo.do

Wilhelm Giese

Professor de linguística românica e céltica e de ciências folclóricas na Universidade de Hamburgo.

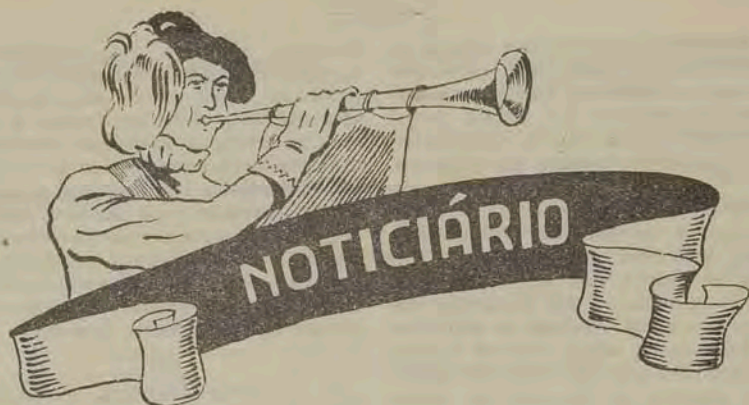
Membro titular da Sociedade Brasileira de Folclore.

Delegado alemão do Club Internacional de Folclore.

Este Boletim é órgão da Comissão Catarinense de Folclore, servindo aos folcloristas do Brasil e do Mundo.

Leitor amigo!

Colabore para a sua sobrevivência!



REORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE

A Diretoria do IBECC, em sua reunião de 11 de julho, considerando o desenvolvimento que vem tendo em todo o país a sua 9ª. Comissão (Folclore), como órgão técnico para pesquisas e estudos do folclore brasileiro e para a defesa do patrimônio das artes populares, resolve dar à mesma a seguinte constituição, dentro das diretrizes do seu ato de criação das comissões permanentes.

I

A Comissão Nacional de Folclore é formada pela associação das Comissões regionais de folclore, órgãos técnicos, regionais, e da 9ª. comissão permanente, abrangendo representantes de Grupos Culturais com interesse em folclore, e folcloristas, membros do Instituto ou individualmente convidados por sua Diretoria.

II

A Comissão compor-se-á dos seguintes órgãos: a) Conselho Deliberativo; b) Conselho Técnico-Consultivo; c) Conselho Diretor; d) Secretariado.

III

O Conselho Deliberativo constituir-se-á dos membros do Conselho Diretor, de

três Delegados de Conselho Técnico-Consultivo, e dos Secretários-Gerais das Comissões Regionais, como representantes autorizados das mesmas. Reunir-se-á simultaneamente com os Congressos Brasileiros de Folclore e terá como atribuição rever os planos de trabalho já realizados e estabelecer novos. Poderá igualmente deliberar mediante consulta ou ser convocado extraordinariamente, na forma que estabelecer em sua primeira reunião.

IV

O Conselho Técnico-Consultivo constituir-se-á da 9ª. comissão permanente. Reunir-se-á bimestralmente para o fim de tomar conhecimento da marcha dos trabalhos realizados nos dois meses anteriores e das tarefas a serem executadas no período seguinte, à vista de proposta do Conselho Diretor. Cabe-lhe também dar parecer sobre planos de estudos e pesquisas; constituir comissões especiais; eleger três Delegados, dentre seus membros, ao Conselho Deliberativo; adotar iniciativas que lhe pareçam aconselháveis para a consecução dos fins da Comissão, as quais serão submetidas, quando for o caso, à aprovação da Diretoria ou pelo Secretário-Geral; promover as providên-

cias necessárias às pesquisas e estudos do folclore carioca, dentro das atribuições cometidas às Comissões Regionais, e responder as consultas dos demais órgãos da Comissão. Reune-se com cinco membros e resolve por maioria dos presentes.

V

O Conselho Diretor, constituído por sete membros do Conselho Técnico-Consultivo, escolhidos, livremente, pela Diretoria do IBECC, estudará os processos para o cumprimento das resoluções dos demais Conselhos, depois de aprovadas pela Diretoria do IBECC; indicará as providências para que seja posta em execução o programa da Comissão, em estrita harmonia com as Comissões estaduais; promover as medidas adequadas à consecução dos fins da Comissão; preparará e organizará a agenda do Conselho Deliberativo; determinará as consultas necessárias quando houver necessidade de uma solução coletiva da Comissão; submeterá à Diretoria do IBECC as deliberações que julgar mais acertadas para assegurar bom funcionamento da Comissão; nomeará comissões de estudos permanentes ou provisórios; organizará o serviço de intercâmbio nacional e internacional com entidades de folclore e folcloristas; e assessorará o Secretário-Geral no cumprimento de suas incumbências. O Conselho se reunirá com quatro e resolverá por maioria de votos dos presentes. O membro do Conselho que faltar a 3 reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 durante um ano, será automaticamente substituído pela Diretoria do IBECC.

VI

O Secretariado será exercido pelo Secretário-Geral e pelo pessoal necessário. O Secretário-Geral, escolhido pela Diretoria do IBECC entre seus membros, será o Diretor-Executivo da Comissão e presidirá os seus órgãos, na ausência do Presidente do IBECC, e como Delegado do Instituto. Cabe-lhe superintender os serviços e atividades da Comissão, adotando as providências necessárias para a sua eficiência, cumprir as resoluções da Comissão, devidamente aprovadas pela Diretoria do IBECC; ser o elemento de ligação entre os vários órgãos da Comissão; cuidar das relações da Comissão com terceiros; manter o serviço de correspondência, arquivo, publicações, informações e intercâmbio; convocar os órgãos da

Comissão ordinária ou extraordinariamente; velar pelo cumprimento desta Resolução; fazer as despesas autorizadas pelas Diretoria do IBECC; propor à Diretoria do IBECC os nomes dos Secretários-Gerais das Comissões Regionais; e fazer o relatório anual das atividades da Comissão. O Secretário-Geral não terá voto nos Conselhos, mas, em caso de divergência com a decisão de qualquer dos órgãos cabe-lhe sustar sua execução, submetendo o caso à apreciação da Diretoria do IBECC, na sua primeira reunião.

VII

As Comissões Regionais de Folclore têm plena liberdade de ação administrativa e técnica, sem prejuízo da colaboração devida às pesquisas, estudos e trabalhos de caráter nacional e cuja execução deve ter preferência. Observarão em seus trabalhos técnicos as normas e planos que forem recomendados pela Comissão Nacional de Folclore, e terão a iniciativa, junto a esta ou aos Governos regionais, em tudo quanto disser respeito à execução de seus trabalhos e à sugestão de providências técnicas ou administrativas, indispensáveis ao bom andamento das respectivas atividades.

VIII

As Comissões Regionais de Folclore, sob a direção de um Secretário-Geral, designado pela Diretoria do IBECC, não terão número limitado de membros. Deverão compor-se, em cada Unidade da Federação de: a) um representante do Governo de Estado ou Território, b) um representante da Prefeitura do Município da Capital, c) o diretor do mais alto órgão técnico de educação regional ou quem por ele seja designado seu representante; d) representante das instituições, entidades ou associações culturais, públicas ou particulares, que tenham suas atribuições relacionadas com assuntos folclóricos; e) representantes de estabelecimentos de ensino; f) pessoas que se dediquem a estudos e pesquisas folclóricas.

No caso das alíneas D, E e F deverá o Secretário-Geral fazer os convites, cabendo-lhe a escolha das entidades, estabelecimentos de ensino e pessoas a serem convidadas a integrar a Comissão. As atuais Comissões procurarão adaptar sua constituição ao esquema acima mencionado.

DA COMISSÃO CATARINENSE

Em sua última reunião a Comissão Catarinense de Folclore resolveu por unanimidade dos presentes, excluir do seu quadro todo e qualquer membro que, sem causa justificada, deixe de comparecer a três reuniões consecutivas.

Realizando-se as reuniões cada dois meses, em dias e horas que não prejudicam as atividades individuais de qualquer dos seus membros e em local a todos acessível, não se justifica permaneçam no seu quadro aqueles que se mostram desinteressados pelos assuntos tratados nas ditas reuniões e pelo movimento cultural em nossa terra, de que é a Comissão, sem favor, um dos seus centros representativos.

Também será suspensa a remessa do Boletim aos que forem excluídos nas condições acima.

O NOSSO BOLETIM

Tem sido expedido para todos os Estados brasileiros e todos os Municípios catarinenses.

Para o Exterior:

Estados Unidos, Portugal, (Açores, Angola e Continente), Espanha, França, Alemanha, Itália México, Haiti, Porto-Rico, Colômbia, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Peru.

Foi suspensa a remessa para as pessoas que não preencheram os respectivos cartões, sendo mesmo que alguns nunca o fizeram.

AUXÍLIOS

No ano de 1951 registramos os seguintes auxílios prestados a esta Comissão:

Governo do Estado: — Toda a despesa com a impressão do Boletim Trimestral.
Prefeitura de Florianópolis: 3 mil cruzeiros.

De Palhoça — 1.000 cruzeiros anuais.
De Joaçaba — 200 cruzeiros.
De Concórdia — 600 cruzeiros anuais.
De Pôrto União — 600 cruzeiros anuais.
De Capinzal — 1.200 cruzeiros anuais.
De S. Francisco — 1.200 cruzeiros anuais.
De Rodolfo — 600 cruzeiros anuais.
De Piratuba — 1.200 cruzeiros anuais.
De S. José — 600 cruzeiros anuais.
De Joaçaba — 2.400 cruzeiros anuais.

NUCLEO DE PESQUISAS FOLCLÓRICAS SAUL ULISSEÁ

Realizou-se no dia 5 de agosto do corrente ano, na cidade de Laguna, a instalação do Núcleo de Pesquisas Folclóricas Saul Ulysseá, anexo ao Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral.

Da excelente reunião, o velho e querido órgão da imprensa catarinense "O Albor" deu a seguinte notícia, em sua edição de 11 daquele mês:

ESTUDOS E PESQUISAS FOLCLÓRICAS

Com a presença de senhoras, senhoritas e cavalheiros, teve lugar no dia 4 do corrente, às 18 horas, na sala das sessões da Câmara Municipal, gentilmente cedida pelo presidente sr. Paulo Machado, a fundação nesta cidade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Folclóricas, anexado ao Centro Cultural "Antônio Guimarães Cabral".

Aberta a sessão pelo presidente, professor Ruben Ulysseá, este expôs em ligeiras mas expressivas frases, os fins daquela reunião, dando a palavra ao sr. José Paulo Arantes para saudar em nome do Centro Cultural "Antônio Guimarães Cabral", o ilustre conferencista dr. Oswaldo Rodrigues Cabral.

Em seguida pede a palavra o dr. Bellário Ramos da Costa, digno Juiz de Direito da Comarca, que em belas frases, referiu-se ao dr. Oswaldo Cabral, sendo ao terminar sua oração bastante aplaudido.

Com a palavra o dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, de início procurou dar aos presentes uma idéia do significado e do alcance dos termos folclóricos.

Entrou em considerações sobre a peculiaridade dos costumes em diversas cidades e o significado de palavras, entre uma e outra localidade. As superstições peculiares ao gentio do interior e também das cidades, foram citadas pelo orador, prendendo a atenção dos presentes. Estudou o folclore em relação à pesca e à agricultura do interior, com a peculiaridade das vestimentas, dos utensílios domésticos e dos objetos de trabalho, típicos a uma determinada localidade e com relação a necessidade profissional. A fabricação de rendas e de objetos de cerâmica, pelos caboclos e a própria religião

praticada no interior, levam os estudiosos a crer na influência portuguesa, resultante da colonização, nos hábitos e costumes do nosso povo. Os jogos infantis, a lira, a sátira, a indumentária, a culinária e os provérbios documentados pelo orador, são, evidentemente, os fatores que permitem apreciar as tendências de um povo, numa determinada época. Sugeriu o orador fosse dado o nome de "Saul Ulisséa" ao Nucleo, agora fundado, numa homenagem àquele historiador e pesquisador lagunense, que nos seus livros expôs, ou melhor, quem primeiro cultivou o estudo do folclore de Laguna. A sugestão foi aceita com calorosa salva de palmas, passando assim a ter a denominação de "Nucleo de Estudos e Pesquisas Folclóricas Saul Ulisséa" anexo ao "Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral".

Em seguida, o presidente desta sessão de instalação, professor Rubem Ulisséa, agradeceu a sugestão de ser dado o nome de seu pai ao Nucleo ora fundado, convidando os presentes para a inauguração da Exposição de Arte Popular, a primeira no gênero fundada em Santa Catarina.

"O Albor" — Laguna, 11-8-1951.

* *

Da solenidade foi lavrada a seguinte ata:

Ata de instalação do Nucleo de Estudos e Pesquisas Folclóricas, anexado ao Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e um, no recinto da Sala de Sessões da Câmara Municipal de Laguna, gentilmente cedido para esse fim, foi, pelo Sr. Professor Rubem Ulisséa, aberta esta sessão de instalação.

Convidados a participarem da mesa o Exmo. Sr. Dr. Belisário Ramos da Costa, Juiz de Direito da Comarca, Sr. Dr. Paulo Carneiro, Prefeito Municipal, Sr. Paulo Machado Dias, Presidente da Câmara Municipal de Laguna, Sr. José Paulo Arantes, Presidente em exercício do C. C. "Antônio G. Cabral", Dr. Luiz de Castro Faria, membro da Comissão Nacional do Folclore e Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, eminente historiador e estudioso dos assuntos folclóricos.

Pelo Sr. Presidente foi dada a palavra

ao Sr. José Paulo Arantes, para saudar ao Dr. Oswaldo R. Cabral, convidado especial, que proferirá uma palestra ou melhor, uma conferência sobre o assunto que orientou a formação deste Nucleo.

O orador depois de reviver fatos originários da criação do C. C. "Antônio G. Cabral", fez a saudação ao eminente lagunense que nos honra com a sua presença.

A seguir, pediu a palavra o Dr. Belisário Ramos da Costa, que em breve e eloquente improviso, saudou também o convidado de honra. Numa feliz comparação com o relógio do recinto, que se encontrava parado antes das 10 horas, ou melhor, faltando 16 minutos, que segundo sua exposição, é a hora da incidência da maior atividade, tanto nas artes como na agricultura. Incitou o conferencista a impulsionar as atividades do Nucleo para aquela hora, com a experiência e os conhecimentos de que é portador. Foi vibrantemente aplaudida a sua oração.

A seguir, usou da palavra o Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, que de início procurou dar aos presentes uma idéia do significativo e do alcance do termo folclore. Entrou em considerações sobre a peculiaridade dos costumes em diversas cidades e o significado de palavras, entre uma e outra localidade. As superstições peculiares ao gentio do interior e também das cidades, foram citadas pelo orador, prendendo a atenção dos presentes. Estudou o folclore em relação à pesca e à agricultura do interior, com a peculiaridade das vestimentas, dos utensílios domésticos e dos objetos de trabalho, típicos a uma determinada localidade e com relação à necessidade profissional. A fabricação de rendas e de objetos de cerâmica, pelos caboclos e a própria religião praticada no interior, levam os estudiosos a crer na influência portuguesa, resultante da colonização, nos hábitos e costumes do nosso povo. Os jogos infantis, a lira, a sátira, a indumentária, a culinária e os provérbios documentados pelo orador, são, evidentemente, os fatores que permitem apreciar as tendências de um povo, numa determinada época. Sugeriu o orador fosse dado o nome do Saul Ulisséa ao Nucleo, agora fundado, numa homenagem àquele historiador e pesquisador lagunense, que nos seus li-

vros expôr, ou melhor, quem primeiro cultivou o estudo do folclore de Laguna. A sugestão foi aceita com calorosa salva de palmas, passando assim a ter a denominação de "Núcleo de Estudos e Pesquisas Folclóricas Saul Ulisséa" anexo ao "Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral".

Em seguida, o Presidente desta Sessão de Instalação, Professor Rubem Ulisséa, agradeceu a sugestão de ser dado o nome de seu pai ao Núcleo ora fundado, convidando os presentes para a inauguração da Exposição de Arte Popular, a primeira no gênero fundada em Santa Catarina.

Nada mais havendo para constar, eu, Otto Mariath, secretário "ad-hoc" lavei e assinou a presente ata, que depois de lida foi aprovada sem retificações a qual é assinada por todos os presentes. Confere com o original. Laguna, 6-8-1951. Otto Mariath.

Ao Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore foi enviado, na oportunidade o seguinte despacho telegráfico:

Ministro Renato Almeida — Palácio Itamarati. — Rio.

Temos grata satisfação comunicar vossência fundação nesta histórica cidade, anexo ao Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral, Núcleo Estudos e Pesquisas Folclóricas Saul Ulisséa. Sessão contou presença autoridades locais, senhoras e grande número pessoas, tendo Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, Secretário Geral Comissão Catarinense Folclore pronunciado brilhante palestra sobre assunto folclore. Mesma oportunidade foi inaugurado Primeiro Museu Arte Popular Estado. Atenciosas saudações. José Paulo Arantes e Otto Mariath, Presidentes Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral,

Rubem Ulisséa, Secretário Geral Comissão Municipal Folclore.

A Comissão Catarinense de Folclore cumprimenta os orientadores do Novo Núcleo, ao qual deseja longa e fecunda existência.

HONROSA DEFERÊNCIA

S. Excia. o Sr. Governador Irineu Bornhausen, num gesto altamente simpático, dirigiu-se por carta a todos os Srs. Prefeitos Municipais do Estado, empenhando-se no sentido de que estes solicitassem das Ilustres Câmaras de Vereadores a inclusão nas leis orçamentárias municipais de uma verba para auxílio à Comissão Catarinense de Folclore.

A franca solidariedade e o decidido apôlo com que o Exmo. Sr. Governador vem de distinguir os trabalhos desta Comissão, demonstra o alto interesse do atual Governo em prestigiar as associações e entidades culturais do Estado.

Somos imensamente gratos a S. Excia. bem como a todos os Exmos. Srs. Prefeitos e Ilustres Vereadores que, atendendo ao apôlo, registraram em leis, o seu apôlo a esta Comissão, mediante o qual poderá a mesma parelhar-se devidamente para registrar os fenômenos do nosso populário

EDISON CARNEIRO

Este Boletim já estava no prelo quando nos honrou com a sua presença por Florianópolis o culto professor Edison Carneiro, que, a nosso convite, pronunciou no salão nobre da Faculdade de Direito de Santa Catarina uma interessante e instrutiva palestra sobre doutrina folclórica.



O BOLETIM TRIMESTRAL DA SUB-COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE

Não sabemos da existência, no Brasil ou em Portugal, de uma revista versando sobre ciência folclórica, com as características materiais e intelectuais desta que se edita em Santa Catarina, pela Sub-Comissão de Folclore.

Cada número, com uma média de 100 páginas, tornou-se o veículo não só dos trabalhos dos folcloristas catarinenses, como, também, das pesquisas e comentários que fazem os mestres dos estudos sociais de todo o Brasil. A revista chega a tomar, atualmente mais caráter nacional do que simplesmente barriga-verde, tal a importância que assumiu.

Ainda há pouco, estivemos lendo o número oito, do qual foi remetido um exemplar à nossa redação. Este veio confirmar a linha ascensional em que está caminhando a vitoriosa revista catarinense. Entre a excelente matéria que ele apresenta, notam-se trabalhos assinados por Alceu Maynard Araújo, Walter Spalding, Veríssimo de Melo, Mariza Lira, Eustórgio Wanderley e Eduardo Campos, estes de outros Estados da União; ainda F. Car-

reiro da Costa e Antônio Castillo de Lucas, o primeiro da Ilha São Miguel, Açores, e, o segundo, da Espanha. Assinam, ainda, trabalhos originais, os seguintes escritores conterrâneos: Oswaldo Cabral, Oswaldo F. de Melo (filho), Walter Piazza, Lucas Boiteux e Mário de Campos Birnfeld.

(Do "Diário da Manhã" — Florianópolis).

Boletim de Folclore

Está em circulação o número de Junho do "Boletim Trimestral", da Comissão Catarinense de Folclore. A excelente revista sulina apresenta, desta vez, ao lado de um estudo sobre Silvio Romero, assinado por Jorge Lacerda, colaborações valiosas que abordam temas do folclore catarinense e nacional.

Registramos, aqui, o nosso aplauso aos realizadores do "Boletim", que, circulando com absoluta regularidade e oferecendo feição gráfica impecável, é, hoje a nossa melhor publicação, no gênero. E devemos ressaltar nesse empreendimento o nome do deputado e historiador Oswaldo R. Cabral, uma das mais brilha-

tes inteligências de Santa Catarina. Em seus sucessivos números, o excelente órgão da Comissão Catarinense de Folclore tem fixado os nossos hábitos, usos e tradições populares, através de curiosos inquéritos, trabalhos originais e material fotográfico cuidadosamente selecionado.

Letras e Artes, 22-7-51 (Rio)

A Comissão Catarinense de Folclore, continua sua meritória obra não só quanto ao estudo dos assuntos folclóricos catarinenses, como na divulgação de seus resultados no magnífico BOLETIM TRIMESTRAL, cujo n.º 8 acaba de sair. Além disso, sua benemerência aumenta, sabendo-se que a exemplar Comissão divulga ainda, em seu Boletim trabalhos de outros Estados e até do estrangeiro, pondo, assim, nas mãos dos nossos estudiosos, folcloristas e folclorólogos, precioso material. Oxalá prossiga sempre com o apêlo que tão eficiente tem sido, do governo catarinense, a dedicadíssima Comissão Catarinense de Folclore, á qual deixamos aqui registrado o nosso mais cordial agradecimento pelas lisonjeiras palavras com que a nós se referiu nesse ultimo número. O Boletim Catarinense de Folclore tem como Diretor o grande folclorólogo dr. Oswaldo R. Cabral e como Redator, o não menos dedicado pesquisador Walter F. Piazza, moço de quem muito esperam as letras catarinenses.

Walter Spalding

Jornal do Dia, 12-8-51 (Porto Alegre)

COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE

Desta figura notável de parlamentar e homem de letras, que é Oswaldo Cabral, recebemos um exemplar (Boletim Trimestral) da Comissão Catarinense de Folclore.

Maravilhoso trabalho, que honra sobretudo a cultura catarinense. Valiosas colaborações de Alceu Maynard Araújo, Walter Spalding, Verissimo de Melo, Mariza Lira, Eduardo Campos, Oswaldo F. de Melo (filho), Oswaldo R. Cabral, Mário de Campos Birnfeld, Lucas A. Boiteux, Walter F. Piazza, Virgílio Varzea, João Dornas Filho, Luiz Alípio de Barros, Eustórgio Wanderley, F. Carreiro da Costa,

Antônio Castillo de Lucas, formam o conjunto de um livro interessante de mais de 100 páginas, com notáveis fotografias de Willy Zumblick e José Silveira d'Ávila.

Constitue este boletim um verdadeiro órgão de difusão cultural, que devia contar com o apêlo dos Poderes Competentes. E o nosso Governo, que auxilia as instituições esportivas, que fornece verba para construção de ginásios para a prática do basquetebol, merecendo, por isso, os maiores elogios, devia apoiar iniciativas desta natureza. 1.000 exemplares do Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore, dirigido por Oswaldo R. Cabral, tendo como redator Walter Piazza, serão distribuídos gratuitamente, levando para outros lugares o valor da cultura catarinense, magnífica propaganda do Estado de Santa Catarina, merecendo, por isso mesmo, o apelo oficial.

Esta é o apêlo que fazemos aos responsáveis pelo desenvolvimento artístico do povo catarinense. Colaborar com este grupo de abnegados, que tem á frente a figura de um escritor como Oswaldo Cabral, é um dever do Governo. E temos a certeza absoluta, que dêste mesmo modo pensarão os nossos administradores, folheando o Boletim Trimestral, de Junho de 1951, da Comissão Catarinense de Folclore.

"O Vale do Itajaí" — Julho de 1951 — (Blumenau, S. C.).

Ao regressar do Rio a representação catarinense ao 1º Congresso Brasileiro de Folclore, publicou o jornalista Oswaldo Melo, no "Diário da Manhã" desta Capital o seguinte sueto que muito nos cativou:

Estão de volta do Rio, após brilhante atuação no Congresso Brasileiro de Folclore, os representantes de nosso Estado.

A imprensa da Metrópole registrou com grande simpatia a atuação desses nossos intelectuais, que integraram aquela Comissão, enaltecendo seus trabalhos e a forma aliás elegante com que se desincumbiram nas Comissões de Pareceres que a respeito tiveram de exarar á cerca de diversos documentários ali exibidos.

Para Santa Catarina, vale o fato para

testemunhar o nosso índice cultural em todos os setores onde os barriga-verdes tem tido oportunidade de se manifestar.

Deste cantinho de página, sob o reflexo destas três estrelinhas de esmaecido brilho, envio aos componentes da representação do Estado, meus sinceros votos de congratulações com esse sentir de que

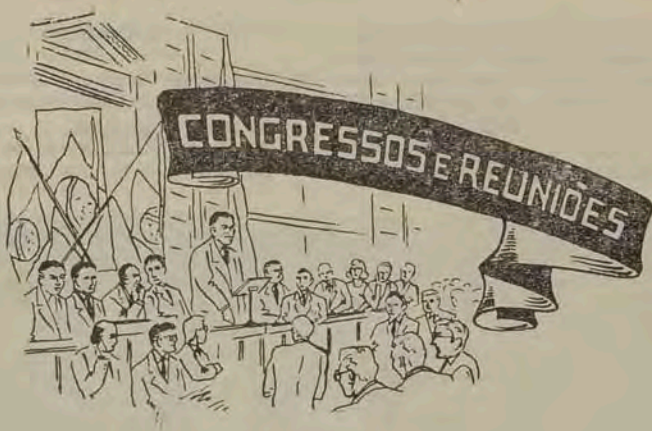
sempre estou possuído diante de tudo que eleva e engrandece a terra que é nosso berço. E votos faço também, para que esta geração, que tanto prestigia a cultura catarinense, prossiga na rota luminosa a que se traçou, para maiores e ainda mais brilhantes êxitos.

O.

A Comissão Catarinense de Folclore precisa da ajuda de todos os catarinenses para que possa preencher as suas elevadas finalidades.

Portanto, leitor amigo, coopere para o nosso engrandecimento cultural divulgando os seus conhecimentos sôbre a vida do nosso povo, nas suas horas alegres ou tristes, no trabalho ou no divertimento.

Envie o seu trabalho à Comissão Catarinense de Folclore, Rua Esteves Júnior, 138 — Florianópolis.



PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE



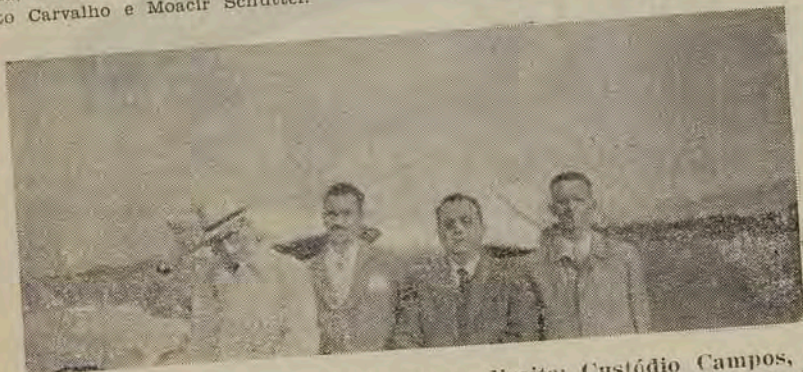
Reuniu-se de 21 a 31 de agosto p. f., na Capital da República, o 1º Congresso Brasileiro de Folclore, que atraiu ao Rio de Janeiro representações de todos os Estados Brasileiros, com exceção de Goiás e Mato Grosso, além de várias figuras proeminentes do folclore português, argentino, paraguáio e colombiano.

Para tomar parte nesse magno conclave partiram desta Capital, graças ao auxilio que a Comissão Catarinense de Folclore prestou S. Excia. o Sr. Irineu Bornhausen, dd. Governador do Estado, a seguinte delegação: deputado Dr. Oswaldo R. Cabral, Secretário Geral; Professores Custódio F. de Campos, Walter Piazza e Oswaldo Melo Filho, tendo deixado de seguir por não ter obtido a necessária permissão do IBGE, do qual é alto funcionário, o Prof. Almiro Caldeira de Andrade, Sub-Secretário da Comissão. No Rio de Janeiro passaram a integrar a representação catarinense os Srs. Almirante Lucas Alexandre Boiteux e Prof. Vitor Peluso Júnior.

O Congresso

A representação catarinense foi recebida no aeroporto Santos Dumont pelos Srs. Renato Almeida, Secretário Geral da Comissão Nacional do Folclore e Exma. Esposa, dr. Cesar Grillo e Exma. Esposa, D^a. Cecília Meirelles, e jornalistas Tito Carvalho e Moacir Schuttel.

Presidentes de Honra: — SS. Excias. os Srs. Doutor Getúlio D. Vargas, Presidente da República; Embaixador João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores;



Os catarinenses: da esquerda para a direita: Custódio Campos, Osvaldo Melo (filho), Oswaldo R. Cabral e Walter F. Piazza. (No Rio integraram a Representação os Srs. Almirante Lucas A. Boiteux e Dr. Vitor Peluso Júnior)

Durante a sua estadia na Capital da República a representação de Santa Catarina foi alvo de várias homenagens, tendo tido a honra de receber a visita de S. Excia. o Senhor Dr. Luiz Gallotti, Ministro do Supremo Tribunal Federal e ilustre filho do nosso Estado.

A atividade da delegação catarinense foi grande, tendo tomado parte nos trabalhos das Comissões e nas sessões plenárias.

O Secretário Geral, dr. Oswaldo R. Cabral foi escolhido para falar em nome dos congressistas, agradecendo o discurso de saudação dos Srs. Drs. João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores e Levi Carneiro, Presidente do IBECO.

Os discursos vão publicados noutro local.

Parte da delegação Catarinense regressou a esta Capital no dia 29, antes do encerramento do Congresso, tendo ficado no Rio de Janeiro os congressistas Lucas A. Boiteux, Vitor Peluso e Walter Piazza que acompanharam os trabalhos até finalizar a notável reunião.

Dr. Simões Filho, Ministro da Educação e Saúde;
Engenheiro João Carlos Vital, Prefeito do Distrito Federal;
Dr. Levi Carneiro, Presidente do IBECO

Comissão Organizadora: — Presidente —
Dr. Renato Almeida; Vice-Presidentes — Drs. Basílio de Magalhães, Gilberto Freyre, Gustavo Barroso, Joaquim Ribeiro, Lindolfo Gomes e Luiz da Câmara Cascudo;
Secretário Geral: Dr. Cecília Meirelles;
Adjunto: — Prof. Nobrega da Cunha
Tesoureiro: — Manoel Diégues Júnior
Membros: — Alceu Maynard Araújo, Fausto Teixeira, Fernando Correia de Azevedo, José Calazans, José Maria Melo, Mariza Lira, Pedro Gouveia Filho, Ruth Guimarães, Veríssimo de Melo, Waldemar de Oliveira e Walter Spalding.

Comissão Executiva: — Renato Almeida, Cecília Meirelles, Diégues Junior e Nobrega da Cunha

Comissão de Exposição: — Presidente, D^a.
Heloisa Alberto Torres;
Membros: Edison Carneiro, José Sem-
eão Leal e Diégues Júnior.

Programa

Dia 21: Sessão Preparatória que se realizou na Biblioteca do Palácio do Itamaraty, sob a presidência do Sr. Levi Carneiro. Na ocasião foi eleito Presidente do Congresso o Sr. Renato Almeida.

A tarde, os membros do Congresso visitaram S.S. Excias. os Senhores Ministros da Educação e das Relações Exteriores, tendo os saudado os Srs. Antonio Viana (Bahia) e Ayres da Mata Machado Filho (Minas), agradecendo os Srs. Ministros em breves palavras.

A noite, a Rádio Nacional ofereceu aos congressistas um excelente programa de músicas e canções folclóricas, sob a direção de Paulo Tapajoz e no que tomaram parte destacados elementos daquela broadcasting.

Dia 22: Pela manhã foram instalados os grupos de trabalho no Ministério da Educação. No 1º e 2º grupos figurou o congressista Oswaldo Cabral; no 5º e 7º,

o congressista Walter Piazza; no 5º, o congressista Lucas A. Boiteux; no 5º, o congressista Vitor Peluso; no 9º o congressista Oswaldo Melo Filho; no 5º o congressista Custódio Campos. Aos congressistas foram distribuídos os pareceres exarados a todos os trabalhos, mimeo-grafados.

A tarde, na Biblioteca do Palácio do Itamaraty verificou-se a instalação solene do Congresso. A mesa que presidiu aos trabalhos ficou constituída dos Srs. Rômulo de Almeida, representando o Sr. Presidente da República; Levi Carneiro, Presidente do IBECC; Sergio Millet, representante da UNESCO; Antonio Jorge Dias, representante de Portugal; Renato Almeida, Presidente do Congresso e Oswaldo R. Cabral, representante de Santa Catarina e Grador pios congressistas estaduais, sob a Presidência do Sr. Embaixador João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores.

Na assistência viam-se Embaixadores e Ministros de vários países amigos, delegações, representações, senhoras, congressistas e numerosos jornalistas. Foram pronunciados os seguintes discursos.



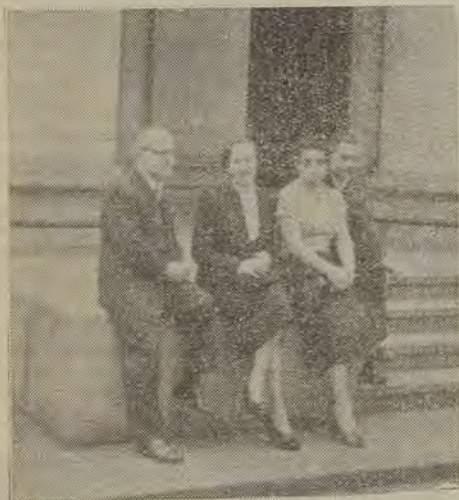
Os congressistas diante da sala de conferências do Itamaraty, após a sessão preparatória

**DISCURSO DO SR. MINISTRO JOÃO
NEVES DA FONTOURA**

"Não faz muitos dias que os salões do Itamaraty foram abertos para hospedagem de 4 notáveis telas de pintura flamenga e destinadas ao Museu de Arte de São Paulo. Recebendo aqui o Corpo Diplomático e a sociedade brasileira, não

dente da República — empresta decidido apólo.

A Comissão não comparece ao plenário do Congresso com as mãos vazias. Durante este período de preparação, o seu balanço é digno de registro. Não é demais assinalar as linhas fundamentais do que já está feito, distribuição de comunicações relativas ao folclore e de bo-



O Ministro Renato Almeida, com representantes paulistas: Zita Tavares de Lima, Jamile Japur e o Prof. Rossini Tavares de Lima

omiti a alusão ao papel que esta Casa desempenha no plano das nossas relações culturais com as outras nações do mundo. E seria ainda de mencionar, se não temesse alongar a pequena oração proferida, que a Cultura é substancialmente um estuário de afluentes internacionais, num jogo de aquisição e devolução de valores de uns para os outros.

Ministro de Estado desta pasta em 1946 coube-me a honra de propôr ao Sr. Presidente da República a fundação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura que foi de todas as Comissões Nacionais da UNESCO, a primeira a ser instalada. Entre as felizes realizações do Instituto podemos anotar a Comissão de Folclore para estudos e pesquisas da nossa cultura popular e com o empenho de proteger esses elementos tradicionais ameaçados de constante regressão. Dessa obra é que resultou este I Congresso de Folclore, ao qual o Governador — e com especialidade o Sr. Presi-

letins bibliográficos e noticiosos; organização de 19 Comissões Estaduais em pleno funcionamento, sendo que as de Santa Catarina, Espírito Santo e Paraná publicam boletins impressos; realização de três semanas de folclore no Rio, São Paulo e Porto Alegre, a última das quais foi uma larga demonstração do folclore gaúcho; exposições de arte popular; esforços para salvaguardar os folguedos populares; pesquisas e inquéritos regionais orientados dentro de rigoroso critério científico; estudos comparativos; empenho pelo aproveitamento do folclore no setor educacional com a sua inclusão nos currículos universitário e normal, de sorte a preparar os professores para utilizá-lo como elemento didático; relações internacionais com grupos folclóricos e folcloristas estrangeiros.

Este Congresso, cujos trabalhos tenho a honra de inaugurar, coincide com o centenário de nascimento de Sylvio Romero. Tenho isso por um bom prenúncio, pois parece atestar que os folcloris-

tas brasileiros não deixaram perecer as sementes lançadas ao solo pelos pioneiros da grande Idéia, entre os quais o insigne sergipano avulta entre os maiores que cedo vislumbraram a majestade do gênio popular do Brasil em seus cantos e contos coligidos com o maior florilégio da poesia espontânea. Nem poderemos também olvidar os livros de Pereira da Costa destacando a contribuição do folclore pernambucano, inestimável para o conhecimento da nossa demopsicologia; nem os trabalhos de Manoel Quirino, observador minucioso das tradições do povo baiano e das culturas negras de que ele foi, com Nina Rodrigues, um dos primeiros a estudar; nem as achéguas de Vale Cabral, tão preciosas "no que diz respeito ao maravilhoso papel do Brasil".

Os nossos "folk-ways", abertos por Celso de Magalhães, tiveram a trilhá-los espíritos luminosos como João Ribeiro, Amadeu Amaral, Alcides Maya e Mario de Andrade. Mas este Congresso não vai restringir os seus trabalhos aos aspectos eruditos do folclore, tanto assim, que incluiu no temário o estudo das relações entre o folclore e a economia, a fim de demonstrar o seu caráter social, estudando não apenas a arte mas o artista popular, a sua proteção e os meios de assegurar a sobrevivência de sua obra tradicio-

nal. E isso porque verdadeiramente na massa espontânea e consuetudinária do folclore, se conservam indelevels as linhas da unidade nacional.

Abrigando e prestigiando esta obra, não se aparta o Itamarati dos limites de sua jurisdição administrativa. Ao contrário, coopera para o estabelecimento de um dos fatores pelos quais os povos se identificam ou se delimitam na obra essencial e emocional de aproximá-los, eis que o estudo do folclore é um dos caminhos da fraternidade entre as nações.

Santyves, mestre do folclore francês, proclamou: "Quando os povos, não um ou dois povos, mas a grande maioria dos povos tiver compreendido as lições do folclore só então se abrirá a era da paz verdadeira na humanidade".

Esses conceitos não são novos, mas estão sendo cada vez mais renovados pelos líderes espirituais da nossa época. Dois anos atrás um grupo de eminentes sociólogos, entre os quais se contava o brasileiro Gilberto Freyre, reunidos em Paris pela UNESCO para estudarem os meios de eliminar os estados de tensão causadores das guerras, afirmou que o conhecimento das culturas populares é um dos meios mais adequados para que os povos se entendam verificando a identidade de suas raízes humanas. Em várias outras



No Itamarati: Victor Peluso Jor., Custódio Campos e Walter F. Piazza

oportunidades as mesmas manifestações da UNESCO, que é o órgão da Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas, se dirigiram para o mesmo fim, como nos seminários para a educação dos adultos em Quitandinha e Montevideu, e na I Conferência das Comissões Nacionais do Hemisfério Ocidental, em Havana, insistindo-se em recomendar a utilização dos

povos, tornando-se assim um dos meios para se ganhar a paz, que tão ardentemente desejamos".

Nem o tipo regional do folclore lhe arrebatava o caráter internacional, pois a recuperação dos mitos, lendas, superstições, histórias, melodias, ritmos, práticas, danças e usos mostra a sua universalidade em todos os quadrantes do globo



Hita Cuellar (Paraguai), Tobias Rosenberg (Argentina), América Caballero (Paraguai), Hildegardes C. Viana (Bahia), Laura Della Mônica, Evanira Mendes e Jamile Japur (S. Paulo), W. Piazza (Sta. Catarina).

valores "essenciais e humanos do folclore como estímulo do desenvolvimento artístico". Ainda no programa da UNESCO para o ano em curso, graças à sugestão da nossa Comissão Nacional de Folclore, por intermédio da Delegação Brasileira à Conferência Geral de Florença, foi incluído o convite aos Governos dos Estados-Membros para que se empreenda e encarregue a elaboração e aplicação de projetos relativos à "utilização do folclore para a educação e cultura".

Como se vê, o trabalho, a que se vêm consagrando os folcloristas brasileiros, não é uma simples atividade intelectual desinteressada. Como disse o Professor Otto Lehman, antigo Presidente da Comissão Internacional de Artes Populares, além do seu caráter social ela deve contribuir para "a estima mútua entre os

e atesta a unidade essencial da criatura humana, dêse homem humilde, sofredor e ao mesmo tempo glorioso e que é o criador infatigável dos processos da História.

Natural é, assim, que o Itamaraty, onde nasceu e vive o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, tendo a seu lado a Comissão de Folclore, aplauda a reunião deste Congresso e o acompanhe em seus trabalhos, na certeza de que deles resultarão fecundas realizações não só para o conhecimento da alma tradicional do Brasil, como das inúmeras contribuições que ele leva para o plano internacional".

Falou, após, o Sr. Levi Carneiro, Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura,

DISCURSO DO SR. LEVI CARNEIRO

"Artes mesmo de finda a segunda grande guerra européia se cuidou de refazer a organização internacional, e logo que cessaram as hostilidades ela se refez substancialmente e, nos moldes anteriores, que, aliás, pareciam ter se mostrado incapazes de evitar a reprodução da calamidade.

A Sociedade das Nações mudou de nome e de sede, e ressurgiu, com a mesma estrutura, na organização das Nações Unidas. A Corte Permanente de Justiça Internacional, suprimido em sua denominação, um adjetivo, alterada a colaboração de outro conservou a sede anterior, manteve as mesmas atribuições principais, e se restabeleceu com o novo nome de Corte Internacional de Justiça.

Apenas dentre os organismos auxiliares da Sociedade das Nações, um só, a Comissão de Cooperação Internacional, terá, se não me engano, sofrido transformação radical, bem significativa.

Em verdade, logo que assinado o Pacto de São Francisco os Ministros de Educação das potências aliadas, reunidos em Londres, recomendavam a realização de uma conferência de delegados governamentais para criar a organização educa-

cional e cultural das Nações Unidas. Dessa Conferência proveu a convenção de 16 de Novembro de 1945, que estabeleceu a organização aludida destinada a ligar-se à das Nações Unidas. Abreviadamente, pelas iniciais da sua longa designação, chamou-se Unesco. Somente nesse organismo revelou uma nova concepção dos meios de concebir a tão sonhada paz universal. Era, pela índole solene do instrumento de sua formação, pela amplitude dos objetivos mencionados na sua denominação, pela sua composição reproduzida em todos os países do mundo, pelo pensamento que lhe inspirara a criação — um organismo novo, como nunca, talvez, houvessem imaginado os mais arrojados idealizadores da paz universal. Originando de uma convenção internacional, firmada por plenipotenciários de 37 Nações, não se comporia somente de representantes, dos diferentes governos, antes abrangeria, a par de delegados governamentais, representantes de instituições culturais; não se restringiria ao plano intelectual, enfrentaria todos os problemas de educação e de cultura; pretenderia construir "no espírito dos homens, as defesas da paz" realçar que a guerra, apenas finda, proviera da "renúncia do ideal democrático de dignidade, de igualdade e

Biblioteca Pública do Estado
Setor de Santa Catarina



Catarinenses e paulistas: da esquerda para a direita: José Albertino Rodrigues, Osvaldo Melo (filho), Evanira Mendes, Custódio Campos, Victor Peluso Jor. e Jamile Japur

de respeito à pessoa humana", encareceria a necessidade de debelar "a incompreensão mútua dos povos", "origem da suspeita e da desconfiança entre as nações", visaria fortalecer, entre os povos, a "mútua compreensão e um conhecimento mais preciso e verdadeiro dos seus costumes"

de cada povo, para essa obra imensa. Nunca se terá posto tão alto o ideal inatinzido da solidariedade internacional. Nunca se terá procurado fundar esse ideal em bases concretas de tanta realidade.

Menos de sete meses depois da assinatura da convenção de Londres, criava o



No Itamarati: Dra. Hita Cuellar (Paraguai), Tobias Rosenberg (Argentina), América Caballero (Paraguai), Hildegardes C. Viana (Bahia), Laura Della Mônica (S. Paulo), Oswaldo Cabral (Sta. Catarina), Evaira Mendes e Jamile Japur (S. Paulo), Walter Piazza (Sta. Catarina), Edison Carneiro (C. Nacional) entre Conceição e Maria de Lourdes Borges Ribeiro (S. Paulo)

Estas palavras, que extraio do preâmbulo da convenção da Unesco definem, muito melhor que as do Pacto das Nações Unidas, os meios de assegurar a paz internacional. É a paz estável duradoura, definitiva, não ajustada protocolarmente entre governos, mais ou menos transitórios, mas entretida dia a dia, alicerçada entre os povos pelo seu mútuo conhecimento, pela sua compreensão recíproca, pela orientação das suas culturas no sentido comum da dignificação da pessoa humana. Não se abstrai das nações para criar um organismo super-nacional; ao contrário, a Unesco seria nacional e humana, em cada país e ao âmbito internacional. Era, desde logo, a convenção dos homens representativos da cultura

Brasil a sua comissão da Unesco — por honra nossa, graças à pronta compreensão do alcance e dos benefícios dela decorrentes — o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, cognominado "IBECC", segundo a abreviatura de moda. Nele se reuniam 20 delegados governamentais e cerca de 120 representantes de instituições culturais, o Exmo. Sr. João Neves da Fontoura, então, como agora, esclarecido e zeloso Ministro das Relações Exteriores.

Foi, assim, o Brasil — recordava há pouco S. Ex. — o segundo país do mundo a instalar a sua comissão nacional — atribuindo-se precedência, por poucos dias, ao Iran; ou, talvez, o primeiro se se considerar que, em relação ao novo

competidor a lei do Parlamento é de data ulterior.

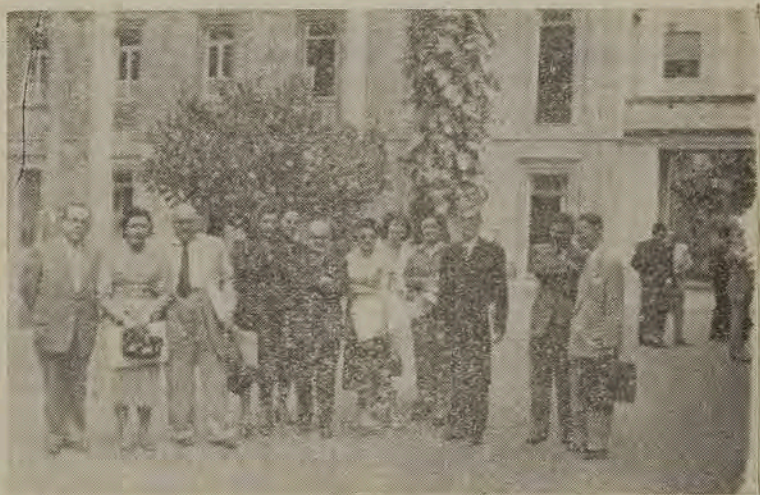
O que mais importa, sem dúvida, é o que se terá feito nos cinco anos decorridos. Quanto ao IBECC, é de confessar que não conseguiu realizar tudo o que desejara, nem sequer tudo o que deveria. Notadamente, não se estendeu, ainda, como é imprescindível, por todo o país. Por falta, talvez, de compreensão dos benefícios que, ao Brasil, mediata e imediatamente, pode acarretar a ação intensa do IBECC; por estranheza dessa intromissão de instituições e homens, destituído das responsabilidades do governo, na preparação da paz internacional; por carência de certa dose de quixotismo, necessária para enfrentar realizações de tanto vulto com penúria dos recursos financeiros que eles exigem — por isso, ou por aquilo, certo é que ainda não conseguiu o IBECC preencher plenamente a sua missão.

No entanto, em meio das deficiências desalentadoras, ocorre o que se poderia considerar um milagre autêntico.

Recordava-vos, há pouco, que a Unesco

assentou, desde logo, expressamente, entre seus objetivos — o conhecimento mais preciso e verdadeiro dos costumes dos diferentes povos. Com esse intuito seria necessariamente levada aos estudos de folclore. No entanto, não têm avultado, em meio de todas as numerosíssimas — acaso por demais numerosas — iniciativas da Unesco, as que se referam ao folclore. Ao que me consta, no setor musical, confiado à competência de nosso ilustre patricio, Sr. Luiz Heitor, alguma coisa se tem feito, aliás sem grande repercussão.

Pois, aqui, das nove comissões permanentes do IBECC somente — a do folclore já se instalou e funciona efetivamente em todos os Estados, com exceção única de Mato Grosso. Em menos de quatro anos, a Comissão de Folclore do IBECC publicou e distribuiu, no país e no estrangeiro, documentos, comunicações, estudos etc. — além do boletim mensal, bibliográfico e noticioso. Também comissões estaduais — de Santa Catarina, do Espírito Santo, do Paraná — publicam valiosos boletins. Nesta mesma



Oswaldo Cabral (S. Catarina), America Caballero (Paraguai), Tobias Rosenberg (Argentina), Hita Cuellar (Paraguai), Maria de Lourdes B. Ribeiro (S. Paulo), Renato Almeida (C. Nacional), Jamille Japur e Evanira Mendes (S. Paulo), Cecília Meirelles (C. Nacional), Custódio Campos (Sta. Catarina), Edison Carneiro (C. Nacional) e Walter Piazza (S. Catarina)



Um aspecto da sessão solene de instalação. No alto, o ministro João Neves da Fontoura falando, ladeado, da esquerda para a direita pelos srs. Oswaldo R. Cabral, Renato Almeida e Rômulo de Almeida, e, a sua direita, pelos srs. Leví Carneiro, Sérgio Milliet e Jorge Dias, representante de Portugal

data — que fez consagrar como "dia do folclore", para comemorar a iniciativa de William John Thoms — tem, há quatro anos seguidos, inaugurado semanas de folclore, no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre. A IV Semana se realizará no ciclo natalino, em Maceló, a cargo da Comissão Alagoana. Culmina todo esse movimento agora, ao inaugurar-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, enquadrado em numerosas e expressivas solenidades. Desta reunião há de sair por certo o plano, adotado pela diretoria do IBECC, tendente a assegurar a cooperação dos governos estaduais com as comissões locais de folclore. Vai abrir-se nova, auspiciosa fase dos estudos de folclore no Brasil. Quero crer que os trabalhos deste Congresso — inclusive sobre a correlação do folclore com a educação hão de encarecer a necessidade de incluir a matéria no primeiro plano das atividades mundiais da UNESCO. Através do

IBECC e dos seus delegados tem a nossa Comissão localizado problemas do folclore, nos seminários de alfabetização de Petrópolis e de Montevideu, na Conferência regional de Havana, em reuniões ordinárias da UNESCO; mas, ainda não conquistaram — como hão de conquistar — o relevo merecido no programa da UNESCO. Como quer que seja, desde já, no plano nacional, podemos acentuar o alcance e o significado da obra que se está realizando.

Os êxitos obtidos pela nossa Comissão de Folclore se devem, em grande parte, à competência e à dedicação dos membros dessas comissões e de quem as criou e tem sabido coordenar com inteligência e tato inexceláveis, o Secretário Geral Adjunto do IBECC, Sr. Renato Almeida. Tudo denota, porém, ao mesmo tempo a oportunidade do empreendimento correspondendo a certo estado de espírito pré-existente e à relevância e interesse da

própria matéria versada. Não se improvisaram de súbito as autoridades, que estão aparecendo em tantos e tão diversos pontos do território nacional. Eram estudiosos devotados, isolados, muitos deles quasi desconhecidos. O IBECC contribue para que se unam, se conheçam melhor e colaborem, estimulando-se mutuamente. Essa conjugação de esforço e de estudos não teria a repercussão, que vai ganhando cada vez mais, no espírito público, se não estivesse revelando alguma coisa que por aí estava dispersa, nem sempre percebida e bem apreciada, alguma coisa que todos podem sentir e compreender e que, afinal, é uma expressão para, espontânea, irreprimível da vida, um vínculo da nossa maravilhosa e providencial unidade nacional. Através de contos, lendas, cantigas, danças, crendices, folguedos — estamos sentindo a unidade psicológica da nossa gente, acentuando características de sua formação íntima, exaltando-lhe a fantasia, a imaginação, a sensibilidade.

Como disse em mensagem dirigida ao preclaro Secretário Geral da Comissão do Rio Grande do Sul, Sr. Dante de Laytano, ao inaugurar-se a III Semana de Folclore naquele Estado, o estudo do folclore proporciona melhor conhecimento e compreensão da nossa gente e por igual acarreta a elevação do seu nível mental. Por isso mesmo — é obra educativa. E cultural — porque fixa as origens, remotas ou próximas da literatura, da música, das artes plásticas, de todas as nossas mais altas criações. E porque induz conhecimento e o apreço de homens obscuros e anônimos, dignificando-os — é obra de democratização. E de beleza — porque recolhe e salva do olvido tantas e tantas criações, revestidas da graça ingênua, da harmonia suave, da inspiração de sentimentos fortes e nobres e de pensamentos profundos. É obra de intercompreensão das gentes distanciadas e estranhas, porque lhes revela identidades fundamentais despercebidas, soterradas entre os indivíduos e entre as nações, pelos



Outro aspecto da assistência à sessão de instalação do memorável
1º Congresso Brasileiro de Folclore



No Museu Nacional, os participantes do 1º Congresso Brasileiro de Folclore, vendo-se d^a. Heloisa Alberto Torres, ladeada pelos srs. Renato Almeida e José Loureiro Fernandes (Paraná), em primeiro plano

preconceitos, pela valdade, pela soberania.

Em suma, nesse setor, estamos sob o império dos altos ideais a um tempo nacionais e humanos, em que a UNESCO acertadamente procurou fundar, a solidariedade e a paz do mundo. Bem o comprova o perfeito espírito de colaboração com que agora aqui se reúnem folcloristas brasileiros e ilustres representantes de Portugal, do Paraguay e da Argentina.

Srs. Membros do I Congresso Brasileiro de Folclore — com o sentimento desses ideais, profundo reconhecimento pelo que tendes feito e justificada confiança no que ides fazer em nome do IBECC vos apresento os calorosos aplausos, louvores e agradecimentos que mereceis de todos os brasileiros”.

O Sr. Sergio Milliet, pronunciou depois a seguinte discurso:

**ORAÇÃO DO SR. SERGIO MILLIET,
DELEGADO DA UNESCO**

Não significa a presença de um delegado da UNESCO neste Congresso gesto de

mera cortezia. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, tem por objetivo precípuo a mútua compreensão das coletividades as quais, para se compreenderem, necessitam antes de mais nada se conhecerem. Ora, entre os meios de conhecimento ao nosso alcance figura em primeiro lugar a arte, em particular a arte do povo nas suas formas puras e portanto não só mais expressivas como também mais facilmente comunicáveis. Por isso mesmo constam do programa da UNESCO o estudo e a divulgação da música folclórica, das danças, das tradições, dos costumes de todos os povos.

Graças ao trabalho dedicado dos especialistas que contratou — e entre os quais cabe lembrar o brasileiro Luiz Heitor Correia de Azevedo — pode a UNESCO em poucos anos realizar uma tarefa apreciável e que será da maior utilidade, em futuro bem próximo, a todos os que se interessam pelo assunto e contribuem com suas obras ou pesquisas para uma

mais profunda simpatia entre as nações, o que equivale dizer para a manutenção da paz, porquanto quem se conhece se respeita e quem se respeita está bem perto de se apreciar.

Dois catálogos de música etnográfica e folclórica registrado nos diferentes países estão sendo impressos pela UNESCO. Um deles para o que existe no Museu do Homem, outro para o que se encontra na Fonoteca Nacional Francesa e no Museu da Palavra de Paris. Ambos serão publicados antes do fim do ano. Outro catálogo do mesmo gênero, a sair em 1952 registrará as coleções do Instituto de Musicologia de Regensburg na Alemanha, estando ainda em organização — em colaboração com o Internacional Folk Music Council — um quarto catálogo, este dos discos editados por firmas comerciais ou instituições científicas e que possam ser adquiridos.

Sob os auspícios do Conselho Internacional da Música (instituição subvencionada pela UNESCO) e editado pelos arquivos internacionais de Música popular do Museu de Etnografia de Genebra, iniciou-se uma coleção universal de discos

folclóricos, cujo primeiro album já em circulação compreende músicas africanas, suíças, escocesas, rumenas e italianas. Do segundo album, em preparação, constam músicas esquimós, francesas, iugoslavas, judias e gregas. Mais quatro albums de cinco discos cada um deverão sair ainda este ano ou no principio do ano próximo.

Entretanto não é apenas através das atividades de seu Departamento de Cultura que a UNESCO se preocupa com o folclore. Igualmente seu Departamento de Educação, o qual concentra todos os seus esforços na solução do problema da educação de base, reserva ao folclore um lugar de relevo pois considera transcendente o papel que desempenham as artes populares no ensino em geral. Daí o carinho com que as protege e incentiva através do apólo dado à Comissão Internacional das Artes e Tradições Populares e do International Folk Music Council.

Eis em resumo o que já fez a UNESCO pelo folclore. Nada direi das iniciativas que estão sendo estudadas e serão apresentadas oportunamente à Assembleia Geral para a necessária aprovação. De-las terei ciência através das publicações



Em frente ao Museu Nacional, da esquerda para a direita: Custódio Campos (Sta. Catarina), Maria de Lourdes Borges Ribeiro (São Paulo), Walter Piazza (Sta. Catarina), Jamile Japur (S. Paulo), Victor Peluso Junior (Sta. Catarina) e Conceição Borges Ribeiro (São Paulo)

oficiais de nossa organização, pois o momento não é de auto publicidade mas sim de aplauso ao que levalis agora a cabo neste Congresso que há-de assinalar uma fase brilhante nos estudos do folclore brasileiro.

mas palavras, dizendo que ao aceitar a incumbência de representar seu país natal nesse conclave, estava longe de medir as suas responsabilidades. Entretanto pedia ao Congresso que visse nas suas simples palavras, a sinceridade das men-



Saul Martins (Minas), Veríssimo de Melo (R. G. do Norte), Teo Brandão (Alagoas), Diégues Júnior (C. Nacional), Gonçalves Fernandes (Pernambuco), Nunes Pereira (Pará) e Guilherme dos Santos Neves (E. Santo)

Aqui estou para dizer-vos da atenção com que a UNESCO acompanha nossos trabalhos, da cordialidade com que vos saúda, do prazer que terá em saber de vossas conclusões e comunicá-las aos centros e instituições dos demais países. Esta terra é uma terra de tradições riquíssimas, excepcionais mesmo em nação tão jovem, mas pequeno é o número dos que não as ignoram. Que esta semana de gratas atividades, favoreça um maior conhecimento do Brasil nos meios cultos internacionais e entre os povos do mundo anelosos todos por fraternidade, igualdade, liberdade e paz, eis os votos que, como delegado da UNESCO eu tenho a alegria de vos apresentar.

PALAVRAS DO DELEGADO DE PORTUGAL

O delegado de Portugal, Sr. Antonio Jorge Dias, proferiu, de improviso, algu-

sagens que os folcloristas portugueses enviaram por seu intermédio.

Assinalou a significação profunda da presença de um delegado português num Congresso Brasileiro de Folclore, o que sugeria o desejo de se estabelecer relações mais íntimas entre os dois países.

Acrescentou que a inauguração do Congresso representava uma data fundamental nos estudos do folclore brasileiro e terminou saudando todos os folcloristas presentes.

Pelo Sr. Paul Vanorden Shaw, Diretor do Centro das Nações Unidas na Capital Federal foi pronunciado o seguinte discurso:

ORAÇÃO DO SR. PAUL VANORDEN SHAW

"Ao fazer votos pelo êxito deste Primeiro Congresso Nacional de Folclore, o

Centro de Informações das Nações Unidas não pode deixar de exprimir o interesse da Organização Mundial em todas as atividades, tanto nacionais, como internacionais, que projetam luz sobre este ser — o homem, o ser humano — para salvaguarda de cuja paz e prosperidade ela foi estabelecida.

Se as guerras nascem nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devemos erguer os baluartes da paz. Para erguer esses baluartes precisamos conhecer o que são essas mentes, sua natureza, como funcionam, de que se nutrem e como se formam.

O Folclore reflete justamente o homem puro, o homem espontâneo, sem complexos e, muito menos, o de inferioridade, que normalmente canta, versifica, pinta, modela, dança, corre e brinca de acordo com os ditames de sua própria natureza. É nas mentes dessa natureza que os baluartes podem encontrar alicerces firmes e sólidos.

Nada melhor, ou mais adequado, para nos revelar essa natureza do que o folclore. Os estudos e as pesquisas deste Congresso, ao aumentarem o acervo dos conhecimentos sobre o homem brasileiro, aumentam o cabedal geral de conheci-

mentos sobre o homem universal. E é neste conhecimento que repousarão os baluartes da paz.

Eis o nosso interesse neste conclave, eis a razão dos nossos votos pelo seu pleno êxito".

Em nome das representações dos Estados, falou o Sr. Deputado Oswaldo R. Cabral.

O DISCURSO DO DR. OSWALDO R. CABRAL

"Nunca sobre os meus ombros pesaram, como nesta tarde, tão graves e tão vastas responsabilidades.

Numa festividade como esta, em que se reúnem destacadas eminências culturais de todo o país, em que se fazem ouvir as palavras mais autorizadas da nobreza da oratória nacional — vir um obscuro provinciano expender idéias que certamente trarão a marca de circunscrito meio em que vive, responder à saudação brilhante do Ilustre Presidente do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura — e, ainda mais, procurar interpretar os sentimentos de todas as delegações que aqui se encontram — é, sem dúvida, uma tremenda responsabi-



João Dornas Fº. (Minas), Jamille Japur e M. Lourdes Borges Ribeiro (S. Paulo), Custódio Campos (Sta. Catarina), Conceição Borges Ribeiro (S. Paulo), Peluso Júnior (Sta. Catarina), Laura Della Mônica (S. Paulo) e W. Piazza (Sta. Catarina)

dade e fôra temeridade havê-la aceito se não fôra descortezia recusar a honra da escolha e audácia colocar em dúvida o que disse Santo Agostinho quando afirmou que "não vem em consideração o que alguém faz, sim a tenção com que o faz".

não encontram possibilidades de realização, por que os nossos anseios tem esbarrado de encontro a tôda a sorte de obstáculo e ido de encontro a tôda espécie de dificuldades.

Que temos sido nós, das Comissões Estaduais de Folclore, que a tenacidade e o

Saul Martins (Minas) e
Custódio F. Campos (Sta.
Catarina) no Jardim Zoológico da Quinta da Boa
Vista



Aqui estamos, pois, na tenção de agradecer, em nome dos Congressistas estaduais, a fraternal acolhida por parte da Comissão Nacional de Folclore e por parte do Instituto Brasileiro de Educação, Clência e Cultura, cujas manifestações de carinho e de confiança culminaram nas palavras fidalgas e sábias de Suas Excelências os Senhores Doutores, João Neves e Levi Carneiro, expoentes inconfundíveis da alta cultura patricia.

Meus senhores:

Eu estaria a repetir um lugar comum, corriqueiro em todos os Congressos de quaisquer natureza que sejam eles, se viesse dizer, nesta hora, que acudimos de todos os recantos da pátria animados do propósito de trabalhar.

Em verdade, o que traz, antes de mais nada, aproveitando esta comemoração centenária e êste conclave de sumidades, é o desejo de vir dizer, com desassombro, que queremos trabalhar, que desejamos trabalhar, que é preciso trabalhar — mas que não podemos, que não temos podido trabalhar, por que os nossos esforços andam dispersos, por que os nossos desejos

entusiasmo de Renato Almeida andaram semeando por êste imenso Brasil, senão pequenos núcleos ao desamparo, ignorados e esquecidos, nos quais raros obreiros se esgotam em amanho em sólo humoso e fértil — mas sem esperanças de retirar dêle tudo o que lícito fôra esperar — por que tem para o trabalho, apenas, os cinco dedos da mão?

Que temos sido senão esforços esparsos, animados unicamente pelo incentivo diuturno, constante, da Comissão Nacional, que tanto quanto nós, não tem de seu senão o ideal de alguns crentes?

Que conhecimento temos uns dos outros, que intercâmbio existe entre nós outros, que afinidades nos unem, que laços nos ligam?

Por isso — aproveitando a hora de cultivar a memória de quatro grandes vultos das letras folclóricas nacionais — viemos todos, de todos os Estados, para reclamar dêste Congresso as diretrizes e os meios, para que o nosso trabalho possa ser menos árduo — e mais produtivo; menos sacrificado — e mais compreen-

dido; menos disperso — e mais eficiente.

Não é menos verdade que a nova organização dada à Comissão Nacional de Folclore, constituindo-a em órgão dos folcloristas brasileiros, ao mesmo tempo resguardando às Comissões Estaduais a sua necessária autonomia, representa uma segura diretriz e uma esperança de nova e eficiente fase de trabalhos.

Mas, essencial e primordial — é a organização do seu programa de realizações de uma e de outras, de modo a incentivar as pesquisas de campo, estimulando-as e ampliando-as, de maneira a extinguir no folclore o "ouvi dizer" para substituí-lo pelo "vi e registrei"; pela absoluta exatidão do registro, que deve ser feito pelos mais modernos processos, de modo a executar de maneira prática e completa a campanha contra a deturpação do folclore; pela criação dos museus de arte popular; pelo estudo do folclore comparado; pela confecção da carta folclórica do país e pela determinação de calendário folclórico nacional — estes últimos velhos sonhos, de ha muito acalentados e que mau grado as ativi-

des das Comissões, nacionais e estaduais, ainda não lograram tornar-se realidades.

Precisamos ir diretamente às fontes de populário, recolher este ouro cujas pepitas andam rolando, à espera dos bateadores.

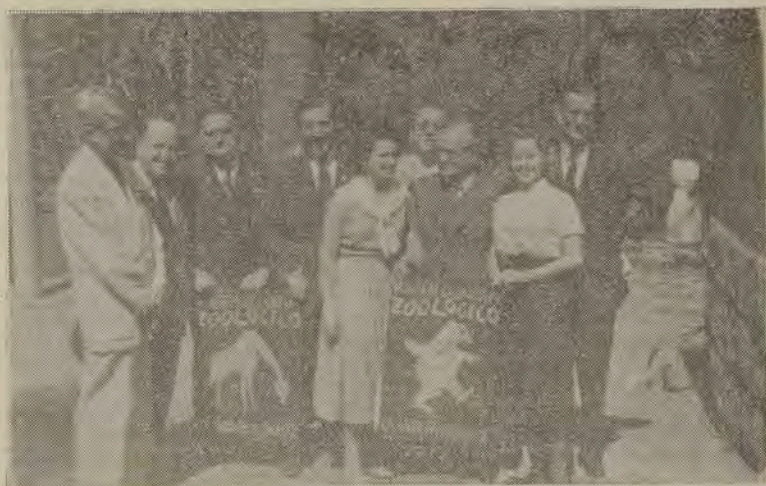
Precisamos incentivar os inquéritos, as pesquisas, os registros gráfico e sonoro dos fenômenos folclóricos — tratar do folclore como ciência e não como literatura.

Se cada Comissão Estadual conseguir realizar dentro das respectivas regiões todos estes trabalhos, orientados e sistematizados, terão os folcloristas entregue aos sociólogos, aos historiadores, à cultura nacional, enfim, a mais alta, a maior e a mais valiosa contribuição de todos os tempos.

Mas — só o Creador tirou do nada a luz das estrelas e a maravilha do firmamento — a terra com os seus encantos e o mar com os seus perigos — e de uma costela ponteguda do primeiro ser humano, as curvas macias da primeira Eva...

Nós... não podemos...

Desajudados e desaparelhados, o que



Custódio Campos (Sta. Catarina), Loureiro Fernandes (Paraná), Câmara Cascudo (R. G. do Norte), Heitor Grillo, Secretário da Agricultura do D. Federal, Oswaldo Cabral (Sta. Catarina), Renato Almeida (Comissão Nacional) e Saul Martins (Minas) com duas "prendas" do Centro de Tradições Gauchas "35"

temos feito é colher aqui e ali o que está ao alcance de nossa mão — mas não exploramos profundamente o solo riquíssimo que pisamos.

sejos de retribuição pecuniária e sem ambições de glória?

Justo que nos dêem, portanto, já que estamos a serviço da cultura da nação,



Capoeira e pernada Carioca

E, "por meterem uns as mãos onde não devem", como diria o Padre Manoel Bernardes, para que nem tudo se perca "muitos se veem obrigados a meter os ombros onde não podem".

Entretanto, queremos podê-lo. Devemos podê-lo. É preciso que o possamos.

Para isto, necessário, acima de tudo, que sejamos de fato um organismo oficial, que tenhamos o amparo imprescindível dos poderes públicos, que possamos contar com o auxílio constante dos governos dos Municípios, dos Estados e da União.

Os nossos trabalhos obrigam a despesas certas, a estudos que demandam tempo, a pesquisas que exigem dedicação permanente.

Não sou partidário do que tudo o que seja atividade deva ser subvencionado, mantido, custeado pelos governos. Mas, num país como o nosso, em que se nota a ausência de entidades capazes de suportar o onus de trabalhos cuja finalidade seja apenas cultural, o apêlo aos poderes públicos se justifica.

Afinal, não trabalhamos todos sem de-

os meios de que necessitamos para que possamos trabalhar, pesquisando e registrando, reunindo e publicando, divulgando, e difundindo tudo o que possa constituir objeto de registro e de estudo.

Não é possível senhores, que em matéria de pesquisas sistemáticas ainda estejamos na idade de pedra lascada...

Necessitamos de material apropriado para o registro e para a divulgação dos fenômenos folclóricos, realizando obra educativa.

Precisamos de facilidades para poder adquirir a aparelhagem imprescindível, do auxílio dos Municípios para obtermos os fundos necessários à sua compra; e do Estado, para a publicação dos nossos trabalhos.

E, não é possível acatelarmos como coisa irremovível, exija a União que ainda lhe paguemos, das nossas bolsas particulares, como todos temos feito, o porte postal das nossas publicações... oficiais.

Há, pois, senhores, muito o que fazer e resolver nesta semana. Vasta é a nossa agenda e imensa a nossa responsabilidade.

Precisamos vencer a extensão de uma

é suportar o peso de outra, pois é necessário que dêste Congresso saia de fato, alguma coisa de útil e de aproveitável.

Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura; Senhor Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore:

As Delegações dos Estados agradecem a fidalguia do vosso acolhimento e o calor da vossa amizade. As palavras do seu agradecimento são pobres mas nem por isso deixam de habitar nelas a maior sinceridade.

A vossa hospitalidade é magnífica e tocam-nos ao coração as vossas gentilezas.

Queremos sair daqui saudosos delas. Mas, antes de que o façamos, queremos, pela sinceridade dos nossos propósitos e pela eficiência da nossa colaboração, deixar-vos à certeza de que procuramos ser dignos delas, colocando os nossos esforços e as nossas canseiras ao serviço da pátria".

Encerrando a sessão o Ministro João Neves da Fontoura, como que explicando as razões aduzidas pelo dr. Oswaldo Cabral, assegurou o pleno interesse do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, pelos esforços e trabalhos das Comissões Nacional e Estaduais de Folclore.

Santa Catarina, pela sua voz mais autorizada nos estudos demopsicológicos alcança, neste ensejo, brilhante vitória.

DIA 23 — Reunião dos Grupos de trabalhos no Ministério da Educação pela manhã; à tarde, inauguração da exposição de arte popular no Museu Nacional (Quinta da Boa-Vista), tendo proferido belíssimo discurso a Sra. Heloisa Alberto Torres. A exposição constituiu um grande acontecimento, tendo sido expostos trabalhos de grande valor e de máximo interesse; à noite, no edifício da A. B. I. instalou-se o Conselho Deliberativo da Comissão Nacional do Folclore, composto dos Secretários Gerais das Comissões Estaduais, da Comissão Nacional e da Comissão Executiva.

Durante a sessão falaram vários oradores, inclusive o secretário Geral de Santa Catarina, cuja exposição causou excelente impressão.

DIA 24 — Além das reuniões dos grupos de trabalhos, proferiu o acadêmico Prof. Gustavo Barroso, no auditório do Ministério da Educação uma conferência sobre Sílvio Romero. Na A. B. I. os Secretários-Gerais das Comissões Estaduais oferecem ao Sr. Renato de Almeida um lauto almoço, tendo o Secretário paulista Rossini Tavares de Lima vocalizado interessante



Umbigada paulista

"cururú" paulista, letra dos demais secretários.

DIA 25 — Reunião dos Grupos de trabalhos para exame dos pareceres, pela manhã; visita das delegações ao Sr. Presidente da República, no Palácio do Catete, tendo S. Excia. conversado com os

apresentados pela Federação Brasileira das Escolas de Samba.

Delas fazia parte o artista catarinense Odi Fraga e Silva, com destacada atuação.

DIA 27: — Reuniões plenárias para a discussão dos pareceres aprovados pelos



Pau de fita pelo Grupo do "35"

congressistas, intelrando-se dos trabalhos do Congresso. À noite a congressista Da. Marisa Lira recebeu os congressistas em sua residência, tendo-os cumulado de gentilezas, terminando alta madrugada a agradabilíssima reunião que a todos cativou.

DIA 26: — Visita ao jardim zoológico da Quinta da Boa Vista e feijoada oferecida pelo Prefeito do Distrito Federal aos congressistas. À mesma compareceram o Sr. Presidente Getúlio Vargas bem como altas personalidades da administração e da política. Em seguida, demonstrações folclóricas, tendo sido apresentados:

Pernada e capoeira carioca; dansas bahianas, Cateretê paulista, Cururú, umbigada (dansas paulistas); pau de fita, pésinho, jardineira e outras pela notável turma do Centro de Tradições Gauchas "35".

À noite, no Ginásio do Fluminense Foot-Ball Clube, festival folclórico com Bumba-meu-boi e Escolas de Samba,

grupos de trabalhos e conferência do Prof. Dr. Sílvio Júlio sobre Vale Cabral. À noite, interessante palestra de Almirante sobre "Pequena História do Samba", com demonstrações. A palestra do artista patricio que é "a maior patente do rádio" realizou-se na Escola Nacional de Música, tendo tomado parte na mesma Ari Barroso, Pixinguinha e outros artistas de nomeada.

DIA 28 — Reuniões plenárias. Palestra do dr. Romulo de Almeida sobre "Economia e Folclore" e conferência do ilustre Prof. Joaquim Ribeiro, sobre Pereira da Costa, no Ministério da Educação. À noite o ilustre casal Renato Almeida ofereceu no Liceu Franco-Brasileiro, nas Laranjeiras, uma grande recepção aos congressistas, cumulado-os de gentilezas. Entre as pessoas presentes podemos notar os Srs. Ministro Luiz Gallotti, o Prof. Pedro Calmon, o diplomata Lauro Müller Filho e outras personalidades de destaque. Foi oferecida aos presentes lanta

mês de frios e bebidas e o Grupo do "35" produziu mais uma brilhante demonstração das suas dansas e canções.

A seguir, o Liceu Literário Português, ofereceu um esplêndido sarau literário em seu luxuoso salão de conferências, tendo falado o Prof. Pedro Calmon, apresentando à Sociedade os membros do 1º Congresso Brasileiro de Folclore e Mariza Lira. O sarau constou do seguinte programa: Trovas populares pela Sra. Violeta de Alcântara Carreira; "Rouxinol" — Letra de José Coelho da Cunha, Música de Alberto Sarti. Canto pela Sra. Marilusa Queiroz Prista; "Corta-Jaca" — Tango brasileiro de Chiquinha Gonzaga, pela Professora Sra. Eugénia Soares de Melo; "Tambór" — de Martínez Alvarez, pela Sta. Finoca Xavier; "Canção de Marinheiro" — Versos de Gil Vicente, Música de Vila Lobos — Canto pela Prof. Sra. Yvone Zita; "Bregeiro" — Tango Brasileiro de Ernesto Nazaré pela Prof. Eugénia Soares de Melo; "Bahia" — Letra de Alvaro Moreira e Música de Heckel Tavares, pela Professora Yvone Zita; "Caminhão de laranjas" — de Lígia Menezes pela Sta. Finoca Xavier; "Macela" — Canto de trabalho recolhido no Baixo Alentejo, por Artur Santos, canto pela Sra. Marilusa Queiroz Prista; "Pagolança" — de Silvio Moreau pela Sta. Finoca Xavier; "Canto

característico" — Ernesto Nazaré, pela Prof. Sra. Eugénia Soares de Melo; "Senhora D. Sancha" — Letra de Gastão Vieira — Música de Valdemar Henriques, pela Prof. Sra. Yvone Zita.

DIA 29: — Na sessão plenária das 10 horas desse dia o congressista Walter Piazza leu a mensagem de agradecimentos deixada por seus companheiros de delegação e que estava, assim, redigida:

"A representação da Comissão Catarinense de Folclore a este Congresso, no momento de sua despedida, por ter de regressar ao seu Estado, quer expressar à Comissão Nacional, à todas as representações das Comissões Estaduais, bem como a todos os Congressistas e ainda aos funcionários que auxiliaram os trabalhos, a sua maior simpatia e a sua mais sincera gratidão pelo carinho com que a cercaram durante os dias de sua estada nesta Capital e durante o Congresso.

Tendo vindo para aprender e cooperar, sente-se envaldecida pelas amizades que conquistou, pelas constantes provas de inequívoca identidade de sentimentos que a todos uniu.

Espera continuar a merecer o apreço de todos e coloca-se à disposição de todos os amigos, em Florianópolis.

Rio, 28-8-1951.

(Ass.) Oswaldo Rodrigues Cabral —



No tablado os "cururueiros" de São Paulo que compareceram ao festival folclórico da Quinta

Custódio Francisco de Campos — Oswaldo Melo Filho".

Nesse mesmo dia, às 11.30 horas, o Professor Jaime Cortezão proferiu uma bellissima e bem elaborada conferência sobre "As festas do Divino, na História e na Geografia".

AS REPRESENTAÇÕES

As Delegações designadas, foram as seguintes: Portugal, prof. Antonio Jorge Dias; Unesco, Dr. Sergio Millet; Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Dr. Virgilio Correia Filho; Associa-



O Presidente Getúlio Vargas, no festival da Quinta da Boa-Vista, entretém-se com folcloristas brasileiros

A tarde, houve demonstrações de danças e rodas infantis, oferecida pela Escola Nacional de Música e, à noite, concerto, no Teatro Municipal, oferecido por S. Excia. o Prefeito dr. João Carlos Vital, tendo o congressista Rossini Tavares de Lima, chefe da delegação paulista, proferido brilhante oração.

DIA 30 — Sessões plenárias. Conferência do Sr. Antônio Vianna sobre Manuel Querino.

Antes o dr. Tobias Rosenberg, da Associação Tucumana de Folklore, fez uma palestra sobre os estudos folclóricos na vizinha república e enalteceu os esforços dos folcloristas brasileiros.

DIA 31 — Pela manhã, reunião do Conselho Deliberativo da Comissão Nacional de Folklore, e, à noite, sessão solene de encerramento do Congresso, tendo falado os srs. Renato Almeida, Cecília Meirelles, Luiz da Câmara Cascudo e Ministro Sí-mões Filho, titular da Pasta da Educação.

ção Tucumana de Folklore, Dr. Tobias Rosenberg; Centro de Estudos Antropológicos del Paraguai, Coronel Ramon Cesar Bejarano e Sta. America Britez, Caballero; Associação Folclórica do Chile, Crestes Plath (não compareceu).

As Delegações estaduais são as seguintes: Alagoas — Théo Brandão, José Maria Melo, Aloisio Villela e Pedro Vieira; Amazonas — Mario Ipiranga Monteiro, Professora Betty Antunes, Professor Alberico Antunes de Oliveira, Senador Manoel Anísio Jobim; Deputado André Vidal de Araujo e Artur Cesar Ferreira Reis; Bahia — Hildegardes Cantolino Viana, Plínio de Almeida e Antonio Viana; Espírito Santo — Guilherme Santos Neves, Desembargador Euripedes Queiroz do Vale, Professor Renato José Costa Pacheco, Professor João Ribas da Costa e Hermogenes Lima Fonseca; Estado do Rio — Rubens Falcão, Professora Gertrudes U. Burlein e Professora Benilda Sil-

va Santos; Maranhão — Domingos Vieira Filho, Lucy Teixeira; Minas Gerais — Professor Abgar Renault, João Dornas Filho, Aires da Mata Machado Filho, Fausto Teixeira, Franklin Sales, Henriqueta Lisboa, Lucia Machado de Almeida e Saul Martins; Pará — Professor José Coutinho de Oliveira e Ernesto Cruz; Paraíba — Leon Francisco Rodrigues Clerot, Arnaldo Tavares, Geraldo Nascimento, Sra. Marialuísa de Martinez Sotomayor e Sra. Lorenza de Martinez Sotomayor; Paraná — José Loureiro Fernandes, Fernando Corrêa de Azevedo, Edgard Chalbaud Sampaio; Pernambuco — Getúlio Cesar e Gonçalves Fernandes; Rio Grande do Norte — Luiz da Camara Cascudo e Verissimo de Melo; Rio Grande do Sul — Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Enio de Freitas e Castro, Aldo Obino, Fernando Corona, Luiz Carlos Lessa, Paixão Côrtes, Adão Carrazzoni; Sta. Catarina — Oswaldo Cabral, Walter Piazza, Vitor Peluso Júnior, Osvaldo Melo Filho, Custódio de Campos e Lucas A. Boiteux; S. Paulo — Elza Dellier Gomes, José Albertino Rodrigues, Adigena Coutinho Castelo Branco, Laura Della Mônica, Zita Tavares de Lima, E'ânira Mendes, Jamile Japur, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Conceição Borges Ribeiro, Rossini Tavares de Lima; Sergipe — Carvalho Neto, Felte Bezerra,

Manuel Cabral Machado e Manuel Ribeiro.

As representações de Universidades foram as seguintes: Universidade de São Paulo, Prof. Roger Bastide; Universidade da Bahia, Prof. Fernando de São Paulo; Universidade de Minas Gerais, Prof. Aires da Mata Machado Filho; Universidade do Paraná, Prof. José Loureiro Fernandes; Universidade do Rio Grande do Sul; Prof. Dante de Laytano; Universidade Católica de Porto Alegre; Dr. Darcy Azambuja; Universidade Pontifícia do Rio de Janeiro, Profs. Clovis Monteiro, Sílvia Ella e Américo Jacobina Lacombe.

A municipalidade do Salvador foi representada pelo Dr. Antonio Viana e a de Santo Amaro, terra natal de Manuel Querino, pelo Sr. Plínio de Almeida.

Os Grupos culturais representados foram os seguintes: Associação Brasileira de Imprensa, Sr. Gastão de Carvalho; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Moacir Malheiros, Carlos Pedrosa, Raul Lima e Waldemar Cavalcanti; Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, General Hercúlo Teixeira d'Assumpção e Dr. Aires da Mata Machado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Deputado Adroaldo Mesquita da Costa, Deputado José Pereira Coelho de Souza e Major Deodécio Paranhos Antunes; Instituto Histórico e



Outro aspecto do Pau de Fita, pela guapa rapaziada do "35"

Geográfico de Santa Catarina, Almirante Lucas Boiteux; Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, Profs. Silvio Salema, Cacilda Borges Barbosa, Maria Augusta Joppert e Lucília Guimarães Villa Lobos; Associação dos Artistas Brasileiros, Profs. Lubelia Brandão e C.

co: "Danças Alagoanas do Ciclo do Natal"; Agenor Lopes de Oliveira: "O Cordão e Os Capoeiras"; Aires da Matta Machado Filho: "A Festa do Divino e os Caboclinhos em Diamantina, Minas Gerais" e "Folclore e Educação"; Aldo Obino: "Em Torno da Colheita Folclórica



Outro aspecto do festival da Quinta da Boa-Vista

Paula Barros; Liceu Literário Português e Instituto de Estudos Portugueses, Afrânio Peixoto, Mariza Lira; Conselho de Fiscalização das Exposições Artísticas e Científicas no Brasil, Coronel Sena Dias; Associação Brasileira de Críticos Teatrais, Augusto de Freitas Lopes Gonçalves, Joracy Camargo e Lucio Fluza; Academia Carioca de Letras, Paulo de Medeiros.

Foram convidados a assistir ao Congresso o sr. Paul Vanorden Shaw, Chefe do Centro das Nações Unidas, e os Adidos culturais às Missões diplomáticas acreditadas nesta capital, bem assim os Srs. Silvio Romero Filho, Nelson Romero e Edgard Romero, filhos de Silvio Romero, e o Prof. Carlos Augusto Pereira da Costa, filho de Pereira da Costa.

Nomearam observadores ao Congresso o Serviço de Doenças Mentais e o Instituto Brasileiro de Psicanálise, o dr. Edgard Almeida.

TESES APRESENTADAS

Adão Carrazzoni: "Trovadores do Rio Grande do Sul"; Adigena Castello Bran-

da Música Sulriograndense da Região Serrana, Procedida no Verão de 1946"; Alexandre Lopes Bittencourt: "A Feira de Caxixis"; Alfredo Poyina: "La Sociologia del Folklore"; Alonso Anibal da Fonseca: "As Congadas Atuais, caso de sincretismo total"; Aluisio de Almeida: "Contos Populares Colhidos no Sul de São Paulo"; Angélica Rezende G. de Paiva: "Lenda de Pirapora — Danças de São Gonçalo — Dança do Carneiro — Cantiga de Reis (variante) Pirapora, Minas Gerais"; Antonio Monteiro: "A presença de Olo-Rún no Culto Afro-Bahiano"; Antonio Joaquim de Andrade e Almeida: "Fotografias do Museu do Ouro, Sabará, Minas Gerais"; Antonio Osmar Gomes; "Tradições do Baixo São Francisco"; Arlindo de Souza: "Estudos de Etnografia Portuguesa"; Arnaldo Tavares: "Folclore Médico Rural — Crenças Populares Sobre a Bouba"; Bento Aguedo Vietra: "Contribuição às Pesquisas sobre a Folia do Espírito Santo em Santa Catarina"; Bruno Menezes: "A Evolução do Boi Bum-

bá"; Cacilda Borges Barbosa: "Estudos Brasileiros para Canto"; Carlos A. Miller: "Poesia Popular" (Trabalho póstumo com introdução e nota de Walter Spalding); Clovis Melo: "O Folclore como Fator de desenvolvimento da Literatura Brasileira"; Comissão Catarinense: "Inquéritos Realizados pela..."; Comissão Paulista: "O Fato Folclórico"; Conceição Borges Ribeiro: "Alguns Aspectos do Culto a Nossa Senhora Aparecida"; Dante de Laytano: "Folclore no Rio Grande do Sul (Tradições do Ciclo Agro-Pastoril)"; Darcy Azambuja: "Sul Riograndense"; David Carneiro: "Tropeiros — Crenças e Superstições da População Rural do Planalto e colsa de seu uso"; Déa Souza: "Instrumentos musicais Ameríndios"; Domingos Vieira Filho: "Folclore no Maranhão"; Emmanuel Djalma de Vicenzi: "Arte Popular"; Enlo de Freitas e Castro: "As Cavalhadas de Vacaria"; Ernesto Cruz: "Festas Populares do Pará — Costumes e Tradições e Aves Lendárias da Amazônia"; Esther Pedreira: "Folclore Musical da Bahia"; Evanira Mendes: "Dorme-nênes"; Fausto Teixeira: "A Flora na Quadra Popular Mineira"; Florival Seraine: "Estudos de Lexicografia e Semântica Cearenses" e "Estudos Folclóricos e Etnográficos Cearenses"; Frank Goldman: "Comunicação Sobre alguns Aspectos do

Folclore Norte Americano no Brasil"; Frederico Lane: "Nota sobre as Rabecas de Ribeirão Fundo"; Fulgêncio Pinto: "Natal no Maranhão"; Gastão Justa: "Notas sobre o Folclore"; George Colman: "Os Mistérios das Selvas"; Getúlio Cezar: "Os Donos de Algumas de Nossas Estórias"; Guilherme Santos Neves: "E Paragógico, O alardo, Ticumbi, Poesia Popular das Rimas das Quadras Soltas e Representação Gráfica de Linguagem Popular"; Gustavo Barroso: "Origem do Jaraguá", "A Guerra do Paraná", "Trovadores", "O Folclore das Guerras do Sul", e "O padre Cicero e o Folclore"; Henrique Fontes: "Pão por Deus"; Henriqueta Rosa Fernandes Braga: "O Cancioneiro Folclórico Infantil como Fator de Educação"; Hermógenes Lima Fonseca: "Tentativa de Sistematização — O ovo de Coelho e Casamento de pomeranos"; Hildegardes Cantolino Viana: "Contribuição para o estudo da Cosinha Bahiana"; Isabel Vieira: "Folia de Reis em Guaxupé (Sul de Minas)"; Ivan Pedro De Martins: "Sistematização de Estudo Folclórico"; João Batista Conti: "Atibala Folclórica"; "Influência Ameríndia na Música Folclórica do Nordeste"; João Batista Xavier: "Festa de São Cosme no Arraial"; João Dornas Filho: "Trovvas Populares", "A sucuri e o Lendário Po-



Na Quinta da Boa-Vista

pular" e "Seitas e Crendices Populares do Brasil"; João dos Santos Areão: "O Cigarro de Falha"; João Ribas Costa: "Canoiros do Rio Santa Maria"; Joaquim Ribeiro e Wilson W. Rodrigues: "Romanceiro Tradicional do Brasil no Século XIX"; José Albertino Rodrigues: "D denominações Extra-Oficiais de Cidades de São Paulo"; José Aluisio Vilela: "O côco de Alagoas"; José Calazans Brandão da Silva: "Aspectos Folclóricos da Cachaça"; José Coutinho de Oliveira: "Trabalhos e Trocadilhos, Contribuição do Estudo da Poesia Popular e Orações e Ensalmes"; José Loureiro Fernandes: "A Congada da Lapa — Nota para a Festa de São Benedito"; José Siqueira: "Sistema Trimodal Brasileiro"; Lauro Palhano: "Burundagas"; Leon Clerot: "Três Lendas do Livro Inédito: A Botânica no Folclore do Brasil"; Levi Hall de Moura: "Estudo da Linguagem Popular"; Lizete T. R. Nogueira: "O ensino do Folclore no Brasil"; Lucy Teixeira: "Rodas Infantis"; Luiz Carlos de Moraes: "O uso do Couro no Passado Sul Riograndense"; Luiz da Câmara Cascudo: "Os mitos da Tartaruga Amazônica" e "O Poltrino Sertanejo e os Filhos do Vizir do Egito"; Luiz Gomes G. de Freitas: "Arrelos Gaúchos"; Luiz R. de Almeida: "Achezas Folclóricas sobre a Música Popular"; Maria de Lourdes Borges Ribeiro: "Calendário Folclórico de 13 Cidades do Norte do Estado de S. Paulo"; "Festa de São Benedito de Aparecida" e "Chico Santeiro, um Artista de Aparecida"; Maria Pavão Von Bassewitz: "Mitos e Lendas, Crendices e Superstições na Medicina Popular do Brasil Austral"; Maria Sylvia Pinto: "Influência do Folclore na Música Erudita"; Mariza Lira: "Afinidades do Folclore Italiano e do Folclore Paulista"; Moacir M. F. Silva: "Provérbio Meteoro agrícolas em Língua Portuguesa Fazer Chuva e Fazer parar a Chuva"; "A Mãe do Ouro"; "Alguns nomes de Chuvas e Ventos e outros termos de Weather Lore no Brasil" e "A Geografia e o Folclore"; Nicanor Miranda: "As Cavalhadas de Atibaia"; Nunes Pereira: "Sahiré e Marabaxo"; Odérico Pires Pinto: "A Tatuagem como expressão Folclórica"; O. Ismaelino de Castro, M. Cavalcanti Proença e José Ramos: "O Folclore e o Ensino de Português no Curso Secundário"; Oracy Nogueira: "Introdução à Me-

todologia da Pesquisa Social"; Osório Nunes: "O Folclore aplicado ao Turismo"; Oswaldo R. Cabral: "Os Calungas de Barro Cosido"; "Antigos Folguedos Infantis de Santa Catarina" e "A Necessidade do Aparentamento das Comissões Estaduais de Folclore"; Otavio Nunes: "Arraiais"; Othello Rosa: "Um Enigma do Folclore Gaúcho"; Othon Xavier de Brito Machado: "Lendas Carajás"; Paulo Jatobá: "Benditos na Bahia"; Patrício Guerra: "Notas Folclóricas"; Plínio de Almeida: "Folclore Canavieiro do Santo Amaro, Recôncavo da Bahia" e "Dendrodemonografia"; Pôrcia G. Alves: "Canções de Roda"; Raymundo de Souza Brito: "Festa do Alardo em Cayrú, Bahia"; Renato José Costa Pacheco: "Advinhas (Classificação e Análise T-II-8)" e "O Jogo do Bicho e a Musa"; Rossini Tavares de Lima: "Fórmulas para terminar histórias"; "Quadro comparativo de alguns fatos folclóricos coreográficos musicais no presente e no passado de 87 cidades paulistas"; "O Erudito e o popularismo na Música Folclórica"; "Danças de Velho"; "Notas sobre o Romance do Antoninho" e "Recomendação de Almas, uma tradição que não desapareceu"; Saul Martins: "Folclore das Caçadas"; Sylvio Julio: "Linguagem Popular dos Gaúchos, Quêrência"; Sylvio Salema Garção Ribeiro: "Cangerê — Macumba Brasileira — Fetichismo e O Racismo e a Música"; Théo Brandão: "Os Maracatus de Alagoas, Cheganças e Fandangos de Alagoas e O Auto dos Caboclinhos"; Urbano V. Gama Salles: "Pescadores de Nossa Terra"; Veríssimo de Melo: "Estórias de Caboclo"; "Wellerism"; "Quem Dinheiro Tiver..."; "Quadrinhas Populares"; "Amigo da Onça"; "Jirra de Futebol"; "Há quatro coisas no Mundo" e Silva de Comparações"; Vitor Peluso Júnior: "Geografia e Folclore"; Walter F. Piazza: "A Cerâmica Popular Catarinense"; "Fandangos e Ratoeiras" e "O Lobisomem"; Walter Spalding: "Superstições e Sexta-feira Santa e Festa de Natal, Ano Novo e Santos Reis"; Wanda K. Vianna Monte: "Cantos de Trabalho e Sinfonia Cabocla"; Yvonne Jean: "A Necessidade de Incentivo aos Trabalhos Artesanais".

GRUPOS DE TRABALHOS (Comissões)

1ª Comissão (Organizadora) — Renato Almeida;

2ª Comissão (Nomenclatura e Classificação) — Carvalho Neto (Sergipe)

3ª Comissão (Pesquisa e Registro) — Roger Bastide (São Paulo)

4ª Comissão (Divulgação e Intercâmbio) — André Vidal (Paraíba)

5ª Comissão (Literatura Popular) — João Dornas Filho (Minas)

6ª Comissão (Crendices e Superstições) — José M. de Melo (Alagoas)

7ª Comissão (Artes populares) — Gonçalves Fernandes (Pernambuco)

8ª Comissão (Adágio e adivinhas) — Henriqueta Lisboa (Minas)

9ª Comissão (Demonstrações folclóricas) — José Loureiro (Paraná)

10ª Comissão (Folclore e educação) — Celso Kelly (Rio)

11ª Comissão (Folclore e literatura) — Lucy Teixeira (Maranhão)

12ª Comissão (Redação Final) — Joaquim Ribeiro, Edison Carneiro, Manuel Dias Junior, Anísio Jobim e Cleofe Person de Matos.

O Convênio proposto

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC) e os Governos das Unidades Federadas dos Estados Unidos do Brasil, por seus representantes devidamente credenciados,

considerando que o estudo do homem brasileiro não prescinde do conhecimento de suas manifestações folclóricas, como expressão fundamental de suas idéias espirituais e de suas atividades materiais;

considerando a conveniência de resguardar, pela investigação, pela colheita e pelo estudo, o patrimônio tradicional da Nação Brasileira, revelado nas demonstrações folclóricas ora existentes, e muitas das quais se vêm perdendo por falta de levantamento;

considerando a necessidade de se articularem esforços comuns no sentido de dar orientação uniforme e nacional às pesquisas e estudos do folclore brasileiro,

Deliberaram firmar o presente Convênio, visando aos fins de fixar providências de ordem geral ou particular, imprescindíveis à defesa do patrimônio folclórico do país, para o que declaram todo o seu empenho em manterem os princí-

plos e os compromissos a seguir enumerados:

I

O IBCEC e os Governos signatários asseguram, em íntima conjugação de esforços, todo seu interesse no sentido de sistematizar-se a pesquisa do Folclore Brasileiro, dentro de normas técnicas fundamentais, sem prejuízo da inteira liberdade de interpretação ou de análise que, por exegetas ou estudiosos, venha a ser dada aos resultados das investigações realizadas.

II

O levantamento sistemático de todas as manifestações folclóricas do país é considerado, pelos signatários deste convênio, como necessidade urgente, de modo a preservar-se o patrimônio tradicional do Brasil, através do que o povo conserva e cria, como documento de suas atividades espirituais e materiais.

III

Como parte fundamental desse programa de defesa das manifestações populares do povo brasileiro, reconhecem os Governos Estaduais e o IBCEC a conveniência de assegurar-se ao artesanato e à indústria doméstica o mais completo amparo, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu fomento e desenvolvimento. Para tanto é assegurado, por parte dos pactuantes, seu apóio no sentido de promoverem-se, por órgãos técnicos especializados e com a colaboração dos órgãos competentes da administração estadual, as pesquisas e estudos convenientes que visem, em particular, ao levantamento regional das artes populares e dos tipos de organização existentes para produção e comércio em comum de artigos artesanais e do trabalho doméstico, ao planejamento das atividades, cursos, programas de aperfeiçoamento, concursos, etc., necessários ao amparo e estímulo ao artesanato, e ainda ao estabelecimento de meios que fixem normas de auxílio às organizações, assistindo-as no que for imprescindível ao crescimento das atividades artesanais e domésticas lucrativas, sempre preservando sua localização regional.

IV

Os Governos Estaduais reconhecem as Comissões Regionais de Folclore, no território de sua jurisdição, como órgãos

integrantes da Comissão Nacional de Folclore, destinados à pesquisa e estudo do Folclore regional, e, desta forma, atribuem-lhes a autoridade necessária a pronunciar-se oficialmente no que disser respeito ao campo de suas atribuições, na respectiva Unidade Federada, em suas relações com os demais órgãos folclóricos do país e do estrangeiro.

V

O IBECC promoverá as providências que se tornarem necessárias no sentido de:

a) conceder anualmente um auxílio financeiro para a manutenção e trabalhos da Comissão Nacional de Folclore;

b) obter do Governo Federal sejam considerados integrantes das Comissões Regionais, no âmbito da respectiva jurisdição, os órgãos de pesquisa ou de estudos existentes em repartições públicas, Universidades ou estabelecimentos de ensino da União, desde que suas atividades sejam especificamente folclóricas ou possam ter relação com o folclore;

c) conseguir da UNESCO a concessão de dotações financeiras especiais para a realização de pesquisas folclóricas no Brasil, de acordo com plano previamente estudado;

d) pleitear do Governo Federal a inclusão de um Curso de Folclore no currículo das Seções de Geografia e História e de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, e do Governo do Distrito Federal, a inclusão de curso idêntico no Instituto de Educação;

e) ser concedida isenção de imposto alfandegário para aparelhos ou peças importadas do estrangeiro pelos órgãos integrantes da Comissão Nacional ou das Comissões Regionais, destinados a registro folclórico, tais como máquinas fotográficas, aparelhos de filmagem, de projeção, de registro sonoro e de gravação, com seus respectivos pertences;

f) a encaminhar ao Governo da República o plano que venha a ser elaborado pela Comissão Nacional de Folclore, de amparo ao artesanato e indústria domésticas, tendo em vista os levantamentos e as sugestões realizadas pelas comissões regionais;

g) promover entendimentos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para que os Agentes Municipais

de Estatística se constituam colaboradores imediatos das Comissões Regionais;

VI

As Comissões Regionais de Folclore, no âmbito de sua jurisdição, promoverão, pelos meios e da forma julgados mais convenientes e tendo em vista as peculiaridades regionais, medidas que visem especialmente:

a) a desenvolver a divulgação de estudos, comunicados ou informações sobre o folclore regional em periódicos ou publicações avulsas;

b) a estabelecer um regime de cooperação com os órgãos competentes da administração regional, no sentido de ser mantido, com a sua colaboração, o ensino do folclore;

c) a criar ou contribuir para a criação e desenvolvimento de um museu folclórico regional;

d) a fomentar a organização, em estabelecimentos de ensino, de centros de pesquisa folclórica, destinados à formação, nas crianças e adolescentes, do gosto e interesse pelos assuntos do folclore da região;

e) a realizar, na respectiva região, os inquéritos compreendidos no plano nacional, bem assim inquéritos especiais de sua iniciativa ou que venham a ser solicitados pelo Governo Regional;

f) a manter o mais íntimo entendimento com os órgãos integrantes da administração regional de modo a lhes assegurar, no que for de sua competência, colaboração às realizações por eles projetadas e nas quais seja incluído o folclore.

VII

Os Governos Regionais concederão anualmente um auxílio financeiro à Comissão Regional, destinado a atender às suas despesas imediatas quer de manutenção, quer de pesquisa ou de divulgação;

VIII

Os Governos signatários se comprometem ainda:

a) adotar nos trabalhos de pesquisa folclórica, a carga de órgãos ou serviços estaduais, as normas e recomendações sugeridas ou transmitidas pela Comissão Regional respectiva;

b) a decretar medidas que isentem de impostos ou taxas os festejos populares,

desde que sua natureza folclórica seja reconhecida pela Comissão Regional, empregando esforços para que idêntica providência seja tomada pelos governos municipais:

c) a assegurar integral proteção ao artesanato e às indústrias domésticas, dando apoio a todas as iniciativas que visem à sua organização e desenvolvimento;

d) a conceder todas as facilidades às demonstrações folclóricas que sejam promovidas pela Comissão Regional ou espontaneamente, por pessoas ou grupos, em épocas festivas ou em outras oportunidades;

e) a atribuir aos professores primários a incumbência de colaboradores e informantes da Comissão Regional, realizando, nas circunscrições em que servirem, os inquéritos que lhes forem solicitados;

f) a incluir no currículo de formação de professores um curso de Folclore de qual conste não somente uma parte geral, técnica, como também uma parte especial, de estudo do folclore regional;

g) a considerar integrantes da Comissão Regional, principalmente como órgãos executores, os serviços, repartições ou órgãos mantidos pela administração regional e destinados a pesquisa do folclore, ou ainda aqueles cujas atividades possam ter relação com o folclore, tendo assim possibilidades de realizar pesquisas ou investigações;

h) a considerar delegado credenciado de seu Governo às reuniões do Conselho Deliberativo da Comissão Nacional de Folclore, o Secretário-Geral da Comissão Regional, ou quem, no impedimento deste seja designado pela respectiva Comissão.

IX

O IBECC e os Governos signatários asseguram o seu apoio e emprestarão a sua colaboração a todas as iniciativas da Comissão Nacional de Folclore ou, em particular, das Comissões Regionais, que visem ao desenvolvimento da pesquisa e do estudo do folclore brasileiro, em particular quanto:

a) à realização periódica dos Congressos Brasileiros de Folclore, com o objetivo de serem estudados problemas e temas fundamentais de interesse para o folclore Nacional, e cuja convocação é delegada

competência à Comissão Nacional de Folclore;

b) à elaboração e realização, em todo o país, do Plano Nacional de Pesquisas Folclóricas, o qual deverá prever os processos e temas de investigação, a serem executados, em âmbito e caráter nacionais, dentro de etapas anuais;

c) à regulamentação, através de resoluções do Conselho Técnico-Consultivo da Comissão Nacional de Folclore, das atividades técnicas e dos empreendimentos a cargo das Comissões Regionais, desde que apresentem caráter nacional, sem prejuízo do respeito devido às peculiaridades regionais de cada Unidade da Federação;

d) aos trabalhos projetados ou realizados pelas Comissões Regionais de Folclore, facilitando-lhes, no que couber, todas as medidas necessárias à realização de pesquisas e à divulgação de periódicos ou trabalhos, de natureza técnica, sobre o folclore da respectiva região.

X

Os Governos das Unidades da Federação que não tenham assinado neste momento o presente Convênio, poderão aderir, de futuro, aos princípios e compromissos ora fixados. Para tanto o Governo interessado baixará decreto, ratificando o presente Convênio, a partir do que se compreendem extensivos à respectiva Unidade Federada os termos deste instrumento.

XI

O presente Convênio terá duração de cinco (5) anos, considerando-se sempre prorrogado por igual período se não for denunciado até seis meses antes do prazo de sua expiração. Poderá, entretanto, ser revisto se assim concordarem as partes contratantes, em reunião do Conselho Deliberativo da Comissão Nacional de Folclore, mediante aprovação por dois terços (2/3) das representações regionais.

E assim entendidos e convencionados o Presidente do IBECC e os representantes dos Governos abaixo assinados, reunidos nesta cidade do Rio de Janeiro.

DIVERSAS NOTAS

O deputado Oswaldo R. Cabral representou a Assembléia Legislativa do Estado no Congresso, tendo apresentado as

credenciais que lhe foram entregues pelo Chefe do Poder Legislativo de Sta. Catarina.

*
*
*

Os congressistas Oswaldo R. Cabral e Custódio Campos, entre outros, foram eleitos e receberam os seus diplomas de membros da Asociación Tucumana de Folklore. A entrega dos diplomas foi feita pelo ilustre escritor e folclorista argentino Dr. Tobias Rosenberg.

*
*
*

Foram pelo mesmo delegado argentino entregues medalhas de prata comemorativas do Primeiro Congresso Nacional de Folklore (Buenos-Aires, 1949) aos Srs. Congressistas Luiz da Câmara Cascudo, Basílio de Magalhães, Cecília Meireles, Renato Almeida, Aires da Mata Machado Filho, Veríssimo de Melo e Oswaldo R. Cabral, honrosa distinção concedida aos estudiosos do folclore em nosso país.

*
*
*

Os congressistas Oswaldo R. Cabral e Walter Piazza foram eleitos membros correspondentes do Colégio Brasileiro de Genealogia.

*
*
*

A delegação catarinense foi alvo de constantes gentilezas da parte dos seus colegas dos demais Estados. O 5º grupo de trabalhos, sob a presidência de João Dornas Filho, tomou o nome de Barriga-Verde em homenagem à Comissão Catarinense, por proposta do relator do Grupo de Trabalho, congressista Edison Carneiro; e que ali esteve presente na pessoa de seus membros: Almirante Lucas Boiteux, prof. Custódio Campos, dr. Victor Peluso Júnior e prof. Walter Piazza.

*
*
*

Do nosso companheiro Major Alvaro Tolentino recebeu a representação catarinense expressivo telegrama concebido nos seguintes termos:

"Congratulações destacada colaboração Congresso Folklore. Abraços".

A delegação catarinense carinhosamente cercada pelas simpatias gerais não deseja fazer referências especiais nem destacar personalidades ou grupos entre os que a distinguiram. Na pessoa do Presidente do Congresso, Sr. Renato Almeida concentram toda a sua gratidão pelas inequívocas manifestações de apreço recebida.

Ao ilustre Presidente do 1º Congresso Brasileiro de Folklore o Secretário Geral da Comissão Catarinense de Folklore endereçou, no momento da partida a mensagem atrás transcrita e que foi lida pelo congressista Walter Piazza, em sessão plenária.

*
*
*

Na "Festa Crioula", levada a efeito na noite de 30 de agosto, na sede da Sociedade Hípica Brasileira, pelo "25-Centro de Tradições Gaúchas" foi homenageado o congressista Walter Piazza, sendo-lhe imposto o distintivo daquela agremiação tradicionalista.

*
*
*

O 2º Congresso Brasileiro de Folklore realizará-se em Curitiba, Estado do Paraná, em 1953, por ocasião da passagem do 1º centenário da criação da Província.

A proposta foi apresentada por inúmeros congressistas e aclamada em plenário.

*
*
*

O Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folklore publicará todos os trabalhos enviados pelos seus membros ao importante Congresso, com os pareceres que receberam dos respectivos relatores.

Também fará publicação, posteriormente, dos pareceres que os seus membros apresentaram a trabalhos e comunicações que lhes foram distribuídas.

*
*
*

A imprensa catarinense, principalmente os jornais "A Gazeta" e o "Diário da Manhã" publicaram noticiário a respeito da atuação da representação barriga-verde ao Congresso.

Do 1º Congresso Brasileiro de Folclore resultou a seguinte:

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO

O I Congresso Brasileiro de Folclore, reunido nesta Capital de 22 a 31 de agosto de 1951, resolveu tornar públicos, neste documento os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que devem orientar as atividades do Folclore Brasileiro, de acordo com as conclusões aprovadas, reservando-se para publicação nos Anais aquelas deliberações de caráter transitório ou de natureza administrativa, não passíveis de sistematização dentro do critério aqui estabelecido:

I

1. O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.

2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.

3. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular.

4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprêgo dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do Folclore.

II

1. Considerando que, para melhor conhecimento e maior desenvolvimento do Folclore Brasileiro, é necessário intensificarem-se os trabalhos de campo o I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece a necessidade de ser estabelecido um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica, que vise o levantamento, dentro de bases e princípios ci-

entíficos, dos motivos folclóricos existentes em tôdas as regiões do país. Compete à Comissão Nacional de Folclore a organização desse Plano, em cuja elaboração serão ouvidos os órgãos regionais e, se necessário, associações culturais de objetivos afins.

2. Para execução do Plano será ainda elaborado um manual de pesquisa, contendo a orientação que deve ser seguida pelos pesquisadores nas respectivas áreas. Aconselha-se, igualmente, a realização de cursos práticos de preparação de pesquisadores, para o fim de assegurar-lhes conhecimentos fundamentais de método e técnica de trabalho de campo.

3. Os trabalhos de pesquisas devem ser executados por equipes nas quais se incluam, sempre que possível, técnicos de cinema e de gravação de som, sociólogos, historiadores, geógrafos-cartógrafos, musicólogos, etnógrafos e linguistas, além dos folcloristas necessários.

4. Competirá às equipes, em cada Estado, recolher igualmente o documentário material através de peças folclóricas, e fotográfico, destinando-se o que fôr obtido ao Museu Folclórico da respectiva Unidade Federada; as peças mais características de cada região devem ser conseguidas em duplicata, destinada uma das vias ao Museu Folclórico que se organizar na Capital da República, com caráter nacional.

5. A Comissão Nacional de Folclore regulamentará os trabalhos de pesquisa e de preparação de pesquisadores, respeitadas as peculiaridades de cada Unidade da Federação.

III

1. Toda pesquisa folclórica deverá ser feita em moldes científicos, obedecendo às normas metodológicas comumente seguidas nas ciências sociais. Para esse fim os pesquisadores além do necessário treino, devem ser instruídos sobre as questões metodológicas e, pelo menos, noções de etnografia européia, ameríndia e africana, a fim de que não lhes passem despercebidos aspectos muitas vezes importantes e para que os dados coletados não sejam invalidados por falhas de método e de técnica.

2. Para tornar-se viável um levantamento dos fatos folclóricos brasileiros, observadas as recomendações acima prescritas, deve-se aproveitar o concurso de instituições já existentes e ramificadas por todo o território nacional.

3. Para que sejam obtidos os elementos indispensáveis à realização das pesquisas folclóricas cumpre que estas pesquisas, além de sua finalidade científica, adquiram finalidade prática e útil à região em que se realizam, bem como aos seus habitantes.

IV

1. É reconhecida, como fundamental à pesquisa do Folclore Brasileiro, a necessidade do levantamento prévio do calendário folclórico, destinado a fixar as datas em que se celebram, em cada Município, as festas tradicionais de maior repercussão social. Consideram-se como incluídas entre estas festas as de caráter regional (festas de padroeiro, festas de colheita, moagem, marcação de gado, vaqueijadas, etc.), as de comemoração geral (festas do ciclo do Natal, de carnaval, da Semana Santa, de São João, do Divino Espírito Santo, etc.) e as festas especiais, isto é, comemorações locais, promovidas por grupos étnicos ou sociais com o propósito de determinada celebração.

2. A Comissão Nacional de Folclore organizará o questionário básico ao levantamento do inquérito, cabendo às Comissões Regionais acrescentarem os aspectos específicos referentes a cada Unidade Federada, em particular.

3. Recomenda-se às Comissões Regionais adotem providências para que o calendário e o mapa folclóricos de cada Unidade Federada sejam apresentados, sob forma tão simples quanto possível, no II Congresso Brasileiro de Folclore.

V

1. A Comissão Nacional de Folclore promoverá através das Comissões Regionais e com a possível urgência, o levantamento das romarias existentes e conhecidas nas diversas regiões do país, de modo a estabelecer sua origem, data de realização, local e finalidades. Com estes elementos será organizado o mapa e calendário das romarias brasileiras.

2. A Comissão Nacional de Folclore sugerirá ao Governo da República, na forma que julgar mais conveniente, a organização de missões assistenciais, com a finalidade de atuar nos locais das romarias. Essas missões deverão ter a colaboração de vários serviços técnicos do Governo, incluindo-se, particularmente, elementos de ação representativos de: a) grupo sanitário de profilaxia e educação sanitária; b) grupo de educação rural, ajustado às condições de cada romaria; c) grupo de recreação e divulgação cultural, que proporcio-

ne aos romeiros, através de filmes, representações teatrais, discos, alto-falantes, etc. oportunidades de recreio e do conhecimento de fatos da vida cultural do país e ainda instruções sobre processos sanitários, higiênicos, educativos, etc.; d) grupo de estudos sociológicos, destinado a estudos e pesquisas sociais; e) grupo folclórico, para estudos e pesquisas folclóricas, e cuja representação caberá à Comissão Nacional de Folclore.

3. A atuação dos elementos integrantes das missões assistenciais visará precipuamente à assistência sanitária, educacional e cultural às populações participantes das romarias, procurando fixar, em particular, seus objetivos no seguinte: orientar o homem no sentido de sua fixação à terra, evitando a emigração; apresentar programas ou atividades que não entrem em choque com o espírito da romaria ou a mentalidade da população; programar seus trabalhos em horas que não perturbem os atos religiosos; prestigiar as manifestações artísticas autóctones, promovendo exposições de arte popular, festas de música e danças regionais, etc., de maneira a criar, no povo, interesse pela conservação do que lhe é próprio em atividades artísticas; concorrer para a educação e o bom gosto.

4. A organização das missões assistenciais far-se-á com a colaboração dos Ministérios da Educação e Saúde e da Agricultura, da Legião Brasileira de Assistência, da Sociedade Brasileira de Sociologia e da Comissão Nacional de Folclore, e ainda de serviços técnicos estaduais ou de outros órgãos assistenciais e culturais. Para esse fim o Governo promoverá a organização de uma comissão com representantes dessas entidades, para elaborar e planejar os trabalhos das missões assistenciais.

VI

1. Reconhece o Congresso a conveniência de assegurar-se o mais completo amparo às artes populares, ao artesanato e à indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu desenvolvimento e à proteção dos artistas populares.

2. Para tanto devem os órgãos da Comissão Nacional de Folclore promover, sempre que possível com a colaboração dos órgãos competentes da respectiva administração estadual, as pesquisas e estudos convenientes que visem, em particular, ao levantamento regional das artes populares e dos tipos de organização existentes para produção e comércio em comum de artigos artesanais e de trabalho doméstico, ao planejamento das atividades, cursos, programas de aperfeiçoamento, concursos, etc., necessários ao amparo e estímulo ao artesanato.

3. É dirigido um apêlo aos Governos Regionais para que, com a cooperação dos órgãos regionais de folclore, promovam o estímulo às organizações de artes populares e de artesanato, assistindo-as no que fôr imprescindível às atividades artesanais e domésticas lucrativas, sempre preservando sua localização regional.

VII

1. Considera-se o cancioneiro folclórico infantil fator de educação, tendo em vista que, ao mesmo tempo que desenvolve o gosto pela música e o hábito do canto coletivo, fornece material adequado às aulas e recreação, reforçando ainda o aproveitamento do elemento tradicional. Sua utilização deve visar às necessidades infantis de gregarismo e expansão, e também despertar o espírito de cooperação, de par com o sentido de disciplina.

2. É recomendado às Comissões Regionais que incluam, em seus planos e atividades de pesquisa, o levantamento mais completo possível do material do cancioneiro folclórico infantil, de modo que oportunamente possa a Comissão Nacional de Folclore fazer a escolha dos motivos entre as cantigas de uso mais generalizado em todo o país, em suas melhores versões musicais e literárias, observando-se, em particular, os seguintes requisitos: a) tessitura conveniente; b) boa prosódia musical; c) texto sugestivo.

3. O material que fôr coletado, dentro dêste propósito, deverá trazer indicações referentes: a) ao gênero; b) à movimentação; c) à localidade, região ou zona de onde procede; d) quem recolheu e em que data; e) ao andamento; f) à colocação da letra na música; g) a todos os esclarecimentos suplementares que a execução da cantiga exigir. Com base nas indicações musicais recolhidas, providenciará a Comissão Nacional de Folclore um acompanhamento pianístico de fácil execução e rigorosamente de acôrdo com o caráter da cantiga.

4. A Comissão Nacional de Folclore promoverá, oportunamente, a publicação, em volume, do material recolhido, destinando-o a ampla divulgação nas escolas pré-primárias e primárias do Brasil.

5. Propõe o Congresso que as canções folclóricas infantis sejam incluídas no programa dessas escolas, em todo o território nacional, e que se encaminhem providências para que esta sugestão se transforme em lei.

VIII

1. O Congresso protesta contra as alterações e deturpações notórias em temas folclóricos musicais. Neste sentido formula respei-

toso apêlo às autoridades judiciárias do país para que, nas ações de direito natural, em que se alegue inspiração no Folclore, sejam ouvidos peritos de reconhecida competência em assuntos folclóricos.

2. O Congresso considera necessário:

a) a adoção de providências adequadas à defesa e preservação do folclore musical em relação à sua divulgação pelo rádio, organizando-se planos e adotando normas, em cuja elaboração sejam também chamados a colaborar ativamente representantes das principais entidades radiofônicas do país. Sugere-se, que, nessas normas, se inclua a obrigatoriedade de terem as estações de rádio, individualmente ou por grupos, consultores especializados em folclore musical, sempre que possível com curso dessa disciplina feito em Conservatórios de Música;

b) seja tornado obrigatório por lei, e com sanções adequadas, a transcrição nas composições que utilizem temas folclóricos, da melodia ou tema original aproveitado e sua procedência, assim como figurem também essas indicações nos programas de concertos ou festais em que aparecem tais obras.

IX

1. É formulado encarecido apêlo ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de que promova, pelos meios julgados mais convenientes aos interesses da administração pública, a criação de um organismo, de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares.

2. Ao órgão a ser criado, nos termos desta sugestão, deve ser dada estrutura de caráter autárquico, com plena autonomia técnica e a autonomia administrativa indispensável à própria natureza de seus encargos.

X

É recomendado ao I. B. E. C. C. que promova junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as providências necessárias no sentido de que a rede de Agências Municipais de Estatística possa ser utilizada, da forma mais conveniente aos interesses daquela entidade, na realização dos inquéritos folclóricos que, em âmbito nacional, sejam estabelecidos pela Comissão Nacional de Folclore.

XI

1. É inadiável a necessidade de preservar os produtos de inventiva popular, tanto os de caráter lúdico e religioso como os de cará-

ter ergológico. A guarda desses objetos deve ficar a cargo de instituições apropriadas, e sob a direção de órgãos ligados à pesquisa e ao estudo do folclore, devido tanto ao caráter coletivo dessa tarefa como ao longo tempo indispensável à coleta e classificação dos dados para lhes dar interesse didático.

2. Recomenda, pois, o Congresso a criação, no Distrito Federal, do Museu Folclórico Nacional, com uma das suas divisões ou um museu subsidiário dedicado ao folclore e às artes populares da Capital da República, e de museus folclóricos por parte das Comissões Regionais, nas Capitais e nos Municípios em que a sua criação se revelar exequível, proveitosa e representativa. Caberá à Comissão Nacional de Folclore, através do seu Conselho Diretor, e sob sua responsabilidade direta, a organização do Museu Folclórico Nacional, e às Comissões Regionais, através dos seus respectivos Secretários-Gerais, a dos museus locais.

3. Para a efetivação destas medidas, a Comissão Nacional de Folclore pedirá aos governos estaduais que auxiliem, na medida do possível, a criação e organização dos Museus Folclóricos locais, seja assegurando-lhes facilidades de instalação, seja emprestando técnicos de museu, seja subvencionando no todo ou em parte as suas atividades; pedirá ao I. B. G. E. a sua colaboração, através dos agentes municipais de estatística, na coleta de material de interesse folclórico e popular; procurará obter, de outros organismos federais, o mesmo tipo de colaboração; pedirá ao Governo Federal, em caráter permanente, as necessárias franquias de transporte, por água, terra e ar, para o material recolhido; e as Comissões Estaduais de Folclore se entenderão com os poderes públicos locais no sentido de obter deles a cessão, para a formação dos museus estaduais, de objetos de uso e criação popular porventura existentes em repartições não especializadas, como as chefaturas e delegacias de polícia; pedirão a colaboração de organismos e repartições que possam ajudar na coleta de material; e se dirigirão, no sentido de obter franquias de transporte para esse material, aos governos estaduais, e, quando couber, às prefeituras municipais.

XII

1. É conveniente difundir e vulgarizar as diversões e danças dramáticas brasileiras, levando-as, por meio de exibições teatrais, a camadas da população que a elas habitualmente não têm acesso e, igualmente, a outros pontos do país, fora de sua área de distribuição, contanto que não se altere a sua autenticidade ou se deforme a sua expressão primitiva. Essa difusão e vulgarização, enquanto não se faz através dos grupos diretamente empenhados no folclore, podem

ser feitas por meio de artistas especializados em representações populares e folclóricas, aos quais o Ministério da Educação e Saúde, pela Portaria nº 240, de 23 de maio de 1949, prometeu apoio oficial.

2. Recomenda o Congresso à Comissão Nacional de Folclore e às Comissões Regionais: o estímulo e, sempre que possível, a criação de grupos de amadores, especializados em teatro popular, que, sob a orientação de um folclorista por elas designado e atendendo ao mínimo das exigências teatrais, transponham com fidelidade para o palco as diversões e danças dramáticas de sua respectiva região ou Estado; o apoio moral, científico, artístico e, quando possível, financeiro aos grupos de amadores e profissionais, porventura existentes, que se dediquem a este tipo de vulgarização do folclore nacional; o estudo das possibilidades de utilização gratuita e periódica de teatros já existentes por parte desses grupos de amadores, entendendo-se para tanto com as autoridades federais, estaduais e municipais competentes; e a coordenação das atividades desses grupos de amadores em plano nacional, de maneira a favorecer o seu intercâmbio entre as várias regiões brasileiras.

XIII

1. É ínfima, em comparação com a riqueza e a variedade do folclore nacional, a soma disponível de informações e de estudos folclóricos, e em geral esses trabalhos se ressentem de falta de técnica, devido ao seu caráter eventual e fortuito. Torna-se necessário formar peritos em número razoável e com certa continuidade e familiarizá-los com os métodos modernos de observação, pesquisa e análise, a fim de aumentar o rendimento do seu trabalho e enriquecê-lo, sendo conveniente que esse treinamento especial se ministre em nível universitário, devido ao concurso de outras disciplinas afins.

2. A Comissão Nacional de Folclore dirigirá um apelo às autoridades competentes, propondo a criação, nos Cursos de Ciências Sociais e de Geografia e História das Faculdades de Filosofia, da cadeira de Folclore, na qual se ensinem, em uma parte geral, os métodos de pesquisa, observação e análise dos fatos folclóricos em todas as suas modalidades, e, em parte especial, as formas e processos do folclore nacional.

3. Nesse apelo proporá, igualmente, a Comissão Nacional de Folclore:

a) que a cadeira de Etnografia e Pesquisa dos Conservatórios de Canto Orfeônico passe a denominar-se de Folclore Nacional, como na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, e que

nenhum ano seja aprovado nessa disciplina sem a apresentação de uma pesquisa de campo, como também nenhum professor seja admitido para lecioná-la sem a correspondente apresentação de uma ou mais pesquisas de mérito.

b) que seja criada, em todos os Conservatórios oficiais ou oficializados da União, Estados ou Municípios, a cadeira de Folclore Nacional;

c) que se estenda a frequência as aulas de folclore das escolas de música nacionais a todos os estudantes dos diversos cursos, não se restringindo a sua obrigatoriedade apenas aos alunos das classes de composição, encarecendo-se ainda a necessidade de ter o curso, pela importância do estudo conjunto do folclore para a formação da cultura nacional, a duração de dois anos.

XIV

1. As Comissões Regionais de Folclore deverão organizar, nas faculdades, escolas normais e colégios secundários, centros ou grupos de pesquisas, formados por alunos dos respectivos estabelecimentos, e cujos trabalhos terão a assistência técnica a orientação da respectiva Comissão.

2. Os Centros assim organizados terão como finalidade principal a pesquisa de campo, a colheita do material como existe, o registro mecânico dos fatos folclóricos, o estabelecimento de núcleos de documentação (museus, discotecas, arquivos, etc.) e a sua respectiva divulgação, com observação, com observações e notas, mas sempre em seu estado original.

3. Como medida de estímulo às atividades desses centros deverão ser promovidas palestras, conferências, seminários, etc., para o estudo, em conjunto, do material recolhido, sempre que se realizar uma pesquisa de campo.

4. As Comissões Regionais procurarão entender-se com as autoridades do ensino, na respectiva região, para que sejam favorecidos esses estudos e trabalhos, prestigiando moral e materialmente as atividades dos centros de pesquisadores nos estabelecimentos de ensino.

5. É sugerida as sociedades luso-brasileiras a organização de centros de estudos folclóricos, tendo em vista as origens portuguesas fundamentais no tradicionalismo brasileiro, a fim de que, em instituições dessa natureza, se estudem os aspectos científicos das relações entre os dois folclores — o brasileiro e o lusitano.

XV

1. É reconhecida a necessidade de dar-se início à publicação de uma Biblioteca Brasileira de Folclore, em que se editem obras originais sobre folclore brasileiro e se reeditem livros fundamentais, já hoje esgotados. Nessa coleção serão incluídas, igualmente, traduções de obras científicas em que se encontram estudos ou pesquisas de interesse para o folclore nacional.

2. Para organização da Biblioteca Brasileira de Folclore, a Comissão Nacional de Folclore entrará em entendimentos com o Ministério da Educação e Saúde, a fim de que se organize uma comissão com representantes daquele Ministério, da Comissão Nacional de Folclore, do I. B. E. C. C., da Universidade do Brasil e do Instituto Nacional do Livro, para estabelecer o plano de publicação, distribuição e venda das obras selecionadas e tomar todas as providências necessárias à efetivação da Biblioteca Brasileira de Folclore.

XVI

A Comissão Nacional de Folclore fica incumbida de promover os necessários entendimentos com as autoridades competentes, no sentido da publicação de uma revista brasileira de folclore.

XVII

Reconhece o Congresso a conveniência de promover-se a organização de uma antologia de contos populares, lendas, poesias, enigmas e o que mais se enquadre na moderna orientação psicológica da adolescência, à qual se destina. Essa antologia deverá ser constituída de volumes que contenham elementos selecionados em cada região do país, sem o aspecto formal de livro texto.

XVIII

No sentido de dar maior valorização aos assuntos do tradicionalismo nacional, sobretudo junto às novas gerações, o Congresso sugere aos editores e responsáveis pelas publicações infantis e juvenis, bem como à imprensa em geral, a preferência pelos temas brasileiros, populares e folclóricos, nos comentários, histórias e ilustrações dos periódicos.

XIX

A utilização de elementos folclóricos como fonte de desenvolvimento do turismo merece ser estimulada e incentivada, devendo,

neste sentido, os órgãos integrantes da Comissão Nacional de Folclore manter-se em entendimento constante com o Conselho Nacional de Turismo a fim de que, num regime de estreita e proveitosa cooperação, possa ser incrementada a aplicação do Folclore ao turismo.

XX

1. É sugerida ao I. B. E. C. C. a criação, como setor de trabalho do Secretariado da Comissão Nacional de Folclore, de uma secção de intercâmbio cultural com o estrangeiro. Esta secção trabalhará em colaboração com os órgãos regionais daquela Comissão visando aos seguintes propósitos: a) manter relações com as entidades folclóricas e folcloristas estrangeiros, para isso organizando um fichário por países e especializações; b) estabelecer a permuta de publicações e material folclórico, que deverá ser feita na conformidade dos interesses locais das Comissões Regionais; c) publicar, com a periodicidade mais conveniente, um Boletim, em espanhol, francês e inglês, com informações relativas ao folclore brasileiro, inclusive indicação bibliográfica do folclore nacional.

2. Em cada Comissão Regional será designado um de seus membros para incumbir-se do contacto com a secção de intercâmbio cultural, facilitando a esta todas as informações de natureza regional destinadas a divulgação no exterior.

3. A Comissão Nacional de Folclore solicitará o apoio da UNESCO, do Ministério das Relações Exteriores e do Instituto Nacional do Livro para obtenção das facilidades necessárias ao desenvolvimento desse intercâmbio, que se fará diretamente ou por intermédio das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais.

XXI

1. Considera-se a realização das Semanas de Folclore, comemoração anual do Dia do Folclore, fator de desenvolvimento do estudo do Folclore Brasileiro e de maior aproximação intelectual e pessoal entre os folcloristas nacionais. Fica estabelecido que, nos anos em que se realizar Congresso Brasileiro de Folclore, não haverá Semana de Folclore.

2. É sugerida às Comissões Regionais a inclusão, no programa da Semana de Folclore que estiver a seu cargo, de seminários, mesas-redondas e outros meios que permitam o debate, entre os folcloristas presentes, de problemas fundamentais ligados ao estudo, téc-

nica e pesquisa do folclore, em particular da região onde se efetuar a reunião. Sugere-se também a realização, na mesma época, de exposições folclóricas de temas e assuntos regionais, como meio de difusão de aspectos folclóricos em sentido pedagógico e cultural.

XXII

As Comissões Regionais de Folclore promoverão, a exemplo do que já se vem fazendo em alguns Estados, a designação de delegados seus nos Municípios do Interior, procurando, igualmente, estabelecer o mais íntimo contacto com o professorado primário e secundário das diversas localidades e com os Agentes Municipais de Estatística, como elementos valiosos de informação e de cooperação quanto às pesquisas e levantamento do folclore regional.

XXIII

O Congresso recomenda à Comissão Nacional de Folclore a adoção, pelos meios mais adequados, das medidas que couberem no sentido de: a) promover-se a realização, em cada cinco anos, de Congressos Luso-Brasileiros de Etnografia e Folclore, alternadamente em Portugal e no Brasil; b) estabelecerem-se as bases para um Congresso Sul-Americano de Folclore.

XXIV

O II Congresso Brasileiro de Folclore se reunirá em 1953 em Curitiba, como parte das comemorações do centenário da Província do Paraná.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1951.

Renato Almeida
Presidente

Cecília Meireles
Secretária-Geral



LIVROS

CANTIGAS DE RODA — 2 — (Folclore Infantil — Contribuição para o estudo do Folclore no Espírito Santo) — **Guilherme dos Santos Neves e João Ribas da Costa** — Rio de Janeiro, 1950 — Em bela edição apareceu o 2º volume das **Cantigas de Roda**, colhidas no Espírito Santo por Guilherme dos Santos Neves e João Ribas da Costa. É um excelente trabalho, encerrando letra e música de dez cantigas: "Meu amor é marinheiro", "Gata espichada", "Ao passar da Barca", "Ó bela Lilla", "Quebra, quebra gabiroba", "Onde está a Margarida", "Sinhá Marreca", "Pobre Viuva", "Os olhos de Marianita" e "Serenho". Guilherme dos Santos Neves é Secretário-Geral da Comissão Espiritosantense em Folclore e diretor da excelente publicação "Folclore" que se edita em Vitória.

ROMANCEIRO MINHOTO — **Fernando de Castro Pires de Lima** — Joaquim Alberto Pires de Lima.

CANTARES DO MINHO — **Fernando de Castro Pires de Lima** (2 vols.).

Volumes 11, 12 e 13 da Biblioteca Histórica e Etnográfica Portuguesa — Por-

tugalense Editora — Porto — 1942 e 1943.

Constituem os Pires de Lima uma tradicional família de eruditos pesquisadores e escritores lusitanos. No primeiro destes volumes, os Autores estudam os romances colhidos diretamente da tradição popular do Minho, elevando-se o seu número a 58, entre os quais o de D. Silvana, o do Cego, o da Dona Infanta, o da Nau Catarineta, o do Conde da Alemanha, o do Santo Antonio Salva o pai da Morte e muitos outros. O estudo, além da pesquisa e colheita dos Autores, abrange as colheitas feitas por escritores portugueses apresentando-as comparativamente.

Os **Cantares do Minho** encerram nada menos de 2.393 quadrinhas populares da mesma região do país, cujo folclore, como se vê, é riquíssimo.

Fernando de Castro Pires de Lima interessadíssimo pelos assuntos brasileiros, mantém frequente correspondência com a Comissão Catarinense de Folclore, de cujo Boletim é eminente colaborador.

REFLEXO DUMA "PALLIDA SOMBRA" NO ROMANTISMO BRASILEIRO — **Luiz Felipe Vieira Souto** — (Tese de concurso a uma das cátedras de literatura no

Colégio Pedro II) — Rio — 1950 — Luiz Felipe Vieira Souto, membro do Instituto Histórico Brasileiro e de inúmeras outras entidades culturais do país e do estrangeiro, é um trabalhador infatigável. Médico dos mais ilustres, escritor, historiador e genealogista, é um nome conhecido nos meios culturais brasileiros, que lhe rendem as mais justas e merecidas homenagens. Candidatando-se a uma das cadeiras de literatura do Colégio Pedro II, apresentou como tese um volumoso trabalho estudando a personalidade de Alvares de Azevedo no romantismo brasileiro. É um estudo minucioso, exaustivo e consciencioso da vida e da obra daquela "pallida sombra" que foi o autor de "A Noite na Taverna".

NOVA-TRENTO — Walter F. Piazza — Florianópolis, 1950 — Edição comemorativa do 75º aniversário da Colonização Italiana — O nosso esforçado e estudioso colaborador, sr. Walter Fernando Piazza, vem conquistando, com a sua capacidade de trabalho, com a sua probidade e com o seu amor às coisas catarinenses, um destacado e merecido lugar nas nossas letras. Basta ver-lhe a bagagem literária, em que se alinham estudos de história, de genealogia e de folclore. É um moço cujo exemplo merece ser imitado e cuja orientação é digna de aplauso. Os seus trabalhos resultam das suas pesquisas. Não bebe a água revolta pelas mãos dos que já as mergulharam na correnteza. Procura ir às fontes, à nascente — e aí colher o que ha de fresco e de novo. Trabalhador como poucos, honesto cento por cento nas suas pesquisas, não gesta — e faz muito bem — de repetir o que os outros já fizeram. E, sem favor, um jovem que, apurando a sua cultura, ocupará lugar de destaque nas nossas letras. Nova Trento é o seu mais recente trabalho. É a história do seu torrão natal, escrita com sobriedade e com carinho. Nela inclui a história dos seus fundadores, os aspectos da terra, as suas produções, um dicionário de topônimos, uma síntese folclórica e um roteiro da cidade. É um trabalho completo sobre o Município e cujas falhas que as tem, certamente, não lhe obscurecem o valor.

GALERIA ABBOTT — José Valadares

— Publicação do Museu do Estado da Bahia — Nº 12.

A monografia que José Valadares, ilustre professor e diretor do Museu Bahiano apresentou ao 1º Congresso de História da Bahia, aparece agora em primoroso volume. Encerra em suas páginas os traços biográficos do colecionador, o Dr. Jonathan Abbott, ilustre anatomista, professor da Faculdade de Medicina da Bahia no século passado, o catálogo da sua coleção, o histórico dos quadros e a reprodução de muitos desenhos. O trabalho mereceu a aprovação do plenário daquele Congresso de História, memorável conclave de sumidades.

REVISTAS E PUBLICAÇÕES

REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA — Vol. III — Tomos I e II — 1949-50 — Direção do Prof. Manuel de Paiva Boleo — Casa do Castelo — Editora — Coimbra — Mais um excelente numero da magnífica revista de assuntos filológicos que obedece a direção do eminente amigo da nossa terra, o Prof. Boléo.

Traz o dito tomo artigos originais de eminentes mestres e nas recensões críticas uma colaboração do nosso patricio e colaborador Sr. Theobaldo C. Jamundá, de Indaial, no nosso Estado. Nas notas bibliográficas faz elogiosas referências aos Estudos antropológicos do nosso ilustre mestre, Prof. Henrique Fontes. Sobre o nosso Boletim, diz, às pags. 471.

"Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore — Florianópolis (Estado de Sta. Catarina, Brasil) — Ultimo fasciculo recebido: nº. 4 — do ano I — junho de 1950. Logo que tenhamos recebido mais alguns fasciculos, referi-nos-emos com mais demora a esta revista folclórica, que permite estudos comparativos com Portugal e apresenta interesse linguístico".

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA — Nº. 8 — 1950 — Tipografia Andrade-Angra do Heroísmo — Ilha Terceira — Açores — Como sempre, um numero precioso deste Boletim, pela matéria que encerra. Sem querer destacar qualquer dos trabalhos, pois todos são de ilustres penas dos Açores, não podemos deixar de fazer referências ao trabalho do seu ilustre Presidente, Dr. Luiz da Silva Ribeiro, sobre as Adivinhas po-

pulares terceirenses, pois, comparando-as com as nossas, cita várias vezes aquelas publicadas pelo nosso Boletim em colaborações diversas. Também faz elogiosas referências ao órgão da Comissão Catarinense de Folclore, referências estas já transcritas em nosso número anterior. Ainda pela mesma Revista tomamos conhecimento da eleição de Walter Spalding, nosso eminente amigo, confrade e assíduo colaborador do nosso Boletim, para membro correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, fato que muito nos alegrou, pela simpatia que gosa, merecidamente, em Sta. Catarina, o fecundo e erudito escritor gaúcho.

INVESTIGAÇÕES — Revista do Departamento de Investigações do Estado de S. Paulo — Fevereiro de 1951 — Nº 26 — Direção do Dr. João Carneiro da Fonte.

Ha três anos vem o Departamento de Investigações do Estado de S. Paulo publicando uma ótima revista que, além dos assuntos pertinentes àquela repartição, traz notáveis estudos sobre sociologia, história, literatura e folclore.

O seu corpo de colaboradores conta com nomes bastante conhecidos no país, como os de João Dornas Filho, Carlos da Silva Araújo, Aluisio de Almeida e outros, que em o Nº 26 se apresentam assinando esplêndidos artigos.

BOLETIN DE LA ASOCIACIÓN TUCUMANA DE FOLCLORE — Tucuman — Rep. Argentina — Ano II — Vol. I — Março — Abril de 1951 — Nºs. 11 e 12.

Nunca falta à nossa mesa de trabalho, quando aparece, o Boletim da Associação Tucumana de Folclore. É uma das melhores publicações periódicas sobre folclore que conhecemos. A sua orientação, traçada sobre moldes seguros, das mais curiosas. E os seus estudos, os mais preciosos. Completando o seu primeiro aniversário apresenta-nos um número repleto de artigos interessantes como "O mal de espanto e maneira de curá-lo em alguns lugares do México", de Virginia R. de Mendosa; "O Pão no Folclore de Tucuman" (apêndice aos Nºs. 5-6 do mesmo Boletim); — "O Tempo, no Folclore de Tucuman" (apêndice nos Nºs. 9-10 do Boletim), além de referências às publicações referidas, notas e notícias e um amplo e completo noticiário sobre o Clube Internacional de Folclore, fundado em

Natal pelo nosso patricio e colaborador Veríssimo de Melo.

SUL — Revista do Circulo de Arte Moderna de Florianópolis — Nº 13 — como sempre com boa matéria e boas ilustrações. Aparece agora em formato menor, com maior número de páginas.

RUMOS — Revista de cultura publicada em Lages, Sta. Catarina, com matéria escolhida e farta ilustração. Publicação que honra a cidade serrana do nosso Estado.

Catálogo do Salão Bahiano de Belas Artes de 1950

Panorama — Nº 2 Ano 1º — Londrina, Paraná

LIVROS E PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos ainda os seguintes livros e publicações, que serão comentados em nossos próximos números.

Luiz da Silva Ribeiro — Olaria Terceirense

Luiz da Silva Ribeiro — As touradas da Ilha Terceira (Açores)

Florival Seralne — Contribuição ao estudo da influência indígena no linguajar cearense

Hélio Chaves — Pirilampus

José Agostinho — Cervantes esteve na Terceira?

José Agostinho — Diogo Teije, povoador da Terceira

José Agostinho — Padre Ernesto Ferrelira

José Agostinho — Francisco Afonso Chaves

José Agostinho — Sobre a data da viagem de descobrimento de Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador

Francisco Millet Rogers — Pronúncia insular portuguesa

José Coutinho de Oliveira — Folclore Amazônico

Ronato José Costa Pacheco — Páginas de Folclore

Veríssimo de Melo — Alcinhas do Brasil e de Portugal

Alfredo Poviña — Sociología del Folklore

Guilherme dos Santos Neves — Nau Catarineta

Manuel Deodoro de Carvalho — Fundação da Colonia D. Francisca

Alberto Schmidt — Os Rezingões

T. A. Pombinho Júnior — Cantigas populares alentejanas

- | | |
|---|---|
| João Ribas da Costa — Canoeiros do Rio Santa Maria | Felto Bezerra — Etnias sergipanas |
| Tobias Rosenberg — Curiosos aspectos de Terapeutica Calchaquí | Boletim de La Asociación Tucumana de Folklore n.ºs. 13, 14, 15 e 16 |
| Guilherme dos Santos Neves e João Ribas da Costa — Cantigas de Roda | Investigações — n.ºs. 28 e 29 |
| Felix Coluccio — Folkloristas e Instituciones Folkloricas del mundo | Roteiro Turístico da cidade de Vitória |
| Getúlio Cezar — Zé Carreiro | Revista do Arquivo Municipal, Vols. 139 e 140 |
| Nunes Pereira — A Casa das Minas | Boletim del Museo de Motivos populares argentinos José Hernandez |
| Tobias Rosenberg — El Transplante | Revista de Educación — Santiago del Chile — Junio, 1950 |

NA COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE NÃO SE CULTIVAM VAIDADES

Todos trabalham pelo amor de trabalhar, para elevar o nome da sua terra.

A cooperação é a lei máxima.

Todos encontrarão estímulo para as suas pesquisas e o que um de seus membros possui, pertence a todos.

Trabalho de equipe. Solidariedade. Companheirismo.

Só se olha por uma coisa:— a maior glória da Nossa Terra e do Brasil. Acima de tudo, o ideal.



FIAÇÃO DOMÉSTICA

Acylio Accacio Pereira Pires

A fiação doméstica é largamente usada no nosso litoral especialmente como coadjuvante na confecção de acessórios para a pesca. Sejam os fios para as redes ou os cabos mais reforçados para os espinheis, remontam na sua origem às mãos destreiras das fiandeiras, sendo peculiaridade notável que quasi exclusivamente as velhas se dedicam a êsse mistér. Demonstra êste fato estar em vias de extinção essa indústria doméstica que como outras cede lugar às aparelhadas fábricas de fiação e tecelagem que aumentam de número por todo o Estado.

Interessa a observação do trabalho dessas Lachesis redivivas. Sentadas em rudes banquetas ou mais comumente no chão, manejam com habilidade espantosa para a idade — conheço algumas centenárias — a roca, cuja roda trepida e o fio zune ao enrolar-se no fuso. E isso de sol a sol. As rocas são de vários modelos, uns artísticos, herança talvez de ancestrais caprichosos e abastados, outras bisonhas na sua rudêz de proletárias nascidas em casêbres de barro batido.

Existem fiandeiras que não se valem do luxo de ter roca e que num prodígio de habilidade fiam unicamente com o fuso, rodando-o entre os dedos polegar e indicador, no chão a moda de piorra.

A roca é constituída por uma mesinha ou arcabouço de sustentação, de uma roda — volante — acionada a pedal nas mais aperfeiçoadas ou a mão nas mais primitivas. Esse volante aciona por intermédio de uma correia outra roda menor a que imprime grande velocidade e a qual é afixado o fuso. Este não passa de uma vareta afuselada que é onde o fio primariamente se enrola. Dado o começo ao entrançamento das fibras é o fio assim constituído afixado ao fuso, êste ao rodízio da roca e esta posta a funcionar. As mãos vão então tomando das fibras delicadamente e estabelecendo continuidade com o fio que já está em começo no fuso. Daí por diante é uma repetição incessante do processo. Uma vêz cheio o fuso é tomado um novo para a prosecução e o fio contido no cheio vai ser enovelado em grandes novelos de 1 a 2 quilos.



Fotografia do autor intitulada "LACHESIS" exposta em vários salões internacionais de fotografias, continentais e europeus

A matéria prima geralmente usada é a fibra do tucum (*Bactris setosa*, Mart.) e do gravatá (*bromeliacea* — *Wittimackia*). A de tucum, cuja fôlha espinhosa dá uma fibra curta é extraída quebrando-se a folha ao meio no sentido perpendicular ao comprimento da mesma e tirando-se bruscamente para um dos lados destacando-se destarte as fibras do lado fosco do limbo. O fio de tucum é o mais resistente porém o mais trabalhoso dado o pouco rendimento e as tarafas e redes confeccionadas com ele têm maior duração, diminuindo entretanto esta si o artefato que com ele fôr feito apanhar os raios de lua — não sei si isto vem a ser superstição ou si realmente há algo que justifique esta afirmação dos praiheiros.

O gravatá ou caroá conquanto tenha a fibra de menos durabilidade é também muito trabalhoso no preparo. Cortadas as folhas es-

patuladas e aculeadas são maceradas preferencialmente em águas estagnadas e lodosas durante umas quatro ou cinco semanas. Quando o parenquima putrefaz-se são torcidas, batidas para que fique unicamente a fibra que resiste a putrefação. Estas operações são feitas com o material exalando um fétido desalentador. Depois de bem alva a fibra é amarrada em maçarocas que irão para as fiandeiras.

Uma boa fiandeira com roca de roda em ótimas condições mecânicas fia quilômetros em um dia. Outra modalidade afim e que ocupa fibra de embira (Timeliacea) fiada grosso é a fabricação de esteiras de perí (gramínea aquática) feita em um tear rústico. Conheço em Itapema uma velhinha centenária de uma destreza única na confecção dessas esteiras.

Como o padrão de vida na zona a que me refiro (Município de Porto Belo, SC) humanamente não pode baixar mais — os felás egípcios ou os mujics russos serão abastados em comparação — essas fiandeiras recebem uma ninharia pelo seu serviço de fiação. Existem muitas que fiam de sol a sol para ganhar Cr\$ 3,00... Outras esperam o pagamento em peixes que serão apanhados pelas redes cujos fios manipularam.

A fotografia que ilustra esta precária descrição é de uma velhinha cuja idade não sabe mas que presume ter 90 anos. Imaginem os leitores noventa anos passados em um casébre de barro batido e em parte de taboas que em conjunto não chega a ter 10 metros quadrados! Filha única herdou a casa dos pais, casando-se viveu nela; teve por sua vez uma única filha que casada morou com ela enquanto viveu. Hoje vive com o genro viúvo e duas netas de 10 e 12 anos. Parcialmente cega ainda fia o dia inteiro; filósofa não se amargura com as agruras da vida. Vive num primitivismo absoluto, jamais ambicionou glória ou fortuna e mesmo criada e vivendo a beira mar nunca terá sonhado com rabos de peixe... Devaneios terá tido, sonhos talvez, embriões latentes de fantasia que hoje feneceram sob essa neve que prateia os seus cabelos que esgrouviados podem confundir-se com a própria maçaroca de fibra que fia...

A tardinha, muita vez, enchemo-nos de nostalgia quando ao canto das aracauans ao recolher-se junta-se a melopéia dolente de alguma fiandeira e a cadência ritmada das varinhas flexíveis de alguma outra velha malhando lã.

E a repetição monótona e chã desse ramerrão diário aliada à figura quasi sempre esgrouviada e encanecida das fiandeiras leva-nos a pensar numa estagnação da vida, quando a ilusão de um retorno a Shangri-lá se torna impossível...

A PRESENÇA DO PALMITO NA SOCIEDADE TEUTO-BRASILEIRA

T. C. Jamundá

Na paisagem humana das terras do Itajaí quem não usar e abusar da EUTERPE EDULIS Mart, de modo vulgar chamado: PALMITO — JUÇARA — RIPA, não é da cultura regional teuto-brasileira. Esta palmácea encontradiça nas matas húmidas dos vales e cocorutos dos morros é vegetal dos mais úteis. No meio rural o PALMITO está presente na alimentação, na construção rústica, na ornamentação festiva do lar, da igreja e da escola. As churrascadas, sem exclusão das rotuladas de homenagens graúdas, não decorrem sem o prefácio do palmito em conserva com pedaços de pepino azedo. O veículo envolvido em festividade deve ter folhagem de PALMITO amarrada ostensivamente. Se não tiver é veículo em simples dia de semana. O teuto-brasileiro descendente de cultura pomerana além das fitas nos seus enfeites individuais, e com que também, ornarn os animais não dispensam as folhas do PALMITO. Casa sem palmito na fachada, é casa sem festa. Onde ha festa existem folhas de palmito pregadas, amarradas com cordas ou seguras com restos de arames das pontas de cercados. Inauguração sem ser enfeitada com pés de

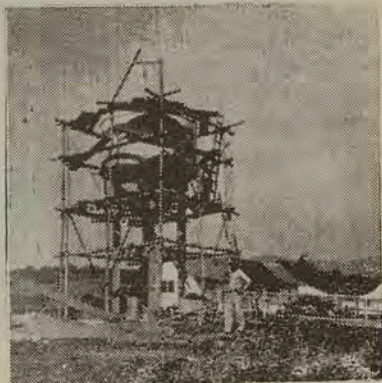
palmito, formando círculos, quadrado ou em alas, não é do gosto do rurícola desta área sem distinção de herança social. O trajeto da procissão religiosa, o local do comício, o local da recepção, a rua da festa ou por onde a festa passa, além dos cordões de bandeirinhas de papel de seda ou correntes coloridas, também de papel, devem ter pés e folhas de palmito, ou pés, plantados como se ali tivessem nascido, as folhas pregadas em ângulo agudo nos postes.

Certa ocasião, encontramos senhora de posses, com desembaraço do traquejo social da elite local nervosa e atarefada, antes de responder nossa saudação, atirou censura mista de dificuldade e repressão: "você vão lá em casa amanhã para o aniversário do W. mas, onde vou encontrar PALMITO..."



O "Palmitreiro" com seu paciente
muar na venda de frutas, note-se
cestas feitas de uma taquara que
ele apelida de "taquara póca".

(Foto do autor)



Andaimes feitos com troncos de
palmito

E no dia seguinte em casa do W. encontramos conserva de palmito, pastelão recheado com palmito, camarão com palmito. E na pratadeira do belo guarda comida, atrás dos cristais contei seis vidros de um litro com roletes de palmito em conserva.

Arriscamos saudar Madame W. H. com ironia perguntamos, se estava mais calma. Ela ainda atarefada com suas responsabilidades de anfitriã, respondeu baixo como quem dizia segredo: "será que o palmito vai chegar?"

No gosto, no costume, no hábito e para mil e uma utilidade o PALMITO passou para a cultura teuto-brasileiro cedido pela cultura indígena que deu, também: a bateira, o covo, o aipi, a esparrela, que ensinou a fazer a coivara, que ensinou a trabalhar com bovinos, que ensinou a conhecer terra pelo revestimento florístico. É vegetal que marca ritmo de educação, classe e categoria: o Tirador de Palmito é

indivíduo dominado pela rusticidade da vida sem conforto, nos dias de sol fica no mato e nos de chuva quando não dorme faz balaio, coivo ou gamela na sala única da choupana construída de folhas de guaricanas e armada com estípite de palmito. Desconhece os benefícios da educação, é um misto de pária e nômade, vive do que a mata alheia lhe dá. Só sabe extrair, não planta, não cria, não projeta. Tira da mata, seja ela de quem fôr, o que vende para sustento próprio e da família. É no BACKGROUND um marginal autêntico. É um parasito da fazenda estadual, dela extrai cipós, taquaras e raízes para gamelas porém o que mais faz é cortar PALMITO.

O rurícola vulgar é um freguês do Tirador de Palmito, ele consome pamito na cozinha modesta onde fogão só é aceso demanhã e dencite, prefere o estípite para suas construções rústicas. Contudo nas prateliras simples do guarda comida de canela aos lados dos vidros de conservas de pera, ameixa e pêssego não falta o de palmito cosido em roletes boiando em água, vinagre, pimenta do reino e cebolas.

O citadino de maiores contactos sociais, insinuado na HIGH-LIFE, confortado pelo fogão elétrico, consome o palmito como manda a literatúra da culinária artificial porém, não o dispensa. Se é da cultura teuto-brasileira quando fica livre da etiqueta trinca roletes nos dentes expressando satisfação tanto, como o plebeu da mesma cultura. E no seu guarda comida de sucupira com portas de cristal, estilizado, não faltam os vidros próprios para conservas com palmito boiando na mesma receita da casa do rurícola.



Festa escolar inteiramente orna- Caminhonete ornamentada com
mentada de pés de palmito folhas de palmito em serviço
(Foto do autor) de casamento
(Foto do autor)



Certa ocasião numa comemoração da cidade de I. a festa decor-
rera de modo satisfatório porém notamos, que G. L. um teuto-brasi-

leiro, católico dos que não faltam aos officios sacros, com mais de cinquenta anos de idade, autoridade policial na localidade, todas as vezes que se referia ao brilho festivo do dia, esboçava uma interjeição que não pronunciava. Cercamos nossa inquirição dos disfarces indispensáveis e fomos descobrir a máguia de G. L.



Festa solene de instalação do Distrito de Rodeio. É notável a ornamentação de pés de palmito, fincados inteiros
(Foto do arquivo do autor)

— “Tudo bom, só que a rua e o salão precisavam estar enfeitados com palmito. . . . rua e salão sem folhagem de palmito, não está em festa”. Era o que sentia e nos contou ma’is: “quando antigamente plantavam pés inteirinhos de palmito nos dias de festa eu acordava de madrugada para ver a rua como estava bonita”. E concluiu: “SEU” J., festa sem ser enfeitada com palmito não é festa”.

Não custou muito e conseguimos incluir G. L. e outros do seu grupo de idade na comissão da festa que a cidade de I. receberia certa autoridade diocesana. G. L. teria incumbência da ornamentação do local da recepção até à igreja.

No dia festivo as folhas de palmito ornamentavam os postes, e entre estes os pés de palmito se aprumavam eretos. Quando encontramos G. L. êle estava resplandecente e nos repetiu: “bem assim era antigamente, festa é preciso ter folhagem de palmito “SEU” J.

Quanto ao emprego do pé de palmito como ornamentação o ítalo-brasileiro desta área não menospreza, mas na culinária o teu-

to-brasileiro vai mais longe. Além de conservas em grandes vidros no bar e no restaurante, emprega também de modo refinado para recheio de pastelões, que é muito comum nas festas íntimas de aniversários e bodas; como substituto do ESPARGO (*Asparagus officinalis*) no caldo dos jantares mais solenes já o encontramos, muito embora, no cardápio estivesse impresso: "caldo de aspargos".

Com guisado, dourado em manteiga, cosido e feito em salada com xuxú, é vezeiro na mesa da classe média. Em pequenos pedaços roliços de quatro centímetros, com pepinos e cebola inteira, tudo em conserva, é prato contraditório logo que sentamos a mesa de restaurante desta área.

Na construção rural a presença do PALMITO já lhe dá mérito para consideração de maior importância. A casa que o emigrante construiu na clareira da margem, teve esteios e caibros de palmito, teto e paredes de uma das muitas guaricanas, abundantes. Ainda hoje a construção de baixo preço tem seus caibros de estípite de palmito. O estípite rachado é transformado em ripas com que é costume se fazer as armações do estuque das construções de alto custo. Presenciamos demolições de obras rurais com mais de meio século, e verificamos que os caibros estavam em perfeito estado de conservação. O emprego do tronco do palmito em andaimes nas construções de vários andares, é exclusivo. O custo e a propriedade, eliminam a necessidade de experiências com outros elementos, mesmo vegetais.



Fotografia de casamento, sendo observável as folhas de palmito nas paredes de casa
(Foto do arquivo do autor)

O palmito é chamado as vezes RIPA ou PAU RIPA, o teuto-brasileiro quer dizer: "pau do qual se faz ripas". Existem diferenças

conhecidas entre o que aqui se chama "PAU RIPA" ou laconicamente "RIPA" da conhecida madeira empregada para moveis estilizados de preço elevado e apelidada de "PAU DE RIPA" e vem a ser: SUCUPIRA.



Residência de madeira de tecto-brasileiro em flagrante desnivelamento cultural, veja-se o chiqueiro de pedaços de troncos de palmito ligado ao corpo da casa. Os fotografados são descendentes de pioneiros do povoamento do município de Timbó.
(Foto do autor)

Certas obras rurais no lote do pequeno agricultor a madeira do palmito entra para caibros e para esteios. Os ultimos são aprumados sobre baixos pilares de alvenaria de tijolos, o que assegura conservação e consequentemente duração satisfatória em face do custo. Algumas vezes, conforme posses e fins da construção a amarração dos caibros é feita com cipós.

Muito engenhosamente do estípite escavado são improvisadas as calhas para captação da água para fins domésticos. De certa feita, por admiração de engenhoso e rústico sistema hidráulico que servia uma fonte doméstica cruzando a estrada municipal em altura de mais de dois metros, indagamos sobre a duração das calhas de palmito.

— "Quem cortou os palmitos foi um caboclo que trabalhava com o vovô, ainda quando ele vivia". — Foi a resposta.

Quando anotavamos a organização do engenho para fabricação de açúcar, nesta área, achamos em muitos deles que a calha condutora do caldo entre as moendas e o tacho, era de palmito.

A utilização do palmito não é limitada, e algo de inteligente exis-

te nisto por quê é abundante na mata desta região fisiográfica, e sua multiplicação no meio é de grande percentagem. Pela beleza e utilidades ele acompanha o rurícola na vida pública e na vida privada: já comentamos como ele ornamenta as festividades públicas, pois, também não existe casa em festa de noivados, casamentos ou aniversários sem folhagem de palmito nos mourões do portão, nos pilares do varandado, nas paredes da sala; os veículos, sejam simples carroça colonial, carro de molas de muleiros arreios ou limusine de último tipo, enfim, que conduzam os convivas, são ornamentados com folhas de palmito. Certa vez F. M. quando era proprietário de automóveis de aluguel nos disse em resposta ao que perguntávamos: "automovel fretado para casamento sem folhas de palmito não agrada...". "O COLONO DIZ" que é auto em dia de semana, porém com elas, toma parte na festa e ganha mais um freguês".

A ocupação de tirar palmito é privilégio de "posseiro": mestiço literâneo no inconsciente movimento de circulação, que, toma posse da terra sem mais outras formalidades além da própria vontade de ficar; também se encontra teuto-brasileiro em desorganização pessoal na mesma ocupação do "mestiço". O "posseiro" vive como entende e sua legalidade é a contravenção. O sustento consegue tirá-lo da venda de balaies, engenhos de pesca, gamelas feitas de raí-



Festa política no Município de Rodeio, inteiramente ornamentada com pés de palmito cortado inteiros.
(Foto do arquivo do autor)

zes e cipós para cadeiras das chamadas "italianas". Ele não tem terras, explora a mata da fazenda estadual, e com habilidade culpa ser

"CAEOCLO" em terra de "ALEMÃO" (sic) motivos e razões para não ter propriedade. Quando se pergunta pelo estado de saúde, ele tem gabo em responder que tem "MALEITA no sangue".



Andaimes feitos com troncos de palmito

Em 1. o governo municipal resolveu assistir com medicação gratuita, especialmente, contra a malária, então endêmica, a povoação de certa localidade na maioria de "posseiros", vivendo mais da venda de palmito que doutro meio de subsistência, compareceu na distribuição do medicamento. Notou-se porém em certo prazo que eles quanto mais compareciam como necessitados, mais voltavam a buscar a medicação. Verificada a desconfiança fomos procurar a causa. Os tais cuja malária não cedia às doses da medicação, o que faziam com ela não era de acôrdo com o propósito do prefeito: eles vendiam os comprimidos a terceiros.

O Tirador de palmito é um devastador de mato, êle para tirar um estípite de jucára, como precisa, não importa em destruir dez: quando procura a parte comestível não dá importância ao estípite, se quer o estípite inteiro para andaimes ou para viras, é capaz de deixar a parte comestível apodrecer no local do corte. Sua ocupação é estritamente a encomenda. São freguezes periódicos do fornecimento da parte comestível para a indústria e para o comércio. Descem donde vivem em ranchos ou choupanas de guaricanas e trazem os melhos de palmito para o varejo. Na venda empregam — habilidade e manha; ora é filho menor que aparece para vender, ora é a mulher impaludada com filhos nos braços, enquanto êle o Tirador de Palmito fica mais afastado para aparecer na hora de fechar o negócio. Começa oferecer o produto pelos restaurantes e cafés, primeiramente, a sobra vai pelas casas dos mais abastados e por último sai de casa em casa, indistintamente.

A passagem do Tirador de Palmito no mato provoca queixa, êle

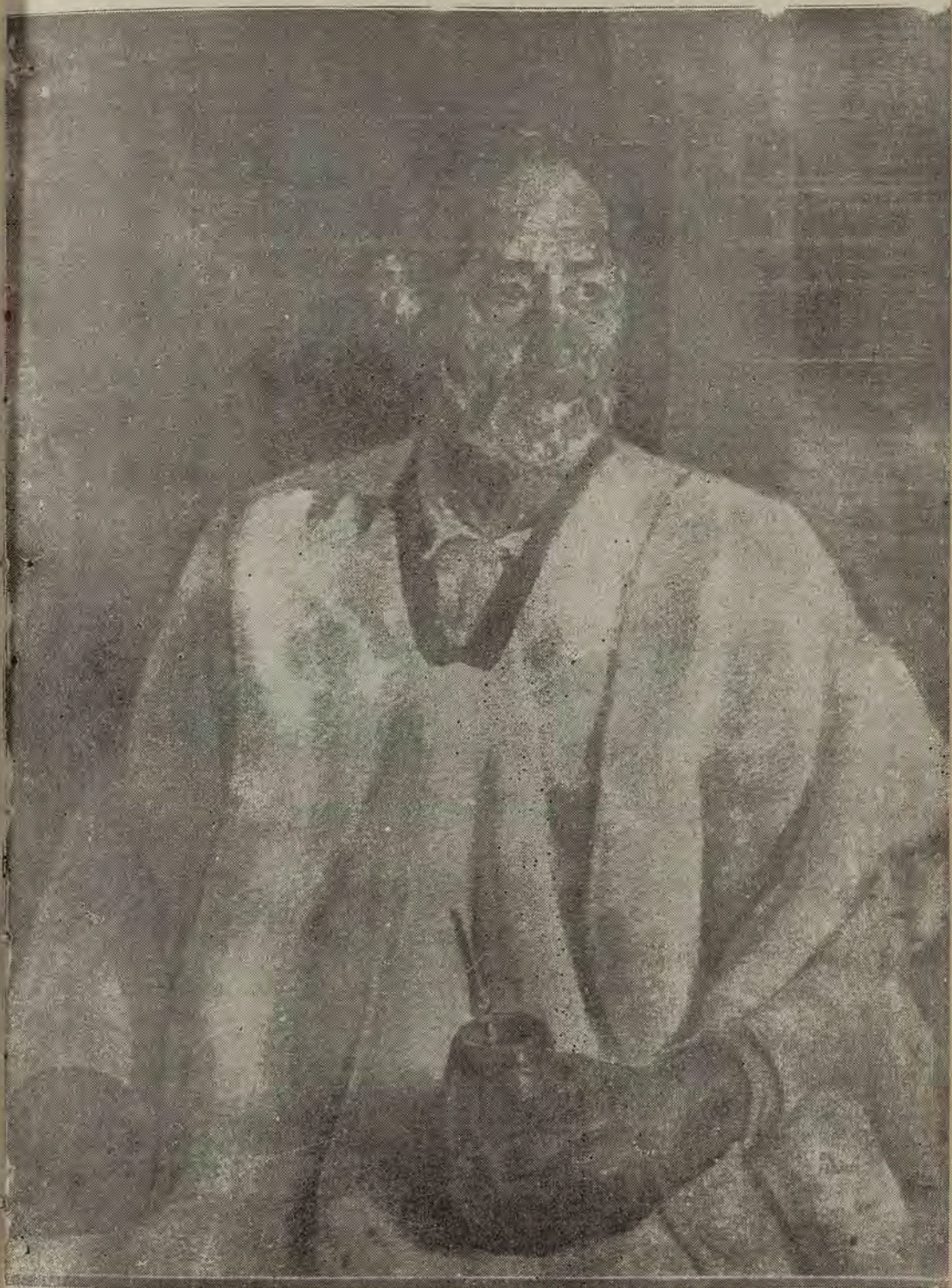
entulha, e obstrói os varadouros num vandalismo que parece realização doutros agentes devastadores. Ele é pequeno diante da devastação que pratica.

Sua relação com o grupo urbano são conhecidas nas referencias ouvidas: — “Comprei uma gamela de cedro daquele “caboclo” que vende palmito” — “Aquele “brasileiro” do Warninho vai trazer um covo de taquaras” — “Fiz encomenda de um balaio grande quando recebi palmitos”. Quando pode trás um papagaio implume, roubado do ninho, um periquito pegado à laço, o couro de jararaca, um inambu. Sabe certo quem paga preço régio e nunca vende por menos de um dia de trabalho. As alegações do custo do leite para o filho menor, da necessidade de medicamentos para a mulher doente e de roupas para o filho na escola, as tem sempre na ponta da lingua. Entretanto a realidade é outra: leite não entra em sua choupana, sua mulher só crê nos benzedeiros, só bebe chá de ervas e garrafada de curandeiro, e o filho é beneficiado pela caixa escolar, isto quando está na escola por quê, via de regra, nunca é matriculado. E se é, sempre em mais faltas que comparecimentos. Quanto a obrigatoriedade da matrícula e frequência escolar, os interesses da politica de arraial, anulam. Certo inspetor escolar de I. pretendeu multar vários “posseiros” por não matricularem os filhos em idade escolar ou incentivarem a falta às aulas. Os pais visados pela autoridade escolar procuraram o chefe político e reclamaram contra ela, alegando, manhosamente que precisavam dos filhos para auxiliarem no “ganha-pão”. O inspetor escolar desistiu de punir os faltosos por não querer desafiar o poder do chefe político. O raciocínio foi que no resultado partidário o voto do posseiro tinha significação aritmética.

Assim vive o intruso da fazenda estadual: o CABOCLO, o POSSEIRO, o TIRADOR DE PALMITO. É difícil encontra-lo como dono de quatro pés de aipí. Prefere ter um matungo antes de uma vaca leiteira por quê lhe é do sangue viver na sapata da estrada. No meio rural é um parasito e no meio urbano um desajustado. Perante a lei tem todos os compromissos porém, efetivamente, não cumpre nenhum deles. É refratário à organização numa inconsciência pela qual não é responsável.

Garante a presença do PALMITO na culinária, na construção e em motivos ornamentais. Vive da extração na mata alheia, porém a sociedade lhe compra o produto desta atividade. Não tem expressão econômica mas é eleitor, embora desenhe o nome, e nas oportunidades os chefes políticos sabem onde ele mora. E se não é eleitor pode ser veículo de propaganda dos melhores.

Indaial, maio de 1951



"O Chimarrão" — óleo de Martinho de Haro

A NECESSIDADE DO APARELHAMENTO DAS COMISSÕES ESTADUAIS DE FOLCLORE

Oswaldo R. Cabral

Secretário-Geral da Comissão Catarinense de Folclore

Não é demais que se diga que, apesar dos centenários que estamos comemorando, os estudos sobre o folclore nacional encontram-se ainda na sua primeira infância.

Reduzido é o número de Autores que se valem dos fenômenos populares para fixá-los nas suas obras. Maior, muito maior, o dos que, em descrições e interpretações deturpam o sentido dos mesmos e não raros os que buscam explicá-los ou determinar a sua origem através de suposições, lançando confusão e desacerto sobre as raízes verdadeiramente originárias dos ditos fenômenos.

Assim, podemos também afirmar que o folclore nacional, ainda nesta primeira infância, já passa por uma fase de deformação quase que sistemática, conseqüente a observações apressadas, a registros imperfeitos, a conclusões apriorísticas, fatores que invalidarão, no futuro, uma perfeita e exata determinação das origens, das causas, das manifestações e das interpretações dos fenômenos folclóricos.

Enquanto um grupo de estudiosos, num ou noutro Estado da

Federação se ocupa no trabalho de pesquisa conscienciosa, perfeita e científica das manifestações populares, em muitos outros não ha, infelizmente, quem o faça, ficando as mesmas, assim, ou à margem do registro perdendo-se, desaparecendo, mesmo, ou então caindo às mãos de comentadores que obtém a notícia dos fatos em segunda mão que não se preocupam em apreciá-los e registrá-lo, mas tão somente em tecer conjeturas e teorias a respeito do que sabem por ouvir dizer, buscando dar e encontrar explicação para tudo, com ou sem fundamento.

Evidentemente, se desejarmos observar, registrar, interpretar, determinar a origem e a evolução das nossas manifestações populares, muitas delas tradicionais e não raras as que já estão desaparecendo, urge dar uma orientação segura aos estudos, estabelecer uma sistematização nos trabalhos de pesquisa e colheita do material no próprio lugar em que se manifestam os fenômenos.

O trabalho das Comissões estaduais, louvável, sem dúvida, evidentemente ressen-te-se da falta de um programa de ação conjunta que seria desejável fôsse adotado. Está visto que tal deficiência se deve menos ao entusiasmo que lhes é transmitido pela Comissão Nacional de Folclore, sempre pronta em atender e sempre presente em animar as iniciativas, do que a toda sorte de obstáculos que enfrentam as Comissões estaduais, principalmente no que se prende:

- a) à falta de fundos necessários à sua existência;
- b) à falta de pessoal afeito ao trabalho de colheita e registro;
- c) à falta de aparelhagem.

FALTA DE FUNDOS NECESSÁRIOS: Não é preciso que se diga que as Comissões estaduais não dispõem de recursos de qualquer espécie, necessários afim de poder fazer face às suas mais insignificantes despesas. É uma situação insustentável, que precisa ser encarada e resolvida por êste Congresso.

Sugerimos, para atender a êste primeiro ponto, se dirija êste Congresso aos Governadores dos Estados e aos Prefeitos Municipais, solicitando-lhes destinem um auxílio às respectivas Comissões Estaduais de Folclore.

Em geral, apêlos desta natureza encontram logo impecilhos; falta de verbas, necessidade de autorização legislativa, dificuldades do tesouro, e outras que cortam de início as esperanças depositadas por quem os faz na eficiência do meio empregado.

Mas é que, geralmente, os pedidos são feitos de quantias mais ou menos grandes, dando, assim, motivo às clássicas desculpas. Ha receio de pedir o que comumente se chama de "**quantias ridículas**". Pois justamente estas são as que devem ser pedidas.

Não há necessidade de grandes subvenções e auxílios, dêstes que dão margem às desculpas de sempre, auxílios que venham a co-

locar orçamentos em dificuldades, principalmente dos pequenos Municípios. Pegamos cem cruzeiros mensais a cada Município. Em Santa Catarina, que conta 50 Municípios, conseguiríamos, com semelhante auxílio, com tal "ridícula importância", nada menos de 60 mil cruzeiros anuais, o que chegariam para as necessidades imediatas de sua Comissão de Folclore.

No ano de 1950, a Comissão Catarinense de Folclore conseguiu do Governo do Estado autorização para imprimir na Imprensa Oficial o seu EOLETIM TRIMESTRAL; e da Prefeitura Municipal de Florianópolis, um auxílio mensal de mil cruzeiros. Resta informar que tínhamos contra nós o fato de, num Estado pequeno, num meio em que a política preside a tudo, militarmos ativamente na oposição, sendo representante na Assembléia Legislativa donde dirigíamos com a maior frequência, as nossas críticas ao Governo do Estado.

Estamos certos de que, dirigindo-se este Congresso aos Governadores dos Estados, através de uma exposição de motivos, bem como aos Prefeitos dos Municípios, encarecendo a necessidade de conceder o seu auxílio às Comissões de Folclore, este pequeno auxílio a que nos referimos, não haverá possibilidade de recusa, ante a insignificância do pedido.

Com o rendimento assim obtido, poderiam as Comissões estaduais fazer face às suas principais necessidades que em resumo são:

- a) Manutenção de sede, biblioteca e museu folclórico;
- b) fazer as suas publicações;
- c) adquirir material necessário às pesquisas e registros;
- d) patrocinar e auxiliar os trabalhos dos Centros de Pesquisas existentes no Estado;
- e) custear o transporte e a estadia dos pesquisadores encarregados da colheita do material folclórico nas diversas zonas do seu território.

FALTA DE PESSOAL AFEITO AO TRABALHO DE PESQUISA E REGISTRO: Este pessoal, devidamente habilitado, não se improvisa. É preciso que as Comissões estaduais cuidem do preparo de suas equipes de pesquisadores, capazes de registrar os fenômenos folclóricos nas suas minúcias, de executar tudo o que necessário fôr para que nada se perca daquilo que deva ser fixado.

Estes observadores e registradores deverão, antes de iniciarem a pesquisa de campo, conhecer o motivo folclórico que vai ser apanhado, estudar as suas condições, o desenvolvimento das suas fases afim de aparelhar-se convenientemente organizar um prévio programa para seu trabalho.

Para que cheguem a este resultado, antes de mais nada é necessário que se crie, que se estabeleça, que se consiga um "corpo de informantes", em todo o Estado, e que as Comissões de Folclore organi-

zem uma CARTA FOLCLÓRICA e um CALENDÁRIO FOLCLÓRICO da respectiva circunscrição.

Não é necessário evidenciar que não será possível realizar-se uma pesquisa folclórica ignorando-se a existência do fato, o local onde ele se manifesta ou se apresenta, a época do ano em que se verifica e a natureza da manifestação.

Um inquérito neste sentido acaba de ser lançado em Santa Catarina, contando a Comissão Catarinense de Folclore auferir os melhores resultados. Cinco mil coleções de fichas foram distribuídas em todo o Estado, contendo um questionário completo sobre os mais variados assuntos que se prendem aos estudos folclóricos.

Conta, assim, a Comissão, dentro de um ano, estabelecer as bases de uma carta folclórica, determinando o local ou os locais em que se manifestam tais ou quais fenômenos e a natureza dos mesmos, bem como as de um calendário folclórico, assinalando as datas em que, para cada localidade, tais manifestações populares se realizam.

Realizado este trabalho prévio, de futuro, quando a Comissão se encontrar devidamente aparelhada, conta a Comissão destacar suas equipes de pesquisadores, com a devida antecedência, capazes de observar, captar e registrar as manifestações, bem como fornecer a quaisquer estudiosos, centros de pesquisas e outros, as indicações a respeito dos mesmos, afim de que torne possível o seu registro.

Este trabalho inicial de orientação no tempo e no espaço só pode ser feito mediante o concurso de um corpo de informantes que deve ser constituído principalmente:

- a) dos professores;
- b) dos agentes municipais de estatística

Uns e outros, recebendo as fichas do inquérito, tendo boa vontade, observando o que se lhes pede e respondendo, terão fornecido às Comissões Estaduais as mais preciosas informações quanto à existência, à natureza, à localização e à época em que se verificam os fenômenos folclóricos.

Dos Professores e dos Estatísticos não será difícil às Comissões Estaduais obter a necessária cooperação, desde que este Congresso, com a autoridade que lhe dá o fato de reunir as mais altas expressões da cultura nacional, aprove as sugestões que são feitas aqui.

Quanto aos Professores, se dirija ele, ainda, aos Governadores dos Estados, solicitando determinem prestem os Departamentos ou Diretorias de Educação ou Instrução todo o apoio de que necessitam as Comissões de Folclore, principalmente no que respeita à distribuição e recolhimento das fichas destinadas ao magistério, principalmente ao rural, insistindo junto ao mesmo sobre a atenção que deve merecer o questionário e mostrando a necessidade de cooperação nesta obra de levantamento a que se propõe a Comissão de Folclore.

Quanto aos Agentes Municipais de Estatística, dirija-se este Con-

gresso ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no sentido de que os seus auxiliares prestem também a colaboração necessária à Comissão de Folclore, agindo dentro dos Municípios, distribuindo os formulários, os inquéritos, os pedidos de informação, aos professores municipais, aos sacerdotes, a todas as pessoas capazes de bem informar. Conhecendo o interior dos Municípios, ou seus distritos, as suas estradas, as suas localidades, os seus arraiais, as suas escolas, os Agentes Municipais de Estatística poderão vir a ser os mais valiosos e eficientes colaboradores das Comissões Estaduais. Um apêlo deste Congresso dirigido ao brasileiro ilustre que preside o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estamos certos, fará com que S. Excia. inclua entre as funções normais dos seus Agentes a de cooperar com as Comissões de Folclore dos Estados.

A FALTA DE APARELHAGEM: A falta de material apropriado ao registro é uma das deficiências que exigem pronta solução. As Comissões Estaduais não dispõem de coisa alguma, a não ser a boa vontade que sobra aos seus Membros. Tudo resulta, evidentemente, da absoluta falta de recursos materiais, e, para sermos práticos e objetivos, devemos ter a coragem de proclamar que apenas com boa vontade não é possível realizar um trabalho eficiente. Ou somos de fato um organismo oficial, oficialmente trabalhando, fazendo obra científica, ou então não passamos de um grupo de amadores, mais ou menos bem intencionados, mais fazendo cada um o que lhe dá na cabeça...

Precisamos de recursos e já sugerimos como obtê-los. Conseguindo estes, urge, sem dúvida, aparelhar as Comissões Estaduais e, para que o onus do auxílio não fique apenas pesando sobre os Estados, é preciso que este Congresso bata, também, às portas do Governo Federal, para pedir-lhe a cooperação, que pode ser resumida em dois itens, apenas:

- a) Isenção de impostos alfandegários para que possam as Comissões Estaduais adquirir no estrangeiro, onde são de 50 a 70% mais baratos, aparelhos para o registro folclórico como:
 - I) Aparelhos fotográficos e seus pertences;
 - II) Aparelhos para filmar e filmes;
 - III) Aparelhos de projeção;
 - IV) Aparelhos para registro sonoro;
 - V) Aparelhos de gravação e discos virgens;
 - VI) Aparelhos para projeção de diapositivos e epidiascópios.

Não é demais possam, com os seus próprios recursos, sem o onus que acarretam os intermediários e os impostos, adquirir as Comissões a aparelhagem necessária ao seu melhor funcionamento.

O IBECC é um organismo oficial, a CNF faz parte do IBECC e as Comissões Estaduais são parte integrante da CNF. Os seus Mem-

bros trabalham sem qualquer retribuição, buscando fazer obra patriótica. Justo é que o Governo auxilie semelhante trabalho, facilite a sua execução. A aparelhagem para as Comissões Estaduais deve ser comprada à sua custa, mas por intermédio da CNF, por via oficial, afim de que possa custar menos e ser obtida mais facilmente.

b) Franquia postal, atendendo à necessidade de que os trabalhos quer da Comissão Nacional, quer das Comissões Estaduais devem ser amplamente difundidos, divulgados e permutados no país e no estrangeiro. As publicações e a correspondência das Comissões deve gozar de livre porte, como correspondência oficial que, de fato, é.

São estas as sugestões que, em torno da necessidade de aparelhar as Comissões Estaduais, afim de que possam realizar um trabalho útil e eficiente, trazemos a este Congresso, na certeza de que, adotadas, terá sido encarado de frente o problema fundamental das mesmas, qual seja o do proveito da sua própria existência.

Florianópolis, março de 1951.

*
* *

A P R E C I A Ç Ã O

Após a leitura das "Sugestões" do Sr. Osvaldo R. Cabral, apresentadas ao "1º Congresso Brasileiro de Folclore", a ser reunido em Agosto do corrente ano, no Rio de Janeiro.

Para quantos tenham sadiços desejos de ver o folclore brasileiro evoluir, em qualquer dos seus múltiplos setores, em qualquer dos seus amplos ramais, as **Sugestões** apresentadas pelo Sr. Osvaldo R. Cabral, Secretário Geral da Comissão Catarinense de Folclore, são das mais uteis e das mais apreciáveis.

O Sr. Osvaldo Cabral mostra-se mestre do assunto, e suas opiniões por vezes drásticas — porque necessário que o sejam — são sinceras e cabíveis, pois é sabido o pouco caso em que, infelizmente, ainda é tido em certas partes do nosso país, o folclore, hoje ciência que já não deve, de modo nenhum, ser relegada.

Somos de opinião que deve ser posta em prática, em todo o Brasil, a maneira que o Autor dessas **Sugestões** expõe para que algum

numerário seja obtido em benefício da continuação dos estudos folclóricos, estudos que devem contar com a boa e honesta cooperação de todos os governos sensatos.

As "Sugestões" do Sr. Osvaldo Cabral são quase que o início de uma boa cartilha folclórica. O Autor é claro, incisivo, e sabe mostrar caminhos certos a serem seguidos.

Muitos dos nossos misteres terão marcha bem mais segura se todas as Comissões dos Estados tomarem por norma alguns dos pontos visados no trabalho que ora analisamos, o que procuramos fazer sem lisonja, e apenas sob a luz do bom senso.

Vê-se claro, através do trabalho em foco, como age acertadamente a Comissão Catarinense de Folclore, que, mercê do bom Deus, soube compreender, dentro do materialismo cruciante destes tempos, qual a precípua função do folclore, base mestra de toda a vida e de todo o passado de um povo. O que o Autor diz acerca da ajuda que deve ser prestada pelos Professores e Estatísticos, é ideia útil, e com tal deve ser tentada, muito embora não sejam totais os resultados, pois bem sabemos como são tais em nossa terra. Mas se nem todos os Professores e Estatísticos venham a ser eficientes, uma boa maioria patriótica será capaz de nos ajudar no cometimento, um dos maiores destes últimos tempos nos domínios da ciência do povo, a boa ciência da qual todas as outras dimanam.

Também merece especial cuidado o que diz o Autor no que tange a "falta de aparelhos." Suas sugestões aí são, como as outras, seguras e com amplo conhecimento de causa, não podendo ser renunciadas. Ou seguimo-las, "ou então não passaremos de um grupo de amadores, mais ou menos bem intencionados, mas fazendo cada um o que lhe dá na cabeça".

A aparelhagem virá ilustrar os folcloristas, quase todos autodidatas, e melhorará em todos os seus âmbitos, as bases radicais dos nossos estudos. Enfim concluiremos dizendo ser o trabalho do ilustre Secretário Geral da Comissão Catarinense de Folclore, uma peça inteira, profundamente bem pensada e bem vasada, demonstrando o acervo de conhecimentos do Autor no quanto se refere ao Folclore Brasileiro, por cujo alevantamento ainda maior, estamos todos sinceramente empenhados.

Somos de parecer faça esse trabalho, pela excelência dos seus assuntos, parte daqueles outros a serem estudados, analisados e discutidos no "1º Congresso Brasileiro de Folclore" a se reunir em Agosto próximo no Rio de Janeiro. Esta a nossa opinião, para a qual pediremos vênha aos doutos.

Plínio de Almeida

Da Comissão Baiana de Folclore.

Sobre este trabalho assim, também, se manifestou a

COMISSÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE FOLCLORE

A Comissão Espírito-santense de Folclore, após examinar com o máximo interesse a Recomendação sobre "A necessidade do aparelhamento das Comissões Estaduais", apresentada ao Iº Congresso Brasileiro de Folclore pelo Dr. Oswaldo R. Cabral, Secretário geral da Comissão Catarinense de Folclore — a ela lhe dá, em tese, o seu apóio e aprovação antecipados.

Sugere-se aí a adoção de medidas de caráter prático e eficaz, que visem a pôr, em útil e real atividade, tôdas as Comissões Estaduais, manietadas quase, até agora, pela falta absoluta, conforme frisa a referida Recomendação:

- a) de fundos necessários à sua existência,
- b) de pessoal afeito ao trabalho de colheita e registro,
- c) de aparelhagem adequada,
- d) de franquia postal em sua correspondência.

Quanto ao item — a:

A Comissão Espírito-santense acaba de conseguir, do atual Governo, por Decreto nº 577, de 2 de junho dêste ano, uma subvenção anual de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) — único auxílio oficial que, até agora, recebeu, embora instalada desde 23 de maio de 1948.

Tôdas as despesas efetuadas até então — nelas incluindo: publicação do seu boletim "Folclore" (com 10 números lançados a partir de julho de 1949); gravações de cantigas e músicas populares em aparelho Webster; filmagem do "Alardo", festa tradicional de Conceição da Barra; excursões várias para colheita e registro de material — tudo tem corrido, quase exclusivamente a expensas do Secretário geral e dos membros da Comissão.

Bem compreende, pois, as vantagens expostas na Recomendação do folclorista Oswaldo R. Cabral, e a necessidade da urgente adoção das medidas aí sugeridas em tal sentido.

Quanto ao item — b:

Efetivamente, não dispõem, via de regra, as Comissões Estaduais, de pessoal afeito ao trabalho de pesquisa e registro. Valem-se (e é o caso do Espírito Santo) da boa vontade de uma ou outra pessoa no interior do Estado, preferentemente professores.

Há tempos, tentou-se aqui um inquérito através dos grupos escolares do Interior. Foram remetidos, por experiência, instruções bem claras e questionários simples a perto de 90 estabelecimentos de ensino. Dêsses, apenas dez atenderam à solicitação, encaminhando-nos precioso documentário.

Estamos certos, porém, de que com maior difusão da importância do Folclore, e, também, dando-se às colheitas caráter oficial

com o empenho do Governo — será possível obter-se resultado melhor e mais satisfatório, quer através dos professores, quer dos agentes municipais de estatísticas, corpo de informantes a que se refere a Recomendação catarinense.

A criação de núcleos fixos de pesquisas e trabalho no Interior, ligados a cada Comissão regional, poderá ser de grande proveito, mantendo-se o intercâmbio entre a sede-Capital e o Interior.

Quanto ao item — c:

Conseguiu a Comissão capixaba, o ano passado, adquirir um aparelho de gravação de som Webster, para gravação em fio com microfone mod. 80, nº 267130 — no valor de Cr\$ 7.950,00 — pagos em prestações mensais. Esse aparelho vem prestando os melhores serviços na colheita e registro principalmente da poesia e música do nosso folclore.

Recentemente foi necessário adquirir mais dois carretéis de gravação, um de meia, outro de uma hora, no valor de Cr\$ 472,50.

Mencionamos aqui essas despesas com o fito exclusivo de salientar o pesado ônus a que estará sujeita qualquer Comissão de Folclore que pretender um simples aparelho de gravação, caso não disponha de subvenção condigna e lhe não seja possível — como sugere a Recomendação — obter tais aparelhos e seus pertences, com total isenção dos impostos aliandegários.

Quanto ao item — d:

Dado o volume crescente da correspondência das Comissões entre si e com a Comissão Nacional, bem como com Sociedades folclóricas do Estrangeiro — deveria tal correspondência gozar de franquia postal, como — parece — ocorre, em certos casos, com a Comissão Nacional.

Ao Governo há-de interessar êsse intercâmbio que, sobre ser o mais eficiente processo de propagar, fora do País, a opulência e riqueza do nosso folclore, congraçando e unindo, no louvável propósito da divulgação interna e externa das tradições do nosso povo, os folcloristas de todo o Brasil.

Sua Excelência, o Senhor Presidente da República já, de antemão, prometeu o apóio do Governo às conclusões do 1º Congresso Brasileiro de Folclore. Assim, estamos que, se tal apóio se circunscrevesse apenas à realização do que se contém na Recomendação catarinense (e cremos não será êle só em tal sentido) — poder-se-ia considerar como evidente e certo o êxito dêste 1º Congresso de Folclore, com a conquista de tão valiosos e prestantes resultados.

Êste o nosso entender.

Vitória, julho de 1951.

Pela Comissão

Guilherme Santos Neves
Secretário geral

O DIVINO ESPÍRITO SANTO COLETANDO ÓBULOS

Bento A. Vieira

Como no subdistrito da Trindade, no município de Florianópolis, também em São José, bicentenária cidade catarinense, fazem romarias de porta em porta, colhendo esmolas para custearem as festas do Divino Espírito Santo, anualmente.

Vemos aqui várias fotografias tiradas quando da peregrinação religiosa, para os festejos de 13 de Maio de 1951, na lendária cidade.

A Bandeira, que é conduzida por uma moça, como também o é no subdistrito de Trindade, compõe-se de uma haste de madeira aproximadamente tres metros, tendo no tôpo uma pombinha, donde caem diversas fitas multicôres, que são, às vezes doadas em cumprimento de promessas satisfeitas.

E assim, com pequenas modificações no seu conjunto, são realizadas taes festas em várias localidades do Estado de Santa Catarina e demais estados do norte do Brasil, especialmente no da Bahia, donde, julgamos ter se irradiado essa tradição.

Aqui, em Santa Catarina conhecemos muitas matrizes e igrejas que festejam, anualmente, com a cooperação das **Irmandades do**



Divino Espírito Santo, dentre elas, podemos citar: Freguezias da Santíssima Trindade; da Conceição da Lagôa; de Santo Antônio de Pádua; de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha; de São João Batista de Rio Vermelho; Divino Espírito Santo de Canasvieiras; etc....

Damos abaixo, apenas tres quadras das que foram entoadas pelos foliões, quando de nossa reportagem em Abraão — Capoeiras, que, não obstante constituir jurisdição do município de Florianópolis, pertence, por tradição ao município de São José.



Ei-los:

VERSOS DA FOLIA DO DIVINO

Coleta realizada em Capoeiras, aos 28/IV/51

"Cantadores", em número de quatro — instrumentos: viola, cavaquinho, violão e tambor.

"O Divino Espírito Santo
É um Deus por natureza;
Não despreza os filhos pobre (s)
Pela moda da riqueza.

Vem vindo o Espírito Santo
Trazendo a sua cantoria,
Também traz em seu poder
Paz, saúde e alegria.

Com Deus, fiques para o ano,
Até quando Ele volta (r);
Ele deixa as sua (s) graça (s),
Que é para lhe ajuda (r)."

Capoeiras, 28-4-1951.



"TIRAR OS ANUAIS"

A festa do Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade, que se realiza anualmente na sede do distrito d'este ultimo nome, conserva uma tradição, assim como também em outros lugares do nosso Estado e mesmo de outros Estados do Brasil.



Com referência à Freguezia da Trindade, Sub-Distrito de Florianópolis, que dista do Centro da Capital — á Sede, apenas seis quilometros, vamos apresentar, resumidamente, como se faz a Colêta a domicilio, para as despesas com a realização dos respectivos festejos anuais.

Reune-se em cada povoado, uma comissão composta de irmãos da **Irmandade do Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade**, de que fazem parte, justamente moradores de cada localidade onde vae ser feita a colêta.

Revestidos de ópas, em numero que varia de 6 a 10, conjuntamente com os que conduzem a Bandeira do Divino (comumente



uma moça), a corôa (também uma moça) os foliões, em numero de três: o da viola, o do tambor e outro que forma o terno para a cantoria.

Ao chegarem á porta de cada residência, que já está preparada para a respeitosa recepção (vasos com flores e assejada toalha, cobrem a mesa colocada junto á uma das paredes laterais da sala de visita) os foliões entoam os canticos religiosos, pedindo licença para entrar, com os seguintes versos:



"Dê-me licença que entre,
Dentro de sua moradia,
Uma Bandeira Divina
E a Corôa Sagrada".

"Aqui está este Senhor
Com sua Graça Divina.
E que nos cria no mundo,
Até quando Deus destina".



Entrando todos da comitiva, colocam a Corôa sôbre a mesa que tem ao lado a Bandeira pela mesma moça que a trouxe, reinicia-se a cantoria, quando é pedido o ôbulo:

"Venho pedir-vos uma esmola
P'ra este Senhor de Verdade
Que é uma das Tres Pessoas
Da Santíssima Trindade"

Agradecendo:

“Oh! que esmola tão alegre
Deram a Deus Creador
Quem vos há de agradecer
O Divino Salvador”.

Terminada a coleta de cada dia, o Santo pernoita em determinada casa gentilmente oferecida, n'um altar guarnecido de flôres, velas, resando-se, às 19 horas, o terço.

No dia seguinte, pela manhã, prossegue a romaria, até terminar aquela localidade entregando-se o Santo à nova comissão de romeiros que, da outra localidade vizinha, vem recebê-lo.



E assim, percorre o Santo, toda a jurisdição de sua paróquia até às proximidades dos dias das festas, que varia, anualmente, entre Maio e Junho.

Há, ainda, outros versos, cantados em uma ou outra casa, como estes:

“O Divino pede esmola
Mas não é por precisão:
Péde para experimentar
Os seus devotos quem são”.

“A Pombinha vae voando
Por cima da laranjeira,
Reina o dono da casa
E a sua companheira”.

Ô presente noticiário, hem como as fotografias foram obtidas em 10 e 11/4/951 em Pantanal.

*

* *

CONTRIBUIÇÃO ÀS PESQUISAS SOBRE A FOLIA DO ESPÍRITO SANTO EM SANTA CATARINA, Trabalho de Bento Águedo Vieira, da Comissão Catarinense de Folclore, apresentado ao I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE.

Parecer do Relator: Mariza Lira

Classificando seu trabalho como contribuição às pesquisas sobre a "Folia do Espírito Santo", em Santa Catarina, o autor divulga observações realizadas nas localidades de "Capoeiras" e "Pantanal".



Essas observações cingem-se à coleta de cantos da "Folia do Espírito Santo" e à documentação fotográfica de flagrantes de "Bandeiras do Divino".

Tôda a documentação folclórica realizada com objetividade merece aplausos.



Trata-se porém, de uma documentação, que embora, diminuta pode servir de base para estudos comparativos de maior amplitude. Opino que o presente trabalho seja aprovado.

Rio, 10 de julho de 1951.

a) **Mariza Lira.**

*

* *

Todas as fotografias incluídas neste trabalho foram tiradas pelo DEGC nas localidades de Pantanal, sub-distrito da Trindade, e Capoeiras, sub-distrito do Estreito, ambas no município de Florianópolis. São aspectos do "peditório" com a **Bandeira do Divino**.



PESCADORES DE NOSSA TERRA

Urbano Vicente Gama Salles

Quero em primeiro lugar deixar claro que sou um apaixonado leitor da Revista Trimestral de Folclore, e por isso resolvi apresentar esta colaboração, afim de que possa demonstrar o interesse que tenho pelo sucesso desta grande revista.

A vida de nossos pescadores, é sem dúvida alguma, cheia de trabalhos e arrojos, podemos mesmo ler nas feições daqueles que enfrentam os "verdes mares de nossa terra" traços de angústias e aflições. Sua pele tostada pelo sol e enrugada pelo rocil do mar é como quadro a transparecer as lutas que tiveram contra a incansável natureza.

Lá, naquelas praias solitárias, onde as vagas espumantes, uma a uma, vão destroçar-se, muitas vezes podemos contemplar espetáculos que bem poderiam extasiar qualquer pintor ou poeta, pela sua beleza e vida.

Entretanto, a finalidade desta colaboração não é a de descrever quadros, nem pintar cenários e sim a de mostrar os costumes dos pescadores, desta gente boa e pacífica que não cuida senão dos trabalhos de cada dia, acarretando com isto o sustento de sua família.

Início o meu trabalho na parte que se refere aos utensílios usados pelos pescadores que povoam as costas de nossa encantada ilha.

A CANOA

É nela que o pescador se arroja mar a dentro. Sua confecção é muito trabalhosa, pois é feita de um tronco só. A madeira mais usada é a do “Garapuvú”, porque é muito leve e o tronco da árvore, bastante alto, permite a construção de grandes canoas, que chegam a ter mesmo 7 a 9 metros de comprimento.

A escavação e formas da canoa são feitas com o enxó e sua construção chega a levar meses.

Podemos distinguir entre as canoas dois grandes tipos: As usadas no mar grosso “canoas bordadas” e as usadas em nossas baías.

As usadas no mar grosso, são geralmente grandes, medindo até 9 metros de comprimento. Sua proa é bastante levantada porém pouco aguda, é impulsionada por quatro remos de voga e um de lado pelo patrão, ou por duas velas, uma grande fixada no banco do meio e outra pequena no banco da frente.

Este tipo de canoa é capaz de enfrentar o mar, o “Mar cavado”, como chamam os pescadores ao mar forte, é de fácil manejo, o comando cabe ao patrão (**apelidado rato do leme**) que quase sempre é homem experimentado neste mister. Com uma remada contra (Dar o Contra) ou com uma puchada de água está a canoa na posição desejada.

É tripulada por seis pessoas, quatro remadores, um patrão e um ajudante encarregado de lançar a rede à água.

O segundo grupo que podemos distinguir é a usada dentro de nossas baías, com a proa aguda e a quilha própria para a corrida, dificilmente pode comportar comodamente quatro pessoas.

O patrão sentado sobre a **panera**, situada na popa da canoa, pode ao mesmo tempo manejar a vela e o leme de direção.

Podemos distinguir na canoa as seguintes partes: patilha ou quilha, popa, sobre-popa, proa, sobre-proa, piri-pau, panero, banco da vela, sub-banco, leme, ainda dividido em pá do leme e cana do leme, e remo com o cabo do remo e pá do remo.

Na vela podemos distinguir as seguintes partes: Mastro, pano, amarração, escolta e verga.

A TARRAFA

A tarrafa é de uso generalizado em toda a nossa ilha, diferem-se apenas pelo tamanho da malha ou pelo número de palmos, assim as medem os pescadores. Podemos separar as tarrafas conforme o gênero de pescaria a que se destinam, que são as seguintes:

Para camarão e para peixes.

Para camarão, ainda subdividida em dois tipos: para camarão miúdo ou perereca, com malhas miúdas e de pequeno tamanho, quasi nunca ultrapassa a 16 palmos.

Para camarão do corso ou camarão branco, com malhas que deixam passar um dedo indicador, chegam a ter 25 palmos, este tipo é muito comum nas margens da Lagoa, onde o camarão grado em certas épocas do ano é muito abundante.

Em outros locais a pescaria do camarão é feita com tarrafas mais miudeiras e menores, isto porque o camarão grado é menos frequente e a trabalhosa confecção de uma grande tarrafa muitas vezes não é compensada.

Para peixes, estas geralmente têm malhas grandes e número de palmos que nunca ultrapassam a 20, sua fieira é longa, permitindo o lançamento da mesma a uma distância de 7 braças.

Para tarrafiar em lugares onde há pedra no fundo — (pegador) — é usado um tipo de tarrafa com o pano bastante resistente, feito de barbante, fieira fina e fios de "ticum".

Passarei agora a denominar e explicar as principais partes da tarrafa.

Chumbada: Conjunto de pesos que servem para abrir a tarrafa, afundá-la e segurar os peixes no ato da tarrafada.

Tralha: A chumbada está segura ao pano da tarrafa por forte fieira, esta por sua vez ainda é presa por pequenos cordões aos quais se dá o nome de **tralha**, sua finalidade é de dar aos chumbos, quando a tarrafa é suspensa, — colhida — a posição vertical e ainda deixar um pequeno abaulamento no pano para que os peixes não saiam por entre os chumbos. A este abaulamento dá-se o nome de **rufo**.

Cabeça ou olho da tarrafa: A fieira, que chega a medir 7 braças, está amarrada na parte alta da tarrafa, a que se dá o nome de "Cabeça da tarrafa" ou "Olho da tarrafa".

Há um dito popular "O camarão sempre vem no olho da tarrafa", este serve para prevenir alguém. A razão que fez surgir este dito não é outra senão porque os camarões que vêm no olho da tarrafa muitas vezes ferem a mão do pescador.

A FEITURA DA TARRAFA

O pano da tarrafa na maioria das vezes é feito por mulheres, que trabalham a preço de palmos, sem olhar entretanto o número de pontos que vão gradativamente aumentando para a ponta da tarrafa.

É necessário paciência para se fazer uma tarrafa, e ainda que pareça incrível, perde as vezes a tarrafeira (por muitos pescadores chamadas de "parmeiras") um mês em sua confecção.

O entralhamento, ou seja a técnica de colocar os chumbos, é quasi sempre feito pelo dono da tarrafa, e não por pessoas especializadas. É comum ver-se um pescador gabar-se por saber bem entralhar uma tarrafa.

COMO É USADA A TARRAFA

A arte de tarrafiar constitui uma tarefa difícil. Para um tarrafiador ser perfeito precisa praticar durante muitos anos.

Tarrafiar tanhotes não é fácil, exige muita perícia do pescador e posso mesmo assegurar, como já tive inúmeras ocasiões observando, de cada 6 a 7 tarrafadas, ou mais, só uma vez o tarrafiador consegue "matar" algumas espertas tanhotes.

Para jogar a tarrafa o pescador segura a tralha com os dentes, colhe o pano com a mão direita, boleando em seguida para o lado das costas faz o arremesso para frente.

A fieira fica lançada ao punho esquerdo e parte do pano com a fieira ficam enroscados na mão. Quando o tarrafiador faz o arremesso a fieira é solta juntamente com a tarrafa.

O ESPINHEL

O espinhel, instrumento de pesca muito usado pelos nossos pescadores, costa de quatro partes principais, que são as seguintes: poita, catuto, linha e anzois.

A poita, em número de duas, serve para afundar e segurar o espinhel, a pedra é fortemente atada a uma corda, a qual está ligada a um catuto, ou a uma boia de madeira de pita, que marca onde o espinhel se encontra.

Os anzois são empatados em pequenãs linhas, mediante entre 50 a 80 cm. de comprimento e estas estão ligadas a linha principal estendida entre as duas poitas.

O número de anzois do espinhel varia de 50 a 1500.

Os espinheis com poucos anzois são usados para a pescaria da garopa, quasi sempre este é colocado ao redor de uma pedra em que existem tocas, os anzois são grandes e as iscas mais empregadas são os camarões e as manjuvas, preferindo-se estas quando estão estragadas.

Os espinheis de nossas baías nunca ultrapassam quinhentos anzois e só os de mar grosso chegam a ter mil e quinhentos anzois.

Os espinheis de mar grosso têm os anzois grandes e a linha deve ter a resistência suficiente para suportar a corrida de um merote ou cação. As iscas usadas são as tainhotes (tainhotas) e manjuvas, raramente é usado o camarão.

A REDE

Podemos inicialmente dividir as redes em dois grandes tipos que são os seguintes: rede de arrasto ou arrastão e rede de cerco.

Rede de arrasto — (Arrastão). Em qualquer praia de nosso lito-

ral sempre encontramos redes desse tipo, na maioria das vèzes postas a secar sobre uma rústica armação de bambú.

Este tipo de rede é classificada conforme o genero de pescaria a que se destina, como por exemplo, rede para tainha.

O tamanho da malha varia entre quatro e cinco centímetros e seu comprimento chega a ter quinhentas braças. A altura raramente passa de três metros.

A razão do nome **rede de arrasto** não é outra senão porque estas são arrastadas para a praia por meio de dois cabos. Este serviço é feito por dois grupos de pescadores, oito a dez camaradas.

A DIVISÃO DO PEIXE

O pescador difficilmente recebe o seu salário em dinheiro. Quasi sempre este é pago com o pescado. Depois do peixe contado e amontoado é feita a divisão, ao dono da rede cabe uma metade e aos pescadores a outra. A parte dos camaradas é dividida em partes iguais.

Este processo de pagamento aos poucos está desaparecendo devido aos grandes proprietários que possuindo várias redes, movem um capital capaz de cobrir as despesas de um pagamento em salário.

O lance e a divisão do peixe chegam a levar de quatro a cinco horas.

REDE DE CÊRCO

A rede de cêrco differencia-se da rede de arrasto pelo modo de seu manejo. A rede de arrasto é puxada da praia por meio de cabos e a rede de cêrco é colhida na própria canoa que faz o lance. Da-se o nome "**rede de cerco**" porque esta é lançada de maneira que cerca o peixe em um grande círculo, impedindo a sua fuga e obrigando-o a malhar.

Esse tipo de rede só é usada para a pesca de peixes maiores como por exemplo a pescada e o cação.

As suas malhas são muito grandes (um palmo aproximadamente) e seu comprimento raramente ultrapassa a duzentas braças.

A CONFEÇÃO DAS REDES

As redes são geralmente feitas por homens e não por mulheres, como acontece com as tarrafas. Para que os leitores possam avaliar o trabalho que acarreta a confecção de uma rede, dou aproximadamente o numero de malhas existentes em uma rede de quinhentas braças de comprimento e dois metros e cincoenta de altura — seiscentas e cincoenta mil malhas.

O pescador trabalha com uma agulha apropriada, e com uma regua que serve para dar o tamanho desejado ao ponto,

As linhas usadas nas redes são os cordões de algodão e gravatá, sendo que esta segunda é tecida pelo próprio pescador. Para fabricar as boias da rede, que têm a forma de discos, é usada a cortiça porque é muito leve. Os pesos das redes são confeccionados de lona, em forma alongada e cheios de areia.

Para melhor conservação das redes os pescadores as tingem com uma tinta que é facilmente obtida pela fervura de cascas de arueira, árvore muito abundante em nosso litoral.

O BUÇÁ (ou puçá)

Este apetrecho de pesca de Siri é muito usado na nossa ilha.

Podemos distinguir no buçá cinco partes distintas que são as seguintes: roda (ou aro), rede, fieira, estaca (ou vara) e peso.

A roda é feita de cipó resistente ou arame arcado, e nela é ajustada a rede em forma de saco. Na roda está presa a estaca por meio de uma fieira.

A estaca serve para fixar o buçá ao mar e é fincada a areia.

O buçá é chamado por muitos de Jereré ou coca.

O CANIÇO

Grande é na pesca o uso do caniço. Podemos dividir os mesmos em dois grandes grupos: ou usados em nossas baías e os usados em mar grosso.

A diferença entre estes caniços está no tamanho da vara. No mar grosso têm a vara muito comprida, enquanto em nossas baías têm a vara curta.

As partes principais do caniço são vara (ou caniço propriamente dito), amarração, arame ou linha de empate. A amarração não é outra coisa senão a linha que reforça a ponta fina e flexível da vara que segura o arame ou a linha.

Na vara do caniço é usado o bambú ou cana do reino. Quanto ao tamanho do anzol varia conforme o genero de pescaria.

O COLVE

Esse instrumento de pesca que é pouco usado na nossa ilha, é encontrado nas margens das lagoas e de pequenos rios que cortam a nossa ilha. Tem êle a forma de balaio com uma só abertura por onde o peixe póde apenas entrar. A saída do peixe é impedida, como nas ratoeiras, por pontas agudas, colocadas na boca e viradas para dentro.

A BALEEIRA

Este tipo de embarcação é muito usado, porém, não tanto como a canoa bordada, sobre a qual já tive a oportunidade de me referir neste modesto trabalho.

É feita de taboas pregadas em forma de escamas e por isso também é chamada de "barco escamado".

O manejo é feito como na canoa bordada, sendo que nessa o patrão maneja apenas o leme.

A CASA DO PESCADOR

Pouco retirada da praia, escondida por entre as árvores, está a modesta casa do pescador.

É ela feita geralmente de paredes de "pau a pique" (estruque). É coberta de palha e o seu interior de chão de barro batido.

O murmúrio das vagas e o sibilar dos ventos vêm, de quando em vez, quebrar a monotonia do quadro, e nas horas de tempestade, sob o rugido do mar enfurecido ou sob o estrondar do trovão valente, o grito da gaivota se faz ouvir ao pescador, como um anúncio de boas horas; "depois da tempestade a pescaria é boa."

*
* *

PESCADORES DE NOSSA TERRA

— Comunicação do folclorista catarinense URBANO VICENTE GAMA SALLES, ao 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE.

PARECER DO RELATOR: ADÃO CARRAZONI

Com ilustrações elucidativas, desenhos a bico de pena do sr. João Luiz Ferreira de Mello, o sr. Urbano Vicente Gama Salles, apresenta um metódico trabalho onde estuda com carinho a vida dos pescadores do litoral e dos rios do Estado "barriga-verde".

A canôa, a tarrafa, o espinhel, a rêde, o buçá, o caniço, o colve e a baleeira — utensílios e embarcações de pesca usados em Santa Catarina são descritos em capítulos especiais com muita fidelidade e minúcias que denunciam a paixão e o gosto com que foi realizado o estudo. Parece que nada foi esquecido, tal a riqueza de detalhes e de informações contidas em "Pescadores de Nossa Terra".

A linguagem do pescador catarinense, já por si retratada nas denominações de seus instrumentos de labuta diária, aparece em todo o seu pitoresco, que advém da "inflexão cantada" com que falam as gentes de redor da ilha de Nossa Senhora do Destêrro.

A divisão do peixe, já que dificilmente o pescador recebe o seu salário em dinheiro, bem como a descrição de sua moradia não muito afastada do litoral, dão remarcado valor ao trabalho oferecido ao 1º Congresso Brasileiro de Folclore. Digna é, portanto, de figurar nos Anais do Congresso, a contribuição valiosa do sr. Urbano Vicente Gama Salles, que representa um estudo de árdua pesquisa folclórica.

a) Adão Carrazoni

• Rio, junho, 1951.

2º CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

— 1953 —

CURITIBA — PARANÁ

Santa Catarina não poderá faltar nem desmerecer o alto conceito em que é tida. — É, pois, preciso que cada um, desde já, pense na sua contribuição e inicie as pesquisas para os seus trabalhos.

COLETA FOLCLÓRICA E MÉTODO ESTATÍSTICO

por Osvaldo Ferreira de Mello (filho)

A P R E S E N T A Ç Ã O

Entre a série de sugestões apresentadas a êste Congresso Nacional de Folclore, pela Sub-Comissão Catarinense da C. N. Fl., uma diz respeito à necessidade de ser estudado um plano geral de coleta, sendo lembrada a possibilidade de usar-se da rede de agências de estatística, espalhada por todo o território nacional.

É nosso propósito defender, com o presente trabalho, essa sugestão apresentada pelos delegados catarinenses, valendo-nos, para isso, da experiência que obtivemos, no assunto, com nosso trabalho, no Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina.

I N T R O D U Ç Ã O

Quando, em setembro de 1949, o primeiro número do Boletim Trimestral, editado pela Comissão Catarinense de Folclore, trouxe

como colaboração do Departamento Estadual de Estatística, uma série de credices e superstições, colhida em alguns municípios de Santa Catarina, houve muita surpresa ante aquela pesquisa toda nova, no terreno oficial da estatística brasileira. E começaram a chegar pedidos de informações, os mais diversos, de aspectos do pouquíssimo conhecido populário catarinense. Não os podendo atender a todos, esclarecemos, então, que o material publicado resultara das primeiras experiências com pesquisas demológicas feitas pelo Departamento Estadual de Estatística, cuja secção de publicidade então chefiávamos. A coleta havia sido parcial e, ainda assim, muita coisa fôra regeitada como falha. Prometemos, entretanto, aos estudiosos que acompanhavam o nosso trabalho que prosseguiríamos, pois contávamos com o apoio da direção do DEE e da Inspetoria Regional de Estatística, cujos diretores eram também, como nós, membros da Comissão Catarinense de Folclore.

Recebêramos, então, muitos votos de estímulo e a própria C. C. FL., reunida em Florianópolis sob a presidência honorária do Ministro Renato Almeida, fez constar, em ata, um voto de louvor à direção do DEE e da IREM, pela idealização e concretização do novo inquérito. Prosseguimos com o nosso trabalho, pois havíamos chegado à conclusão de que se faziam urgentes providências no sentido de obter dados reais da situação em que se encontravam as nossas festas tradicionais: as lendas, as credices, as expressões da arte popular, tudo sujeito às mutações e à asfixia da cultura contemporânea.

As pesquisas do folclore aliás, têm sido insuficientes em todo o Brasil. Grandes mestres tiveram falhas nos seus ensaios de interpretação do folclore brasileiro, graças, principalmente, à insuficiência de material para comparação. Em Santa Catarina, por exemplo, excessão feita a algum material exparso, até há bem pouco tempo nada havia sido coletado ou divulgado. Vem daí, aliás, o esforço que se tem feito para evitar que se perpetue a ignorância do riquíssimo folclore deste estado sulino, que, em seus 94.367 km de território, apresenta um dos mais atraentes mosaicos étnicos encontrados no Brasil, de que se depreende a existência de um sincretismo muito interessante de tradições. Com a instalação das Comissões Estaduais de Folclore, resolveu-se parte do problema, pelo menos no que se refere à divulgação e ao trabalho de equipe. Mas o campo é muito vasto e a coleta — o ponto de partida — deve ser encarada com disposição absoluta. Um questionário, metodologicamente preparado, e que pudesse ser distribuído para informantes em todos os municípios, pareceu-nos a melhor medida a ser tomada. Usaríamos do critério estatístico na feitura do questionário, para um resultado mais seguro, conforme a orientação seguida na França pelo ilustre sociólogo e fol-

clorista André Varagnac (1). Para a sua distribuição, pensamos na possibilidade de cooperação ou dos professores ou dos agentes municipais de estatística. Finalmente, conseguindo o apoio da Inspetoria Regional de Estatística, resolvemos distribuir o nosso inquérito pelo caminho normal dos inquéritos do DEE.

Os agentes foram instruídos para a tarefa que lhes era nova e alguns deles desempenharam-se dela com tal gosto, que enviaram trabalhos especiais, posteriormente, à Comissão Catarinense de Folclore.

Apurados e divulgados os dados, tínhamos em mão um precioso acervo de informações de todo o Estado, fato virgem desde que se cuidou de estudar, avulsamente, o folclore, em Santa Catarina.

INQUÉRITO DEMOLÓGICO

Removidos os obstáculos iniciais, lançávamos em julho de 1949, o primeiro modelo do nosso inquérito demológico. Os quesitos, organizados de acôrdo com as normas exigidas pelo IBGE, pareciam ser suficientemente sintéticos, discretos e lógicos. Mas, no trabalho de crítica realizado depois, ficou demonstrado que houve alguma insuficiência na sua elaboração.

Fazendo uma análise objetiva do trabalho realizado, classificamos quatro falhas principais, dependentes da organização do questionário e do preenchimento do mesmo, falhas essas que assim enumeramos:

1º Confusão no que se referia ao terreno do Folclore com o da História. Por exemplo, em vez da lenda criada com o tema do nome de uma cidade, os informantes deram as origens históricas dessas cidades, como também notas biográficas de vultos históricos, em vez das lendas que foram criadas em torno de sua vida e seus atos.

2º Dissertação sobre um determinado assunto, fugindo do campo científico da situação do fenômeno, para o terreno da literatura.

3º Dados inexatos, por desconhecimento do agente de estatística, da zona sob a sua circunscrição.

4º Fuga às respostas, pelo mesmo motivo.

Ora, as falhas a que se referem os dois primeiros itens, apresentam a tendência geral de quem colhe e anota informações desse gênero, pela primeira vez. Elas, todavia, poderiam ser evitadas, com mais detalhadas instruções anexas aos questionários, nas quais o agente se pusesse a par dos objetivos científicos da pesquisa.

Os itens três e quatro demonstram falhas que resultam do fato de que, havendo transferência de agentes, acontece que um ou outro

(1) Na sua monumental obra "Civilization Traditionnelle et Genres de Vie", Varagnac descreve as experiências que fez "en la Société du Folklore Français, dans la tâche urgente des enquêtes par questionnaires quel recueillit de 1934 à 1936, plus de 1.200 monographies folkloriques de villages français".

desconhece o município em que passou a funcionar, não contando mesmo, ainda, com informantes de confiança. Também poderíamos evitar tal insegurança, enviando ao agente mais de um exemplar do questionário, três por exemplo, os quais seriam distribuídos a três pessoas habilitadas, de cultura média e moradores antigos da região. O agente, nesse caso, apenas dirigia a coleta ou seria um dos três informantes. No trabalho de crítica, escoimar-se-iam, então, as falhas pela comparação e, se possível, posterior verificação "in loco".

Já com mais experiência, lançamos, nos meses seguintes, mais dois inquéritos complementares ao primeiro. Estes, pela uniformidade dos quesitos, unidade no objetivo e detalhadas instruções, não apresentaram dificuldades no preenchimento.

Concluimos, assim, a primeira fase do nosso trabalho, sem encontrar maiores entraves senão os que apontamos. Não olvidamos, é claro, a relutância do elemento popular, que sempre tende a fugir do ato de prestar informações, a certa daquilo que chama "as bobagens do povo". Mas êsse é um obstáculo geral e com êle não nos perderemos em considerações. Queremos, apenas, tornar evidente que os resultados foram satisfatórios e muitos estudiosos que em Santa Catarina, no ano passado, prepararam artigos e ensaios para publicação, foram buscar dados necessários no Departamento Estadual de Estatística, dentre o material escolhido com o nosso experimental inquérito demológico.

CONCLUSÃO

Do nosso trabalho, todo êle feito com o objetivo de conseguir um meio prático e satisfatório de organizar e coletar o precioso documentário desse material, que constitui o precioso acervo do folclore, chegamos às conclusões seguintes:

1º O angustiante e desalentador problema da falta de material, para qualquer estudo e análise do folclore, pode ser equacionado e resolvido em boa parte (1) com a organização de um questionário que abranja as informações necessárias a cada unidade da Federação.

2º A coleta desse material pode ser obtida com a colaboração entre as comissões estaduais de folclore e as repartições de estatística, por intermédio de suas redes de agentes municipais.

3º A cada comissão de folclore, na hipótese dessa medida ser tomada, caberá enviar circulares cuidadosa e tecnicamente preparadas, a fim de orientar os agentes de estatística, para o trabalho que lhes caberá, pedindo a sua colaboração, não para um passa tempo de di-

(1) Não cremos que seja possível a coleta de temas musicais por tal meio, visto constituir-se a música uma especialização muito particularizada e, em nosso interior, os tocadores de instrumento, muito raramente têm cultura musical suficiente, para a grafia fiel dos temas populares, no pentagrama.

lentes, mas para que se torne possível o estudo, absolutamente necessário, do inconsciente coletivo das massas.

4º O questionário deverá ser elaborado tecnicamente, segundo as normas adotadas pela estatística oficial, o que permitirá melhores resultados.

5º Cada comissão estadual de folclore colaborará na preparação de um questionário do Departamento Estadual de Estatística, a fim de que este possa encarregar-se da crítica e apuração dos dados obtidos, que, pela sua qualidade, oferecem um trabalho novo ao estatístico profissional.

E, por estas conclusões, propomos ao primeiro Congresso Nacional de Folclore, que reúne neste ano de 1951 na capital da República, a elite dos estudiosos das ciências sociais no Brasil, a seguinte medida de caráter nacional: Ser designada, pelo Congresso Nacional de Folclore, uma comissão de técnicos, com a incumbência de estudar um modelo de questionário, contendo todos os requisitos necessários a bons resultados e que possa ser aplicado, com as respectivas adaptações regionais, a todos os Estados da União. A Secretaria Geral apresentará, finalmente, esse modelo, à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, a se realizar, ainda neste ano, a fim de que seja estudado o plano de inclusão de um inquérito demológico, entre os inquéritos periódicos mantidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

*

* *

"COLETA FOLCLÓRICA E MÉTODO ESTATÍSTICO"

— Trabalho de OSWALDO FERREIRA DE MELO (filho), da
missão Catarinense de Folclore, apresentado ao I CONGRESSO
BRASILEIRO DE FOLCLORE

Parecer do Relator: **Raul Lima**

No presente trabalho, o congressista Oswaldo Ferreira de Mello (filho) defende uma sugestão da Sub-Comissão Catarinense da Comissão Nacional de Folclore, no sentido de examinar-se a possibilidade de utilização da rede de Agências Municipais de Estatística na execução de um plano geral de coleta de material folclórico em todo o país.

Conclui propondo:

- a) designação, pelo Congresso, de uma comissão de técnicos incumbida de estudar um modelo de questionário com aquele objetivo;
- b) apresentação desse modelo à Assembléia Geral do Conselho

Nacional de Estatística, afim de ser estudada a inclusão de um inquérito demológico entre os que realiza aquele Conselho.

Quanto à primeira proposição, parece indiscutível seu alcance. Quanto à segunda, também nada há a obstar. Não obstante afigurar-se pouco segura que o Conselho Nacional de Estatística possa atribuir à rede de Agências, em caráter geral e obrigatório, a realização da nova pesquisa, é, por outro lado, evidente que a solicitação do Congresso será examinada com a merecida atenção e simpatia, visando a consecução de uma fórmula capaz de atender, tanto quanto possível, a assunto de tão relevante interesse da cultura brasileira.

a) **Raul Lima**

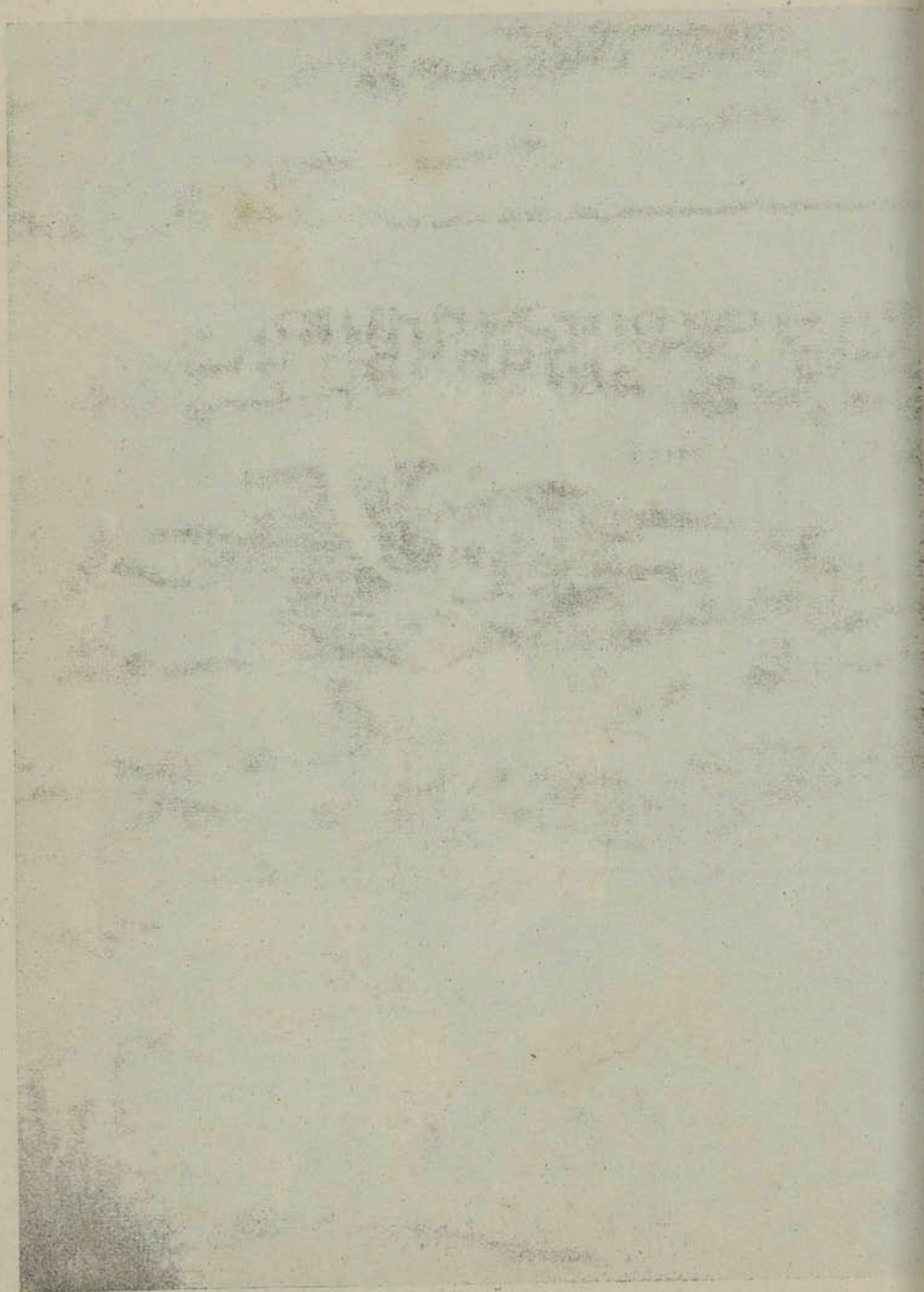
Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1951.

Copere para a conservação das nossas mais belas tradições, prestigiando a organização dos autos populares do ciclo Natal e de Reis:

A Comissão Catarinense de Folclore receberá, de bom grado qualquer contribuição que possa interessar ao seu museu especializado, ora em organização.



As Rendeiras — óleo de Willy Zumblick



GEOGRAFIA E FOLCLORE

Victor A. Peluso Júnior

As ciências que tratam do homem como ser social tocam-se em seus limites, e difícil se torna saber quando termina o campo de uma e se inicia o de outra. Geografia e folclore, estudando uma a adaptação do homem à natureza, e a outra a "psicologia dos povos, das suas idéias e de seus sentimentos comuns, do seu inconsciente, feito e refeito secularmente", (1) não fogem à inter-relação que se notam entre todas as ciências sociais.

A tarefa do folclorista é imensa. Arnold Van Gennep enumera a extensa lista do material folclórico à disposição do estudioso (2). Procurando-se verificar as relações entre geografia e folclore, pode-se, pois, inquirir do conteúdo geográfico de alguns dos itens enumerado por Gennep, relacionando-os com capítulos específicos da geografia.

Vejam-se as lendas, os mitos e as casas.

Mitos e lendas têm sido olhados como o mundo material em ter-

-
- (1) João Ribeiro — Curso de folclore — in Anais da Biblioteca Nacional — Vol. XXXV Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro — 1916 — pág. 214.
(2) Arnold Van Gennep — O folclore — Livraria Progresso Editora — Cidade de Salvador — 1950 — pág. 29 a 47, 145 — 158,

mos do mundo humano; como expressões de desejos; como conflitos de desejos humanos frustrados por poderes inhumanos. Todos os fatos folclóricos, em geral, são por outros encarados como traço cultural, semelhante à tecnologia, organização social ou religião (3).

Qualquer que seja a teoria que domine na consideração do fato folclórico, há o ambiente físico sempre presente. Tomando-se o simbolismo, a natureza ali aparece com frequência. Não obstante a observação de Cassirer, de que o mundo do mito não é o da ciência, por ser um mundo de ações, de forças, de conflito de forças (4), os símbolos são influenciados pelo mundo real, pelo ambiente geográfico. Tomando-se o folclore como traço cultural, é evidente que este não pode ser independente do tempo e do lugar, e assim lenda, mito e casa estarão intimamente ligados a fatos geográficos.

TEMPO E CLIMA

Dá-se o nome de “tempo” às condições totais da atmosfera em um momento considerado, em determinado lugar. Não se trata, pois, de elemento permanente, mas de circunstâncias transitórias que constantemente variam no decurso do dia. Quando examinamos a situação média do tempo, levando em consideração a totalidade dos variados elementos meteorológicos que o compoem, temos o “clima” de um lugar. Tempo e clima são, dessa forma, dous componentes essenciais na caracterização do ambiente físico, e que diretamente atuam sobre o homem.

A influência que o tempo exerce sobre a vida diária do homem é considerável. O vestuário, leve ou pesado, é exigido conforme a temperatura. A defesa contra a chuva, para o homem urbano, é de extrema importância quando vai para o trabalho, ou dêle volta à casa; o lavrador, para suas colheitas, depende da quantidade de chuva que cai sobre a sementeira. Quer viva na cidade, quer no campo, o homem desde cedo se habitua a prestar atenção para a condições de tempo, acumulando conhecimentos que não sabe explicar, mas que têm o poder de orientá-lo na vida diária. “Olhar o céu”, para saber se vai chover, é atitude das mais comuns, em todas as sociedades.

Entre os conhecimentos correntes sobre o tempo, muitos são decorrentes de superstições populares de caráter geral. Uma delas, por exemplo, é a que atribui o tempo às fases da lua, correspondendo ao simplismo do povo que liga, a um corpo do espaço, o que procura saber quando “olha o céu”; outras, que por vezes tomamos por superstições, representam observações corretas, que cientificamente se comprova.

(3) Ruth Benedict — Folclore — artigo em *Encyclopedia of the Social Science* — Vol. 6 — pág. 291.

(4) Ernst Cassirer — *An essay on man* — Yale University Press — New York — 1944 — pág. 74.

VENTO SUL

✕ No Estado de Santa Catarina, um dos aspectos do tempo, que mais admiração causa ao viajante, é a previsão ligada ao "vento sul". No litoral, vê-se o povo preparar-se para prolongado mau tempo quando ele ocorre, enquanto no planalto se afirma que o vento sul "traz bom tempo". Creio não haver catarinense que desconheça tais afirmações, e elas são, realmente, produtos de observações cuidadosas do povo. ✕

O vento sul é motivado por invasões de massas de ar de origem polar, que se deslocam para o norte. Elas possuem duas rotas nesse deslocamento, que determinam condições específicas quanto à pluviosidade. As massas de ar, que atuam sobre o litoral, humedecem-se por influência do mar sobre o qual se deslocaram antes de atingir a orla marítima, produzindo, assim, chuvas abundantes; as que invadem o planalto, percorrendo a rota continental, são secas, e passados os primeiros fenômenos da perturbação, o céu torna-se claro e o tempo permanece limpo. Sucede, por vezes, que as massas de ar que se espalham no litoral têm forças para vencerem a Serra Geral, e assim atingirem o planalto, produzindo, então, o mau tempo. Tal fato é pouco notado porque o vento, depois das primeiras perturbações, gira para oeste e afasta as grossas nuvens para leste, limpando igualmente o litoral.

NEVOEIRO DA SERRA

✕ Quando ocorrem perturbações motivadas pelo aquecimento das camadas inferiores do ar ao longo da escarpa da Serra Geral, e a formação de correntes verticais, aparece, no alto da serra, após o nascer do sol, o nevoeiro denso, que constitui sério perigo para o viajante incauto que por ele é apanhado sem conhecer devidamente a área. ✕

E surge, então, a lenda.

✕ Onde o nevoeiro é mais denso, aparecem homens misteriosos, saídos furtivamente das anfratuosidades das rochas que formam os taludes; são criaturas desconhecidas, que assustam o povo dos campos sobranceiros à serra. ✕

Ouvi muitas alusões a esses estranhos invasores do planalto, quando, em 1943, percorri os campos de Santa Bárbara, no município de São Joaquim. A origem dessa lenda prende-se à ação do nevoeiro sobre a alma humana. Willy Hellpach, estabelecendo as bases de uma nova ciência — a Geurgia, cujo trabalho sensível é a adaptação de nosso comportamento vital a um clima e a um tempo dados (5) —

(5) Willy Hellpach — Geopsique — Espasa — Calpe, S. A. — Madrid — 1940, pág. 256,

coloca o nevéio na classificação do tempo deprimente, que provoca desassossego e opressão. Acresce inda que tais homens existiram no passado. Desde os primeiros tempos da abertura dos campos planaltinos pelos novoadores paulistas, os homens que ali se estabeleceram tiveram por inimigos os selvagens "caingangs", que tinham sua área de caça no litoral e no planalto de Lajes. Estabelecido o domínio do fazendeiro, o selvagem aproveitava-se do nevéio para penetrar no campo e matar o gado. Os indígenas desapareceram, atualmente aldeados no vale distante do Itajaí do Norte, porém a influência deprimente do nevéio faz sobreviver, na geração atual, o índio furtivo na lenda dos homens misteriosos da escarpa do planalto.

O clima, exprimindo condições permanentes do ambiente físico, influi sobre o homem de forma igualmente duradoura. Ratzel afirmava que o clima atua sobre indivíduo ou sobre o povo de duas formas distintas: a primeira, marcando a alma humana; a segunda, indireta, agindo sobre as condições de vida (6). É a última dessas modalidades que mais se liga ao folclore.

O SERÃO

Os fatos folclóricos, adquiridos que são pelo indivíduo como membro do grupo, dependem estreitamente das oportunidades de contato entre os componentes de uma comunidade. Nas regiões de clima quente, são as conversas e as festas ao ar livre que oferecem as ocasiões de aproximação entre os homens; naquelas em que a queda da temperatura no inverno é considerável, êsses encontros desaparecem.

Varagnac acentua que nascemos na vida social como um aprendiz entra em um atelier (7). E, visto que a vida social se encontra ligada aos contatos, esta apresentaria, nas regiões de inverno acentuado, profundo hiato, caso o próprio clima não indicasse a solução de reuniões junto à lareira.

O serão produz-se geralmente no inverno. Contudo a altitude de certas zonas, como a do Planalto de São Joaquim, em Santa Catarina, acima de 1200 metros do nível do mar, na latitude ao sul do paralelo de 28°, torna o serão de uso constante durante quasi todo o ano, notadamente entre os meses do outono até os da primavera. Nas estações fora do inverno, é a queda da temperatura durante a noite, ocorrido em zona elevada e afastada do mar, que anima esse encontro entre os homens.

O gênero de vida pastoril, dominante nos campos do planalto catarinense, ao mesmo tempo que favorece a habitat disperso, cria

(6) Friedrich Ratzel — Geografia dell'uomo (Antropogeografia) — Tradotta da Ugo Cavallero — Fratelli Bocca Editori — Torino — 1914 — pag. 534.

(7) André Varagnac — Civilisation traditionnelle et genres de vie — Editions Albin Michel — Paris — 1948 — pag. 372.

condições próprias ao contato social. Na primavera é uão tratar o rebanho, reunindo as rezes para lhes dar sal, vacinar, marcar etc. Reunem-se, então, vizinhos ou membros da mesma família, que à noite fazem o serão ao pé do fogo, contando histórias, cantando canções, narrando casos...

O aspecto da vida social representado pelo serão, dado o longo período de noites frias, possui, no ambiente, a sua marca permanente como o clima. O fogo e os móveis para o serão exigem cuidados especiais, característicos da região.

A tradição cultural da população do planalto não apresenta forma específica na defesa contra o frio durante o serão. O próprio grupo criou então sua tradição dentro das possibilidades do ambiente.

O fogo, em torno do qual se reúnem os homens do planalto, é aceso no chão. Não há, no complexo cultural da população, a lareira, que difunde o calor. A forma de emissão do calor, a partir de um núcleo central incandescente situado no centro de uma sala, torna necessária, para seu melhor aproveitamento, assentos baixos. Os bancos têm, por isso, a altura de 20 a 30 centímetros, obrigando homens e mulheres a se porem quasi que de cócoras. A posição incômoda que se assume ao redor do fogo, somente por disposição mais confortavel do corpo sobre o banco pôde ser melhorada.

O contato com a natureza, por parte de população que de poucos recursos materiais possuía, indicou a solução no próprio ambiente. Os ramos das árvores, que se contorsem, ou esgalham, foi aproveitado para a confecção de cômodos assentos (fig. 1). Alguns têm encostos,



Fig. 1
Bancos usados nos serões

banco e espaldar tirados de uma só peça das árvores; outros não os possuem, porém a forma que apresentam permitem extraordinário conforto, mesmo na posição que o aproveitamento do calor exige.

A disposição do fogo destinado ao aquecimento prende-se, exclusivamente, à mediocridade de recursos dos primeiros povoadores do planalto. Os tropeiros, que abriram a região trazendo gado das campinas do Rio Grande do Sul, que destinavam a São Paulo, acendiam o fogo nos pousos, para prepararem os alimentos e se aquecerem no serão que sucedia à ceia da noite. Este costume é mantido ainda nas habitações de agregados e empregados das fazendas, que formam a massa mais pobre da população. Suas casas não possuem fogão. As panelas são presas a trempe colocada sobre o fogo aceso em chão de terra batida. O serão, dessa forma, sucede-se ao jantar no mesmo aposento, e em torno do mesmo fogo (fig. 2).

Os pequenos criadores, possuidores que são de maiores recursos econômicos, constroem fogão para cozinhar. Colocam-no a um canto da cozinha, e preparam um quadrado no centro do aposento assoalhado, onde firmam pedras, sobre o qual é aceso o fogo no chão (fig. 3). Em geral não ocorre, à população, o aproveitamento do mesmo fogão para aquecimento. Tal como os antigos tropeiros, as reuniões devem ser em torno do fogo baixo.

A classe abastada adota outra solução. Devido aos seus contactos com a cidade, onde frequentemente também possui casa, o fazendeiro procura dispor o prédio tal como é feito nos centros urbanos. O mobiliário tende igualmente a seguir a moda, e assim não é possível adaptar o fogo no chão a essa disposição. É usada, uma peça do prédio (fig. 4) ou um compartimento do galpão (fig. 5) onde também o fogo é aceso sobre o chão de terra batida. Aí a cidade não influi, e os bancos, tirados às árvores, são os assentos favoritos.

A moda age intensamente sobre o grupo abastado. Nas fazendas vão surgindo, atualmente, as lareiras de modelos americanos, e os fogões de ferro para aquecimento. O fazendeiro tradicional, porém, conserva o gosto pelos serões ao redor do fogão baixo, quasi de cócoras sobre o banco de galhos falquejados.

AS PONTES COBERTAS

Na paisagem do território catarinense, os telhados das pontes, que se encontram nas estradas de rodagem, constituem uma das mais interessantes sobrevivências de antigas tradições, que são apoiadas por motivos do clima. Neste caso, o clima não explica a ocorrência do fenômeno, mas atua no sentido de justificar, tecnicamente, uma prática antiga de uso na Europa.

As pontes cobertas são numerosas em Santa Catarina. A maior parte delas são de madeira (fig. 6 a 10), havendo, também, algumas pontes metálicas com a mesma cobertura (fig. 11).

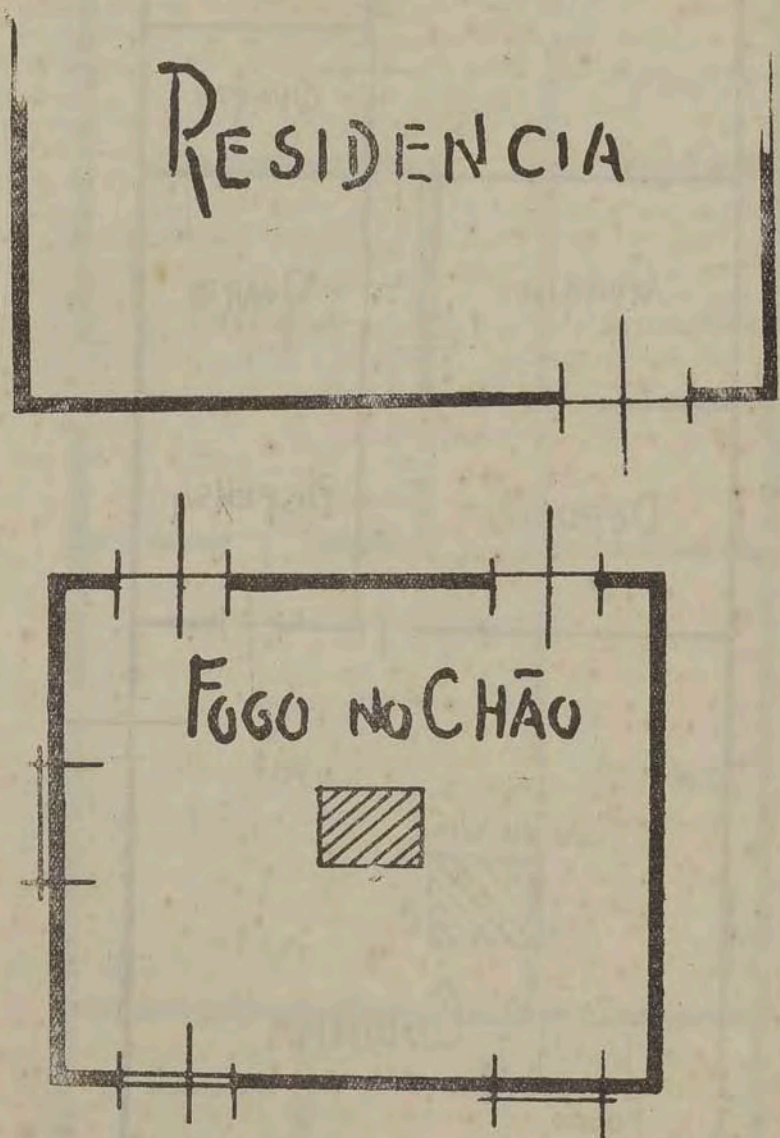


Fig. 2
Situação da cosinha nas casas mais pobres

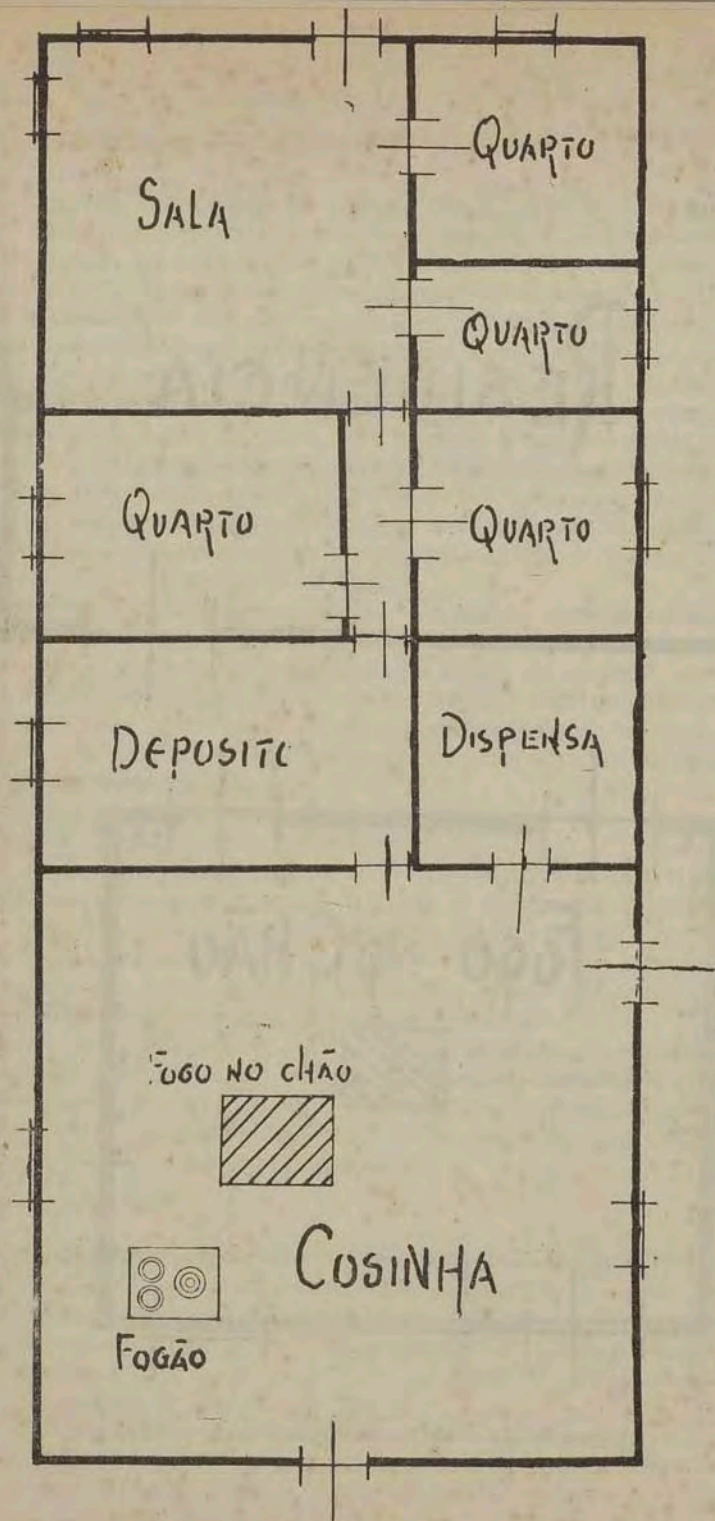


Fig. 3
Situação da cosinha nas casas de pequenos criadores

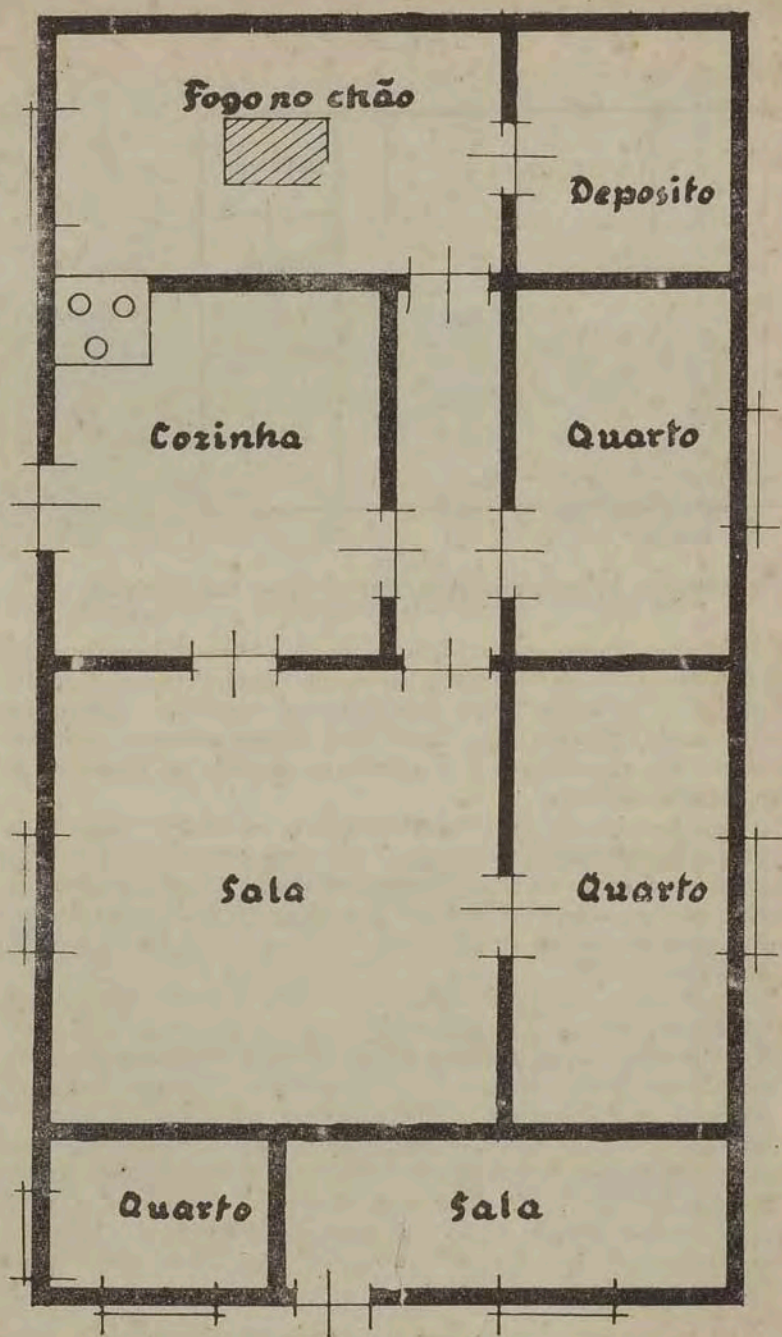


Fig. 4
Cosinha e fogo no chão, nas fazendas

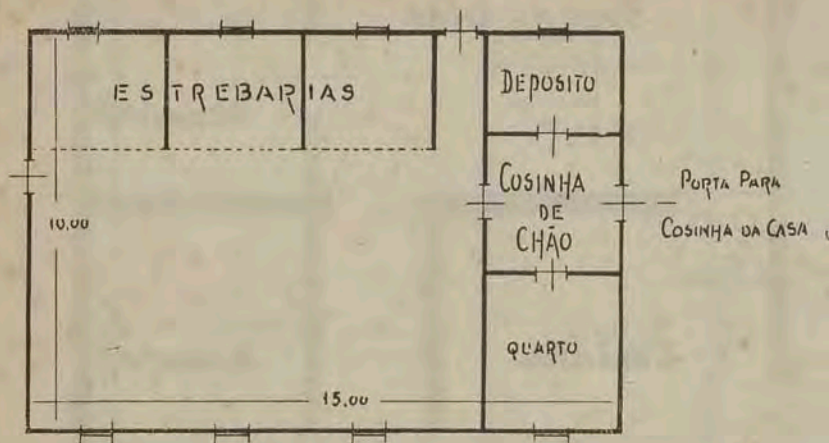


Fig. 5
Situação do fogo usado durante o serão, nas fazendas

Deve-se aos alemães, que colonizaram os núcleos Blumenau e Joinville, a introdução das pontes cobertas em Santa Catarina. Durante o Império, a primeira rede rodoviária no território catarinense surgiu nessas colônias, que possuindo administrações próprias, contavam com engenheiros e construtores alemães na execução de obras de interesse geral.

O desenvolvimento da técnica rodoviária no Estado valeu-se da experiência adquirida nas colônias. As pontes cobertas, que se justificavam em virtude do clima húmido do litoral, foi adotada sem se perceber que os alemães as construíram por tradição, ainda que fundamentassem seu uso na conveniência de proteger a madeira da ação da intempérie.

A ponte coberta é encontrada em todo o mundo. Sua origem, porém, é referida à Suíça e à Alemanha. Pierre Deffontaines atribui esse uso à defesa da madeira contra a humidade (8) mas outros geógrafos reconhecem que, através da história, cobriram-se pontes por motivos variados. Elas foram dotadas de cobertura, no passado, para abrigar os viajantes; para estabelecimento de vendedores, ou ainda para defesa contra ataque de inimigos (9). Atualmente elas são justificadas exclusivamente pelo clima, afim de se evitar que a madeira seja deteriorada, mas a difusão desse tipo, nas regiões povoadas por alemães, vem mostrar que a razão íntima está na tradição desse grupo étnico.

(8) Pierre Deffontaines — L'homme et la forêt — Librairie Gallimard — Paris — 1933 — pág. 131.

(9) Fred Kuiffen — The American covered bridge — in Geographical Review — January — 1951 — pág. 118.

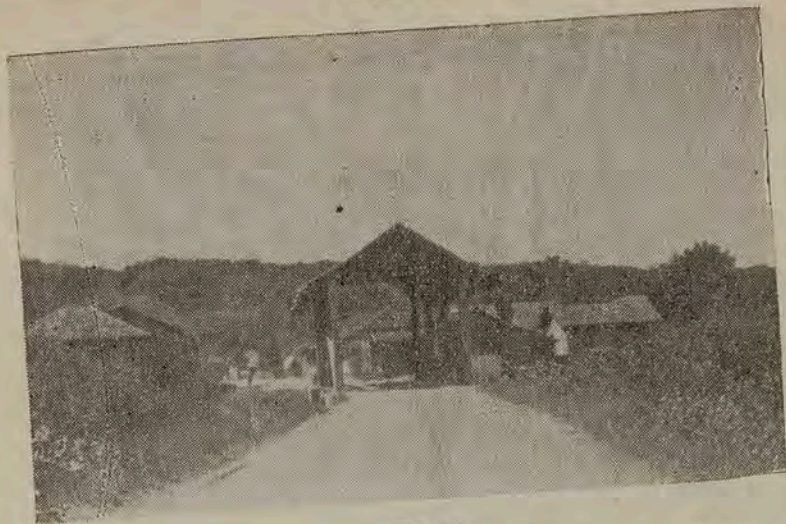


Fig. 6
Ponte sôbre o rio Itapema (Município de Porto Belo)



Fig. 7
Ponte sôbre o ribeirão Ilse (Município de Indaial).

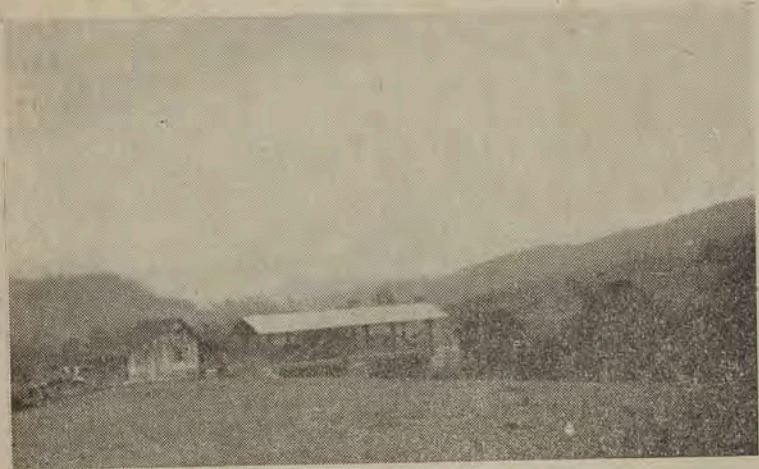


Fig. 8
Ponte sôbre o ribeirão Neiss (Município de Indaial)



Fig. 9
Ponte sôbre o rio Sorocaba (Município de Biguaçu)



Fig. 10
Ponte sôbre o rio Rancho de Taboas (Município de São José)

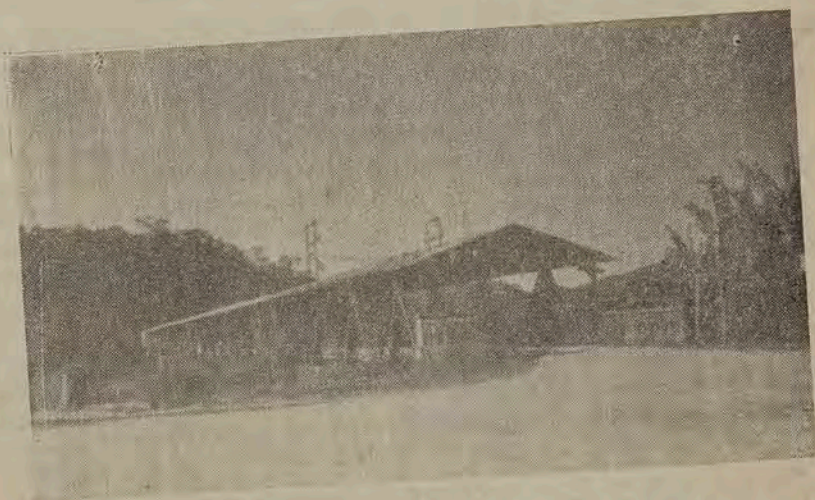


Fig. 11
Ponte metálica sôbre o rio Itajaí-mirim (Município de Blumenau)

RELÊVO

A superfície continental, base do ambiente físico em que vivem as sociedades humanas, desenvolve-se em áreas irregulares que variam da planície à montanha. Essas formas de relêvo são produtos do impacto de forças climáticas e de ações tectônicas, a que acompanham movimentos que ajustam desequilíbrios que ocorrem nos continentes.

A importância do relêvo para o homem tem sido ressaltada pelos geógrafos. Ratzel subordinava o movimento histórico às desigualdades do solo (10); Vidal de La Blache via na montanha a conservadora da população (11).

Individualmente, o homem é atingido, em sua alma, pelo relêvo. O habitante da planície, acostumado à uniformidade de linhas e superfícies, sente-se angustiado com a inquietação da montanha, sentindo a falta da articulação, da variedade de movimentos visuais que lhe oferece a natureza; o montanhês torna-se melancólico, nostálgico, quando preso à planície (12).

Entre as formas de relêvo, temos a salientar a do morro isolado. Ratzel acusa a significação desses acidentes de projeção vertical como elemento de apoio na defesa, não esquecendo de acentuar, também, sua importância espiritual. Para ele, a majestade de isolamento, mesmo quando a dimensão não é de vulto, produz no homem impressão profunda (13).

O MORRO DA IGREJA

Uma das modalidades da manifestação do efeito produzido pelo morro isolado sobre o homem é sua localização como teatro de lendas. Na interpretação destas, é indispensável que se tenha em vista a impressão que tais acidentes causam sobre o indivíduo que lhe galga o cume, ou que de longe o avista, solitário e imponente.

No Estado de Santa Catarina, o Morro da Igreja, situado na Serra Geral, nas cabeceiras do rio Pelotas, tem a altitude de 1.850 metros. Ele não é, morfológicamente, um morro isolado, mas as condições de sua formação lhe deram, ao longe, o aspecto de gigantesca igreja separada da Serra Geral. (fig. 12).

Procuremos descrever sucintamente esse acidente.

O Estado de Santa Catarina é dividido em duas regiões fisiográficas distintas: o litoral e o planalto. Este último é, em grande parte, coberto por rochas básicas, provenientes de derrame basáltico, magmas que eclodiram de fendas abertas na crosta terrestre, e que cor-

(10) Friedrich Ratzel — Ob. cit. — pág. 402.

(11) P. Vidal de La Blache — *Principes de Géographie Humaine* — Librairie Armand Colin — 1922 — pág. 90.

(12) Willy Hellpach — Ob. cit. — pág. 223.

(13) Friedrich Ratzel — Ob. cit. — pág. 409.

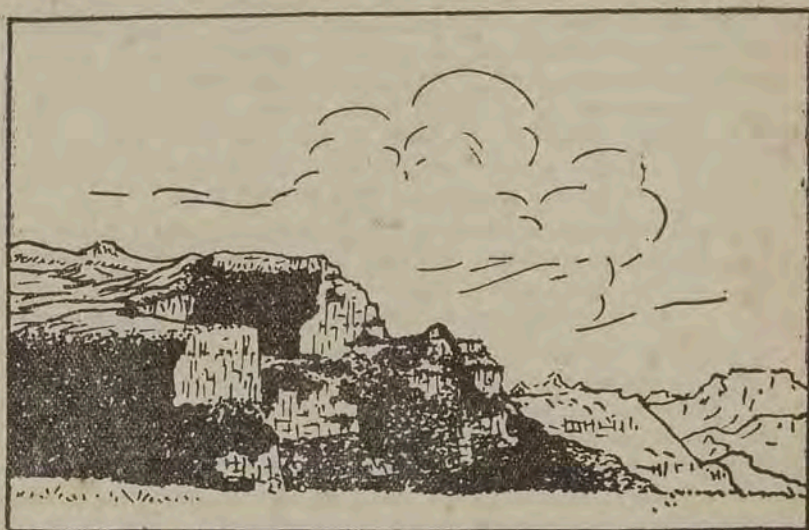


Fig. 12
Morro da Igreja

reram sobre os terrenos sedimentares que então constituíam a superfície continental. Tais correntes de lavas, lançadas em camadas sucessivas que se superpunham, produziram forte elevação, que sujeita, depois, à erosão, criou a Serra Geral.

O clima húmido, de chuvas abundantes, vem desgastando facilmente as rochas tenras, e mais lentamente as de grande resistência, como diabásio e basalto. As rochas pouco resistentes, os arenitos, formam o embasamento da Serra Geral. Carregados estes pelas águas, a parte superior, de origem vulcânica, quebra e cai, fazendo rapidamente recuar a serra e acentuando os taludes que a mesma possui.

A erosão regressiva acima descrita atuou num dos trechos da Serra Geral, fazendo com que na bacia do rio Tubarão um dos seus afluentes capturasse as cabeceiras do rio Pelotas. A parte do vale, abaixo dessas nascentes, desmoronou, deixando aparecer, isolado, na linha da Serra Geral, um trecho que assim se salientou.

A parte posta em evidência pela erosão regressiva havia sofrido, anteriormente, a erosão de vertente como trecho do vale do rio Pelotas. Sendo as rochas formadas de camadas de lavas, a erosão procedeu-se de maneira a deixar a plataforma que marca cada derrame. O aspecto de morro, por isso, lembra enorme templo, donde o nome de Morro da Igreja. A erosão continuou sempre mais intensa a leste, criando formas abruptas, seguindo as linhas de disjunção das rochas, na área a meia encosta, antes da escarpa final,

A atração do Morro da Igreja, que se avista na beira do planalto há 50 quilômetros ou mais, mostrou-se exuberantemente em 1728, quando Francisco de Souza e Faria abria o caminho que ligaria, por terra, o Rio Grande do Sul a São Paulo. Seguiu o explorador a linha da Serra Geral quando avistou "um morro, que pelo roteiro que levava de Certonistas antigos julguei ser o rico e sempre procurado morro Taió, e o mesmo pareceu ao meu Piloto" (14).

Os ocupantes do planalto, que se esgalharam pelo território seguindo o caminho de Souza e Faria, não confundiram o Morro da Igreja com o do Taió, mas, fascinados pela montanha, criaram outras lendas, nas quais também os tesouros se aliam à massa imponente.

As lendas aceitas por um povo têm nele suas raízes profundas. No Brasil, onde os jesuitas tiveram papel relevante na história colonial, é frequente êsses sacerdotes personificarem o possuidor de tesouros fantásticos. Eram os discípulos de S. Inácio de Loyola que defendiam os índios da cobiça dos bandeirantes. Os descendentes dos paulistas ligaram, dessa forma, o jesuita à fortuna que eles deveriam ter acumulado por terem os índios ao seu dispor.

Reza a lenda que os padres da Companhia de Jesus, perseguidos em seus aldeamentos no Rio Grande do Sul, refugiaram-se no Morro da Igreja. Um poderoso bispo jesuita, senhor de centenas de índios, ocultou-se na região, nela depositando enormes tesouros, que escondeu nas anfratuosidades da escarpa.

A vida do jesuita está marcada na região por topônimos expressivos. O rio que nasce a leste do Morro da Igreja, onde, conforme a lenda, foi depositado o tesouro, é conhecido como Rio do Bispo. Um caboclo levou-me a ver a "trincheira do Bispo" — simples sulco aberto pelas águas que correm para a bacia do rio Canóas — e onde os índios do jesuita mantiveram-se em constante vigilância para defenderem seu senhor.

Ha, na mata em torno do Morro da Igreja, sinais de picadas antiquíssimas, já existentes quando os moradores mais antigos se estabeleceram na região. Segundo a crença geral, elas foram abertas pelos índios, quando varavam a floresta espreitando os perseguidores do prelado.

Na lenda do Morro da Igreja ha mais outro personagem de grande importância, além do bispo. É o Arzão.

Parava eu, em 1943, junto ao Morro da Igreja, entregue a observações astronômicas para determinação, das coordenadas geográficas, quando um caboclo, corpulento, veio armar sua barraca próximo da minha.

Andava caçando, explicou-me. O olhar curioso que o homem

(14) Notícias práticas, dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor de Cavalaria Francisco de Souza e Faria — in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 69 — Parte I — pág. 238.

lançava aos meus aparelhos fez-me explicar-lhe o que eu fazia. A incredulidade, porém, traduzia-se-lhe no largo sorriso que acompanhou a oscilação da cabeça, que significava compreensão e assentimento.

Depois de uns minutos não se conteve.

— Eu sei que o senhor também está atrás do tesouro do Arzão, disse-me êle, e em seguida, depois de um rápido — boa noite — desapareceu.

No dia seguinte, quando eu efetivava as medições para ligar o ponto de observação ao cume do morro, novamente me apareceu o sertanejo.

— Então, a máquina mostrou o lugar ?

Não valia a pena contrariá-lo. Para êle, o teodolito, o cronômetro e o rádio eram maquinaria destinada a localizar tesouros.

— Não, respondi eu. Não consegui nada.

— Pois eu tenho o roteiro do tesouro, escrito pelo Arzão. Se o senhor quizer, pode copiar. Quasi todos por aqui também têm uma cópia, mas ninguém achou nada até agora.

Copiei então o seguinte documento, que transcrevo na linguagem que me foi apresentado:

“Roteiro demonstrativo e explicativo da Mina de Prata do Taió. Segundo Arzão Miguel Gonsalves Pai, Miguel Gonsalves filho, e João Marde Bittencourt.

Partindo de Lajes pela estrada de Les-nordeste que vai para Santa Catarina na distancia de nove milhas mais ou menos, se encontra um morro pela parte de Leste, de cima do qual a mesmo Leste $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ ao norte se avista a Tayjó, na distância de 18 legoas mais ou menos do primeiro ponto que é Lajes.

Dêste morro só se avista o Tayjó como uma metra fihura cônica. De mais perto é uma grande montanha com forma quadrangular como uma casa com o respectivo telhado, e abundantes cascatas tem poucas vegetações, quasi descobradas, tendo pela parte de Oeste a configuração do oitão de uma casa, sendo metade como uma parede caida de branco, e tendo pela parte de Oeste um Grande Rio que se supõe ser cabeceira do Uruguai. Pela parte do Norte vindo pelo rumo do roteiro há dois morretes um agudo, o outro redondo ou chato, e só se passa um arroio chamado Urubief. Estes morretes ficam a mais de meia legoa de distância do Tayjó, e é nas proximidades deles que devem existir os sinais das moradias dos jesuitas e de Arzão e outros sinais do trabalho da mina.

Essa zona de terreno é feixada pela natureza, e a montanha só se pode subir pela parte de Leste. De cima da Montanha se avista para todos os lados, vendo-se o mar e praias da Laguna, campos de Vacaria e Lajes, taipas e cordilheiras, serras adjacentes, na face de Oeste desta montanha, no lugar em que ha uma forquilha é o ponto da mina ou Galeria. Arzão a situa nas vertentes que correm para

o mar, estando a prata em pedras pretas. Bittancourt deixaram ficar a montanha dos fundos de sysmaria do pai. Ficando ao Norte do rio Canôas e dele distante ha nas proximidades da divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul.

TÍTULO

Existem em Porto Alegre em poder de uma filha do mesmo Bittancourt da sysmaria, e diz que para se chegar ao lugar da galeria tem agarrar um caminho que parece feito, mas escuro, estreito e feio.

Que depois esse caminho se alarga fica Claro e bonito, que ha tres degraos cortado na pedra, em distância de braça um do outro tendo os animais de passarem a cabresto, para galgarem os degraus, o mesmo disse que a montanha tem pouco menos de uma legoa, tomando sua extensão em circunferência".

Quando voltamos à barraca, o homem, convencido que eu nada obteria dessa vez, desarmou sua tenda e desapareceu na curva do caminho.

O inquérito que fiz na região mostrou-me que a lenda de Arzão, e do seu roteiro, é aceita pelo grupo que vive nos arredores do Morro da Igreja. O homem que fôra ao meu encontro é conhecidíssimo naquelas redondezas, e exprimiu o que todos pensavam de mim e minhas atividades. Sucedia, sòmente, que êle, como membro daquele grupo, tinha mais desejo de encontrar o tesouro que os demais. Contaram-me casos de fazendeiros que se arruinaram gastando as fortunas na pesquisa do tesouro.

Quem era, porém, o Arzão ?

O bispo, vindo do Rio Grande do Sul com seus índios, é a colocação, na região propícia à lenda, do prosseguimento do drama da destruição das reduções jesuítas pelos bandeirantes. Arzão, contudo, é personagem mais recente, possuidor de apelativo que figura na história catarinense.

Na lenda do tesouro no Morro da Igreja, temos a sublinhar o papel que nele exerce a influência da montanha. Na sua interpretação, é de mister considerá-lo como o cristalizador do desejo de tesouros, que no passado movimentou os bandeirantes e atualmente persegue seus descendentes.

O MORRO DO TAIÓ

Se o Morro da Igreja é visto por quem percorre a Serra Geral ao sul do rio Pelotas, o Morro do Taió é visível no trecho norte da Serra Geral, e na borda do Planalto de Canoinhas, onde nasce o rio Itajaí do Norte. Em minhas viagens, jamais tive oportunidade

de me aproximar dele, ainda que tenha viajado por dias tendo-o constantemente à vista. Posso descrevê-lo, pois, pelo estudo dos mapas e pelo aspecto da paisagem em que se situa.

O Morro do Taió, com sua forma de cone truncado, tem cerca de 1.200 metros de altitude. Salienta-se por se elevar mais ou menos 400 metros acima do nível da região. (Fig. 13).



Fig. 13
Morro do Taió

A origem do Morro do Taió está na resistência daquele trecho à erosão do rio Itajaí no Planalto de Canoinhas. O alto curso do rio Itajaí do Norte, onde o Morro do Taió está localizado, pertencia à região do Planalto de Canoinhas. Sendo as águas captadas para a calha do Itajaí, cujo nível de base está, atualmente, cerca de 1.000 metros abaixo do nível do planalto, a erosão intensificou-se em toda a região, baixando a altitude média de 400 metros aproximadamente, com excessão duma parte que resistiu aos processos erosivos. Novos ciclos de erosão aprofundaram os vales, mas a zona do Morro do Taió não cedeu à erosão, mantendo o antigo nível do planalto a que pertencera. Ele é, então um "morro testemunha", ou como querem os geógrafos americanos, um "nonadnock", ou ainda um "butte témoin" na expressão dos geógrafos franceses.

As lendas em torno do morro do Taió são antigas, e entre elas está a do cemitério de indígenas na chapada do cume da elevação.

Conheci a lenda principal narrada por colonos descendentes de imigrantes italianos. Em 1933 viajava eu em inspeção do serviço de

colonização no vale do alto rio Itajaí d'Oeste, quando avistei, ao longe, sobranceiro aos divisores de águas, o morro imponente. A viagem, feita a cavalo, prolongou-se por horas, tendo, sempre à direita, a massa do Taió. Um "italiano" que me acompanhava contou-me então:

— Dizem que naquele morro ha um tesouro enterrado por um fazendeiro de serra acima. Quando viemos para cá, eu e outros companheiros, ao todo 20 homens, decidimos descobrir o tesouro. Fomos bem armados, levando pás e picaretas. Chegando ao lugar em que dizem estar o tesouro, começamos a cavar. No princípio a cousa ia bem, estávamos alegres. Depois anoiteceu, mas continuamos com o trabalho, já então em silêncio. Foi quando ouvimos barulho de correntes de ferro que eram arrastadas e gemidos que faziam os cabelos ficar em pé. Largamos as ferramentas e disparamos morro abaixo, e somente no dia seguinte fomos buscar as pás e picaretas.

A lenda que naquela época tive oportunidade de colher, difere inteiramente da que corria nos séculos XVII e XVIII. Para os bandeirantes, o Taió era montanha aurífera. Quando, em 1689, Dias Velho, fundador de Florianópolis, foi assassinado pelos piratas que destruíram a povoação nascente, "mandaram chamar-o irmão de Dias Velho que andava mineirando pelo Taió" (15).

Souza e Faria, que abriu, em 1728, o caminho do planalto, confundiu o Morro da Igreja com o de Taió. A fascinação da lenda era tão forte que o pioneiro confessou ter tido vontade de socavar a montanha a procura de ouro, não o tendo feito em virtude da miséria que reinava entre seus homens (16).

Atualmente a população de origem italiana, que ocupa a região, transformou a lenda do morro aurífero em esconderijo de tesouro. O autor d'esse ato não é mais o jesuita, mas o fazendeiro, possuidor de gado e que habita o sertão. Entre os lavradores, é comum considerar-se o fazendeiro homem riquíssimo que esconde o dinheiro.

Nessas lendas há um fato que permanece constante: o Morro do Taió. O fascínio da montanha é um dos elementos que na interpretação da lenda não pode ser olvidado.

A SANTA CRUZ E O MORRO

✕ A influência do morro faz sentir-se, também, em Santa Catarina, no testemunho da fé cristã. A tradição, localizando o martírio de Jesus Cristo no Calvário, aponta o morro como local indicado para lembrar o sacrifício do Salvador. Não há, nesse particular, qualquer

(15) Oswaldo R. Cabral — Santa Catarina — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1937 — pág. 60.

(16) Notícias práticas, dadas ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria — in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 69 — Parte — pág. 238.

tentativa de aproximar a forma do monte que se escolhe à do sítio onde se realizou o drama divino. x

(A existência da cruz no alto do morro pode ser negada a qualidade de fato folclórico, por se encontrar ligada à religião.) Sucede, porém, que se deve considerar pertinente à esfera religiosa o que fôr da liturgia. Não há, pois, razão para se evitar o estudo de qualquer costume popular, toda vez que o objeto em vista se encontra ligado à religião.

x Na cidade de Florianópolis existe uma cruz no alto do morro do Antão. Na sua ereção, não é possível verificar, claramente, o que pertence ao domínio do povo, do que foi orientação dos sacerdotes. x O mesmo ocorre com diversas outras que se encontram em diferentes pontos do Estado.

Em 1944, trabalhando nas cabeceiras do rio do Cedro, no município de Timbó, permaneci por 2 meses em região isolada, habitada por cerca de 20 famílias de criadores e lavradores, que anos antes tinham vindo de Guarapuava, Estado do Paraná.

O rio do Cedro, afluente da margem esquerda do rio Itajaí-Açú, nasce no Planalto de Canoinhas, em ponto em que as águas derivam para as bacias do Iguaçu, Itajaí e Itapocu. O "divortium aquarum" entre as duas primeiras bacias é de pequena projeção vertical, elevando-se apenas 100 metros acima das áreas em que se realiza a erosão das duas bacias. Nele, contudo, estão os pontos mais altos da região, que dominam as elevações que a luta pela drenagem esculpiu no planalto, que se degrada pela erosão.

A população do alto rio Cedro não apresentava, em 1944, tendência a qualquer aglomeração. Oscilando entre os gêneros da vida pastoral e agrícola, o grupo ali estabelecido era de economia pouco desenvolvida, não lhe importando a perda de um dia ou dois para adquirir alguns gêneros no povoado mais próximo. O isolamento daquelas famílias se acentuava pela vizinhança, em que estavam, de colonos italianos alguns quilômetros abaixo, com quem poucos contatos mantinham.

A região do alto rio do Cedro é de mato denso, que vem sendo derrubado para dar lugar às pastagens. Entre os morros que sobressaem na região, ha um que foi inteiramente desmatado, estando agora cobertos por grama. No alto desse morro, foi erigida uma cruz, visível em toda área onde se espalham os componentes do grupo.

Para um observador pouco prevenido, a destruição da floresta naquela elevação se deve ao intento de levantar a cruz. O exame da área, a disposição das casas, e notadamente a diferença da época do desmatamento e da elevação da cruz, convenceram-me que a exigência de campo, para o gado, fez os moradores do alto do rio do Cedro substituir a vegetação florestal pelo pasto. Desnudo o morro, o pico sobressaiu a todos os demais da redondeza, levando a população a

ornar-lhe o cimo com a cruz do sacrificio divino. A bênção do sacerdote veio muito mais tarde, depois da cruz já estar fixada ha mais de ano.

Na ereção do símbolo sagrado da religião cristã, o fato que chama a atenção do pesquisador é a condição do morro ter o vértice proeminente, visível em toda a área habitada pelo grupo que a eleva. Este cume deve ser desmatado, para que a visão não seja perturbada pela vegetação.

O paralelo entre a situação da cruz no morro do alto do Cedro, e a de Florianópolis, é manifesta. Todas as condições preenchidas em um lugar encontram-se em outro. A espontaneidade da ereção por parte do grupo isolado evidencia, portanto, que estamos diante de uma atitude mantida pela população de origem portuguesa perante o morro, que deve ser interpretada com outros elementos, mas na qual o acidente geográfico ocupa lugar proeminente.

O ORATÓRIO E O MORRO

No Estado de Santa Catarina ocupa lugar notável, entre as construções de carater religioso, o oratório — pequeno edificio com um altar, dedicado a um santo em cumprimento de uma promessa. Ele é originário da zona de origem italiana, confundindo-se, às vezes, com a ermida de tradição portuguesa. Deve distinguir-se tais oratórios dos nichos — pequenos armários consagrados ao santo do culto do lar, ou pequena construção de alvenaria, incrustada na barranca da estrada ou levantada à margem do caminho (fig. 14, 15, 16).



Fig. 14

Oratório à margem da estrada (Município de Porto Belo)

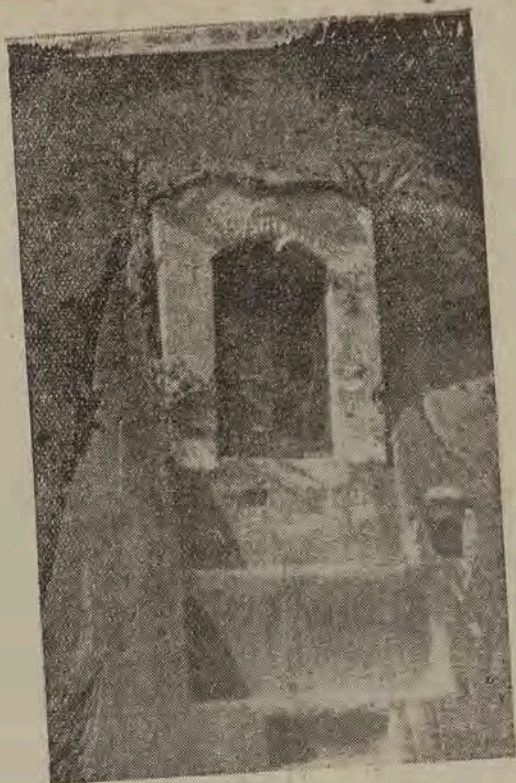


Fig. 15
Nicho incrustado no barranco da estrada (Município de Rodeio)

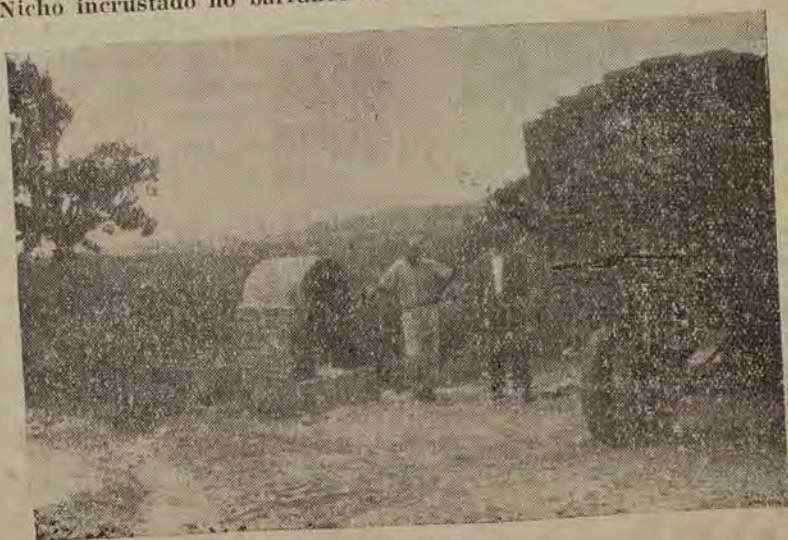


Fig. 16
Nicho à margem da estrada (Município do Rio do Sul)

O oratório é levantado frequentemente junto às rodovias. Outras vêzes, porém, é construído no alto dos morros quasi inacessíveis. Há, contudo, uma particularidade notavel, relativamente aos do segundo tipo: sômente nos últimos anos eles passaram a se tornar importantes na paisagem, surgindo com nova interpretação que o povo estende a todos de situação semelhante, sem procurar indagar se corresponde ou não à realidade (fig. 17).



Fig. 17

Morro de forma cônica, no cimo do qual foi construído um oratório (Município de Rio do Sul)

Nas imediações da vila de Apiuna (município de Indaial) encontra-se uma elevação de arenito duro de idade ordovinciana, na encosta do qual a vegetação é rala. O morro, em forma de pão de açúcar, é quasi inacessível. Não obstante os impecilhos à escalada, o cume dessa elevação foi escolhido para construção de um oratório.

Os promotores dessa obra foram um velho colono de origem italiana e seu filho. Este fôra alistado na Força Expedicionária, que lutara na Europa, na última guerra. O pai, ao ver o filho partir para os campos de batalha, fez a promessa ao santo de sua devoção: construir um oratório no alto do morro inacessível, se seu filho voltasse. E ambos, acabada a guerra, construíram a oratório branco que resalta na paisagem da região.

Na bacia do Itajaí há outro oratório semelhante, em zona de população de origem alemã, no lugar Serril (município de Rio do Sul). Às inquirições que fiz, responderam-me que o mesmo havia sido construído por um expedicionário que voltara da guerra. Sucede, porém, que em outra região, no município de Nova Trento, um forasteiro, apontando para um antigo santuário erigido do século XX,

garantiu-me que lá havia um oratório feito por um "pracinha". Compreendi que a falsa informação correspondia à nova tradição que atualmente se forma em Santa Catarina: o expedicionário é o construtor dos oratórios no alto das montanhas.

Os morros com seus oratórios assumem o caráter de locais de peregrinação. O seu construtor usa o acidente geográfico como local de sacrifício, através do qual obteve a graça que implorou ao santo tutelar. Esse tipo de devoção exige morros íngremes, de acesso difícil, no cume do qual a construção se torne verdadeiramente difícil, e cuja visita seja igualmente penosa.

A atração do morro isolado, poderosa, atrai a atenção do povo, que vai vendo, nos oratórios nele construídos, a promessa dos expedicionários que voltaram da Europa. O morro surge, uma vez mais, como elemento acessório na interpretação de um fato social.

GÊNEROS DE VIDA

Varagnac, propondo-se a estudar concorrentemente a evolução folclórica e a dos diversos gêneros de vida (17), abre, sem dúvida, novos horizontes à aplicação da Geografia no folclore. Vidal de La Blache dera, àquela sua teoria, enorme vigor. Alguns aspectos do estudo do homem em sociedade, aos quais não se imaginava a aplicação daquele conceito geográfico, o grande mestre da Geografia Humana o aplicava com extraordinária lucidez. Exemplo frisante se encontra em suas palavras relativas à raça: o gênero de vida, pela alimentação e os hábitos que implica, é uma causa que modifica e modela o ser humano (18).

Uma das principais aplicações, em geografia, da teoria do gênero de vida, consiste em revelar a origem de diversidades no processo de adaptação do homem ao ambiente. Tal adaptação, influenciada pelas condições físicas que variam de um lugar para outro, é dirigida pelas atividades que empolga o grupo humano de acordo com as condições ambientais. Não há dúvida, assim, que o gênero de vida pode manifestar-se com extraordinária força quando se trata da apreciação de variedades de um mesmo fato folclórico. Sendo ele o resultado da colaboração da natureza e do homem, forçosamente mostrará sua impressão nas tradições de grupos pertencentes à mesma cultura, mas sujeitos a ambientes diferentes, onde se entregam a gêneros de vida diversos.

Crispim Míra, em "Terra Catarinense", narrou o mito do boi-tatá.

(17) André Varagnac — Ob. cit. — pág. 116.

(18) P. Vidal de La Blache — Ob. cit. — pág. 116

O BOITATÁ

× “O que que é sômente aparece horas mortas da noite e ninguém ainda pode descobrir o que vem a ser esse terrível e sinistro monstro. No lugar em que ele surge ha de dar-se com toda a certeza, mais cedo o mais tarde, alguma grande desgraça. Quem o vir atravesse logo uma faca na boca, para livrar-se dos seus males”, ×

Após narrar as façanhas do boitátá, continua:

× “É grande como um touro, com patas como as dos gigantes e com um enorme olho bem no meio da testa, a brilhar, que nem um tição de fogo. Ninguém sabe onde seja o seu antro, nem de que se alimenta. O certo é que ora se mete pelo mar a dentro como um cavalo-marinho, ora vôa por cima das árvores como um fantástico passaro infernal. × A esse respeito não ha a menor dúvida. Os incrédulos têm pago caro a fanfarronice (19).

À lenda registrada no litoral opõe-se a que tomei no planalto.

Sucedeu trabalhar eu no município de Lajes, quando conheci F., caboclo de pele tostada, meio obeso, grialhão e alegre. Conversando na venda, falei em superstições, e F. exclamou:

— Não fale no que não entende. O senhor, que trabalha de noite no campo, deve cuidar-se. Eu por mim levaria sempre comigo uma faca, para defender-me do boitátá.

F. calou-se, procurando tratar doutro assunto. Eu, porém, queria saber mais a cerca daquele boitátá dos campos. Depois de muito eu insistir, o caboclo explicou:

— “Isto são couças de compadre com comadre. Quando fazem a cousa viram em duas bolas de fogo que saem pelo campo. Mete medo ve-las levantarem-se, chocarem-se e cairem no campo, espalhando fagulhas para todos os lados. E assim vão as duas condenadas pelo campo afora, perseguindo quem atravesse o seu caminho.

Para se livrar do boitátá só há um meio: abrir bem o laço, arrastando-o; em seguida atravessar uma faca na boca, segurando-a fortemente com os dentes. Pode ir, esporear o cavalo ou seguir a trote. Não há perigo. O boitátá vem largando faisca, mas quando encontra o laço, para e vai seguindo atrás. Cansado, vendo que o cavaleiro não arriou a faca, vai-se embora, as duas bolas pulando, chocando-se no ar e caindo no campo”.

Câmara Cascudo comenta que o boitátá catarinense difere de todos os demais que registrara. “A luz misteriosa já não mais é a cobra de fogo, mas um ser informe” (20).

Se se considerar a influência do gênero de vida da população onde se obtém o fato folclórico, essa diferença desaparece. Compa-

(19) Crispim Mira — Terra Catarinense — Tip., da Livraria Moderna — Florianópolis — 1920 — pág. 138 — 139.

(20) Luiz Câmara Cascudo — Geografia dos Mitos Brasileiros — Livraria José Olimpio Editora — Rio de Janeiro — 1947 — pág. 456.

rem-se as duas versões citadas, correntes no Estado de Santa Catarina.

Crispim Mira limitou-se ao folclore litorâneo. Nessa região dominam os gêneros de vida agrícola e o de pesca, com predominância dêsse último nas populações à beira-mar.

No boi-tátá do praiano, os elementos principais são:

1 — uso da faca para se defender do monstro;

2 — o fogo que salta, chegando a passar a altura das árvores.

A descrição das investidas do boitátá pelo mar a dentro, lembrando o cavalo marinho, denota a influência do ambiente, e, principalmente, da atividade do pescador.

No planalto, onde domina o gênero de vida pastoril, o boitátá apresenta os mesmos elementos essenciais, tais como o uso da faca na defesa e o fogo que salta. Ambos esses elementos são citados por Câmara Cascudo, que mostra a difusão do sentido sexual relativo aos amores proibidos de irmão e irmã, compadre e comadre (21).

O mito planaltino indica a influência do gênero de vida. O cavaleiro e o laço, aliás, são elementos acessórios, que localizam o ambiente, mas que pouco alteram a lenda.

A diferença essencial que denotam as duas versões consiste na indicação do fundo sexual (planalto) e a ausência do mesmo motivo na outra (litoral). Para quem aprofundar mais o sentido do mito, essa distância perde muito de sua significação.

O mergulho do cavalo marinho, na zona do mar, encontra, na psicanálise, significação sexual que um psicanalista saberá aproveitar. Da mesma forma o laço aberto do cavaleiro, que à primeira vista parece simples acessório sem importância. Os dous mitos na realidade não se opõem. Simplesmente apresentam variantes que dependem o gênero de vida de cada população onde é colhido.

A C A S A

A CASA RURAL

O material mais usado na habitação rural em Santa Catarina é a madeira. A floresta tropical que domina o litoral, e a mata de araucária do planalto, fornecem as essências necessárias à construção do abrigo.

Viajantes que visitaram Santa Catarina no século XV tram a utilização da floresta na construção. Contudo, não denunciavam o emprego da madeira, por que eram de outra cultura. Tomar-se, nessas condições, a madeira para a primitiva habitação levava

(21) Luiz da Câmara Cascudo

O BOITATÁ

× “O que que é sômente aparece horas mortas da noite e ninguém ainda pode descobrir o que vem a ser esse terrível e sinistro monstro. No lugar em que ele surge ha de dar-se com toda a certeza, mais cedo o mais tarde, alguma grande desgraça. Quem o vir acesse logo uma faca na boca, para livrar-se dos seus males”.×

Após narrar as façanhas do boi-tátá, continua:

× “É grande como um touro, com patas como as dos gigantes e com um enorme olho bem no meio da testa, a brilhar, que nem um tição de fogo. Ninguém sabe onde seja o seu antro, nem de que se alimenta. O certo é que ora se mete pelo mar a dentro como um cavalo-marinho, ora vôa por cima das árvores como um fantástico passaro infernal. A esse respeito não ha a menor dúvida. Os incrédulos têm pago caro a fanfarronice (19).

A lenda registrada no litoral opõe-se a que tomei no planalto.

Sucedeu trabalhar eu no município de Lajes, quando conheci F., caboclo de pele tostada, meio obeso, grialhão e alegre. Conversando na venda, falei em superstições, e F. exclamou:

— Não fale no que não entende. O senhor, que trabalha de noite no campo, deve cuidar-se. Eu por mim levaria sempre comigo uma faca, para defender-me do boitátá.

F. calou-se, procurando tratar doutro assunto. Eu, porém, queria saber mais a cerca daquele boitátá dos campos. Depois de muito eu insistir, o caboclo explicou:

— “Isto são couças de compadre com comadre. Quando fazem a cousa viram em duas bolas de fogo que saem pelo campo. Mete medo ve-las levantarem-se, chocarem-se e cairem no campo, espalhando fagulhas para todos os lados. E assim vão as duas condenadas pelo campo afora, perseguindo quem acesse o seu caminho.

Para se livrar do boitátá só há um meio: abrir bem o laço, arrastando-o; em seguida atravessar uma faca na boca, segurando-a fortemente com os dentes. Pode ir, esporear o cavalo ou seguir a trote. Não há perigo. O boitátá vem largando faísca, mas quando encontra o laço, para e vai seguindo atraz. Cansado, vendo que o cavaleiro não arriou a faca, vai-se embora, as duas bolas pulando, chocando-se no ar e caindo no campo”.

Câmara Cascudo comenta que o boitátá catarinense difere de todos os demais que registrara. “A luz misteriosa já não mais é a cobra de fogo, mas um ser informe” (20).

Se se considerar a influência do gênero de vida da população onde se obtém o fato folclórico, essa diferença desaparece. Compa-

(19) Crispim Mira — Terra Catarinense — Tip., da Livraria Moderna — Florianópolis — 1920 — pág. 138 — 139.

(20) Luiz Câmara Cascudo — Geografia dos Mitos Brasileiros — Livraria José Olimpio Editora — Rio de Janeiro — 1947 — pág. 458.

rem-se as duas versões citadas, correntes no Estado de Santa Catarina.

Crispim Mira limitou-se ao folclore litorâneo. Nessa região dominam os gêneros de vida agrícola e o de pesca, com predominância desse último nas populações à beira-mar.

No boitátá do praiano, os elementos principais são:

1 — uso da faca para se defender do monstro;

2 — o fogo que salta, chegando a passar a altura das árvores.

A descrição das investidas do boitátá pelo mar a dentro, lembrando o cavalo marinho, denota a influência do ambiente, e, principalmente, da atividade do pescador.

No planalto, onde domina o gênero de vida pastoril, o boitátá apresenta os mesmos elementos essenciais, tais como o uso da faca na defesa e o fogo que salta. Ambos esses elementos são citados por Câmara Cascudo, que mostra a difusão do sentido sexual relativo aos amores proibidos de irmão e irmã, compadre e comadre (21).

O mito planaltino indica a influência do gênero de vida. O cavaleiro e o laço, aliás, são elementos acessórios, que localizam o ambiente, mas que pouco alteram a lenda.

A diferença essencial que denotam as duas versões consiste na indicação do fundo sexual (planalto) e a ausência do mesmo motivo na outra (litoral). Para quem aprofundar mais o sentido do mito, essa distância perde muito de sua significação.

O mergulho do cavalo marinho, na zona do mar, encontra, na psicanálise, significação sexual que um psicanalista saberá aproveitar. Da mesma forma o laço aberto do cavaleiro, que à primeira vista parece simples acessório sem importância. Os dois mitos na realidade não se opõem. Simplesmente apresentam variantes que dependem o gênero de vida de cada população onde é colhido.

A C A S A

A CASA RURAL

O material mais usado na habitação rural em Santa Catarina é a madeira. A floresta tropical que domina o litoral, e a mata de araucária do planalto, fornecem as essências necessárias à construção do abrigo.

Viajantes que visitaram Santa Catarina no século XXVII, registram a utilização da floresta na construção da casa. Tais recursos, contudo, não denunciavam o emprego de técnica de beneficiamento de madeira, por que eram de pau a pique, cobertas de palha. Pode tomar-se, nessas condições, o tipo da fig. 18 como se aproximando da primitiva habitação levantada no território catarinense. As linhas

(21) Luiz da Câmara Cascudo — Ob. cit. — pág. 164.



Fig. 18
Casa de pau-a-pique, coberta de palha (Município de Turvo)

essenciais dessa construção toseca forneceram, certamente, o tipo da casa encontrada no litoral catarinense. O confronto entre os diversos tipos mostra tal relação.

A casa de barro, coberta de palha com armação de taquara, existente no município de Araranguá, conserva todos os caracteres da anterior. A cobertura de telha de barro cosido denota melhoramento do mesmo tipo, com abrandamento da inclinação do telhado, permitido pelo material empregado na cobertura (fig. 19, 20). Vê-se que em todos os três edifícios o plano é rigorosamente o mesmo, diferindo somente no fato de, na primeira, a cosinha estar na parte dianteira e o dormitório no puxado aos fundos, enquanto nas demais sucede o contrário. Evidentemente a figura representa um estagio provisório na construção, que poderá ser terminada com paredes de pau a pique ou de barro..

A casa de oitão, apresentada pelas figs. 19,20 deve ter sido o tipo fundamental em Santa Catarina. Não ha documentário a respeito, mas toda vez que o descendente de vicentista ou de açoriano constrói um edifício rudimentar, recorre a êsse modelo. Somente quando levanta o prédio definitivo, em maiores recursos materiais, usa outros tipos. A variante do que apomos constituir a casa original, é a de bẽirado, construída toda a vez que se exige maiores dimensões do corpo central (fig. 21). A análise dêsse edificio fez supor que êle provenha da imitação da casa urbana. Dentro da cidade portuguesa, de blocos cerrados, a casa de oitão impossível de ser levantada.



Fig. 19
Casa coberta de taboinha (Município de Palhoça)



Fig. 20
Casa de barro, coberta de telhas (Município de Palhoça)

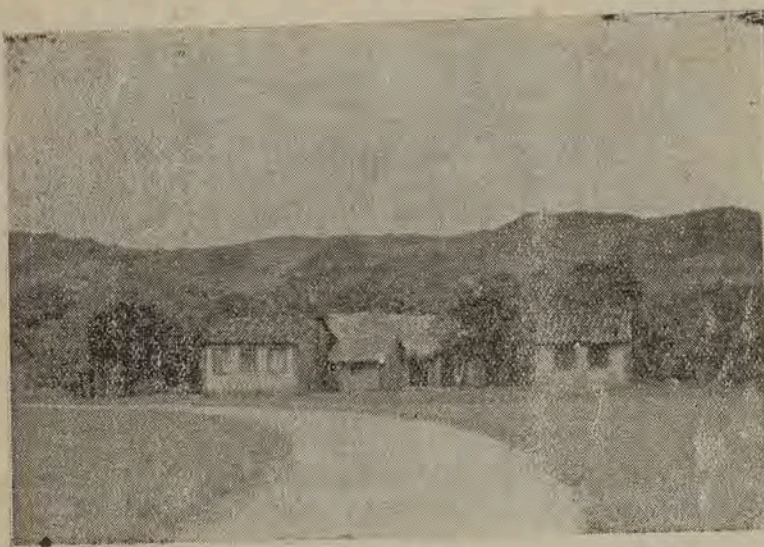


Fig. 21
Casas de beirado (Município de Palhoça)

Passando a fachada lateral a constituir a frente, as cumieiras se podem unir em longo correr de casas. Exemplo frisante é verificado na vila de Garopaba (Município de Palhoça) antiga sede da famosa armação de pesca de baleia. As casas construídas no início do século XIX (fig. 22) apresentam essa disposição, imitada, em geral, casas isoladas.

A casa de oitão e a de beirado tornaram-se, no litoral catarinense, os tipos predominantes, dentro dos quais se tem mantido a casa rural de toda a região. Atualmente a imitação da construção urbana vem levando os agricultores a imitar o "bungalow", mas não obstante os modelos que a cidade fornece, é fácil reconhecer-se, nessas tentativas, a permanência dos modelos tradicionais.

No Planalto de Lajes, região habitada por descendentes de paulistas que lá se estabeleceram no século XVIII, não é possível encontrar-se indicação do edifício primitivo. O prédio rudimentar provisório que se encontra é o de taquara trançada, com cobertura em oitão. Contudo, o tipo mais antigo nas construções definitivas que aparece é a casa de tacanica, com telhado de quatro águas, já usando a madeira serrada na elevação das paredes (fig. 23). O emprego das taboinhas na cobertura faz desaparecer inteiramente as casas forradas de palha.

A introdução de imigrantes europeus, no século XIX, veio alterar profundamente o tipo de construção em Santa Catarina. Os primeiros imigrantes, vindo encontrar um grupo já adaptado ao ambien-



Fig. 22
Casas construídas na vila de Garopaba (Município de Palhoça) no
princípio do século XIX



Fig. 23
Casa de tacaniça (Município de Lajes)

te, que empregava material de construção estável, usou desde logo a casa do lavrador do litoral, a que alterou somente a inclinação do telhado. Isto sucedeu nas colônias São Pedro de Alcântara, Angelina e Terezópolis, núcleos estabelecidos na área fronteira à ilha de Santa Catarina. A casa típica dessas colônias (fig. 2) é a mesma do açoriano, em que os descendentes de alemães empregam a armação de madeira, completando com tijolos as paredes. É uma adaptação da casa de enxamel, ao modelo que encontravam na região. O plano dessas habitações permanece o mesmo, mudando somente em relação ao número de prédios que formam a casa. Quando o lavrador contrai núpcias, levanta um pequeno edifício. À medida que progride, constroem novos prédios que se ligam entre si, reservando-se para levantar o melhor quando, na idade madura, está em boas condições financeiras.

Os descendentes dos imigrantes das antigas colônias, substituindo os antigos prédios por outros mais modernos, introduziram alterações substanciais no antigo, que tinham recebido dos descendentes de açorianos. Quando conservam a casa de beirado, aumentam o ponto do telhado (fig. 25) para permitir o uso do sótão. Geralmente ornaram o beirado de recortes de madeira, com desenhos variadíssimos (figs. 26 e 27). Outras vezes ornaram a fachada com cimbalha e recortes que imitam os usados na madeira (fig. 28). A alteração mais importante no aspecto externo, contudo, consiste na introdução de suportes de madeira no beirado (fig. 29).

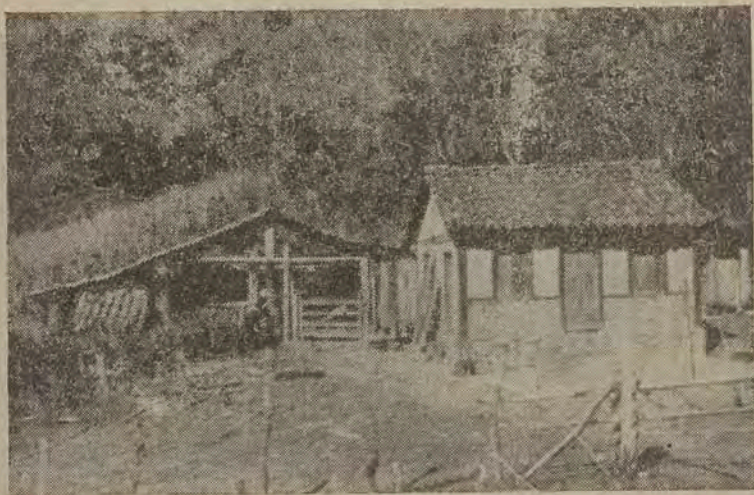


Fig. 24
Casa de lavrador descendente de imigrantes alemães
(Município de São José)



Fig. 25
Casa de beirado com sótão (Município de Palhoça)



Fig. 26
Casa de beirado com ornamentos de madeira recortada
(Município de Palhoça)

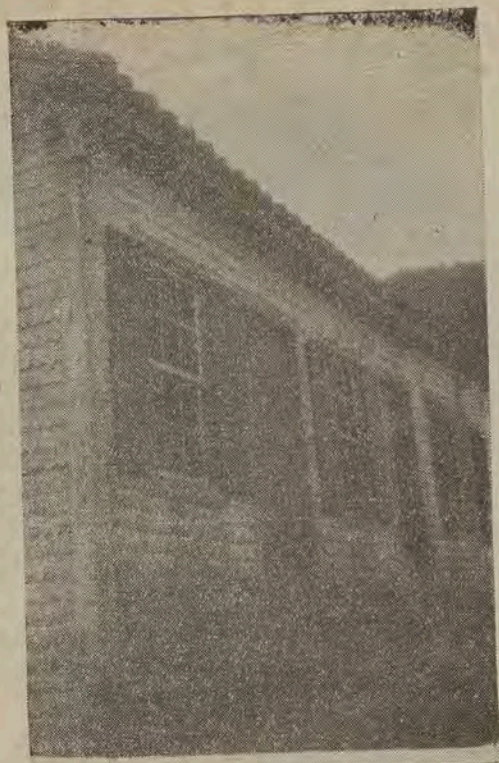


Fig. 27

Casa de beirado, construída de barro com revestimento de taboinhas, ornamentada com recortes de madeira (Município de Bom Retiro)



Fig. 28

Casa de beirado com cimbalha e enfeites que imitam os de madeira (Município de Palhoça)

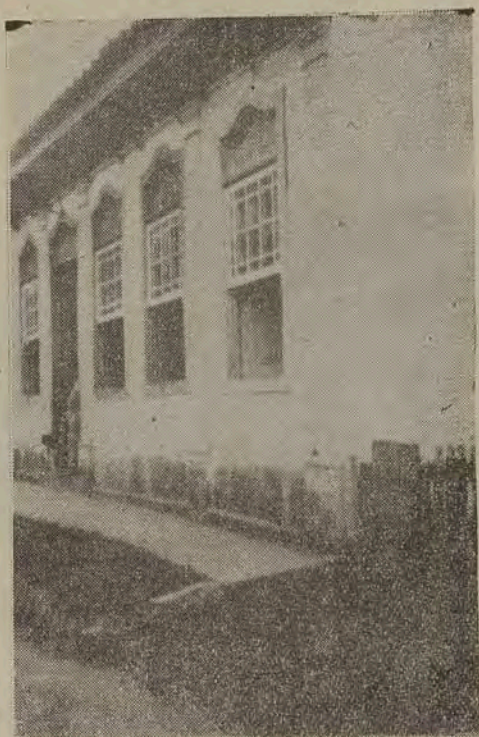


Fig. 29
Casa de beirado, com ornamentação de recortes de madeira e suportes (Município de São José)

A introdução de novos tipos de prédios, por parte da população de origem alemã, ainda na região de expansão dos antigos núcleos fronteirais a Florianópolis, é considerável. Em geral, esses modelos podem resumir-se aos seguintes, nos quais são fartos os adornos de madeira recortada:

- 1 — imitação da casa urbana, (fig. 30);
- 2 — uso da varanda, (fig. 31);
- 3 — casas de dois pavimentos, com telhado de ângulo agudo (fig. 32 e 33);
- 4 — casas com colunas (fig. 34).

Na região da antiga colônia Blumenau, e, em geral, em toda a bacia do Itajaí, o "bungalow" de imitação urbana vem dominando o tipo mais antigo (fig. 35). Esse fato denota elevado nível econômico e, principalmente, intenso contato com a cidade.

O material de construção mais usado na região ligada a Blumenau é o tijolo. Os tipos que apresenta são variadíssimos, por influên-

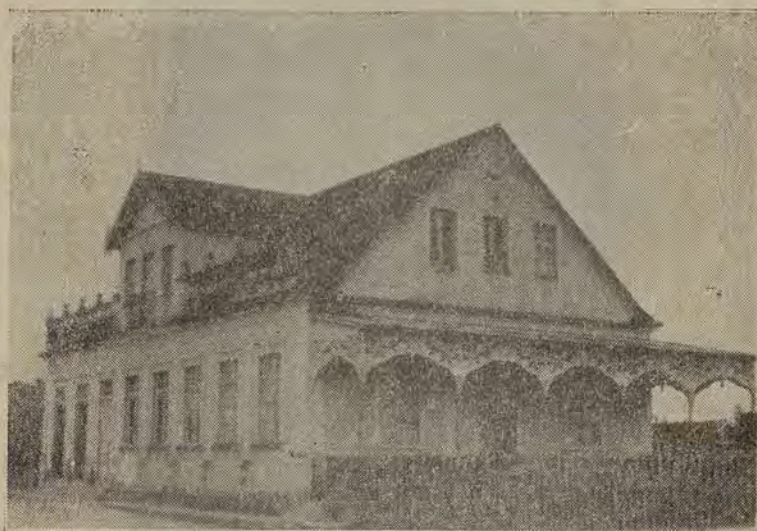


Fig. 30
Casa que imita o tipo urbano, com profusa ornamentação de
madeira (Município de Palhoça)



Fig. 31
Casa de varanda (Município de Palhoça)



Fig. 32
Casa de dous pavimentos (Município de Bom Retiro)



Fig. 33
Casa de dous pavimentos (Município de Bom Retiro)

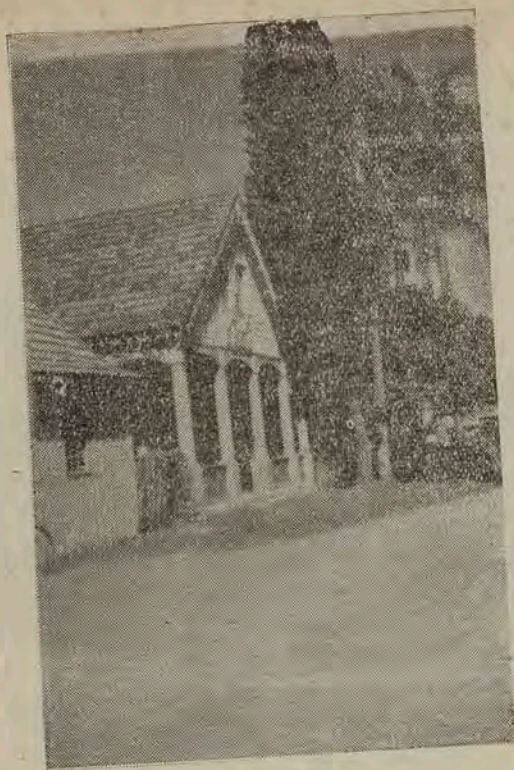


Fig. 34
Casa com colunas, e farta ornamentação de madeira recortada
(Município de Palhoça)



Fig. 35
Casa de tipo urbano que vem sendo introduzido na zona rural da
Bacia do Itajaí (Município de Rio de Sul)

cia dos núcleos urbanos. Contudo, merece seja ressaltado, por sua difusão, o tipo enxamel, que se apresenta com beirado (fig. 36) varanda (fig. 37) ou dois pavimentos, profusamente ornamentado (fig. 38), além de outros tipos de alvenaria de tijolos (fig. 39) e de madeira (fig. 40).



Fig. 36
Casa de enxamel. Notar o acréscimo do beirado
(Município de Blumenau)



Fig. 37
Casa de enxamel, com varanda (Município de Blumenau)



Fig. 38

Casa de enxamel, profusamente ornamentada, com recortes de madeira (Município de Rio do Sul)



Fig. 39

Casa de tijolos (Município de Blumenau)

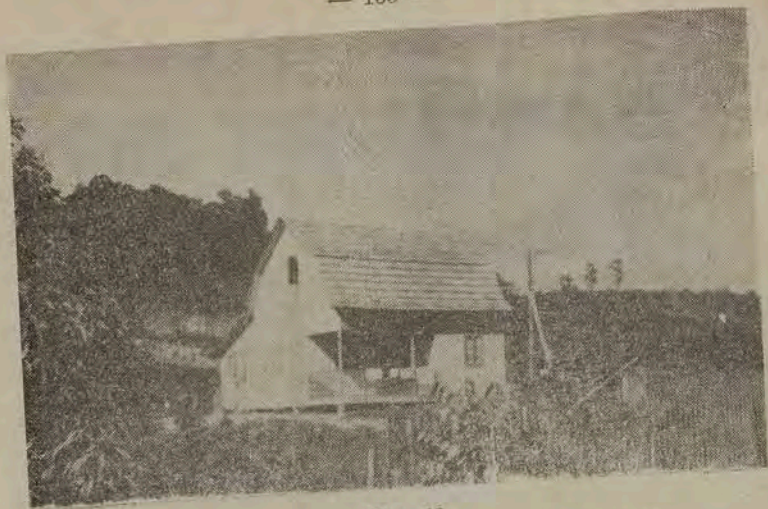


Fig. 40
Casa de madeira (Município de Rio do Sul)

Os italianos pouca alteração fizeram no edifício que receberam. Foram, aliás, os únicos que levaram, para a zona rural, o sobrado urbano (fig. 41). Na bacia do Itajaí, os descendentes de italianos usam as construções de colunas. Raramente esses agricultores ornamentam suas habitações com recortes de madeira. Onde esse último tipo se apresenta com mais frequência é na zona dos Municípios de Nova

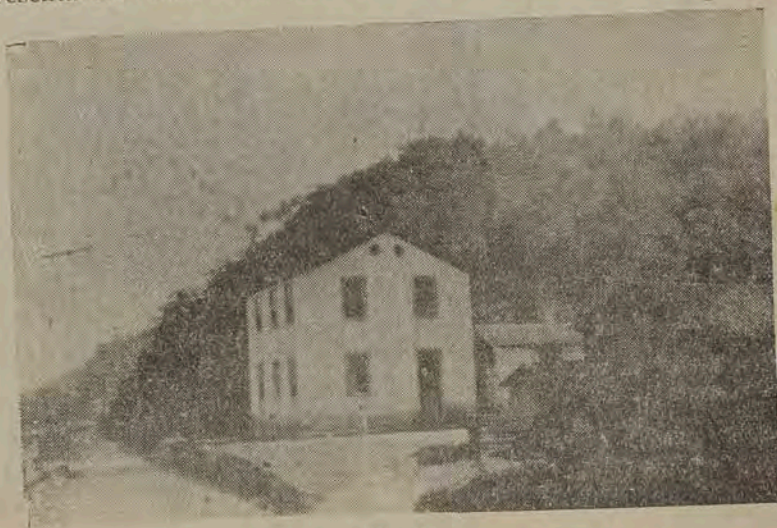


Fig. 41
Sobrado na zona rural do Município de Nova-Trento

Trento (fig. 42) e Tijucas. Dêste último município passa-se para a parte povoada por descendentes de alemães, sem se notar, quasi, alteração no tipo das casas, tal a generalização da ornamentação de madeira. (Fig. 43).



Fig. 42

Casa com ornamentação de madeira recortada, em Nova-Trento

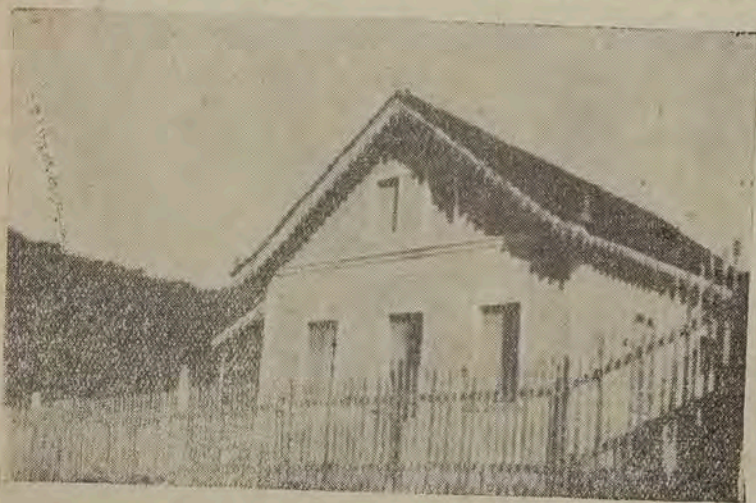


Fig. 43

Casa com adornos de madeira recortada no vale do rio Tijucas Grande (Município de Tijucas)

No Planalto de Canoinhas os descendentes de polacos e ucranianos também criaram variedades no tipo da casa. Os edifícios de dois



Fig. 44

Casa de dois pavimentos na área da antiga Colonia Lucena
(Município de Itaiópolis)



Fig. 45

Casa de um pavimento com esteios que são típicos da área da antiga
Colonia Lucena (Município de Itaiópolis)

pavimentos são ricamente decorados com recortes de madeira (fig. 44), enquanto os de um pavimento mantêm-se dentro do modelo do prédio de varanda, a que acrescentam esteios de feição que somente nessa área são encontrados (fig. 45).

Retornando ao planalto de Lajes, o confronto dos tipos atualmente existentes na região, com os que se usam no litoral, denota a forte influência que ali a arquitetura sofreu dos imigrantes europeus. A casa de tacanica está desaparecendo, generalizando-se o edifício com oitão lateral (fig. 46). É, sobretudo, nas fazendas de criação que se evidencia a influência alienígena. Os fazendeiros, não obstante seu caráter conservador, abandonaram suas construções típicas para adotarem as que se vêem nas regiões povoadas por descendentes de imigrantes alemães (fig. 47).



Fig. 46

Casa com sotão, que domina atualmente no planalto de Lajes
(Município de Curitiba)

A vastidão do assunto relativo a habitação não permite que, em trabalho de caráter geral, se trate das minúcias que o mesmo comporta. Geralmente o plano de todos os edifícios enumerados mantém, aproximadamente, as mesmas características dos que se encontram no litoral. Estudos cuidadosos revelarão, certamente, particularidades que interessem especificamente ao folclorista.

O problema da orientação do prédio é um dos mais importantes. Quasi todos que levantam um edifício procuram fazer frente para a estrada. Contudo encontrei, certa vez, uma casa, no Município de São Joaquim, cujos fundos entestavam com a estrada. A razão estava no fato do proprietário crer que os raios do sol nascente devem bater na frente da casa, para que haja felicidade no lar. Esse fato não pode



Fig. 47
Fazenda de criação no Município de Curitiba

ser generalizado, porque jamais encontrei outro semelhante. Um prédio no município de Lajes, a que quis aplicar a mesma interpretação, por estar de lado em relação à estrada, havia sido construído daquela forma para ter a cumieira no sentido N-S, afim de permitir que os raios solares batessem igualmente nas duas abas da cobertura, para que essas resistissem melhor à intempérie.

O estudo geográfico da habitação, registrando o aspéto que esta imprime na paisagem, fornece, sem dúvida alguma, elemento de importância ao folclorista. A parte geográfica, que marca a função do prédio e suas relações minuciosas com o ambiente, não terão aplicação nessa secção dos estudos sociais.

CONCLUSÃO

Geografia e folclore, como ciências do homem que são, interpenetram-se freqüentemente, podendo cada uma constituir disciplina auxiliar na interpretação dos fatos que a outra estuda.

O VENTO SUL — A relação entre o vento sul e a aproximação do mau tempo (litoral) ou do tempo limpo (planalto) difere consideravelmente da que apresentam as fazes da lua. A atitude do homem denota essa diversidade. Quando sobrevem o vento sul, êle prepara-se para o tempo que sabe vir a dominar, nas fazes da lua, êle cita os ditados referentes ao bom ou mau tempo, mas nenhuma providência toma. Existe, aí, a diferença que se acusa entre "sinal" e "símbolo".

O homem que observa os efeitos do vento sul observou cuidadosamente suas relações com a chuva. Não há, nas suas providências, qualquer superstição, porque o vento "é" sinal do tempo que o seguirá. O geógrafo poderá comprovar o grau de precisão dessa observação, e verificar que não está ante um fato folclórico, mas ante a reação normal a um fenômeno físico.

A consideração da lua age de forma diferente. O satélite da Terra, com suas fazes, tornou-se um "símbolo" para o homem. Nas sociedades primitivas ela está associada à religião, e nas sociedades modernas o seu poder não se exgotou. O simplismo popular, que atribui à lua o tempo que procura conhecer quando "olha o céu", é condicionado pelo simbolismo que vê na lua a "mulher, a geradora da vida", e também do bom e do mau tempo.

O SERÃO — Entre os fatos geográficos de uma região, está a adaptação da casa ao ambiente físico. A conservação do calor é, sem dúvida, o problema mais importante que o homem procura dominar nos climas frios, de relevância maior que nos climas quentes a defesa contra o calor.

O estudo geográfico de uma região, mostrando as relações entre o homem e o ambiente, põe em relevo a existência, ou a ausência do serão em virtude da temperatura, e como consequência do equipamento da casa em relação às temperaturas mais baixas. A geografia evidencia, assim as condições propícias à difusão do folclore.

AS PONTES COBERTAS — Há obras humanas cuja confecção por técnicos parece escapar, inteiramente, ao domínio da tradição, tal como sucede com a construção das pontes. Não obstante os técnicos atribuírem inúmeras vantagens às coberturas das pontes, o estudo comparativo dessas obras denota que a justificativa encontrada é simplesmente a racionalização de motivos tradicionais.

O método geográfico de correlações é, por conseguinte, de grandes vantagens para evidenciar os fatos folclóricos.

O NEVOEIRO DA SERRA — As crendices ligadas ao nevoeiro da serra têm suas razões históricas. O processo de povoamento da região, onde uma sociedade substituiu violentamente outra, justificam a lenda, pois que os selvagens caingangs aproveitavam-se da cerração para atacarem os inimigos.

O aldeamento dos indígenas, se pacificou a região, não socegou a mente dos seus habitantes. O nevoeiro passou a constituir o símbolo da agressão de inimigos sorrateiros. Jamais vi um morador da região tomar precauções contra possíveis ataques durante o nevoeiro. É sorrindo, incrédulo, que fala no mistério do nevoeiro.

OS MORROS DA IGREJA E DO TAIÓ — O morro isolado mostra-se preenche de sugestões. O bandeirante que percorria imenso território a procura de ouro, anotava os marcos que observava em sua rota, e entre esses dominavam os morros. Na época em que os homens procuravam extrair o precioso minério, êsses acidentes, quando longínquos, tornavam-se indicação de veios inexgotáveis; nos tempos atuais, perdida essa tradição, o símbolo permanece, mais acessível e coerente com o gênero de vida de cada grupo: nesses morros há dinheiro enterrado. Os criadores do planalto identificam no jesuíta o proprietário do tesouro; os lavradores apontam os criadores como os indivíduos que esconderam grandes fortunas.

A CRUZ E O ORATÓRIO NOS MORROS — O valor simbólico da Cruz é um fato religioso. O morro sobre o qual ela se eleva adquire nova significação para o grupo que a erigiu. Os homens sentem-se unidos ao símbolo quando podem vê-lo de todos os pontos do seu habitat, devendo, pois, o acidente físico satisfazer determinadas condições.

Significação diversa possui o oratório na montanha. Quem constrói procura alcançar graças do santo padroeiro a quem o dedica. E a obtenção de graças pelo sacrifício se prende à dificuldade de alcançar o cimo quasi inacessível das elevações.

Há, ligado à construção dos oratórios, outro fenômeno que encontra sua significação profunda quando comparada com a elevação da Cruz. Enquanto esta ultima é o resultado de uma ação coletiva, aquela é obra pessoal. Um homem só o constrói, ou talvez dous. O morro de vertentes abruptas, a cavaleiro de toda a região, eleva a obra com que o homem cumpre sua promessa; com sua obra, entretanto, eleva-se igualmente o "egó" de quem a executou.

GÊNERO DE VIDA — Fato geográfico de extraordinária força para interpretação dos fenômenos das relações entre o homem e o ambiente físico, o gênero de vida exerce influência notável sobre o mito. Este tem nascimento no mundo em que vive o grupo que o cria, e o elemento simbolizado pertence a êsse ambiente. A ligação mais facil será, pois, através dos elementos que se unem ao gênero de vida. Isto vemos no boi-tátá do praiano catarinense. Se o homem do planalto diz com antecedência ser o boi-tátá cousa de compadre com comadre, o do litoral corre sobre o fundo sexual o símbolo do monstro que mergulha no mar. O tema dos amores proibidos permanece o mesmo, como o mesmo elemento da natureza, o fogo, simboliza tais amores.

A CASA — Na diversidade dos tipos de habitação anotados em Santa Catarina, sobressai a oposição entre os modelos fundamentais

criados pela população de origem portuguesa, e os que surgiram nas regiões de colonização europeia. Essa oposição manifesta-se, sobretudo, na ornamentação. Os portugueses, não procedendo de regiões florestais não nas usaram; o mesmo sucedeu com os italianos, entre os que somente os sardos e os das zonas próximas do Tirol empregam os recortes de madeira na habitação.

A diferença de métodos de estudo da casa, entre a geografia e as demais ciências do homem, torna difícil a contribuição do geógrafo nas pesquisas folclóricas. Mas a fisionomia dos edifícios, que personifica o aspecto de uma paisagem, é, sem dúvida, um elemento que provém de forças sociais. A comprovação dêsse fato se obtém em Santa Catarina, da consideração dos tipos de habitação na zona de expansão das populações dos antigos núcleos fronteiros à ilha de Santa Catarina. A população que, isolada da sociedade de que fizera parte, e sujeita ao contacto com os descendentes de açorianos, adotava a casa por êstes usada, alterou-a profundamente nas gerações que a sucederam, introduzindo motivos ornamentais e estilos até então desconhecidos. Evidentemente a chegada de novos imigrantes teve influência nessa evolução. Contudo a aceitação do grupo, a essas introduções, é o processo decisivo na modificação da paisagem.

CONCLUSÃO — A geografia relaciona-se com o Folclore como disciplina auxiliar de interpretação e pesquisa. Não fará trabalho científico quem pretenda subordinar uma ciência à outra, confundindo campos distintos da atividade humana.

Nos casos estudados, diversas relações foram apontadas:

uso dos conhecimentos de geografia física para descobrir o que tem raízes em observações acuradas da natureza, e a que à primeira vista surge ao observador como simples superstição (vento sul seguido pela chuva no litoral, e pelo bom tempo no planalto em Santa Catarina);

estudo da geografia do povoamento, que fornece elementos para interpretação de lendas locais (nevoeiro da serra, que no passado favorecia a agressão dos selvagens, e que atualmente ampara a lenda de criaturas misteriosas que correm os campos protegidos pela névoa densa);

o estudo geográfico do clima, com uma influência sobre o homem, põe em relêvo as possibilidades de contactos sociais úteis à difusão do folclore (o serão, feito em torno do fogo no chão, entre convivas que se sentam em pequenos bancos, fato que só por si é de interesse para o folclorista);

estudo comparativo de fatos de geografia humana, capazes de ressaltar o fundamento tradicional de fatos observados (a ponte coberta, assim construída em função da tradição alemã dos primeiros construtores);

estudo geográfico do relêvo, que denuncia a forma dos morros unidos às lendas (morro da Igreja, morro do Taió, morro da Cruz, e de oratórios);

estudo dos gêneros de vida, capaz de evidenciar as semelhanças entre fatos folclóricos que acusam diferenças motivadas pela simbolização ligada às atividades dos grupos sociais (o boi-tátá do praiano e o do homem do planalto catarinense);

estudo das habitações, em função dos gêneros de vida e da geografia do povoamento, de maneira a ressaltar os elementos tradicionais a estudar no aspecto externo dos edifícios rurais (a ornamentação com recortes de madeira, que apresentam as casas rurais em Santa Catarina).

Em todos os fatos enumerados, o papel auxiliar da geografia é de extrema importância. O folclore, como fato social que é, somente por fatos sociais pode ser explicado, mas sempre o estudo geográfico, que caracteriza o ambiente físico, exerce influência que deve ser tomada em consideração.

*

* *

"GEOGRAFIA E FOLCLORE" — Trabalho de Victor A. Peluso Júnior, da Comissão Catarinense de Folclore, apresentado ao I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

Parecer do Relator: Antônio Osmar Gomes

Trata-se de um estudo bem documentado, em que o Autor desenvolveu vários temas de tradição regional, geograficamente ligados ao Estado de Santa Catarina.

Os fatos registrados ora se ligam a fenômenos da natureza propriamente dita, ora dizem respeito ao homem e à sociedade, através de seus costumes, seu modo de vida e suas crenças, formando um conjunto interessante de pesquisas, tanto sob o ponto de vista sociológico como sob seu aspecto folclórico.

Dêsse material se aproveitou com inteligência e alguma erudição o Autor, para formular conclusões aceitáveis, de certo modo, embora sem aquele rigorismo manifestado no trabalho em apreço, isto é, de subordinar tão imediatamente a ciência folclórica à ciência geográ-

fica, como se outras subordinações mais importantes e mais imediatas não houvesse no caso.

Sou de parecer que o trabalho merece a aprovação do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore e que se transmita ao seu ilustre Autor os aplausos que êle bem merece.

a) **Antônio Osmar Gomes**

Da Comissão Nacional de Folclore

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1951.

Temos a certeza de que V. S. gostou dêste número do nosso Boletim.

Já pensou V. S. no trabalho que se teve para fazê-lo?

Contribua, então, para que o nosso próximo número não seja inferior a êste.

O espaço não deve ser apenas de dois ou três. Colabore. Ajude.

Lembre-se que isto custa a fazer e é distribuído gratuitamente.

Unicamente para servir a Santa Catarina e ao Brasil.

O seu esforço será patriótico, em nos ajudando.

Ou a sua indiferença vai ao ponto de não se importar que esta publicação desapareça?

FANDANGOS E RATOEIRAS

Walter F. Piazza

Aos caríssimos amigos

DANTE DE LAYTANO
LUIZ CARLOS LESSA
OLYNTHO SANMARTIN
WALTER SPALDING

Expressões eloqüentes da pujança intelectual da Terra Gaúcha.

*

* *

FANDANGOS

AS SUAS ORIGENS

As nossas maiores autoridades em música popular são pela afirmativa da procedência espanhola (1), e consignando a influência ára-

(1) Renato Almeida — "História da Música Brasileira", 2ª. ed., F. Briguiet & Cia., Rio, 1942, pág. 15.
Oneyda Alvarenga — "Música popular brasileira", ed. Livraria Globo, Porto-Alegre, 1950, pág. 173.

be, no fandango, quando da permanência dos mouros na Península Ibérica (2).

Entretanto, quanto à origem da palavra há quem, com grandes méritos, oponha restrições, como se pôde depreender pela leitura simples do trecho que se segue:

"Fandango — O fandango, segundo os modernos dicionários, é dança popular brasileira (do Sul) e platina... Temos dúvidas quanto à origem, que nos parece africana, de **candango**, nome com que os pretos denominavam os portugueses, segundo Renato Mendonça, que acrescenta: "No reino da Jinga, os portugueses chamam-se kandungu". É bem provável que aos bailes dos brancos os pretos denominassem "bailes de candango" o que ouviu pelos platinos, ou pelos próprios portugueses passou a termo geral com a alteração da letra inicial, para designar os bailes dos brancos, em geral, e mais tarde, os bailes populares. Ou talvez êstes desde o início. Os platinos desconhecem, em absoluto, a origem da palavra fandango que nossos vocabularistas teimam em dizer castelhana" (3).

E, as opiniões se desencontram...
Outro autor gaúcho assim a define:

"Dansa popular portuguesa, alegre e com música correspondente, que, transplantada para o Rio Grande, pelos reinóis ou açorianos aqui se arraigou, tomando feições características ao nosso meio" (4):

No entanto, perdura a insolubilidade da origem dessa dança "de classe social inferior" (5).

*

* *

AS SUAS MODALIDADES

No sul do Brasil, onde, ainda, se encontram resquícios do verdadeiro fandango anotamos várias modalidades que, adiante, analisaremos.

Nos folcloristas do norte do país não encontramos qualquer anotação a respeito dessa dança popular, a não ser no seguinte trecho do "Folk-lore pernambucano":

(2) Renato Almeida — op. cit., pág. 173.

(3) Walter Spalding — "Anotações a Coleção de Vocábulo, etc.", de Antônio Álvares Pereira Coruja, in Revista "Província de São Pedro", n. 9, Porto Alegre, pág. 139.

(4) Luiz Carlos Moraes — "Vocabulário Sul-Riograndense", ed. Globo, 1935, págs. 100 e 101.

(5) Felix Colluccio — "Dicionário Folclórico Argentino", ed. El Ateneo, Buenos Aires, 1948, verbete: Fandango.

"O FANDANGO ou folgança dos marujos, como chama Sílvio Romero representa-se com um batalhão de rapazes vestidos à maruja, que conduzem um naviozinho" (6).

É, como vemos, semelhante ou parte da "Nau Catarineta" e, bem diferente, portanto, do nosso fandango.

Entretanto, se nos apresentam, os vários autores que têm tratado do assunto, variações as mais diversas e sob nomes vários.

Temos, assim, quero-mana, tirana, tatú, serrana, retorcida, caranguejo, meia-canha, sarrahalho ou cerra-baile, balaio, galinha morta, sabão, cará, xará, bambaquerê ou dansa de bambá, benzinho, benzinho-amor, anú, chico-puchado, feliz-amor, feliz-meu bem, ribada, pega-fogo, salú, pinheiro, pagaré, recortado, candieiro, chico-de-roda, nhô-chico e dandão, nos aponta erudita estudiosa da nossa música popular (7).

Acontece, porém, que, nem tôdas as modalidades citadas são conhecidas ou foram, no Rio Grande de São Pedro, conforme constatamos em nossas buscas bibliográficas e em nossas indagações com estudiosos dos habitualismos dos pampas sulinos.

Alguns registram o caranguejo — "dansa antiga no Rio Grande, talvez de origem açoreana. Dansava-se, fazendo uma roda e os pares batiam palmas e depois com o pé direito, colocando-se os cavaleiros em frente às suas damas" (8) —; a chimarrita, a meia-canha e o balaio (9).

E, como se constata a grande área do **Fandango** tem sido o Rio Grande do Sul, apesar de sabermos de sua existência em nossa orla litorânea (Santa Catarina).

*

* *

A SUA COREOGRAFIA

Em cada modalidade de **fandango**, assinalamos novas características em sua coreografia, o que a faz ter grande zona de influência.

Assim de suas modalidades vejamos o **caranguejo**.

"Dansava-se, fazendo-se uma roda e os pares batiam palmas e depois com o pé direito, colocando-se os cavaleiros em frente às suas damas. Ainda se ouve em certos pontos do Estado alguns dos seus versos:

(6) F. A. Pereira da Costa — "Folk-lore Pernambucano", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXX, pág. 244.

(7) Oneida Alvarenga — op. cit., pág. 173.

(8) Luiz Carlos Moraes — op. cit., pág. 62.

(9) Albino Coutinho — "A Estância e as cartas", ed. Globo, 1935, pág. 78 (informação de Luiz Carlos Lessa).

“Caranguejo não é peixe,
Caranguejo peixe é,
— Caranguejo só é peixe
Na enchente da maré”. (10)

A **chimarrita**, também, nossa conhecida da orla litorânea catari-nense, é anotada da seguinte forma no Rio Grande:

“Dansa antiga acompanhada de canto e viola, da qual ainda exist-tem esparsos alguns interessantes versos:

“Chimarrita no seu tempo,
Já muito potro domou;
Agora quer um
Nenhum rodilhudo achou”. (11)

Da meia-canha temos êste depoimento:

“Levantava-se um moço com um lenço na mão, dava com êste um sinal a uma moça e ela saía também com um lenço na mão; esta dava o mesmo sinal a um moço e êste saía, repetindo-se isso até que fôsem tirados os moços e as moças que quisessem dansar. Feito isto, formava-se a roda. A música tocava uma polka. Um moço sain-do, então, colocava-se no meio da roda, sempre dansando, e fazendo sinal a uma moça, que saía e também ia para o meio. A roda anda para um lado e os dois no centro andam ao contrário. Depois de mui-tas negativas e requebros, o moço dá um sinal e a música pára e, en-tão, na frente da dama, tomando um ar imponente, recita:

“Eu plantei a sempre-viva
Sempre-viva não nasceu,
Tomara que sempre-viva
O teu coração com o meu”.

“A moça respondia:

“Tu plantaste a sempre-viva,
Sempre-viva não nasceu,
É porque teu coração
Não quer viver com o meu”.

“Incontinente toca a música, o par se liga, dansa um pouco, e a moça então leva o moço para o lugar dêle na roda e, ficando sôzinha dá sinal a outro moço e êste sai, repetindo-se as escaramuças”. (12)

(10) Luiz Carlos Moraes — op. cit., pág. 62.

(11) Luiz Carlos Moraes — op. cit., pág. 73.

(12) Luiz Carlos Moraes — op. cit., pág. 151, citando Antônio Stensel Filho — “A Vila da Serra”;

É, geralmente, uma dança “em compasso de 3/4 ou 6/8”. (13)

Pelas estrófes que, em seguida, reproduziremos, ver-se-á de quant a ação é o **fandango**.

“Puxei prá riba as espora
Farpentas que nem ouriço,
Entrando no reboço
Já me botei campo fora.

“Não tinha apresentação,
E se tirava a gandaia
Qualquer um rabo de saia
Que pisasse no salão.

“Logo nos primeiros passo
Fiquei como mosca tonta
Quando me dei pela conta
Que tinha errado meu laço.

“Era eguita rabicana
Meio maceta e lunanca,
Mais dura do que uma tranca,
Crinuda que nem cigana.

“Soltei assim como veio
Perto de um fardo de alfafa.
Quando um zunir de garrafa
Partiu o lampeão pelo meio!

“Ferveu gente na peleia,
Stava formado o bochinche,
E a matungada em relinche
Fazia a cousa mais feia.

“Se naquele sumidouro
Não fosse o dia clareando,
Ainda estava brigando
Meu facão cabo de ouro!” (14)

E, temos, assim, ainda que, de modo imperfeito, a coreografia do **fandango**.

Ainda, um dia, quando se tiver todo o material para fixação me-

(13) Oneyda Alvarenga — “Comentários a alguns cantos e dansas no Brasil”, Revista do Arquivo Municipal, tomo LXXX, ano VII (verbete: fandango).

(14) Niterói Ribeiro — “O Fandango”, poesia (gentileza de Luis Carlos Lessa).

cânica dos fenômenos demológicos, ter-se-á no nosso País a oportunidade de estudar cabalmente essa interessantíssima dança de nosso povo.

*
* *

O FANDANGO EM SANTA CATARINA

Já um dos estudiosos dos habitualismos da gente catarinense, assinalou a existência dessa dança popular na Ilha de Santa Catarina e a descreveu, assim:

“... na roda que seu formara na sala, rapazes e moças saem a girar vivamente, à direita ou à esquerda, as mãos dadas e suspensas à altura da cabeça. Feitas duas ou três voltas, esta atitude desmancha-se e cada dama passa à frente do cavalheiro, pegando as saias aos lados e recuando de costas, num meneio donairoso, enquanto ‘ê ele unindo e curvando os joelhos em contínuas flexões, bate as solas no assoalho, num sapateado rítmico. Interpola-se esta marca com uma volta igual à primeira, e assim sucessivamente, terminando cada **roda** — que dura em geral uma hora — por um sapateado mais rijo mais ruidoso e mais vibrante”. (15).

Como se vê, a coreografia é um pouco diferente da anotada no Rio Grande do Sul, mas existindo a **roda** — característica fundamental dessa dança.

Hoje, ainda é, o **fandango**, encontrado na Ilha de Santa Catarina e nos municípios de São Francisco do Sul, Pôrto-Belo e Jaguaruna, portanto, na orla litorânea catarinense, sendo nos dois primeiros conhecido, também, como **batuque**.

Conforme se constatou no inquérito demológico realizado pela Comissão Catarinense de Folclore de comum acôrdo com o Departamento Estadual de Estatística, em Jaguaruna, o fandango é dedicado a São Gonçalo.

*
* *

Foram êsses poucos, infelizmente, os apontamentos que conseguimos sobre essa dança em terras catarinenses.

Fpolis., Abril 1950.

(15) Virgílio Várzea — “Santa Catarina — A Ilha”, ed. 1900.

AS RATOEIRAS EM SANTA CATARINA

Entre as músicas populares mais usuais na zona de colonização açoreana do nosso Estado de Santa Catarina está a **ratoeira**.

Cumpre assinalar, aqui, que os nossos estudiosos de Música Popular — Oneyda Alvarenga e Renato Almeida — não assinalam a ratoeira em seus trabalhos (1).

A existência dessa dança popular — dança e música — foi anotada nos municípios catarinenses de Camboriú, Pôrto-Belo, Biguaçu, Florianópolis (Ilha de Santa Catarina) e São José.

Um grande círculo formado por moças e rapazes de mãos dadas. No centro da **roda** fica um rapaz ou uma moça que canta uma quadrinha, enquanto os do círculo avançam repetindo a quadrinha.

Nessas ocasiões desabafam os corações cantando declarações de amor ou desafios aos rivais.

Parece-nos, assim, uma modalidade do fandango!

Fica, dessa forma, lançada a questão, para um estudo mais acurado por parte dos nossos musicólogos, a quem remetemos, igualmente, a música anexa colhida pelo laborioso confrade Oswaldo Mello Filho, no interior da Ilha de Santa Catarina (Vide apêndice).

Na **ratoeira** cantam-se, acompanhados de viola, versos singelos, como os que reproduzimos:

— I —

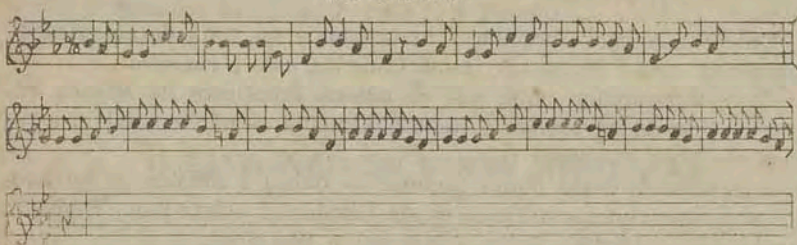
Perguntei o sol se viu
A lua se conheceu
As estrelas se encontraram
Amor firme como o meu.

Ái, ái, sim, sim, sim.
Meu galho de malva,
Meu mangericão
Dá três pancadinhas
No meu coração.

A noite de lua é boa,
Noite escura melhor é.
Passa um amor pelo outro
Não se diferença quem é.

(1) Oneyda Alvarenga — "Música Popular Brasileira", ed. Livaria Globo, Pôrto-Alegre, 1950.
Renato Almeida — "História da Música Brasileira" ed. F. Braculat & Cia., Rio de Janeiro, 2ª. edição.

RATOEIRA



— II —

Ratoeira não me prendas
Que eu não tenho quem me solte
A prisão da ratoeira
É como a prisão da morte.

Eu entrei pr'a ratoeira
Mas não foi com alegria
Na ratoeira não está
Quem meu coração queria.

Estribilho:

Meu galho de malva
Meu mangericão
Dá três pancadinhas
No meu coração.

Âi âi, sim, sim, sim.
Âi, âi, sim, sim, sim.
No trocar na roda
Um aperto de mão.

Foram êstes versos colhidos, também, por Oswaldo Mello Filho em Cachoeira da Ilha (município de Florianópolis), em dezembro de 1949, do sr. Sérgio Torquato Pereira.

*

* *

"FANDANGOS E RATOEIRAS" — Trabalho de **Walter F. Piazza**, da Comissão Catarinense de Folclore, apresentado ao
I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

PARECER DO RELATOR: **Hildegardes Cantolino Vianna**

FANDANGOS E RATOEIRAS, trabalho apresentado pelo sr. **Walter F. Piazza**, da Comissão Catarinense de Folclore, enquadra-se

no item 11 (Demonstrações Folclóricas) do temário adotado para o I Congresso Brasileiro de Folclore.

Em FANDANGOS o A. apresenta a matéria sob 4 aspectos:

- a) as suas origens;
- b) as suas modalidades;
- c) a sua coreografia;
- d) o Fandango em Santa Catarina.

O Sr. Piazza demonstra meticulosa leitura de trabalhos referentes ao assunto, citando a cada passo opiniões de 10 autores credenciados. Menciona diversas variações e tenta fixar a coreografia de "modo imperfeito". "O Fandango em Santa Catarina" que, devido a procedência do trabalho, devia ser marcante quasi nada ajunta de interesse ao trabalho. Aliás o A. confessa que foram poucos os dados que conseguiu com referência a essa dança em seu Estado.

O sr. Piazza que podia desenvolver melhor FANDANGOS discutindo suas origens e modalidades de maneira menos escassa, preferiu transcrever conceitos de extranhos, embora autoridades em tais estudos.

RATOEIRAS vale por um registo de música e coreografia interessantes e que segundo afirma o A. parece ser "uma modalidade de Fandango". É uma valiosa comunicação pois possui material para apreciação apresentando a música colhida pelo sr. Oswaldo Mello Filho, descrevendo a rotina da dança e reproduzindo versos que dão idéia do que seja realmente uma RATOEIRA.

Em conclusão: FANDANGOS E RATOEIRAS é um trabalho que pode ser aprovado e incluído nos Anais.

Bahia, 8 de julho de 1951.

a) **Hildegardes Cantolino Viana**

(Da Comissão Bahiana de Folclore).

A Direção deste Boletim está interessada no levantamento da Carta Folclórica do Estado.

Portanto, leitor amigo, contribua para que consigamos tal intento.

PARECERES

DE MEMBROS DA COMISSÃO CATARINENSE EXARADOS EM TRABALHOS APRESENTADOS AO 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

Dando início à publicação dos pareceres exarados por membros da Comissão Catarinense de Folclore em trabalhos apresentados por vários Autores ao 1º Congresso Brasileiro de Folclore, transcrevemos abaixo três dêles, de autoria dos nossos ilustres confrades Desembargador Henrique Fontes, Prof. Custódio F. de Campos e Comandante Lucas A. Boiteux.

*

* *

ESTUDOS DE LEXICOGRAFIA E SEMÂNTICA CEARENSES

de Florival Seraine

PARECER

I

O trabalho do Sr. Florival Seraine intitulado "Estudos de Lexicografia e Semântica Cearenses" desenvolve-se dentro do seguinte plano:

1. Nomes da flora e fauna regionais, que correspondem na Europa a espécimens diferentes dos nossos (pág. 1);
2. Diferenças de denominações aplicadas a certos animais e vegetais no Ceará e em outros Estados (págs. 1 a 3); bem como a coisas em geral, a agentes, condições, atos e fatos (págs. 4 a 8);
3. Expressões marítimas ou náuticas que se trasladaram para a fala corrente (págs. 8 a 14);
4. Nomes de animais e vegetais e seus derivados que passaram a usar-se em sentido translato (págs. 14 a 18);
5. Dinheiro e medidas (págs. 18 a 21);
6. Nomes e expressões populares referentes a doenças, defeitos físicos ou sintomas mórbidos (págs. 21 a 36);
7. Arcaísmos e formas obsoletas (págs. 36 a 75);
8. Frases feitas e ditos tradicionais (págs. 75 a 78);
9. O elemento indígena:
 - a) Nomes da botânica regional (pág. 79);
 - b) Nomes da zoologia regional (págs. 79 e 80);
 - c) Nomes de coisas e objetos (pág. 80);
 - d) Nomes de comidas e substâncias alimentícias (pág. 80);
 - e) Nomes populares de doenças (pág. 81);
 - f) Denominações típicas (pág. 81);
 - g) Nomes relativos ao folclore estadual (pág. 81);
 - h) Nomes de partes do corpo (pág. 81);
 - i) Nomes aplicados a pessoas (pág. 81);
 - j) Nomes, geralmente aplicados em função adjetiva (págs. 81 e 82);
 - k) Generalização de sentido (pág. 83);
 - l) Transferências designativas (de animal a vegetal, de animal a coisa ou objeto, de vegetal a coisa, de coisa a condição) (págs. 82 e 83);
 - m) Verbos formados de raízes indígenas com afixação portuguesa (págs. 83 e 84);
 - n) Hibridismos (pág. 84);
10. A influência afro-negra (págs. 84 a 87);
11. Indentidades latino-americanas (págs. 87 a 91);
12. Formações populares de origem incerta e vária (págs. 91 a 97);
13. Deformações de palavras (pág. 97 e 98);
14. Significados novos, sentido translato, extensão de significação às vezes metafórica (págs. 99 a 137);
15. Comparações e metáforas (págs. 137 a 139);
16. Circunlóquios (pág. 140);
17. Construções hiperbólicas (págs. 139 e 140);
18. Confusão léxica (pág. 137).

II

Numerosas são as palavras e expressões que o A. apresenta nas divisões e subdivisões do seu estudo, mostrando excelente cultura geral e seguro conhecimento da língua portuguesa na sua gramática, nas suas aplicações comuns e estilísticas e nas modificações por que já passou no Brasil.

Os termos e expressões são bem definidos e, em muitos casos, incluídos em frases e períodos que melhor os esclarecem; as afirmações baseiam-se em observações pessoais e documentam-se com citações de escritores e dicionaristas, havendo confrontos com o falar de velhos tempos, a começar nos cancioneiros medievais, e com o falar de outras regiões de língua portuguesa e também de língua castelhana.

É trabalho feito com ciência do assunto, com dedicação, honestidade e entusiástico interesse, iluminado por espírito crítico e ligado sempre ao conjunto dentro do qual se enquadram as suas pesquisas: a língua falada em Portugal e no Brasil.

Talvez se possa estranhar que o A. mencione fatos que não são peculiares ao Ceará. Tal arguição não a farei eu, porém, porque, a meu ver, na dúvida sobre o emprêgo geral ou regional de um modo de falar, é recomendável a menção, pois ficará patente que ele também se usa na região.

Citarei um caso. No capítulo dos "Significados novos, sentidos translatos, etc.", é consignada a expressão **olhos quebrados** com a acepção de "olhos amolentados, fatigados" (pág. 126). A mesma translação de sentido vem registrada em Aulete: "**Olhar quebrado**, olhar maguado ou voluptuoso, o olhar de quem se acha doente ou indisposto; o olhar de quem requebra damas" (**Dicionário Contemporâneo**, verbete **quebrado**). Seja como fôr, é delicioso para quem pesquisa coisas de linguagem encontrar no Ceará ainda viva a comparação, nas mesmas palavras em que a cristalizou o amoroso seiscientista Francisco Rodrigues Lôbo:

"Bem conheces a Tareja,
Causa, e fim de meus cuidados,
Ados olhos tão quebrados,
Que não há pastor que os veja."

(Obras Políticas, Morais e Métricas, edição de 1723, égloga VII, pág. 638)

III

Manda o Regimento Interno que o relator conclua, opinando por uma das seguintes recomendações, devidamente justificada: "a)

rejeição do trabalho; b) aprovação; c) aprovação e publicação resumida nos Anais; d) aprovação e inclusão nos Anais”.

No que expus, está meu parecer pela aprovação plena e a consequente publicação nos Anais.

Quanto a esta última parte — à publicação nos Anais —, faço, entretanto, uma restrição, que passo a justificar.

São consignadas algumas expressões, a meu ver, devem ficar ausentes do trabalho, para proveito do mesmo, tanto mais porque a eliminação nenhum detrimento lhe traz à estrutura.

É que ele merece larga divulgação, não só para base e subsídio de outros congêneres, senão também como leitura instrutiva, e igualmente para, com tal divulgação, receber informes que o desenvolvessem e aprimorem.

Para tanto, deverá transpor gabinetes de especialistas e penetrar em ambientes escolares e familiares, de cuja colaboração não podem prescindir as pesquisas folclóricas, ambientes que, por sua vez, hão de beneficiar-se com tais pesquisas.

Nos escritos que nêles possam ter franco e aconselhável ingresso, é preciso, portanto, manter a velha tradição de recato na linguagem que leva os autores a exclusiva de suas produções, ou a dizerem em latim, o que é cru expressar em vernáculo.

Bem sei que contra essa opinião podem ser apontados dicionários, livros e revistas de geral circulação, que registram e vulgarizam vocabulário que deveria permanecer nos seus originários meios licenciosos ou grosseiros.

Estamos, porém, reunidos em Congresso, para estudar, criticar e estabelecer rumos; penso, por isso, que, nas publicações de geral leitura ou de leitura didática, só deveremos incluir aquilo que, de sembaraçadamente, possa ser lido por pais e filhos, por mestres e alunos, por homens e senhoras, em comum e em voz alta.

Preservemos os escritos folclóricos entregues ao grande público de justificadas prevenções. Fiquem as inconveniências, quando devam ser mencionadas, para as publicações de curso restrito.

Dou em separado a indicação das passagens que me parecem desmerecedoras da honesta companhia dos fatos linguísticos proficientemente corporificados no trabalho do Sr. Florival Seraine.

Excluídas que sejam, opino pela publicação da valiosa monografia nos Anais dos nossos trabalhos.

S. M. J.

Florianópolis, 7 de agosto de 1951.

Henrique da Silva Fontes.

Relator

"A GUERRA DO PARANÁ" — TRABALHO DE GUSTAVO BARROSO, DA COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE, APRESENTADO AO I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

Parecer do Relator: **Lucas Alexandre Boiteux.**

Esta é outra interessante contribuição do laborioso acadêmico e heraldista Dr. Gustavo Barroso ao "Iº Congresso Brasileiro de Folclore", que me cabe relatar.

Não é ela um trabalho original; entretanto vem acompanhada de rápidos e apreciáveis comentários.

Consta da apresentação de produções poético-satíricas, inéditas, em que seu autor desconhecido, com muita observação, malícia e chiste, mete à bulha homens, acidentes e episódios de uma coluna do nosso Exército em operações bélicas na chamada "Guerra do Paraná", entre 1924 e 1925, em a região de Guarapuava.

A primeira delas, intitulada "Perseguição", sofreu a influência do velho *rimance* português "A nau Catarineta", cuja trágica história, narrada à luz fumarenta de lampeões a querosene, encantou, por certo, a meninice de muitos dos presentes a este brilhante *sofalcio*.

O ilustrado comentarista classifica-a entre as xácaras e, como ela se inspira em um episódio marítimo, pretende "identificar seu autor anônimo como um homem do litoral e do norte do país, onde

as cheganças dos Marujos e os Fandangos a conservaram até hoje".

Ora, não só em a faixa litorânea nortista, mas também na de Santa Catarina, por exemplo, se conhecem o rimance ("Caso rimado", como ali é chamado) da "Náu Catarineta", os Fandangos, por sinal bem sapateados e rufados, as cheganças, como o *Cacumbí*, etc.

Assim sendo, o versificador da referida sátira bem poderia ter sido um militar *barriga-verde*, de beira de praia, pois da referida coluna expedicionária participaram unidades da Polícia de Santa Catarina.

A segunda produção do autor não manifesto traz o título de "A Ligação", e nela continuam a receber alfinetadas vários dos nossos generais de maior nomeada na época, à testa das operações, bem como os feitos ridículos dos componentes da coluna expedicionária.

A seguir apresenta o Sr. Gustavo Barroso a "Canção do Destacamento do Paraná"; paródia à conhecida e popular "Canção do Soldado", para ser cantada com a música desta composição. É uma crítica mordaz aos "Águias", aos apadrinhados dos Quartéis-generais, dos Postos de Comando.

Vem, por fim uma "embolada, de estribilho bisado", segundo o comentarista para ser cantada "com a música da "Cabocla do Caxangá".

O dr. Barroso atribue a autoria desta composição a um homem do nordeste. Como se vê é uma contribuição valiosa ao folclore militar do Brasil.

Seria bem interessante identificar todos os personagens que, apenas pelo sobrenome e apelido, figuram nessas anônimas composições.

A contribuição do dr. Gustavo Barroso deve ser aceita e mereee ser incorporadas aos Anais dêste Congresso.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1951.

(Ass.) **Lucas Alexandre Boiteux**, Relator.

O BOLETIM TRIMESTRAL não pôde viver sem a cooperação dos que se interessam pelos tradicionalismos de um povo.

Coopere, financeiramente, com a direção do Boletim.

**"WELLERISM" — TRABALHO DE VERÍSSIMO DE MELO, DA
COMISSÃO DE FOLCLORE DO RIO GRANDE DO NORTE,
APRESENTADO AO I CONGRESSO BRASILEIRO DE
FOLCLORE**

Parecer do Relator: Custódio F. de Campos.

O folclorista potiguar, sr. Veríssimo de Melo, apresentou a este Congresso uma comunicação sobre os "WELLERISM", ou sejam parêmias cuja originalidade reside no disparatado de uma premissa de bom senso evoluir para uma conclusão ostensiva ou veladamente absurda.

Como tais extravagâncias são próprias do campo folclórico, procura, o erudito autor da comunicação, incentivar e provocar tais pesquisas, confessando que, de dois milhares de provérbios norte-rio-grandenses, não encontra exemplar algum do gênero.

O Wellerism ao que nos parece é uma manifestação de algo de verdade com algo de ridículo, encerrando tudo um ensinamento, muitas vezes, tanto mais eloquente quanto mais aparentemente paradoxal.

Até os clássicos não têm desdenhado tais composições. Seneca usa: "ridentem dicere verum" (dizer a verdade rindo) (Sátiras 1-1-24). O universal e famoso "suum cuique tribuere" (Cícero — De Legibus — 1-6-19) usado como lema de uma ordem honorífica da

Prússia, palavras também gravadas no cunho de muitas moedas do mesmo país, foi transformado com o correr dos tempos, pela sabedoria popular, talvez no mais autêntico e lídimo dos **wellerism**, isto é: "suum cuique tribue et rapiatur" (dá a cada um o que é seu e espolia). Wieland, o qual, com Goethe e Schiller, foi dos grandes das letras germânicas emprega: "DIE HERREN DIESER ART BIENDET OFT ZU VIELES LIGHT; SIE SEHEN DEN WALDVORLAUTER BAUME NICHT" (**Musário** — verso 135) (Os homens desta casta ofusca a luz em demasia. Não enxergam a floresta de tanta árvore que ela tem).

Talvêz tenham alguma relação com o assunto os seguintes dispositivos do antigo Código de Posturas de Lajes: "É proibido fazer herva de pau". (Na fabricação da erva mate não deviam ser aproveitados os paus moidos); "todo o homem é obrigado a andar na rua decentemente vestido pelo menos com calça e camisa, sendo esta por dentro daquela".

Entre os adágios catarinenses que poderiam revelar algo de **wellerism** citaremos: "Graças a Deus que sou ateu". — "Não condeno a morte mas condeno que seja enterrado vivo". — "Disse o penedo para o mar: não machuques as minhas ostras". — "Quem tem sorte até cães lhe põem ovos" e "o pobre vive porque é teimoso", e ainda: "Ganha-se pouco mas em compensação leva-se uma vida de cachorro".

O sr. Veríssimo de Melo com o seu trabalho descortina horizontes novos para os estudos folclóricos. São novas perspectivas que se apresentam. Merece a sua iniciativa os mais irrestritos aplausos e salvo melhor juízo, opinamos para que seja aprovada a comunicação em apêndice e incluída nos Anais.

Florianópolis, 17 de julho de 1951.

a) Custodio F. de Campos

COLABORE COM A COMISSÃO. ENVIE-LHE AS SUAS OBSERVAÇÕES.

A SUA COLABORAÇÃO SERÁ PUBLICADA NO BOLETIM SEGUINTE SE CHEGAR A TEMPO.



SÃO BENEDITO NA CRENÇA POPULAR DE ANGRA DOS REIS

José Jorge

São Benedito, o santo negro e mártir franciscano, desfruta na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, da veneração da totalidade dos católicos romanos ali existentes e que constituem cerca de noventa por cento da população do município.

Todos os anos, desde tempos remotos, em sua honra, os angrenses, jubilosos, celebram a "festa de S. Benedito", que se verifica precisamente na segunda-feira que segue o domingo da Ressurreição de Cristo.

Nêste dia, a cidade transfigura-se por completo. De todos os lugares adjacentes acorrem devotos do Santo, em número surpreendente. Invadem a cidade trajando o vestido de chita ou o terno de brim, comprados na antevéspera numa loja da Rua do Comércio,

A tarde é a procissão. Muita pompa. Muita gente. Muita promessa sendo paga das maneiras mais originais...

Até ha bem pouco tempo, o Santo era venerado na igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, situada ao lado do convento de São Bernardino de Sena, ao qual pertence a imagem do Santo que passou para a igreja em virtude do mau estado do convento, que, abandonado, começou, com o tempo, a ruir.

Lá também funcionava a sede da Irmandade de São Benedito.

Atualmente, São Benedito é venerado na igreja de Santa Luzia bem no coração da cidade. Isto não de acôrdo com a vontade do povo. E a imagem não é "a mesma que sai na procissão de todos os anos". Expliquemos isso em poucas palavras:

Houve um belo dia, uma desinteligência entre membros da diretoria da Ordem Terceira de S. Francisco e membros da diretoria da Irmandade de São Benedito. De sorte que a Irmandade teria que abandonar o local onde estava radicada, isto é, a igreja da Ordem. Afinal que saiu. Mas a imagem de S. Benedito não os podia acompanhar, pelo fato de pertencer ao patrimônio do Convento de S. Bernardino... A Irmandade bem que lutou para levar o Santo consigo, porém não conseguiu, porque a política contrária era por demais sólida para ser vencida. Por entendimento havido então com o Vigário da Paróquia, ficou estabelecido que a Irmandade iria funcionar na igreja de Santa Luzia, o templo mais antigo do lugar, e que vivia quasi sempre fechado. Aos membros da Irmandade ainda caberia a incumbência de zelar pela conservação da Igreja. Então resolveu-se comprar outra imagem de S. Benedito, o que se fez.

O povo não ficou satisfeito. O Santo que os interessava era o primitivo e não o novo... Estabeleceu-se então a política entre os partidários do São Benedito "de cima" e do São Benedito "de baixo". O número destes últimos era reduzidíssimo. de sorte que a maioria venceu. O povo exigiu que a imagem para sair na procissão tinha de ser a primitiva, devido a tradição. Aliás o que fazia milagres e ao São Benedito "de cima", o "de baixo" era novo ali e ninguém o conhecia... E hoje faz-se a procissão ainda com a imagem antiga, como o povo deseja. No dia do préstito, vai uma comissão de Irmãos de São Benedito buscá-lo na igreja de São Francisco da Penitência para ser conduzido no ato religioso. O outro deixa-se ficar na igreja de Sta. Luzia para presidir as missas celebradas em seu louvor...

*

* *

Existem várias lendas em tôrno da imagem milagrosa de Angra dos Reis. Destas, duas conheço, bem interessantes pelo seu acento original e que passarei a relatar:

A primeira conta que, ha muito tempo, existia em Angra, um negrinho vivaz e sorridente, filho de escravos, que, todos os anos, no

dia da festa de São Benedito, na hora da saída da procissão do convento onde se encontrava então, fazia empenho de, êle próprio, bater os sinos. Isto religiosamente. Faltando pouco para sair o cortejo, via-se o negrinho, saindo não se sabia de onde, correr por entre o povo e galgar as escadas carcomidas em direção à torre do convento para apoderar-se dela e dos sinos, sózinho.

Certa vez, emocionadíssimo, empolgado pelo espetáculo indescritível da saída da procissão, ouvindo o pipocar dos foguetes e o estrondear das roqueiras, o falatório da gente que superlotava o adro do convento, numa tarde fresca e límpida de abril, debruçou-se sob o sino grande para ver o Santo que num andor maravilhosamente ornado de flores naturais deveria surgir, em pouco tempo, por baixo das arcadas da frente do convento. Porém debruçou-se mais do que o necessário, de maneira que perdendo o equilíbrio, viu-se lançado no espaço... A torre do convento dista cerca de trinta metros do solo. Corre pela multidão em baixo, um frêmito paralizante. E o negrinho longe de esborrachar-se sobre os ladrilhos do adro, cai de pé, naturalmente, como se fôsse feito de ar... A imagem naquele momento saía para a fresquidão da tarde...

*

* *

A outra diz que num dia de festa de São Benedito, havendo muito movimento na vila, ali apareceu abastado e ávido fazendeiro que percorreu as ruas do lugar montado em fogoso cavalo puro sangue todo ajaezado de prata trabalhada. Estando depois na esquina de uma rua, viu passar a procissão. O Santo mártir negro, no seu andor grande, caprichosamente enfeitado, ia sendo conduzido com alegria e fé pelo povo em meio a rezas e ladainhas. O orgulhoso fazendeiro que vivia ha muito afastado de Deus, pôz-se a escarnecer, dizendo a altas vozes, como é que podia um negro ser carregado pelos brancos, um negro que era cativo e que só servia para o eito e para o chicote do feitor. Riu-se muito e pôz-se a ridicularizar o povo que pacientemente seguia o cortejo, compenetrado e em silêncio. Escarneceu deles e riu muito o riquíssimo fazendeiro. Eis senão quando seu cavalo antes tão submisso, começou a agitar-se atacado de súbita indocilidade. Gritando, o cavalheiro ordenou-lhe que ficasse quieto. Mas o cavalo como que possuído do diabo, pôz-se a espumar e a relinchar cada vez mais agitado, empinando e revolteando como louco. O fazendeiro não se aguentou por muito tempo na sela e foi ao chão. A queda resultou-lhe a quebra de uma perna e de um braço. De nada lhe adiantaram os seus recursos, porque teve de sofrer a amputação de ambos os membros. Aquilo acompanhou-o até o túmulo e por toda a vida de privações que levou daquele momento em diante, fazendo com que inativo ficasse para qualquer trabalho, e como advertência para que nunca mais brincasse com os santos de Deus...



LINGUAGEM E BOM HUMOR DO POVO

Adão Carrazoni

Os estudos folclóricos no Brasil, desde o aparecimento da Comissão Nacional de Folclore e de suas subsidiárias nos Estados, as Sub-Comissões, ganharam amplo e verdadeiro sentido, crescendo a expansão das pesquisas em tôdas as profundidades.

Não têm limites os campos de buscas, mesmo porque "as fronteiras do folclore não foram ainda definidas de modo imutável e exato" — para usarmos a expressão feliz do velho mestre Arnold van Gennep. Ciência agradabilíssima, o estudo do populário pátrio tem, para mim, especial sabor justamente porque procuro nêle suas manifestações jocosas, impregnadas de heroísmo sadio e, não raro, de sabedoria profunda.

Assim, o estudo das artes populares, das cerimônias, crenças, contos e lendas, embora respeitável e digno da minha atenção curiosa e mexeriqueira é, quasi sempre, absorvido pela atenção que me desperta o cancionero, a linguagem e o bom humor do povo. Vão aqui, pois, para a acolhida dos leitores dêste magnífico "Boletim" da Sub-Comissão Catarinense, algumas observações recentemente colhidas.

BOLA MADUREIRA E SEUS PROVERBÍOS

Bola Madureira é um gaúcho da cidade fronteiriça de Bagé. Vive na cidade e raramente vai ao campo. Sua vida de exímio contador de anedotas é vivida, toda ela, nas ruas principais da "Rainha da Fronteira", embora esteja — sempre — envergando a roupa tradicional dos pampas: bombachas vistosas, chapéu de aba larga, lenço encarnado no pescoco, botas, esporas e, de quando em vez, um flamante chiripá fornecido pelo Oto Ramos.

Além de fabuloso narrador de histórias, das quais apresenta geralmente uma testemunha já morta ou ausente do lugar, é um criador de provérbios curiosos e interessantes. Como amostra, vão dois ditados muito comuns na fronteira gaúcha e de autoria do incrível Bola Madureira:

— Prêso como catarro de tuberculoso.

— Tem uma cara que parece casca de melancia em galinheiro. (Pessoa que tem rosto muito marcado de bexiga).

ERROS QUE SE CONSAGRAM

Em Pôrto Alegre é comum se dizer: "Viajar de carona no bonde". Na verdade o que o pôrtoalegrense do povo quer dizer é "viajar de pingente", isto é, do lado de fora do bonde, e não sem pagar, como erradamente já consagraram a expressão.

Na capital fluminense, Niterói, no ponto das filas dos ônibus Fonseca os vendedores ambulantes de balas e outras gulozeimas apregoam, num tom de voz arrastado e melancólico: "Olha a tâmara de uva!"

Na realidade o que os garotos vendem é passa de uva, simplesmente...

UMA CABEÇADA E UM TROCADILHO

Numa lancha da "Frota Carioca", que liga o Rio a Niterói. A embarcação está cheia, já tendo a pequena e incômoda "Paraguaia" passado frente a Ilha Fiscal. Perto do encardido e malcheiroso Cais do Pharoux movimentam-se os passageiros em direção às portas de saída e um dêles, desastrado, bate fortemente com a cabeça no tétó da lancha.

Ninguém acha graça no incidente banal e sem consequências maiores do que um "galo" na cabeça do apressado passageiro. Mas, lá de um dos bancos do fundo da embarcação vem uma voz gaiata:

— Esta lancha é prá cabeça!...

É o bom humor do povo brasileiro, que sôbre tudo e em todos os lugares se manifesta:



ADVINHAS POPULARES

Domingos Vieira Filho

Não sabemos de coisa que mais nos prendesse a atenção, quando criança, do que as advinhas populares. De permeio com estórias de Tia Onça, Compadre Macaco e Mestre Coelho, lá vinham as advinhas, que chamávamos advinhações, umas simples, a solução aflo-rando à primeira vista, outras difíceis, complicadas, verdadeiros enig-mas a espera de Edipo para resolvê-los. Nunca poderíamos supor, en-tão, que, passados muitos anos sobre êsse maravilhoso tempo, vol-tassem as advinhas a fazer parte de nossas cogitações, já agora com maior encanto e seriedade, traduzidos no estudo dêsse persistente traço folclórico.

Advinhas, bem ou mal feitas, em prosa ou em verso, simples ou complexas, encontramos em toda parte. No Brasil a espécie vem merecendo, desde Alcides Bezerra e Amadeu Amaral, um amigá-vel interesse (1). Nunca tivemos, entretanto, um estudioso que se detivesse em pesquisas profundas, que rastreasse as origens no la-

(1) Alcides Bezerra — "Demopsicologia — Advinhas" — in "Rev. do Inst. Hist. e Geog. Paraibano" — Vol. IV — p. 255 — Paraíba, 1913 — Amadeu Amaral — "Tradições Populares" — Advinhas e outros problemas" — in Rev. da Acad. Braz. de Letras — nº. 120 — Ano XXII — Rio, 1931.

birinto das vias universais, acompanhando **pari-passu** o itinerário desta ou daquela, numa coleção de milhares, como fizeram Fernand Caballero e Machado y Alvarez na Espanha e Eisen na Estônia (2).

Mesmo assim, nossos folkloristas têm dado conta do recado, no que concerne ao estudo de confronto de variantes das advinhas portuguesas, as que mais de perto nos tocam a alma.

Na Espanha é comum o provérbio: "El viejo que no adivina no vale una sardina". Para que fiquemos acima do valor de uma simples sardinha — apesar de sermos gente nova — vamos adivinhar um pouco.

A maior parte das advinhas correntes aqui é, indubitavelmente de proveniência lusa. Pode acontecer que algumas sejam de origem negra, transmitidas pelos escravos africanos. **Nongonongo** é advinha na língua quimbunda e os negros adoram essa espécie de quebra-cabeças, desmentindo as ridículas afirmativas de que são incapazes do menor esforço mental. E uma das advinhas mais inteligentes que conhecemos foi registrada por Blaise Cendrars entre os Soninké. Ei-la:

Mahdi-Kama demande:

Quel est l'homme qui tue ses enfants?

Quel est l'homme qui vend ses enfants?

Quel est l'homme qui donne ses enfants?

Quand tous les assistants se sont vainement épuisés à répondre, Mahdi-Kama dit:

Celui qui épouse une femme de quarante ans, voilà celui qui tue ses enfants.

Celui qui fait l'amour avec une captive, celui-là vend ses enfants.

Celui qui fait l'amour avec la femme d'outre, celui-là donne ses enfants" (3).

Há ainda as advinhações nascidas em terras maranhenses, da imaginação popular e expressando idéias ligadas a traços de cultura nativos. Algumas variantes sobre o buriti, a melância, a cana, a mandioca, a renda de almofada, etc.

Visitando pontos distantes de S. Luís, em nossos passeios dominicais, fomos colhendo advinhas como se estivéssemos num rico jardim. Para tudo o povo encontra motivo de propor enigmas: animais, nomes de santo, frutas, plantas, objetos de cultura material...

(2) "Cuentos, advinanzas y refranes populares" (Madrid). Eisen, citado por Amadeu Amaral, no trabalho referido.

(3) B. Cendrars — "Anthologie Nègre" (Paris, 1921), p. 256. Vide sobre advinhas africanas no Brasil: Joaquim Ribeiro — "Advinhas de origem negro-africana", in "Jornal do Comércio", ed. de 6-3-1934 — Rio — Cf. M. Delafosse — "Los Negros" (Barcelona, 1931).

Começaremos arrolando as adivinhas alusivas a animais, registando, tanto quanto possível, as variantes ocorrentes em outras áreas do país. É uma modesta contribuição ao que se tem feito no assunto, de escasso mérito, mas que vale pela intenção honesta do mutirão .

O que é, o que é:
Puro por ti minha vida,
minha pombinha sem fel? (jurití)

Alcides Bezerra, *op. cit.*, consigna esta variante, da Paraíba:

Juro a ti por minha vida
Que meu nome já te disse.

Meu nome se chama **tá**,
Ralinho de coisa má.
Não ando vestido nem nú,
Todos me tratam por **tú**. (tatú)

Tengo, tengo da chapada
Tem fígado mas não tem moela,
Tem bofe mas não tem costela? (jabotí)

O que é, o que é:
Dos vivos não faço caso
Dos mortos me alimento? (urubú)

O que é, o que é:
Tem casca sem ser de páu,
E vela sem ser de cera? (cascável)

O que é, o que é:
capim aqui, vara acolá? (capivara)

O que é, o que é:
Tem o nome da casa e do dono? (cupim)

Alcides Bezerra, no lugar citado, registrou a seguinte variante:

O nome da casa
É o dono da casa.

Quatro pés na lama
Quatro pés na cama
Dois parafusos
E um que abana. (vaca)

Veríssimo de Melo recolheu em Natal (R. G. N.) esta variante:

O que é, o que é?
Quatro na lama
Quatro na cama
Três parafusos
E dois que abanam? (4).

A versão de Alcides Bezerra se aproxima mais da que encontramos em S. Luís. Nesta, entretanto, entra a palavra **pés**, o que não acontece nas inúmeras variantes registradas em outras áreas brasileiras, em Portugal, na Bretanha, na Sicília, na Espanha, etc. (5).

Sobre o boi há a adivinha clássica dos **Mil marinhos**, correndo mundo com acréscimos e cortes. O geógrafo Orville ouviu-a recitada por crianças maranhenses que, em vez de **marinhos** e **marinhões**, diziam **maranhinhos** e **maranhões** (6).

Qual é o bicho que anda
com os pés na cabeça? (piolho)

Em Natal, Veríssimo de Melo colheu idêntica adivinha (op. cit. n. 38 — Animais).

O que é que antes de ser já a é? (pescada).

Qual é o bicho cabeludo
Que não tem orelha? (preguiça).

Muitos não gostam de mim
Mas sou de muita utilidade
Pois os serviços que presto
Dão sempre bons resultados. (gato)

O que é que quanto mais cresce mais abaixa?
(a cauda do cavalo)

Há a seguinte variante, conhecida em Natal e registrada por Veríssimo de Melo (n. 42):

O que é, o que é.
Que só cresce para baixo?

(4) "Advinhas" (Natal, 1948) — adivinha n.º 51 — III Animais, p. 33.

(5) Vide exegese mais ou menos completa em "Folclore de Alagoas", Théo Brandão (Macedo, 1949), p. 50, 51.

(6) Cf. Mário Meireles — "Maranhão", in "Rev. de Geografia e História" n.º 2 — S. Luís, 1947 — p. 37.

Vejamos agora algumas adivinhas sôbre o mundo vegetal, extenso e cheio de mistério. A saborosa melancia (*Cucurbita citrullus*, L.) concorre com várias adivinhas. Em S. Luís registrei estas:

O que é, o que é:
Verde por fora, encarnado por dentro
Com seus diabinhos pulando por dentro?

O que é, o que é:
Verde como limão mas não é limão.
Vermelho como sangue mas não é sangue.
Branco como papel mas não é papel.
Preto como carvão mas não é carvão?

O que é, que tem os dentes na cabeça? (alho)

O que é que tem cabeça, tem dente
e não tem boca? (alho)

O que é, o que é:
Está num pomar e também
se encontra num país? (lima)

Somos duas irmãs,
Em nada iguais no parecer: (lima)
Uma se come
E a outra serve de comer.

Em Natal é conhecida a variante abaixo:

Duas irmãs no nome,
Desiguais no parecer;
Uma serve prá trabalhar
E outra prá se comer? (7).

O buriti (*Mauritias vinifera*, Lofg.) é uma palmeira de grande utilidade no Maranhão. Dá uns frutos saborosos que são aproveitados no fabrico de doce de massa e vinho. Os talos servem para mil coisas: confecção de barcos, aviões, cobras, papagaios, gaiolas, caixinhas de doce, etc. Das fibras tecem-se redes maravilhosas de confortáveis, peias para animais, esteiras e mais coisas... E ainda do

(7) Veríssimo de Melo, op. cit., p. 40 — Adivinha n.º 68 — Vegetais, Também José Coutinho de Oliveira recolheu, no Pará, esta variante:

Somos iguais no nome
Mas não no parecer,
Uma que se come
Outra que se vê comer.

buriti se extrai excelente açúcar. Conseguimos recolher quatro advinhas relativas ao buriti:

O que é, o que é:
Tem escama como peixe mas peixe não é?

É redondo mas não é ovo,
Tem escama mas não é peixe?

O que é, o que é:
Debaixo do couro o osso,
em cima do couro a carne
e em cima da carne a escama?

O que é, o que é:
Tem pé mas não anda,
Tem aza mas não voa,
Tem olho mas não enxerga? (o buritizeiro)

O que é, o que é:
Está no casaco e no pomar (manga)

Alto como torre, mas torre não é,
Branco como leite, mas leite não é. (coqueiro)

O que é, o que é:
Amarga como fel e é doce como mel? (ata)

O que é, o que é:
A mãe é verde,
A filha é encarnada,
A mãe é mansa,
A filha é danada? (pimenteira)

A advinha da pimenteira foi registrada por Daniel Gouveia, nesta variante:

Minha mãe é verde
Eu sou encarnada
Minha mãe é mansa
Eu sou danada (8).

Alcides Bezerra e Veríssimo de Melo, respectivamente, em Paraíba e Rio Grande do Norte, anotaram variantes. Joaquim Ribeiro

(8) "Folklore Brasileiro" (Rio, 1926),

acha que essa avinha é de origem negra, pois em Angola conhecem uma assim: **Kmundele kabuta katema kiavuli**, isto é, Brancozinho anão que é muito bravo. A solução é **Ndungu**, pimenta (9).

Uma caixinha de um hom parecer
Não há carpina que saiba fazer. (medobim)

No trabalho de Alcides Bezerra encontramos a mesma advinha, com ligeira transposição de palavras mas com significado diferente. Em a nossa variante significa medobim (mendubim, amendoim) e na Paraíba quer dizer olhos. A verdade é que para ambas as soluções o enunciado se presta às maravilhas.

Qual é a folha da beira lisa? (a da cebola)

Entre capa e capote
Não advinha êste ano
Nem no outro que vier. (cebola)

Casquinha sôbre casquinha
Da mais fina que houver
Você não advinha
Nem êste ano nem no outro que vier. (cebola)

Veríssimo de Melo, *op. cit.*, consigna a variante:

Capinha sôbre capinha,
Capinha do mesmo pano;
Se eu não te disser agora,
Não acertas nem para o ano.

E Alcides Bezerra, em trabalho já mencionado, estampa estoutra:

Chapéu sôbre chapéu,
Chapéu fino de bom pano,
Não advinharás êste ano
Senão quando eu te disser.

Entre espinhos fui nascido
Entre espinhos fui criado
Entre brancos, pretos e caboclos sou procurado. (limão)

O que é, o que é:
Um pássaro do mangue
E uma embarcação? (guaraná — guará-nau)

(9) Joaquim Ribeiro, *op. cit.*

Sou filha de mamãe pretinha,
Nascida entre as queimadas
Quem bebe do meu leite morre
Quem come da minha carne escapa. (mandioca)

O que é, o que é:
É dois irmãos **irmanado**,
Um come-se cru e o outro assado? (castanha e cajú)

Em Natal ocorre a mesma adivinha, com ligeiras modificações no enunciado (10).

Entre espinhos fui nascida
Entre espinhos fui criada
Meu nome é Ana
Mas ainda não fui batizada. (a ananaz)

Alcides Bezerra consigna esta variante:

Eu chamo-me Ana
Sem ser batizada
Moro em touceira
Sem ser crismada.

Acêrca do ananaz todo menino espanhol conhece uma linda adivinha que é proposta nestes termos: "Cual es la fruta cuyo nombre, compuesto de tres vocales y dos consonantes iguales, puede leerse lo mismo al derecho que al revés"?

O genipapo (**Genipa americana**), fruta intimamente ligada aos costumes dos nossos índios, desempenhando papel saliente em seus adornos, está representado na espécie por adivinhas de cunho onomatopaico. Vejamos estas:

Geni caiu no chão e fez **pa-po**!

Redondinho, redondão
Faz "poí" no chão!

Faremos menção, agora, a adivinhas concernentes a traços ergológicos, começando pela pesca.

O que é, o que é:
Quanto mais se procura
Menos se tem vontade de encontrar?
(buraco em rede de pescar)

(10) Veríssimo de Melo, *op. cit.* p. 38 — Adivinhas nrs. 61, 62.

O que é, o que é:
Quando vai já vem de volta? (anzol)

As rendeiras, quando trabalham, amam cantarolar e se propoem advinhas. Colhemos duas, num subúrbio de S. Luís. Aqui estão:

O que é, o que é:
Entre pernas está bulindo
Tataco, taraco,
Tira e mete no buraco? (almofada e bilros)

O que é, o que é:
Uma moça com um redondo entre as pernas,
fazendo traque-traque,
pegando na cabeça e metendo no buraco (11).
(a rendeira trabalhando)

OUTRAS ADVINHAS

O que é, o que é:
Quanto mais quente mais fresco? (pão)

De mim ninguém faz caso,
Mas estou em primeiro logar;
Nos logares em que não entro,
Ninguém pode gostar. (sal)

O que é, o que é:
Três vaqueiros com um só chapéu? (caldeirão)

O que é, o que é:
Tem os beijos fora da boca? (forno de farinha)

O que é que tem a mão fora do corpo (mão de pilão)

Redondinho, redondão,
Deixa um rastro compridão? (roda de carro)

O que é, o que é:
Três irmãs numa casa,
tirando uma, duas não serve? (trempe)

(11) Cf. o trabalho de Domingos Vieira Filho — "Pesquisa Etnográfica sobre rendas de almofada", in "Revista do Maranhão" — nº. 2 — fev. — 1951 — pp. 38, 40 — S. Luís-Maranhão.

O que é, o que é:
Uma mulher baixinha e tripuda? (lamparina)

O que é que morre e nunca perde a fama? (o ano)

O que é, o que é:
De dia está no céu e de noite num copo d'água?
(a dentadura postiza)

Uma moça encantada,
Quer chova, quer não chova
Ela está sempre molhada? (língua)

Variante:

Entre taba e tabinha
Tem uma moça encantada
Quer chova, quer não chova,
Vive sempre molhada? (língua)

O que é que vai ao céu
As vezes que quer? (língua)

O que é, o que é:
Ela morre cantando,
Ele morre queimando? (cigarra e cigarro)

Qual é a maior bôca do mundo? (a da noite)

Qual é a nota musical criminoso? (ré)

Qual é a pessoa que prega sem ferramenta? (o padre)

O que é que cai nágua e não se molha? (sombra)

O que é, o que é:
Montei num potro bravo com dois cabrestos? (rede)

O que é, o que é:
De dia está com fome,
De noite está de barriga cheia? (rede)

Cinco molequinhos, cada um com seu caquinho?
(os dedos e as unhas)

O que é, o que é:
Quando um erra todos erram? (botão)

O que é, o que é:
Enche uma casa e
Mas não enche uma mão. (botão)

O que é que quando entra em casa
se põe logo à janela? (botão)

Sou filho das aguas claras
Daquelas claras sem lodo.
Eu não morro por ninguem,
Por mim morre o mundo todo. (ouro)

Branco como leite,
Preto como guiné
Falo sem ter bôca,
Caminho sem ter pé. (carta)

Verisimo de Melo, *loc. cit.*, consignou esta variante:

O que é, o que é?
Pintadinho como guiné;
Fala sem ter boca,
Anda sem ter pé,
Voa sem ter aza?

Ainda sôbre a carta, colhemos esta:

Passo o sul, norte, poente e nascente,
Dentro trago o cupido.
Todos em mim se confiam.
Para ser recebida,
Trago o meu rosto assinado.

A carne da mulher é dura
Mais duro é o que fura,
Enfia o duro no mole e dependura. (roseta)

Para encerrarmos dignamente esta pequena coletânea, nada melhor do que duas *advinhas de conto* (*Riddles tales*). Aquí estão elas:

Estava quatro pés em cima de quatro pés,
esperando quatro pés. Quatro pés não veio,
quatro pés foi embora e quatro pés ficou.

Solução: O gato em cima da mesa esperando o ratô; o rato não veio, o gato foi embora e a mesa ficou.

Estava o dorme-dorme embaixo do pende-pende.
Veiu o corre-corre prá comer o dorme-dorme.
O dorme-dorme matou o corre-corre
E comeu o pende-pende.

Solução: Um homem dormia embaixo de uma laranjeira. Veiu uma cobra prá comer o homem. Nisto cai uma laranja. O homem despertá, vê a cobra, mata-a e em seguida come a laranja.

O que ninguém, em boa razão, pode contestar é a universalidade das advinhas. Existem aqui, ali, na Conchinchina... em tôda parte. E a espécie é anciã, macróbia, mais velha que Matusalém...

A COMISSÃO solicita dos Srs. Correspondentes:

A COLHEITA E REMESSA de termos regionais e vocábulos comuns nas zonas em que residem, com a sua significação. Este Boletim já publicou, e podem servir de modelo, um trabalho de Euclides José Felipe (nº 3), outro do Pe. Alvino Bertoldo Braun (nº 3) e outro do nosso Diretor (nº 4).

(Sugestão do Prof. Custódio Campos aprovada em sessão de 1º de abril de 1950).



Fernando de Castro Pires de Lima, médico pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, nasceu a 10 de junho de 1908, na cidade do Porto, filho de Joaquim Alberto Pires de Lima e de Maria Henriqueta de Castro Pires de Lima, casado, morador na Rua de Faria Guimarães, 755, Porto.

Chefe de clínica do Hospital Geral de Santo António da Misericórdia do Porto, médico escolar e Professor de Higiene do Conservatório de Música do Porto, Diretor dos Serviços de Saúde da Câmara Municipal do Porto, etc.

Faz a "Crónica Folclórica", na Emissora Nacional de Lisboa e escreve aos sábados a "Voz do Povo", secção folclórica do "Diário do Norte", do Porto.

Tem tomado parte em vários Congressos. Pertence a inúmeras sociedades científicas de Portugal, do Brasil, da França e da Espanha.

Entre a sua grande bagagem literária vamos assinalar os que dizem respeito aos estudos demológicos: 1) *Cantares do Minho* (Cancioneiro Popular), Barcelos, 1937 e I volume, 2ª edição, Porto, 1944; 2) *Tradições Populares do Entre-Douro e Minho* (de colaboração com o Prof. J. A. Pires de Lima), Barcelos, 1938; 3) *O Vinho Verde na Cantiga Popular* (de colaboração com Maria Clementina de Castro Pires de Lima), Barcelos, 1939; 4) *O Simbolismo Cristão na Cantiga Popular*, Porto, 1941; 5) *Cantares do Minho*, II volume,



Pôrto, 1942; 6) *Romanceiro Minhoto* (de colaboração com o Prof. J. A. Pires de Lima), Pôrto, 1943; 7) *A Arte de Talhar a Erisipela* (de colaboração com o Prof. Alexandre Lima Carneiro), Pôrto, 1943; 8) *São João na Alma do Povo*, Pôrto, 1944; 9) *O Amor na Guadua Popular*, Pôrto, 1945; 10) *Cantos Populares para crianças*; e tem, ainda, sobre folclore, no prelo; 11) *A Nau Catarineta*; 12) *30 Cantos Populares para crianças*; 13) *Antologia folclórica infantil*; e em preparo; 14) *Folclore do Mar*; 15) *Voz do Povo*; 16) *Crônicas Folclóricas*; 17) *Medicina Popular*; 18) *Tradições Populares do Moçambique* (de colaboração com o sr. Manuel Cruz); além de inúmeros outros trabalhos de coleta e comparação demológica publicados em revistas, boletins, periódicos.

É, hoje, o Profr. Fernando de Castro Pires de Lima uma das grandes autoridades portuguesas em assuntos folclóricos, daí o nosso desvanecimento em agasalhar a sua colaboração especial.

ENSALMOS PORTUGUESES

Fernando de C. Pires de Lima

O povo crente e supersticioso acredita ao mesmo tempo em Deus e no Diabo. Compreende que paralelamente às forças do bem existem as forças do mal. Entende que o mistério envolve os homens e as coisas e que é necessário intervir a tempo para combater a doença e a desgraça que lhe batem à porta. A forma como o faz toma aspectos de estranho pitoresco, quando não desce a práticas estreitas de bruxaria.

Ao lado da medicina popular e até se quiserem como seu prolongamento encontramos os **ensalmos**. Cândido de Figueiredo no seu excelente Dicionário define-os como “orações supersticiosas, para curarem males ou fazerem malefícios. Charlatanismo. Bruxaria”.

E mais nos informa que existe a palavra **ensalmar** que é a arte de curar ou tratar com ensalmos. Exorcisar. As pessoas que ensalmam são as bruxas, que ainda na opinião de Cândido de Figueiredo são aquelas mulheres que se dizem, ou que o povo crê terem pacto com o demônio, adivinharem o futuro e praticarem outras artes misteriosas.

De aqui vem a palavra **bruxedo** ou **bruxaria** que é a acção atribuída às bruxas. **Sortilégio**.

Misto de bruxaria e curandeirismo, o ensalmo é uma prática muito usada nas aldeias portuguesas. Com êle pretende-se fazer a terapêutica e a profilaxia de algumas doenças. Há tendência para o desaparecimento dessas fórmulas que para os folcloristas teem muita importancia. Não se queira ver nessas práticas só motivo para inferiorisar o povo da aldeia, porque o da cidade neste aspecto é muito mais infeliz. Pelo menos os ensalmos teem graça e são receitados gratuitamente e quasi sempre inofensivos. A bruxaria na cidade é uma profissão cara, prejudicial e estúpida.

O ensalmo é terapeutica pela palavra, enquanto que os pretenso remédios anunciados na grande imprensa denunciam quasi sempre interesse lucrativo para o vendedor e inútil, se não for prejudicial, para o incauto e pouco inteligente comprador.

O Prof. Dr. J. A. Pires de Lima ao prefaciá o livro "Arte de talhar a erisipela", deixou dito: "A medicina chamada popular tem uma difusão muito mais larga do que habitualmente se cuida. Pelo menos na Província de Entre-Douro e Minho, o povo, em regra, antes de consultar o médico, ensaia as variadíssimas práticas de bruxas e curandeiros, umas inteiramente supersticiosas e outras com certa razão de ser, por derivarem de conselhos de velhos livros. Quantas e quantas receitas populares se encontram em Pedro Hispano, no Dr. Mirandela, ou em Curvo Semedo!"

O povo transmite de geração em geração velhas formulas de eminentes praxistas portugueses que se assim não fosse fatalmente se perderiam. Já publiquei de colaboração com o Dr. Alexandre Lima Carneiro estudos a respeito da arte de talhar a erisipela, o pé torcido e a íngua. Enquanto o paciente só consentiu ser **benzido** por palavras o caso não está mau de todo; Mas o pior, e isso infelizmente succede com frequencia, é quando já foi vitima de malefícios por parte de algum **endireita** que regra geral o **entorta** para tôda a vida.

A Igreja contraria e com toda a razão as práticas supersticiosas. Entre as várias fórmulas uma das mais vulgarizadas é a conhecida por levantar a espinhela (apêndice xifoideu).

Em Portugal as anemias e a pré-tuberculose são atribuídas pelo povo á espinhela caída. É necessário endireitá-la o mais rapidamente possível. Para isso, senta-se o doente, unem-se bem os pés e em seguida erguem-se os braços e juntam-se as mãos. Aplicado o emplastro, é necessário que o paciente ande pouco e se alimente bem, principalmente de ovos e pão de ló, vinho fino e vinho verde branco. Não há espinhela por mais tombada que esteja que resista a tal terapêutica. No entanto para que a medicação tenha efficácia absoluta é necessário acompanhá-la de benzeduras.

Teófilo Braga diz-nos o seguinte: A **espinhela caída**, é o nome que o povo dá a uma deslocação do apêndice xifoideu; cura-se atando uma fita do dedo polegar até ao cotovelo e depois á cinta, com as palavras:

A Senhora Senhorinha
Tres novelos de oiro tinha,
Um urdia,
Outro tecia,
Outro espinhela, espinhaço
E baço erguia.
Assim como abelha e abelhame
Entra no meu cortiçame,
Assim como o padre vai para o altar,
Tres vezes vira o livro e torna a virar,
Assim a espinhela, espinhaço e baço,
Torne ao seu lugar.

Joaquim Roque, folclorista ilustre, recolheu no Alentejo o seguinte ensalmo:

Senhora da Encarnação é Mãe da Virgem Maria
A Virgem Maria é Mãe de Jesus Cristo:
É tam certo isto como é certo o padre
Estar a dizer missa no altar
E a espinhela estar tombada
E tornar ao seu lugar...

Durante o tratamento que geralmente se prolonga por nove dias, costumam os doentes tomar em jejum de manhã cedo, (se for antes do sol nascer ainda melhor) alguns tónicos.

"Enquanto se pronuncia esta supra citada benzedura, fazem-se cruzes com o dedo polegar da mão direita, três vezes nas costas, três vezes no peito e três vezes no alto da cabeça."

E a espinhela levanta-se como por encanto e o doente fica são como um pêro e nunca mais se recorda que esteve de espinhela caída... A anemia e a fraqueza jamais voltaram a dar acórdio de si.

O povo tem medo de muitas coisas que não compreende como possam surgir mas que por artes do demônio aparecem. Ouvi na aldeia de S. Simão de Novais, minúscula freguezia de V. N. do Famalicão, duas **rezas** curiosas, uma para prevenir e outra para afugentar malefícios.

A primeira conhecida pela **sorte da peneira**, consiste no seguinte: Espeta-se o bico de uma tesoura numa peneira, pendura-se-lhe um terço e põe-se dentro uma moeda, um pente, um dedal e um novêlo ou uma agulha espetada. Depois a pessoa benze-se e diz a seguinte oração:

Peneira, peneirinha,
Já que peneiraste o
O pão da cristandade.
Dizei-me a verdade
Em poder de Deus
E da Virgem Maria:
Tudo se venceria
Padre Nosso e Avé-Maria

A segunda tem poderes sobrenaturais para afugentar para longe todas as más olhadelas:

Em louvor de S. Silvestre,
Á camisa que êle veste,
As três missas do Natal,
Para que homem ou mulher
Não me possam fazer mal.
Amem.

Tudo o que acontece de mal é devido às bruxas e feiticeiras, que andam neste mundo para tentar as almas e provocar-lhes malefícios.

O povo acredita ingenuamente em determinadas mulheres que usam de espertezas saloias para lhes apanhar alguns escudos e assim vão no autêntico conto do vigário. Estas "mulheres de virtude" que afinal de contas não teem virtude nenhuma são useiras e ve-seiras nestas artimanhas enquanto que a policia não as mete implacavelmente na cadeia.

No entanto o povo com uma simples benzedura resolve o caso. Com ela afugenta a bruxa ou feitiiceira que pretenda entrar em casa. Esta "reza" é engraçadíssima e cheia de sabor popular:

Bruxas e feiticeiras
Que na minha casa quereis entrar
Haveis de primeiro contar
As estrelas do Céu,
As areias do már,
Com a boca para baixo
E o rabo para o ar.
Em louvor de S. Pedro e S. Paulo,
De S. João Baptista,
Que na minha casa assista
Contista e regista. Amem.

Adeus doenças, adeus malefícios, adeus bruxas, adeus feitiiceiras, adeus mulheres de virtude... E que o diabo vos tenha lá para sempre no inferno:

"Com a boca para baixo
E o rabo para o ar..."

Prezado leitor !

Contribua para uma maior divulgação das nossas coisas enviando a sua contribuição à Comissão Catarinense de Folclore — Rua Esteves Júnior, 138 — Florianópolis.

ÍNDICE GERAL

DOS AUTORES E TRABALHOS PUBLICADOS NO "BOLETIM TRIMESTRAL"

— Nos. 1 a 9 —

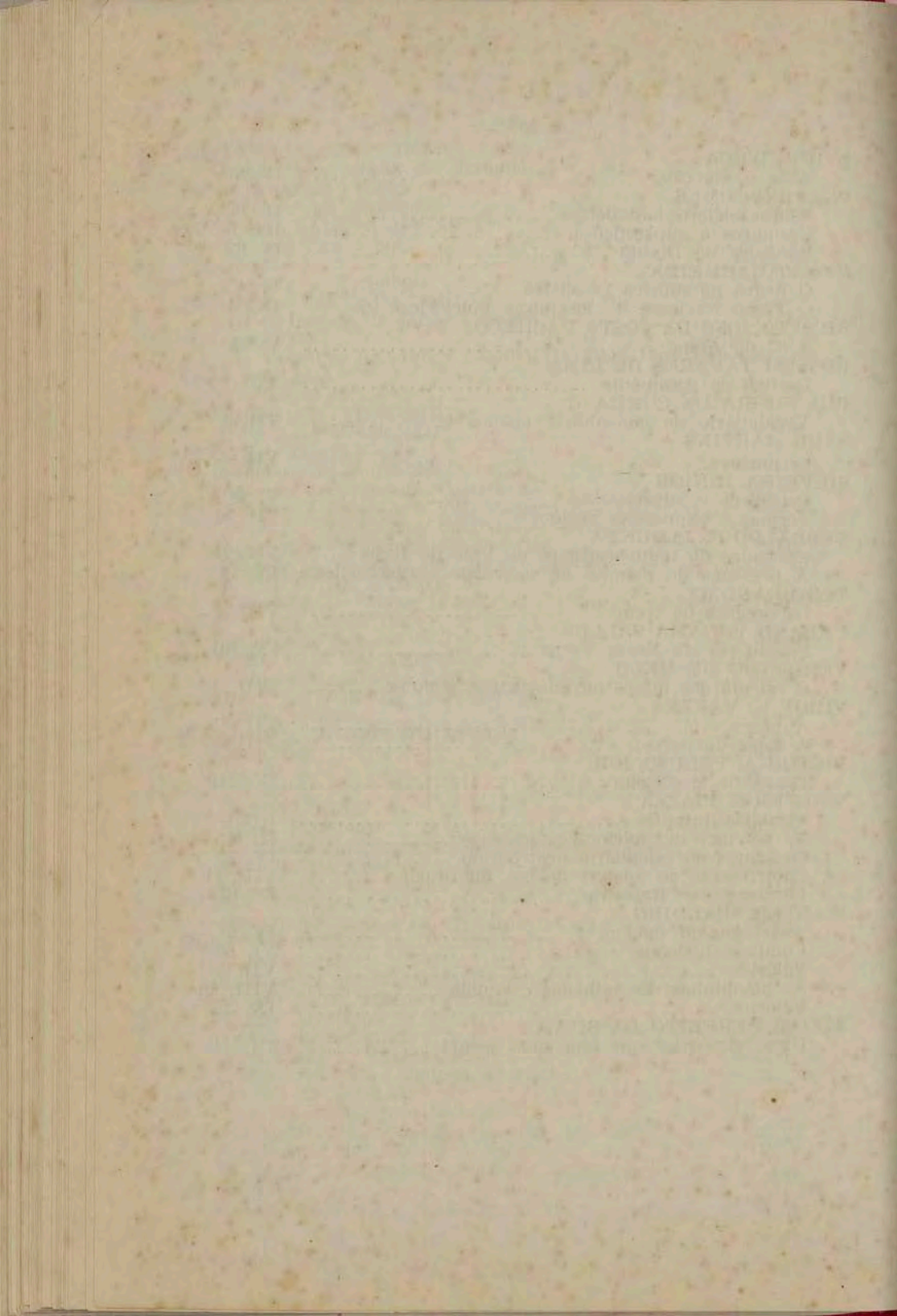
Organizado por Walter F. Piazza

ACHILIO A. PEREIRA PIRES	
Expressões pitorescas	VIII, 36
Fiação doméstica	IX, 71
ADÃO CARRAZONI	
Linguagem e bom humor do povo	IX, 185
ALCEU MAYNARD ARAUJO	
Lúdica infantil	VIII, 6
ALMIRO CALDEIRA	
Reminiscências açoreanas	I, 15
ÁLVARO TOLENTINO DE SOUZA	
A Bernúncia — a sua origem	V, 34
ALVINO BERTOLDO BRAUN SJ (Pe.)	
Coisas do planalto	III, 18
Folclore e a Escola	V, 56
ANTONIO CASTILLO DE LUCAS	
Terapêutica ocular	VIII, 97
AUGUSTO PIRES DE LIMA	
Rimas	V, 84
BENTO AGUEDO VIEIRA	
A Folia do Divino — Coletando óbulos	IX, 92

CRISPIM MIRA	VI, 64
Festa dos Reis	
CUSTÓDIO F. DE CAMPOS	III, 24
Comentários sobre "Termos Regionais"	
Parecer ao trabalho de Veríssimo de Melo	IX, 180
DEMÓSTENES VEIGA	II, 19
Vocabulário regional catarinense	
DOMINGOS VIEIRA FILHO	IX, 187
Advinhas populares	
EDUARDO CAMPOS	VIII, 30
Romanceiro do Padre Cícero	
EGAS GODINHO	VII, 70
Os Bombeiros Voluntários de Joinville	
ELISIÁRIO PEREIRA	VI, 54
Termos de Reis	
EUCLIDES JOSÉ FELIPE	III, 20
Termos regionais	
"O Monge" ou o Profeta São João Maria	IV, 22
Termos e expressões regionais	V, 60
Natal ou N. Sra. de São Joaquim	VII, 65
EUSTÓRGIO WANDERLEY	VIII, 92
O moreço, o dominó, o papangu, o doutor, etc.	
FAUSTO TEIXEIRA	VI, 67
Parlendas infantis	
FELIX COLUCCIO	V, 86
Folklore argentino	
Correspondências en el folklore americano	VI, 7
FERNANDO DE CÁSTRO PIRES DE LIMA	IX, 199
Ensalmo português	
FLORIVAL SERAINE	IV, 46
Setra, funda, bodeque, baladeira	
FRANCISCO CARREIRO DA COSTA	V, 66
Comentários ao Boletim nº 2	
A respeito de feiticizas	VI, 69
Modos de dizer terceirenses	VII, 63
Modos de dizer micalenses	VIII, 94
HENRIQUE DA SILVA FONTES	IX, 174
Parecer ao trabalho de Florival Seraine	
HERMÍNIO MILIS	V, 63
Alguns comentários ao vocabulário catarinense	
HILDEGARDES CANTOLINO VIANA	I, 9
Bodeque, funda e setra	
ILDEFONSO JUVENAL	IV, 42
Alegria triste e tristeza alegre	
INQUÉRITOS (DEE)	I, 17
Crendices e superstições	
Crendices e superstições	II, 21
Rezas e benzeduras	III, 13
Crendices e superstições	IV, 40
Adagiário (Florianópolis)	V, 74
Adagiário (Florianópolis)	VI, 59
Adagiário (Joinville)	VII, 48
Adagiário (Laguna)	VIII, 75
JÁCOMO VICENZI (Pe.)	V, 77
Casamento de viúvo	
JAIME E ALTAIR MAZON	VI, 47
Festejos de Natal e Reis em Orleães	

JEFFERSON DAVIS DE PAULA	
Benzeduras usadas em Jaraguá	VII, 27
JOÃO DORNAS FILHO	
Folclore dos garimpos	VIII, 88
JOÃO DOS SANTOS AREÃO	
A pesca com o bôto	II, 8
O pião	III, 25
Folclore e Sociologia	IX, 7
JORGE DE LACERDA	
No centenário de Sílvio Romero	VIII, 3
JOSÉ JORGE	
São Benedito na crença popular de Angra dos Reis	IX, 182
JOSÉ DE LIMA	
Orações	V, 81
LIBERATO BITTENCOURT	
Uma toada tradicional	V, 78
LUCAS A. BOITEUX	
Superstições e crendices	IV, 35
Achezas à Poranduba Catarinense	V, 21
Achezas à Poranduba Catarinense	VI, 39
Achezas à Poranduba Catarinense	VII, 42
Achezas à Poranduba Catarinense	VIII, 61
Parecer ao trabalho de Gustavo Barroso	IX, 178
LUIZ ALÍPIO DE BARROS	
"Zabumba", o "Major Bonifácio" e o Sururú da Negra	VIII, 90
LUIZ R. DE ALMEIDA	
A jeropiga e o folclore	VII, 56
MANOEL JOSÉ DE ANDRADE	
Folclore dominicano	V, 87
MARIA DE LOURDES HENRIQUES	
Boi de mamão	V, 51
MARIO DE CAMPOS BIRNFELD	
Tia Chica	VI, 35
Tia Chica	VII, 38
Tia Chica	VIII, 58
MARIZA LIRA	
Brasil Folclórico	V, 6
Problemas fundamentais do folclore catarinense	VI, 10
Valor educacional do folclore	VIII, 21
Sto. Antônio no folclore brasileiro	VIII, 84
NEUSA NUNES	
Benzeduras usadas em Tubarão	V, 43
ORLANDO FERREIRA DE MELO	
A Bernúncia	V, 41
Civilização, magia e encantamento	VII, 25
OSWALDO F. DE MELO (FILHO)	
Temas açoreanos	I, 11
Acêrca da bernúncia	V, 38
Quadrinhas do folclore ilhéu	VIII, 49
Coleta folclórica e método estatístico	IX, 109
OEWALDO R. CABRAL	
A setra, a funda e o bodoque	I, 6
A respeito dos corações e dos "pão por Deus"	II, 26
Vocabulário de consultório médico	IV, 38
Os santos nas lendas marítimas catarinenses	V, 29
Pasquins	VIII, 51
A necessidade do aparelhamento das Comissões	IX, 83

OTHON D'EÇA	
Arte é emoção	IV, 7
PLÁCIDO GOMES	
Sobre folclore joinvilense	II, 14
Crendices e superstições	III, 16
Bandeira do Divino	IV, 37
RENATO ALMEIDA	
O negro na música brasileira	V, 4
O Plano Nacional de Pesquisas Folclóricas	IX, 3
RENATO JOSÉ DA COSTA PACHECO	
ABC do Amor	V, 82
ROSSINI TAVARES DE LIMA	
Décima do casamento	VII, 60
RUI VIEIRA DA CUNHA	
Vocabulário de consultório médico	VII, 8
SAUL MARTINS	
Crendices	VII, 58
SILVEIRA JUNIOR	
Crendices e superstições	V, 48
Têrmos e expressões regionais	VII, 30
TEOBALDO C. JAMUNDÁ	
Costumes do teuto-brasileiro do Vale do Itajaí	VII, 21
A presença do palmito na sociedade teuto-brasileira	IX, 74
TÉO BRANDÃO	
Os pregões de trem	VII, 54
URBANO V. GAMA SALLES	
Pescadores de Nossa Terra	IX, 101
VERÍSSIMO DE MELO	
O cálculo dos meses na imaginação popular	VIII, 19
VIRGÍLIO VARZEA	
A pesca	VII, 51
A salga do peixe	VIII, 82
VICTOR A. PELUSO JOR.	
Geografia e Folclore	IX, 115
WALTER F. PIAZZA	
Cirandas infantis	I, 13
As verrugas no folclore catarinense	II, 17
Os santos no calendário neotrentino	IV, 32
Contribuição ao folclore do boi, no Brasil	VIII, 71
Fandangos e Ratoeiras	IX, 165
WALTER SPALDING	
Sociologia do folclore	IV, 20
Funda e bodoque	VI, 56
Velórios	VII, 4
As pombinhas dos telhados coloniais	VIII, 15
Velórios	IX, 10
ZEDAR PERFEITO DA SILVA	
Uma "simpatia" que tem dado certo!	IV, 44



COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE

Relação dos membros efetivos

Nomes	Endereço
Oswaldo R. Cabral, (Secretário Geral)	R. Esteves Júnior, 138
Almiro Caldeira de Andrada. (Sub-Secretário)	Av. Hercílio Luz, 127
Walter F. Piazza (Tesoureiro) ..	Av. Hercílio Luz, 66
Altino Flores	R. Feliciano Nunes Pires, 4
Alvaro Tolentino de Souza	R. Vidal Ramos, 50
Antônio Taulois de Mesquita ...	R. Esteves Júnior, 116
Aroldo Caldeira	R. Brigadeiro Silva Pais
Bento Aguedo Vieira	R. Crispim Mira, 89
Carlos Büchele Júnior	Dep. de Geogr. e Cartografia
Carlos da Costa Pereira	R. Anita Garibaldi
Custódio F. de Campos	Av. Mauro Ramos, 154
Doralécio Soares	Rua Major Costa, 28
Elpidio Barbosa	Av. Hercílio Luz, 131
Emanuel Paulo Peluso	R. Dorval M. de Sousa, 31
Henrique da Silva Fontes	Av. Trompowsky, 14
Henrique Stodieck	R. Saldanha Marinho, 30
Hermes Guedes da Fonseca	Assembléia Legislativa
Jaldir Faustino da Silva	Av. Mauro Ramos
Ildefonso Juvenal	R. Aracy Vaz Callado s/n.
João A. Sena	R. D. Jaime Câmara, 37
João Crisóstomo de Paiva	R. 24 de Maio, 467 — Estreito
João dos Santos Areão	R. D. Jaime Câmara, 11
José Cordeiro	R. Rafael Bandeira, 35 A
Lídio Martinho Calado	R. Alves de Brito
Martinho de Haro	R. Altamiro Guimarães
Manoel Soares de Azevedo Maia	R. Conselheiro Mafra, 93
Nereu Corrêa	R. D. Jaine Câmara
Oswaldo F. de Melo (filho)	Travessa Urussanga, 6
Othon d'Eça	Av. Mauro Ramos, 120
Percival Calado Flores	R. Feliciano Nunes Pires, 4
Plínio Franzoni Júnior	R. Delminda Silveira, 173
Pedro José Bosco	Rua Lajes, 60
Roberto Lacerda	Dep. Estadual de Estatística
Romeu Sebastião Neves	Rua Lauro Linhares
Victor A. Peluso Júnior	Dep. de Geogr. e Cartografia
Walter Tenório Cavalcanti	Assembléia Legislativa
Wilmar Dias	R. Esteves Júnior, 47

COMISSAO CATARINENSE DE FOLCLORE

Relação dos Representantes Municipais

Nomes	Municípios
Acilio A. Pereira Pires	Gaspar
Alirio Barreto Bossle	Palhoça (Sto. Amaro)
Antônio Dias	Brusque
Antônio Nunes Varela	Joaçaba
Aroldo Carneiro de Carvalho ...	Canoinhas
Euclides José Felipe	Curitibanos
Francisco Machado de Souza	S. Francisco do Sul
Hermínio Millis	Pôrto União
Jefferson Davis de Paula	Jaraguá do Sul
João Reitz (Cônego)	Araranguá (Sombrio)
Lupércio Lopes	Palhoça
Neusa Nunes	Tubarão
Norberto Bachmann	Joinville
Norberto Silveira Júnior	Itajaí
Otaviano Ramos	São José
Orlando Ferreira de Melo	Blumenau
Oσίας Guimarães	Blumênau
Plácido Gomes	Joinville
Rogério Fagundes	Campos Novos
Romeu Boiteux Piazza	Nova Trento
Ruben Ulisséa	Laguna
Tarcísio Marchiori (Padre)	Tijucas
Teobaldo Costa Jamundá	Indaial
Teófilo Matos	São Joaquim

COLABORADORES

Nacionais:

Acílio Acácio Pereira Pires
Adão Carrazoni
Almiro Caldeira de Andrade
Alceu Maynard Araujo
Alvaro Tolentino
Pe. Alvino Bertoldo Braun, S. J.
Altair Mazon
Bento Aguedo Vieira
Custódio F. de Campos
Domingos Vieira Filho
Elisiário Pereira
Euclides J. Felipe
Pe. Evaldo Pauli
Eduardo Campos
Eustorgio Wanderley
Florival Seralne
Fausto Teixeira
Francisco Machado de Souza
Hermínio Mills
Henrique da Silva Fontes
Hildegardes C. Vianna
Horácio Paz
Hermógenes Lima Fonseca
Ildefonso Juvenal
Jaime Mazon
Jefferson Davis de Paula
João Dornas Filho
João dos Santos Areão
Pe. João Reitz
Jorge de Lacerda
José Jorge
José de Lima
Lucas A. Boiteux
Luiz Alípio de Barros
Luiz R. de Almeida

Maria de Lourdes Henriques
Mariza Lira
Mário Campos Birnfeld
Néssa Nunes
Orlando F. de Melo
Oswaldo Melo Filho
Othon D'Eça
Otávio Silveira
Plácido Gomes
Renato Almeida
Renato José da Costa Pacheco
Rossini Tavares de Lima
Ruben Ullisseia
Rui Vieira da Cunha
Saul Martins
Silveira Junior
Teobaldo C. Jamundá
Téo Brandão
Tassilo Spalding
Urbano V. Gama Salles
Veríssimo de Melo
Vitor Peluso Jr.
Walter Spalding
Zedard Perfeito da Silva

Estrangeiros:

Antonio Castillo de Lucas — Espanha
Augusto Pires de Lima — Portugal
F. Carreiro da Costa — Açores
Fernando Castro Pires de Lima — Portugal
Jorge Ramos — Portugal
Felix Colluccio — Argentina
Manoel José de Andrade — S. Domingos
Tobias Rosenberg — Argentina
Wilhelm Giese — Alemanha

A mesma do Boletim será suspensa a quem não acusar o
seu recebimento.

Correspondência para Rua Esteves Júnior, 138.